



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROF. MILTON SANTOS  
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CULTURA E SOCIEDADE

**JUAN IGNACIO BRIZUELA**

**TERRITÓRIO E POLÍTICAS CULTURAIS:  
REFLEXÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DE RODOLFO KUSCH,  
MILTON SANTOS E NÉSTOR GARCÍA CANCLINI**

SALVADOR

2017

**JUAN IGNACIO BRIZUELA**

**TERRITÓRIO E POLÍTICAS CULTURAIS:  
REFLEXÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DE RODOLFO KUSCH,  
MILTON SANTOS E NÉSTOR GARCÍA CANCLINI**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Prof. Milton Santos, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor.

**Orientador:** Prof. Dr. José Márcio de Pinto Moura Barros

SALVADOR

2017

B862 Brizuela, Juan Ignacio

Território e políticas culturais: Reflexões metodológicas a partir de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini / Juan Ignacio Brizuela. -- Salvador, 2017.

207 f. : il

Orientador: José Márcio de Pinto Moura Barros.

Tese (Doutorado - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade) -- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), 2017.

1. Política cultural. 2. Territorialidade humana. 3. Cultura viva comunitária. 4. Movimentos sociais. 5. Pesquisa - Metodologia.  
I. Barros, José Márcio de Pinto Moura. II. Título.

CDD 306  
CDU 316.7

**JUAN IGNACIO BRIZUELA**

**TERRITÓRIO E POLÍTICAS CULTURAIS: REFLEXÕES METODOLÓGICAS A PARTIR DE RODOLFO KUSCH, MILTON SANTOS E NÉSTOR GARCÍA CANCLINI**

Tese apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Cultura e Sociedade, na linha de pesquisa Cultura e Desenvolvimento, em 13 de julho de 2017, foi aprovada pela comissão formada pelos professores:

---

**Prof. Dr. José Márcio de Pinto Moura Barros (orientador)**

Universidade Estadual de Minas Gerais

---

**Prof. Dr. Angelo Szaniecki Perret Serpa**

Universidade Federal da Bahia

---

**Prof. Dr. José Roberto Severino**

Universidade Federal da Bahia

---

**Prof. Dr. Eduardo David de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia

---

**Profa. Dra. Maria Laura Souza Alves Bezerra Lindner**

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Para mis padres, mi hermana y mi petiza, imprescindibles y compañeros de mi vida.

A la memoria de mis abuelas Mariana, Nacha y Emi, que tanto las extraño.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Norma e Armando, e à minha irmã Mariana, pelo carinho fraterno e apoio permanente em cada uma das minhas aventuras acadêmicas e extra acadêmicas.

À minha namorada e petiza Fernanda Oliveira Santos (Titi!), pelo amor incondicional e companheirismo durante (quase) toda a minha residência no Brasil. Obrigado por ter revisado exaustivamente e cuidadosamente esta tese. Te amo, porota!

Ao meu querido orientador, prof. Dr. José Márcio Barros, pela presença, generosidade e dedicação que dispensou a mim e à minha pesquisa durante esses quatro anos.

Aos meus tios, primos e demais parentes na cidade de Buenos Aires, especialmente à tia Carmen e Alfredo, que me acolheram durante tanto tempo em diversos momentos da tese e, em particular, nos meses de realização da pesquisa de campo.

À minha família que mora na província de La Rioja, pelo acolhimento e amor de sempre.

Aos meus amigos de Entre Ríos, Ale, Siqui, Chumpi e Belu, que me acompanham e aguentam há décadas e à distância.

Aos amigos de Córdoba, Cocó, Pao, Mati, Lu e Nico, cúmplices nas aventuras e lutas durante a minha formação de graduação.

À cumplicidade de Kátia, Murilo, Fidel e Vitor, imprescindíveis nas suas cutucadas afetuosas e incorrigíveis nas discussões políticas e filosóficas.

Ao Observatório da Diversidade Cultural – ODC, grupo de pesquisa e instituição coordenado pelo prof. José Márcio Barros, em especial aos históricos José Oliveira Júnior e Raquel Utsch. Em nome deles, agradeço a parceria dos mais de 30 pesquisadores envolvidos neste coletivo.

À turma do Pachamãe, em especial à Dany e Cami pela generosidade e amizade, incluindo também a Alejandra e Rocio.

Aos colegas do Pósultura da turma 2009, e das outras também, especialmente a João, Sophia, Manu, Pablito, Laura, Valfrido, Fayga, Luana, Luciano, Cincinato, entre tantos outros.

A todos os que passaram pelo projeto Latitudes Latinas (IHAC/UFBA), coordenado pelo prof. Carlos Bonfim, em especial à niña Natalia, Rosana, Nyrlin, Maria Gabriela e Poly.

À turma do espaço livre de pesquisa-ação, em especial a Angelo, Marcelo, André, Caribé, Matheus, Renatinha, Caê, Célio, Estela, Carol, Vitor e a todos os que compartilharam esse maravilhoso território de trocas, afetos, discussões e vivências.

Aos professores Angelo Serpa e Beto Severino pelas valiosas contribuições na qualificação e por terem aceitado participar também da banca final.

Aos professores Laura Bezerra e Duda Oliveira, por também terem aceitado o convite para participar desse momento tão importante, que é a defesa da tese.

À prof. Clélia e, mais uma vez, ao prof. Beto Severino, por terem acompanhado com muita generosidade os tirocínios realizados no IHAC e na FACOM.

Ao prof. Daniel Mato, pelo acolhimento como pesquisador visitante na UNTREF, durante a pesquisa de campo na Argentina.

Aos colegas do Culebrón Timbal, especialmente a Eduardo Balán e os irmãos Richard e Victor, por terem aberto as portas do projeto para mim e a minha pesquisa.

A Emiliano Fuentes Firmani, por confiar na parceria entre a UNTREF e a UFBA e pelas importantíssimas contribuições para esta tese.

Aos colegas de Políticas Culturais em Rede, especialmente Rodrigo e Mário, Daniele, Renatinha, Débora e Clarissa.

A todos os integrantes do projeto MinC/UFBA para elaboração de Planos Municipais de Cultura, especialmente a Justina, Lisandra, Horacio, Vânia, Ângela e Ernani.

Aos colegas e cúmplices na Rede Latino-americana de Políticas e Gestão Culturais – REDE GPC, Kátia, Sérgio, Plínio, Laura, Carolina, Silvano, Daniele, Marcela, Horacio e Daniel.

Aos trabalhadores da Secult-BA, especialmente a Carmen Lúcia, Lila Silva, Daniel Carneiro, Taís Viscardi e à querida secretária Rose, pelos momentos de práxis e muita aprendizagem na Diretoria de Economia da Cultura.

À minha cunhada Isabela, pela valiosa colaboração na revisão dessa tese. E também a Shari Wejsa, pela ajuda na tradução para o inglês. Valeu!

Aos servidores técnicos do CULT e do Pósultura, Delmira, Marlon, Franklin, pelo afeto e cordialidade no dia a dia do programa.

À memória de Clarissa Braga, e através de Leonardo Costa, Adalberto Silva e Leandro Colling, agradeço aos colegas do CULT e professores do IHAC/UFBA.

Agradecimento especial a Mario Siede, prof. da Universidad Nacional de Entre Ríos, da cidade de Paraná, Argentina, pela colaboração, em 2008, no meu projeto de mestrado, a partir do qual todo este caminho se iniciou. Nessa época, Mario já estava trabalhando com pesquisas sobre arte e transformação social, com as quais acabei me debruçando, quase sem querer.

À CAPES, pelo bolsa de estudos durante três anos desta pesquisa de doutorado.

BRIZUELA, Juan Ignacio. *Território e políticas culturais: Reflexões metodológicas a partir de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini*. 207 f. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## RESUMO

Esta tese investiga a relação entre políticas culturais e território, a partir da conexão indissociável existente entre cultura e espaço geográfico. Para percorrer esse caminho, nos pautamos, principalmente, em três grandes pensadores latino-americanos: o filósofo Rodolfo Kusch, o geógrafo Milton Santos e o antropólogo Néstor García Canclini que, em termos gerais, estudam respectivamente o pensamento gravitado, o território e as políticas culturais. Trata-se de um estudo teórico-conceitual e de reflexão metodológica com pesquisa exploratória de campo que busca, em um primeiro momento, realizar uma abordagem contemporânea sobre o conceito de território e a sua relação com a cultura, bem como com outros conceitos intrínsecos e sistêmicos, como técnica, espaço e solo. Em seguida, discorre sobre o estudo das políticas culturais na América Latina, enfatizando a importância das reflexões de García Canclini para esse campo. Por fim, a análise empírica se expressa através da investigação sobre o Programa *Puntos de Cultura*, implementado na Argentina em 2011 a partir da experiência brasileira. Especificamente, essa pesquisa se debruça sobre uma organização comunitária emblemática, chamada *Culebrón Timbal*, que foi contemplada como Punto de Cultura, mas que muito antes da implementação desse programa argentino, já atuava com projetos culturais na área metropolitana de Buenos Aires, ademais de participar de redes nacionais e continentais. Dito isto, o presente trabalho, de caráter interdisciplinar, pretende contribuir para o estudo do território enquanto fenômeno complexo na sua relação com as políticas culturais contemporâneas, especialmente no contexto latino-americano.

**Palavras-chave:** Cultura Viva Comunitária, Geocultura, Pensamento Latino-americano, Políticas Culturais, Território.

BRIZUELA, Juan Ignacio. *Territorio y políticas culturales: Reflexiones metodológicas a partir de Rodolfo Kusch, Milton Santos y Néstor García Canclini*. 207 p. 2017. Tesis (Doctorado) – Instituto de Humanidades, Artes y Ciencias “Professor Milton Santos” (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## RESUMEN

Esta tesis investiga la relación entre políticas culturales y territorio, a partir de la conexión indisociable existente entre cultura y espacio geográfico. Para recorrer este camino, nos pautamos, principalmente, en tres grandes pensadores latinoamericanos: el filósofo Rodolfo Kusch, el geógrafo Milton Santos y el antropólogo Néstor García Canclini que, en términos generales, estudian respectivamente el pensamiento gravitado, el territorio y las políticas culturales. Se trata de un estudio teórico-conceptual y de reflexión metodológica con investigación exploratoria en campo que busca, en un primer momento, realizar un abordaje contemporáneo sobre el concepto de territorio en su relación con la cultura, así como con otros conceptos intrínsecos y sistémicos, como técnica, espacio y suelo. En seguida, realiza una discusión sobre el estudio de las políticas culturales en América Latina, enfatizando la importancia de las reflexiones de García Canclini para este campo. Por fin, el análisis empírico se expresa a través de la investigación sobre el Programa *Puntos de Cultura*, implementado en Argentina en 2011 a partir de la experiencia brasileña. Específicamente, esta pesquisa se centra en una organización comunitaria emblemática, llamada *Culebrón Timbal*, que fue contemplada como Punto de Cultura, pero que mucho tiempo antes de la implementación de este programa argentino, ya actuaba con proyectos culturales en el área metropolitana de Buenos Aires, además de participar en redes nacionales y continentales. Dicho esto, el presente trabajo, de carácter interdisciplinar, pretende contribuir para el estudio del territorio como fenómeno complejo en su relación con las políticas culturales contemporáneas, especialmente en el contexto latinoamericano.

**Palabras clave:** Cultura Viva Comunitaria, Geocultura, Pensamiento Latinoamericano, Políticas Culturales, Territorio.

BRIZUELA, Juan Ignacio. *Territory and cultural politics: Methodological reflections from Rodolfo Kusch, Milton Santos and Néstor García Canclini*. 207 p. 2017. Dissertation (Doctorate) - Institute of Humanities, Arts and Sciences "Professor Milton Santos" (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between cultural politics and territory, based on the interlocking connections between culture and geographical space. Focus mainly on three great Latin American thinkers: the philosopher Rodolfo Kusch, the geographer Milton Santos, and the anthropologist Néstor García Canclini who have examined gravitational thought, territory, and cultural politics. This is a theoretical-conceptual study and methodological reflection based on exploratory field research. We seek to provide a contemporary approach to the concept of territory and its relation with culture, as well as with other intrinsic and systemic terms, including technique, space, and soil. Then, we discuss studies of cultural politics and policies in Latin America, emphasizing the importance of García Canclini's reflections on this field. Finally, we provide an empirical analysis on the *Puntos de Cultura* Program, implemented in Argentina in 2011, based on the Brazilian model. This research specifically focuses on *Culebrón Timbal*, a community organization that affiliated with *Puntos de Cultura*, but had worked with cultural projects in the metropolitan area in Buenos Aires prior to the creation of the Argentine program. The organization also collaborated with national and regional networks engaged in similar projects and initiatives. This interdisciplinary project ultimately contributes to studies of the territory as a complex phenomenon in its relation with contemporary cultural politics, primarily in the Latin American context.

**Key words:** Cultural Politics, Geoculture, Latin American Thought, Live Culture Community, Territory.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – PENSAR O TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DE MILTON SANTOS E RODOLFO KUSCH.....	20
1.1 O estudo do território na contemporaneidade: breve perspectiva histórica e revisão das várias abordagens e usos.....	21
1.2 O estudo do território a partir de Milton Santos .....	29
1.2.1 Por uma outra abordagem territorial interdisciplinar .....	35
1.2.2 Espaço, técnica e configuração territorial.....	38
1.2.3 A natureza (cultural) do espaço .....	43
1.3 O estudo do território a partir de Rodolfo Kusch.....	46
1.3.1 Um “gringo” latino-americano em busca da América Profunda.....	47
1.3.2 Esboço de uma geocultura do pensamento.....	50
1.3.3 Cultura, solo e espaço habitado .....	57
1.4 E se criarmos as abordagens territoriais de volta? Relações entre Rodolfo Kusch e Milton Santos .....	65
1.4.1 Indissociabilidade entre geografia e cultura .....	66
1.4.2 Contribuições teórico-metodológicas interdisciplinares (e interculturais).....	68
1.4.3 O estudo do território como acontecimento .....	69
1.4.4 Realidade social como totalidade: críticas à racionalidade moderna .....	70

CAPÍTULO 2 – O ESTUDO DAS POLÍTICAS CULTURAIS A PARTIR DE NÉSTOR GARCÍA CANCLINI: TEORIAS E CONCEITOS NO ESPAÇO LATINO-AMERICANO .....	75
2.1 Estudos preliminares em políticas culturais: o papel da UNESCO .....	76
2.1.1 O estudo das políticas culturais em Cuba.....	78
2.2 Anarquismo, socialismo e culturas populares em Martin Cezar Feijó e Néstor García Canclini .....	80
2.3 Políticas Culturais (e da Comunicação) na América Latina .....	84
2.3.1 Cultura e Comunicação: mediações constitutivas em Jesús Martín-Barbero.....	87
2.4 Ciência, culturas políticas e movimentos sociais nos estudos dos anos 1990 .....	89
2.5 Definições em transição nos inícios do século XXI .....	94
2.5.1 As dimensões da cultura na perspectiva da gestão pública .....	97
2.5.2 A cultura como recurso latino-americano .....	99
2.5.3 Contraponto conceitual entre políticas culturais e políticas públicas de cultura.....	101
2.6 Geocultura e a dimensão espacial das políticas culturais na América Latina .....	109
CAPÍTULO 3 – DIMENSÕES DE UMA POLÍTICA CULTURAL TRANSNACIONAL: ANÁLISE INSTITUCIONAL DO PROGRAMA ARGENTINO	
<i>PUNTOS DE CULTURA</i> .....	113
3.1 Contexto das políticas culturais estatais na Argentina no início do século XXI .....	114
3.2 Antecedentes e apresentação do programa argentino “ <i>Puntos de Cultura</i> ” .....	117
3.2.1 Componentes institucionais presentes na origem do programa.....	120
3.2.2 Convocatórias, distribuição espacial e requerimentos dos Pontos .....	126
3.3 Dimensões para o estudo institucional dos pontos de cultura .....	132
3.4 A perspectiva territorial no discurso oficial da cultura estatal .....	138
3.5 Desafios no estudo da dimensão espacial das políticas culturais institucionais .....	142

CAPÍTULO 4 – A PERSPECTIVA GEOCULTURAL DO <i>CULEBRÓN TIMBAL</i> NA AMÉRICA PROFUNDA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE TERRITÓRIO E POLÍTICAS CULTURAIS .....	147
4.1 O território visto de cá para lá: um percurso pelas desigualdades sociais de Buenos Aires .....	148
4.1.1 Mapas das desigualdades territoriais e do acesso à cultura no conurbano bonaerense .....	152
4.2 Estética e política latino-americana nas fronteiras metropolitanas de Buenos Aires: a construção territorial profunda do <i>Culebrón Timbal</i> .....	156
4.2.1 O Estado é o nosso inimigo? Rock e neoliberalismo na Argentina nos anos 1990 .....	157
4.2.2 Políticas culturais em disputa: atores, conflitos e práticas territoriais em Cuartel V.....	159
4.3 Território e Políticas Culturais na América Profunda: por um estudo geocultural das políticas públicas .....	162
4.4 Por uma outra construção territorial: o papel do <i>Culebrón Timbal</i> nas redes metropolitanas e continentais da Cultura Viva Comunitária .....	166
4.5 Reflexões metodológicas no estudo dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária na América Latina .....	169
CONCLUSÃO .....	177
REFERÊNCIAS .....	183
ANEXO A MANIFIESTO DEL ARTE TERRITORIAL [1954] .....	191
ANEXO B CARTA DE RODOLFO KUSCH SEMINÁRIO CULTURA [1972] .....	202

Decreto y hambre risa en la tele,  
¡Gatillo fácil, impunidad!  
Una leyenda no se ve,  
si en los ojos no está el río de la noche,  
si no empuja el corazón,  
¡un tajo rebelde!  
En el borde puro de la historia que nos robaron,  
la que vuelve del dolor,  
hecha esperanza...

Culebrón Timbal (2008, El cuenco de las ciudades mestizas)

## INTRODUÇÃO

Néstor García Canclini [2001] afirma que uma disciplina ou campo de conhecimento muda quando alguns conceitos irrompem com força, desacomodam outros ou exigem que estes sejam reformulados<sup>1</sup>. O território é uma das noções que tem gerado distintos desdobramentos nas políticas culturais contemporâneas, visíveis nos discursos e nas práticas de gestores públicos estatais, movimentos sociais e grupos comunitários, muito diferentes entre si e das mais diversas latitudes do continente americano. Esta proliferação de práticas teve o seu correlato acadêmico em pesquisas, artigos, eventos e cursos no Brasil e nos demais países da América Latina. Contudo, não são abundantes, ainda, reflexões teórico-conceituais mais densas, expressas em teses e dissertações defendidas na pós-graduação brasileira, que estudem o território como fenômeno complexo na sua relação com as políticas culturais contemporâneas, especialmente no contexto latino-americano.

Quais são os principais motivos que nos impulsionam a realizar uma discussão teórico-conceitual sobre território na sua relação com as políticas culturais? Entendemos que essa reflexão, vinculada à província da experiência que nos interessa (as políticas culturais), é uma tarefa complexa para os estudiosos da área na busca de afirmarem a singularidade do nosso campo de estudos e, ao mesmo tempo, a sua relação e transversalidade com a realidade social. O chamado “retorno do território”, ou também o “mito da desterritorialização” nas políticas públicas e também nas políticas culturais contemporâneas se constitui, nesse sentido, como um grande desafio para este campo de estudos interdisciplinares.

Será que as políticas culturais dispõem, atualmente, de ferramentas teórico-conceituais para analisar este fenômeno complexo? Existem consensos e/ou conflitos relacionados a isso? Como repercutiria a incorporação do conceito de território nas orientações e na elaboração (e

---

<sup>1</sup> “¿Cómo saber cuándo cambia una disciplina o un campo del conocimiento? Una manera de responder es: cuando algunos conceptos irrumpen con fuerza, desplazan a otros o exigen reformularlos” (GARCÍA CANCLINI, 2010, p. 13).

avaliação) de políticas públicas de cultura? Quais são os entendimentos atuais sobre a chamada “territorialização” da cultura? Enfim, são infinitas as questões que podemos levantar a partir dessa relação. Contudo, não conseguiremos responder nenhuma delas sem antes esboçar uma definição básica sobre os elementos que pretendemos estudar: território e políticas culturais. Quais são as abordagens atuais para o estudo destes fenômenos complexos? E que sistema de conceitos poderia servir de embasamento para o estudo desta “nova” realidade? Conforme discutiremos no referencial teórico, acreditamos que Rodolfo Kush, Milton Santos e Néstor García Canclini são três pensadores latino-americanos que muito têm a contribuir para essas discussões.

A linha de pesquisa sobre cultura e desenvolvimento do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA), onde esta tese se insere, parte do entendimento da cultura como elemento essencial para o desenvolvimento. Isto se traduz, por exemplo, em pesquisas de avaliação de impacto e na construção de indicadores que buscam mensurar o desenvolvimento cultural. Atualmente, os programas públicos que relacionam políticas culturais e território também afirmam que este último é essencial para o desenvolvimento. Neste sentido, existem iniciativas que buscam avaliar o desenvolvimento territorial ou reduzir as desigualdades territoriais dos países. E, finalmente, existem organismos e propostas que mesclam tais questões no chamado “desenvolvimento territorial da cultura”. Contudo, será que todos estão falando da mesma noção de desenvolvimento, cultura e território? Evidentemente, não. Percebemos, portanto, a importância de definir, com maior rigorosidade e clareza, os conceitos que fazem parte destas iniciativas públicas, tanto na elaboração e execução, como no estudo e avaliação de impacto.

Diante de tais motivos, esta pesquisa se alinha com as diretrizes de interdisciplinaridade propostas pelo Pós-cultura e pelo documento de área da CAPES. Além disso, visa fortalecer as iniciativas que o programa realizou nos últimos anos, no sentido de se tornar uma referência para os estudos da cultura na América Latina. Vale destacar que o presente trabalho se insere no marco das parcerias que estão sendo estabelecidas entre pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidad de la República (UDELAR), no Uruguai, da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e da Universidade Federal do

Recôncavo (UFRB) na Rede de Políticas e Gestão Culturais onde, por sua vez, também participam pesquisadores da Universidad Nacional de Avellaneda (UNDAV) e da Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF), ambas na Argentina. Todas essas parcerias têm o propósito de capacitar e aprofundar a formação e intercâmbio de alunos e pesquisadores em políticas culturais na América Latina.

O objetivo desta tese é investigar a relação entre políticas culturais e território, a partir da conexão indissociável existente entre cultura e espaço geográfico. Para isso, nos pautamos, principalmente, em três grandes pensadores latino-americanos: o filósofo Rodolfo Kusch, o geógrafo Milton Santos e o antropólogo Néstor García Canclini. Para efetivarmos esse percurso analítico, utilizamos a seguinte metodologia: inicialmente, realizamos uma revisão geral de obras selecionadas do pensamento de Rodolfo Kusch e Milton Santos, que discutem as relações entre solo e cultura; espaço geográfico e território. Posteriormente, destacamos artigos, palestras, entrevistas e obras específicas de Milton Santos, como “*Geografía e planejamento: o uso do território – Geopolítica*” [1980], “*O espaço do cidadão*” [1987], “*O retorno do território*” [1994], “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*” [1996], “*El territorio: un agregado de espacios banales*” [1999], “*Por uma outra globalização*” [2000], “*Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*” [2000] e “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*” [2001], este último escrito em parceria com a pesquisadora argentina María Laura Silveira. Sobre Rodolfo Kusch, destacamos “*El Hedor de América*” [1961], “*América Profunda*” [1962]; “*Geocultura del Hombre Americano*” [1975] e “*Esbozo de una antropología filosófica americana*” [1978].

Sobre políticas culturais, partimos da clássica definição de Néstor García Canclini, de 1987, considerando a sua revisão e atualização, realizada pelo próprio autor, em 2001, e também nos apropriamos das reflexões publicadas pelo antropólogo argentino em 1983. Em seguida, fizemos uma revisão de literatura (estado da arte) e atualização bibliográfica de estudiosos contemporâneos das políticas culturais na América Latina, focando naqueles que têm se debruçado sobre a natureza conceitual deste campo de estudos. Destacamos antecedentes similares realizados recentemente por diversos estudiosos das políticas culturais (MEJÍA ARANGO, 2009; BARBALHO, 2011; FELIX, 2011; RUBIM, 2012; LOGIODICE,

2012; CALABRE, 2013; LIMA, ORTELLADO e SOUZA, 2013; ROCHA, 2016). Pretendemos continuar com as buscas e ponderações destes autores, desta vez tentando compreender, adicionalmente, como a questão do território – isto é, a dimensão mais espacial de análise das políticas culturais – está presente, ou não, nas reflexões de pesquisadores da região.

Por fim, dialogamos a teoria com a empiria, realizando um estudo institucional do Programa *Puntos de Cultura* na Argentina a partir de documentação oficial, antecedentes de investigação, projetos de lei e cartografias culturais. Para descrever e analisar a implementação desta iniciativa na Argentina, trabalhamos prioritariamente com três publicações recentes sobre o tema: "*El programa Puntos de Cultura de Secretaria de Cultura de Presidencia de la Nación: Una propuesta de mejoramiento de sus resultados*" (FUENTES FIRMANI, 2013), "*Puntos de Cultura: Una política transformadora. Relevamiento y análisis del impacto territorial*" (ARGENTINA, 2015) e "*Desenvolvimento e Políticas Culturais de Base Comunitária na América do Sul: Estudo Comparado Brasil-Argentina*" (MELO, 2016).

Além disso, realizamos uma pesquisa de campo exploratória, com observação participante sobre o projeto *Culebrón Timbal*, analisando documentos institucionais, pesquisas acadêmicas e entrevistando diversos protagonistas desta iniciativa. Elegemos esta organização como objeto de estudo porque, além de ter sido uma das instituições contempladas como Punto de Cultura, muito antes da implementação desse Programa na Argentina já atuava com projetos culturais na região metropolitana e, inclusive, a nível continental. Ademais, a questão do território é fundamental para a proposta política de construção democrática que o *Culebrón Timbal* propõe.

Dito isto, a presente tese está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, identificamos as principais tendências teórico-conceituais no debate contemporâneo sobre o território, incorporando contribuições, desafios e provocações dos pensadores latino-americanos Milton Santos e Rodolfo Kusch, buscando enriquecer as abordagens territoriais nas suas relações sistêmicas, contraditórias e indissociáveis com outros conceitos, tais como: técnica, espaço, solo e cultura.

No segundo capítulo, registramos a importância das definições realizadas por Néstor García Canclini no campo das políticas culturais, bem como realizamos um breve apanhado histórico sobre as construções teóricas e conceituais latino-americanas nesta área, nos últimos 50 anos. Interessa-nos destacar alguns diálogos e discussões que aconteceram na região desde os estudos preliminares da UNESCO em 1967 até os nossos dias.

No terceiro capítulo, buscamos operacionalizar este raciocínio teórico através do estudo de uma política cultural concreta, implementada na Argentina a partir de uma inspiradora e recente política cultural brasileira: o Programa Pontos de Cultura. Assim, analisamos esta iniciativa através das dimensões econômica, política e simbólica – mais comuns na nossa área – e incorporamos também uma dimensão espacial, no intuito de complementar as demais visões.

Finalmente, no quarto capítulo buscamos refletir sobre as relações complexas e contraditórias – de disputa, cooperação e conflito – que observamos na construção territorial de políticas culturais no chamado conurbano bonaerense, área metropolitana da Cidade Autônoma de Buenos Aires que possui quase 15 milhões de habitantes e agrupa mais de um terço da população argentina. Com o apoio do professor Daniel Mato, da UNTREF, dialogamos com diversos atores, pesquisadores e organizações culturais da região metropolitana que vêm participando, desde 2009, da construção do projeto Pontos de Cultura e da plataforma / movimento Cultura Viva Comunitária na América Latina. Especificamente, conforme registramos anteriormente, o foco principal desta pesquisa de campo está na organização comunitária Culebrón Timbal, localizada no Partido de Moreno, um dos distritos com menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da província de Buenos Aires.

Desta forma, o presente trabalho, de caráter interdisciplinar, pretende contribuir para o estudo do território enquanto fenômeno complexo na sua relação com as políticas culturais contemporâneas, especialmente no contexto latino-americano.

## CAPÍTULO 1

### PENSAR O TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DE MILTON SANTOS E RODOLFO KUSCH

Fazer reflexões teórico-conceituais sobre a realidade que nos circunda e onde estamos inseridos pode se assemelhar a um laboratório pouco convencional, onde misturamos elementos e fórmulas, mas com a peculiaridade de serem, nesse caso, ideias, noções, experiências e conceitos, guiados por alguma intuição, mas sem nenhuma certeza, *a priori*, sobre o resultado final. O território e as políticas culturais são, cada um, acontecimentos sumamente instigantes, que têm gerado diversos e renovados “experimentos” teórico-conceituais, publicados ao longo dos últimos anos no contexto latino-americano<sup>2</sup>.

Buscando uma melhor organização das ideias que pretendemos trabalhar ao longo da tese, realizaremos uma análise destes grandes conceitos separadamente. Neste capítulo, nos debruçaremos sobre o estudo do território, já no capítulo seguinte, analisaremos o estudo das políticas culturais no contexto latino-americano, preparando-nos para indagar, nos dois últimos capítulos, a centralidade do território no estudo de uma iniciativa paradigmática da nossa área: o Programa *Puntos de Cultura*, na Argentina, e os protagonistas do movimento Cultura Viva Comunitária, na América Latina.

Procuraremos identificar as principais tendências teórico-conceituais no debate contemporâneo sobre o território – mesmo com limitações e recortes –, começando pelas sistematizações e tipologias elaboradas por dois geógrafos brasileiros que muito têm trabalhado esta temática nos últimos anos: o pesquisador Rogério Haesbaert, da Universidade

---

<sup>2</sup> Sobre **território**, podemos consultar obras de autores como Antonio Carlos Robert de Moraes, Arturo Escobar, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Daniel Mato, Marcos Aurélio Saquet, Milton Santos, Muniz Sodré, Rodolfo Kusch e Rogério Haesbaert. Sobre **políticas culturais**, encontramos reflexões de Albino Rubim, Alexandre Barbalho, Eduardo Nivón Bolán, Ezequiel Ander-Egg, Frederico Barbosa da Silva, Isaura Botelho, José Joaquín Brunner, José Márcio Barros, Lia Calabre, Néstor García Canclini, Teixeira Coelho, entre outros. Além disso, eventos científicos como o ENECULT, realizado pelo CULT/UFBA, diversos encontros organizados pela Fundação Casa Rui Barbosa – FCRB, com destaque para o Seminário Internacional de Políticas Culturais, os Encontros Estaduais e Brasileiros sobre Políticas Culturais e os Congressos de Cultura Viva Comunitária – Pontos de Cultura corroboram a crescente preocupação e produção nesta área.

Federal Fluminense (UFF), e o pesquisador Marcos Aurélio Saquet, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Partindo deste panorama inicial, pretendemos incorporar contribuições, desafios e provocações dos pensadores latino-americanos Rodolfo Kusch e Milton Santos, buscando enriquecer as abordagens territoriais nas suas relações sistêmicas, contraditórias e indissociáveis com outros conceitos, tais como: técnica, espaço, solo e cultura. Finalmente, buscamos analisar pontos de encontro e divergências entre os autores, no intuito de (re)pensar as abordagens territoriais atuais e como isso pode gerar outras reflexões possíveis (e impossíveis) no campo das políticas culturais latino-americanas.

### **1.1 O estudo do território na contemporaneidade: breve perspectiva histórica e revisão das várias abordagens e usos**

Existem diversas abordagens e concepções sobre território na contemporaneidade (SAQUET, 2010). Algumas são consideradas mais “puras” ou com maior tradição disciplinar e outras, chamadas de “híbridas”, são mais recentes e pretendem construir perspectivas multi/inter/transdisciplinares (HAESBAERT, 2008, p. 398-399). Neste breve panorama histórico, utilizaremos a sistematização esboçada por Rogério Haesbaert (2006, 2008), que coaduna, em vários pontos, com a proposta de Marcos Aurélio Saquet (2009, 2010). Esta tipologia inclui quatro perspectivas/dimensões básicas para analisar o território, considerando a “ênfase” dada por cada pesquisador no seu estudo: natural(ista), (jurídico)política, econômica(cista) e cultural(ista).

Os estudos sobre o tema são bastante antigos e não se limitam às ciências sociais e humanas, incluindo também ciências naturais e físicas, como a etologia, climatologia, pedologia, edafologia, entre outras. Essas abordagens mais tradicionais do campo científico enfatizam a dimensão natural(ista) e entendem o território como algo “exterior” à sociedade, com leis e regras que não dependem das ações humanas e que incluem, também, certo “[...] comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico” (HAESBAERT, 2006, p. 40). Haesabert acredita que essas visões continuam vigentes, mesmo que pouco

veiculadas nas Ciências Sociais atualmente. Longe de questionar a validade destes argumentos, o geógrafo da UFF afirma a importância contemporânea das bases físicas e materiais mais elementares e concretas para a vida em comunidade, que não dependem diretamente de ações humanas:

[...] não faltam processos que reenfazem uma base geográfica, material, a começar pelos que envolvem questões ecológicas (desflorestamento, erosão, poluição, efeito estufa) e de acesso a novos recursos naturais (como aqueles ligados à biodiversidade), questões ditas demográficas e de difusão de epidemias, questões de fronteira e controle de acessibilidade (ibidem, p. 25-26).

O pesquisador reconhece na geografia uma ênfase na materialidade do território, em suas múltiplas dimensões. Entretanto, diversos geógrafos buscam compreender também a “i-materialidade” (SAQUET e SPOSITO, 2009) desse fenômeno nas suas dimensões jurídico-políticas, econômicas e também culturais, dialogando com diversos autores de outras disciplinas. Para Saquet (2010), é necessário incorporar o movimento nos estudos territoriais, entendido como produto de determinações (i)materiais, relacionais e processuais de forças econômicas, políticas e culturais que são as que constroem cotidianamente a dinâmica sócio-espacial. Sendo assim, matéria e ideia estão em movimento constante, de forma dialética, incluindo superações, (des)continuidades e articulações territoriais. No entanto, para Saquet, este entendimento não foi considerado historicamente pelas ciências sociais e tampouco é consenso na atualidade (p. 22). Haesbaert (2006, p. 37) ilustra a questão da seguinte forma:

Enquanto **o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território**, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação sociedade-natureza), a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); **a Economia, que prefere a noção de espaço à de território**, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto "força produtiva"); a **Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais** (mas também no tratamento do "neotribalismo" contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo (grifo nosso).

Continuando com a sistematização apresentada anteriormente, outra abordagem clássica para pensar o território na geografia – e também em diversas disciplinas sociais – é aquela vinculada ao Estado-Nação moderno e, neste sentido, ao poder jurídico-político que exerce controle e soberania “legítima” sobre determinada área geográfica (SAQUET, 2010, p. 29-32). Nessa perspectiva, o território seria única e exclusivamente o que está dentro da fronteira estatal-nacional moderna. Desde o século XIX na Alemanha, com Friedrich Ratzel<sup>3</sup>, este ponto de vista geopolítico tem destaque nos estudos humanísticos e contribuiu, também, para a legitimação das elites nacionais dos “recentes” Estados Territoriais latino-americanos nos séculos XIX e XX, evidenciando a conexão entre a defesa de interesses políticos contingentes e a construção de uma determinada perspectiva acadêmica sobre a realidade.

As abordagens que privilegiam a dimensão (geo)política do território se complementam com as perspectivas (geo)econômicas, sejam mais ou menos críticas – e mais ou menos economicistas –, onde o território é estudado como “fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo” (HAESBAERT, 2006, p. 40). Nesse sentido, é difícil lembrar algum conflito mundial ou (supra)regional dos séculos recentes que não tenha a ver, direta ou indiretamente, com limites de fronteiras político-territoriais ou disputa de recursos estratégicos “naturais” e econômicos “necessários” para a consolidação dos Estados modernos.

Saquet (2010, p. 90) destaca dois estudos importantes dos anos 1980 no Brasil que privilegiam a dimensão econômica e política do território: Goldenstein e Seabra (1982) e Becker (1983). Segundo o professor da UNIOESTE, o primeiro texto relaciona processos de divisão social e territorial do trabalho com fatores políticos, relações de poder e redes de circulação na compreensão sobre o território. O pesquisador destaca no caso de Bertha Becker, a ênfase que a autora estabelece sobre as dimensões sociais da economia e da política na constituição do território, com limites e malhas, em favor da multidimensionalidade e dos conflitos de poder entre o Estado-Nação e os demais atores sociais.

---

<sup>3</sup> Revisões (e traduções) mais recentes dos textos de F. Ratzel afirmam que não era sobre território especificamente que ele falava, e sim sobre o solo e o espaço vital (SOUZA apud SAQUET e SPOSITO, 2009, p. 63).

Além das visões “naturais”, jurídico-políticas e econômicas, existem perspectivas da chamada “geografia cultural” ou abordagem cultural da geografia (HAESBAERT, 2008, p. 396) que priorizam a dimensão mais “subjetiva” e afetiva do território, considerando-o “como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (idem, 2006, p. 40). Paul Vidal de La Blache, na França do século XIX, tinha trabalhado uma perspectiva geográfica mais regionalista, como gênero de vida, *habitus*, costume e paisagem; não isento, contudo, de vinculações tanto com o fortalecimento do Estado-Nação da França, quanto com o projeto de “exportar” a civilização, o gênero de vida francesa (leia-se colonização e conquista). Todavia, o estudo do território em uma abordagem mais cultural é relativamente recente na geografia<sup>4</sup>.

Observamos, anteriormente, que não foram somente os geógrafos que se interessaram em dialogar com outras disciplinas para estudar o território. Outros campos de conhecimento acadêmico começaram a utilizar essa noção, tirando-a do sistema de ideias geográficas e ampliando seu campo de ação. Mas segundo diversos geógrafos, como os que já citamos aqui, essa ampliação levou à perda da fundamentação e clareza desse conceito, na medida em que atualmente o território tem sido utilizado como modismo intercambiável com outros termos, como lugar, paisagem, solo, região, espaço etc. Essa confusão se acentua, segundo Haesbaert (2006), a partir de conceituações ausentes ou pouco claras de alguns estudos contemporâneos.

Além disso, concordamos com Haesbaert (2008) quando afirma que é altamente relevante elucidar o ponto de vista do investigador na sua descrição ou explicação da realidade que estuda. Os conceitos não só nos ajudam a refletir sobre o mundo que habitamos, como também são instrumentos de intervenção que, na sua formulação, são capazes de “transformar” (pelo menos no campo acadêmico) a realidade:

**A validade dos conceitos estaria também no uso que se pode fazer deles e não apenas na significação/interpretação que eles propõem. Assim, mais ainda do que nos perguntarmos “o que é o território” – e a territorialidade, seria conveniente nos indagarmos “o que podemos fazer com os conceitos que construímos de território e territorialidade”.** Daí, também, a natureza intrinsecamente política de nossas conceituações (HAESBAERT, 2008, p. 400, grifo nosso).

---

<sup>4</sup> Sobre os quesitos históricos da geografia como disciplina e do estudo do território na tradição europeia, agradecemos as contribuições do prof. Angelo Serpa (IGEO/UFBA) e do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação em diversos momentos ao longo da escrita desta tese.

Além de introduzir a noção de territorialidade, complementando o conceito de território, o autor faz questão de explicitar um assunto que costuma ficar implícito nas pesquisas acadêmicas, especialmente nos estudos sociais (mas não somente neles): a posição histórico-política do pesquisador. Segundo ele, assim como a ciência, os conceitos são históricos, políticos e fazem parte da mesma realidade múltipla – que alguns denominam híbrida – em que estamos imersos e que procuramos, ao mesmo tempo, explicar. Sendo assim, toda conceituação é política, histórica e geograficamente situada. O estudo do território não seria só uma técnica teórico-metodológica, mas uma decisão político-cultural fundamentada nas práticas e nas vivências dos sujeitos-autores (HAESBAERT apud SAQUET e SPOSITO, 2009, p. 98).

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), também defende a ideia de que a definição da significação de um conceito é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida (2013, p. 190). Discutindo o conceito de território e sua relação com o espaço, o autor afirma que o ponto de partida para refletir sobre o território é o espaço. Citando a Lefebvre, Fernandes acredita que o espaço é a materialização da existência humana e que sua amplitude exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. Para ele, o espaço seria, concordando com Milton Santos, uma totalidade. Outros pesquisadores tecem argumentos em uma linha de raciocínio semelhante. Segundo Maria Sposito:

[o] conceito de *território*, que muitos preferem qualificar de categoria, tem rivalizado com o de *espaço*, no que se refere às escolhas teóricas dos geógrafos, quando se trata de escolher a ferramenta intelectual principal, para entender o mundo em que vivemos (apud SAQUET e SPOSITO, 2009, p.7, itálicas no original).

Por sua vez, Antonio Moraes distingue o espaço como categoria geral de análise, mais vago do ponto de vista epistemológico, do território como conceito mais “preciso” (apud HAESBAERT, 2006, p. 37). Em tal perspectiva, aparentemente o espaço é utilizado como “noção” mais abstrata, mais ampla, mais abrangente da realidade social enquanto dimensão espacial da sociedade. O território, por sua vez, estaria sendo operacionalizado em uma perspectiva material mais próxima, definido conceitualmente e historicamente de forma contingente, se adequando ao contexto e realidade mais imediata e funcional. Roberto Lobato

Corrêa, na orelha do livro citado de Haesbaert, também considera o território como uma conceituação derivada do espaço, sendo este uma categoria maior. Já Fernandes [2008] parte do princípio de que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou seja, o espaço é, temporalmente, anterior ao território. Contudo, após explicar o porquê da “supremacia” do espaço sobre o território, o autor sinaliza que a verdadeira diferença entre eles está na definição destes conceitos, e não nas categorias “em si mesmas”. Vale a pena citarmos o seu raciocínio completo:

**As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço.** Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. **A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço.** Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (GOTTMANN, 1973, p. 1-15). **Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território** (SANTOS, 2004, p. 34). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade (FERNANDES, 2013, p. 194, grifo nosso).

Não pretendemos esgotar a discussão sobre a natureza das relações entre espaço e território, para evitar, dentre outros motivos, entrar em um dilema similar ao do "ovo e da galinha". Contudo, registramos que essas diferenças de abordagens e definições são importantes para tentar evitar equívocos e interpretações apressadas. Logo, alguns questionamentos válidos são: quando se afirma que a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço, isso significa que poderiam existir espaços não territoriais? Ou, a fragmentação do espaço é inevitável para a construção da realidade social? O território, diferente do espaço, não seria uma totalidade? Se espaço e território são categorias geográficas indiferentes, isso quer dizer que são sinônimos? E, finalmente, que interesses são acionados (e disputados) quando estes termos se definem de uma ou outra forma?

O método e a teoria são pensamentos e, portanto, para Fernandes, estão carregados de intencionalidade. Quando um teórico define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. Segundo ele, os pesquisadores deliberam, planejam, projetam, dirigem e propõem a significação e, por conseguinte, a interpretação que se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na sua compreensão:

**Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a pretensão do sujeito.** A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. **Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento.** Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. **As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições** (p. 195, grifo nosso).

Embora esse tema possa parecer evidente, Fernandes faz questão de frisar que os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais do mundo acadêmico trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições, fato que tem uma repercussão direta no estudo do território.

Recapitulando, tanto Haesbaert (2006) como Saquet (2010) reconhecem a importância (didática, aliás) de distinguir as quatro dimensões a partir das quais o território é geralmente estudado: “natural”, política, econômica e cultural. No entanto, todos os dois autores acreditam ser pertinente organizar o raciocínio a partir de um patamar mais amplo, que busque inserir essas abordagens dentro da fundamentação filosófica correspondente. Haesbaert trabalha, por exemplo, com binômios clássicos do pensamento ocidental – se atentando para não falar em dicotomias –, como materialismo/idealismo e espaço/tempo:

a) **O binômio materialismo-idealismo**, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.

b) **O binômio espaço-tempo**, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como "coisa" ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s) (2006, p 41. grifo nosso).

Para o geógrafo da UFF e investigador do CNPq, as escolhas, caminhos e conceituações sobre o território irão depender da posição filosófica (e política) adotada pelo pesquisador. Portanto, é pertinente revelar a fundamentação filosófica, meta-disciplinar, epistemológica, que está por trás das abordagens que pretendemos analisar. Ou seja, a fundamentação filosófica, meta-conceitual nos ajuda a revelar a intencionalidade política mais ou menos explícita do pesquisador em relação ao que pretende fazer com o conceito construído. Por exemplo, Haesbaert busca construir uma perspectiva geográfico-cultural integradora que se instale nas margens, nas interseções, nos cruzamentos e nos limiares entre cultura, política, economia e a própria “natureza” (2008, p. 396). Desta forma, ele compreende o território:

[...] **a partir de la concepción de espacio como híbrido**: híbrido entre sociedad y naturaleza, entre política, economía y cultura, y entra materialidad e “idealidad”, en una compleja interacción tiempo-espacio, como nos inducen a pensar geógrafos como Jean Gottman y Milton Santos, en la no disociación entre movimiento y (relativa) estabilidad, tanto si éstos reciben los nombres de fijos y flujos, circulación e “iconografías” o lo que más nos agrada. **Teniendo como telón de fondo esta noción “híbrida”** (y, por lo tanto, múltiple, nunca indiferenciada) **del espacio geográfico, el territorio puede concebirse a partir de la imbricación de múltiples relaciones de poder, del poder material de las relaciones económico-políticas al poder simbólico de las relaciones de orden más estrictamente cultural** (idem, 2011, p. 68, grifo nosso).

Por sua vez, Saquet destaca a produção do território considerando as forças econômicas, políticas e culturais, incluindo a importância da natureza e da abordagem territorial como proposta para elaborar e atuar em projetos de desenvolvimento local. Segundo as palavras do autor:

[...] o estudo do território ou dos territórios pode ser centrado no processo histórico (periodização dos elementos e momentos mais significativos e na análise dos principais agentes produtores do território e das principais

mudanças e permanências ocorridas) conjugado ao tempo coexistente (tempos *lento* e *rápido*, e a multiescalaridade), pois **essa relação está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território, considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais** (2010, p. 131, itálicas do autor, grifo nosso).

Essas propostas de abordagem integral e interdisciplinar do território são comuns também a vários outros geógrafos contemporâneos que trabalham essa temática, além dos que já citamos aqui, a exemplo de Marcelo Lopes de Souza (2009), Maria Adélia Aparecida de Souza (2005), entre outros. Todos eles afirmam, em maior ou menor medida, que as reflexões de Milton Santos foram fundamentais para a construção das suas abordagens territoriais. Geógrafo de formação, este pesquisador nascido na Bahia é muito explícito e rigoroso na sua fundamentação epistemológica sobre o estudo da realidade social e não por acaso os seus escritos são lições acadêmicas exemplares para o estudo de fenômenos complexos. A seguir, desenharemos um breve percurso sobre a trajetória acadêmica, política e institucional de Milton Santos, e posteriormente, buscaremos refletir sobre algumas das suas propostas de estudo do território.

## 1.2 O estudo do território a partir de Milton Santos

Milton Santos nasceu em 1926 no humilde município de Brotas de Macaúbas<sup>5</sup>, na Chapada Diamantina, Sertão da Bahia, em uma família de professores primários. Aos dez anos de idade, viajou para Salvador para cursar o antigo ginásio, cidade onde ficou para cursar, também, o ensino secundário e a faculdade<sup>6</sup>. Em 1948, formou-se em Direito na recém instituída Universidade Federal da Bahia (UFBA). Antes de viajar para França para cursar o doutorado em Estrasburgo, lecionou geografia e trabalhou como correspondente do jornal A

---

<sup>5</sup> Segundo dados do PNUD (2010), Macaúbas ocupa a 301ª posição de 417 municípios baianos e o 4841º lugar nos mais de cinco mil municípios do Brasil no ranking de Desenvolvimento Humano, com um IDHM considerado baixo de 0,570.

<sup>6</sup> Dados biográficos e bibliográficos extraídos do livro “Milton Santos: reflexões póstumas de um livre pensador” de Waldomiro Santos Júnior, da Coleção Gente da Bahia (2012).

Tarde, em algumas cidades baianas. Nos anos 1960, aos 34 anos de idade, conheceu Cuba, junto com o futuro presidente do Brasil, Jânio Quadros, que um ano depois o nomeou como representante do Gabinete Civil na Bahia. Participou ativamente da vida política e acadêmica baiana e brasileira até 1964, quando foi preso pelo Regime Militar e, posteriormente, exilado. Até 1977, ano em que regressou ao Brasil, realizou diversas atividades acadêmicas e consultorias em países do chamando “terceiro mundo”, como Peru, Venezuela e Tanzânia. Já de volta ao seu país, lecionou nas universidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1986, a UFBA reconheceu-o com o título de Doutor Honoris Causa, sendo a primeira universidade brasileira a conceder-lhe o título (a primeira estrangeira foi a Universidade de Toulouse, na França, em 1980). Contudo, a UFBA só o reintegrou como professor em 1995, sob o reitorado do prof. Luiz Felipe Perret Serpa. Recebeu inúmeros reconhecimentos no mundo inteiro, com destaque para o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud e o Prêmio Jabuti (melhor livro de Ciências Humanas), pelo trabalho “A Natureza do Espaço”, publicado em 1996.

Milton Santos nunca se filiou a nenhum partido político, mas sempre teve uma participação ativa na vida acadêmica, democrática e cidadã do Brasil e de outros países ibero-americanos, como Argentina, Colômbia, Costa Rica, Espanha, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Portugal, Uruguai, além de desenvolver uma constante e afetuosa relação com Cuba e Venezuela. O pesquisador da UFBA morreu em São Paulo, em 2001.

Entre toda a sua imensa produção acadêmica, nos debruçaremos principalmente sobre obras mais recentes que trabalham a noção de território em um mundo, aparentemente, “desterritorializado”. Contudo, queremos destacar, também, algumas obras publicadas em espanhol, já que nos permitem registrar a busca de diálogo com o público hispano-americano, como no caso dos seguintes livros: “*Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*” [1973], “*Espacio y método*” [1986], “*Por una geografía nueva*” [1990], “*De la totalidad al lugar*”<sup>7</sup> [1996] y “*Metamorfosis del espacio habitado*” [1996].

---

<sup>7</sup> Recopilação de artigos escritos entre 1977 e 1994. Foi publicado posteriormente em português pela EDUSP em 2005.

Em relação ao estudo do território, salientamos alguns artigos, conferências, entrevistas e obras em particular que utilizaremos neste capítulo e ao longo da tese, como “*Geografia e planejamento: o uso do território – Geopolítica*” [1980], “*O espaço do cidadão*” [1987], “*O retorno do território*” [1994], “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*” [1996], “*El territorio: un agregado de espacios banales*” [1999], “*Por uma outra globalização*” [2000], “*Território e Sociedade (entrevista com Milton Santos)*” [2000] e “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*” [2001], este último escrito em parceria com a pesquisadora argentina María Laura Silveira. Destacamos também o livro publicado pelo prof. Robert Moraes (2013) intitulado, precisamente, “*Território na geografia de Milton Santos*” que foi de grande utilidade nesta busca interpretativa da obra *miltoniana*.

Realizaremos, a seguir, uma primeira aproximação sobre o conceito de território nas reflexões de Santos, sinalizando que são diversas e até contraditórias as leituras que se fazem deste autor e, especificamente, do conceito de território por ele trabalhado ao longo da sua vastíssima obra intelectual. Neste sentido, elencaremos ponderações iniciais sobre o autor que pretendemos aprimorar ao longo da tese, assumindo que registramos – enquanto estudiosos das políticas culturais – uma visão particular, não disciplinar e pouco ortodoxa deste pensador latino-americano.

Para o professor Milton Santos [1994], o estudo do território na contemporaneidade não deveria reproduzir a tradição herdada da modernidade, de conceitos puros, que permanecem por séculos quase intocáveis (2005, p. 255). Segundo ele, é necessário construir conceitos híbridos, de formas impuras, afetados espaço-temporalmente, abertos e em movimento constante:

[...] por que, então, em nossa construção epistemológica não preferimos partir dos híbridos, em vez de partir da ideia de conceitos puros? Esta é, também, a posição de Hägerstrand (1989, 1991b, p. 117) quando propõe **tratar de forma simultânea o mundo da matéria e o mundo do significado humano** (SANTOS, 2012, p. 101, grifo nosso).

A perspectiva *miltoniana* não considera o território apenas como um palco, um cenário passivo onde acontece a vida em sociedade. O território também “acontece”. Ele surge, “retorna” – na metáfora do autor – como um ator dinâmico, em constante movimento e interação com o seu entorno cultural. Santos e Silveira [2001] afirmam que “para definir

qualquer pedaço de território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (2011, p. 247). Por conseguinte, o território usado é um território vivo, vivendo que “[...] revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações” (ibidem, p. 247). De acordo com Santos [1994], o objeto de análise social não é o território “em si mesmo”, mas o uso do território; ou seja, o território usado – e nós acrescentamos ainda: histórico, simbólico, contingente, habitado – como quadro permanente de nossa vida<sup>8</sup>. “[...] já que usado, o território é humano” afirma o pesquisador (2005, p. 257). E esta seria uma das suas propostas híbridas, ao mesmo tempo simbólica e material, que nos permitiria estudar a realidade territorial atual de forma sistêmica e integral.

Diversos pesquisadores e trabalhos que se debruçam sobre o estudo do território, como Souza (2005), Haesbaert (2006, 2008), Saquet e Sposito (2009), Saquet (2010), Moraes (2013), entre outros, destacam a preocupação permanente de Santos em unir teórica e metodologicamente a geografia física e a geografia humana, buscando ultrapassar a dicotomia materialidade/imaterialidade em uma formulação “híbrida”, que seja superante. A geografia física se preocupa pelo estudo do território “em si mesmo”, enquanto sistema de objetos “puros”, na sua dimensão física e material. Este enfoque natural(ista) e material(ista), como vimos anteriormente, está ligado às abordagens mais “duras” das ciências naturais, exatas e da terra, que privilegiam o estudo de fenômenos, digamos, “não humanos”, relacionados com as chamadas “leis da natureza”. Contudo, uma conceituação sobre território que o defina exclusivamente como forma, sem conteúdo humano e, neste sentido, sem história, seria um tipo ideal puro e permanente, o que não corresponde com a proposta de Milton Santos que estamos analisando. A “imaterialidade” presente na dimensão simbólico-cultural do território é constitutiva e indissociável desta materialidade dos objetos e da configuração espacial, como veremos com mais detalhe posteriormente.

---

<sup>8</sup> Nas palavras do autor: “O que ele [o território] tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco da alienação, o risco de perda de sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro” (SANTOS, 2005, p. 255).

Retomando as críticas às visões mais “puras” da modernidade, Santos analisa que a abordagem (jurídico) política moderna do Estado-Nação parece não considerar o caráter profundamente histórico e contingente do território enquanto construção social:

[...] o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, **entronizando uma noção jurídico-política do território**, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado moderno e do Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais [...]. **O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava** (2005, p. 255, grifo nosso).

O professor da UFBA considera o papel ativo do Estado moderno na configuração territorial (na sua dimensão física e material), sempre deixando um espaço dialético para a atuação não passiva do território na construção do Estado-Nação. Contudo, afirma o pesquisador, estes elementos são ainda insuficientes para compreender a nova realidade do território: “Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado territorial para a noção pós-moderna da transnacionalização do território” (ibidem, p. 255). Santos matiza esta afirmação dizendo que se antes nem todo território era “estatizado”, tampouco hoje todo território é “transnacionalizado”. O território nacional-estatal é uma construção histórica contingente. Da mesma forma, os atuais processos de “transnacionalização” dos territórios ditos nacionais e, particularmente, dos chamados recursos “naturais” são também acontecimentos em movimento constante.

Aliás, no mundo contemporâneo é quase impossível pensar um território “natural”, pelo menos nos termos da divisão polarizada entre natureza e sociedade (LATOURET apud SANTOS, 2012, p. 101). O paradoxo moderno de uma separação total entre natureza e cultura pode ser exemplificado, desde uma perspectiva econômica, pelo raciocínio do autor sobre a “natureza” destes recursos: “se são naturais não são recursos, e para serem recursos têm que ser sociais” (SANTOS, 2000, p. 20). Para Santos, até a natureza é histórica “[...] inclusive o chamado ‘meio ambiente’. Seu valor ‘local’ é relativo, ou, em todo caso, relativizado” (2005, p. 255).

Em síntese, a ênfase material(ista) “pura” nas abordagens “naturais”, jurídico-políticas e econômicas da modernidade são insuficientes para compreender a “hibridez” (i)material histórica, simbólica e cultural dos territórios contemporâneos. Neste ponto, Milton Santos

realiza uma conceituação que gerou algumas controvérsias entre os geógrafos: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (ibidem, p. 255). O autor esboça aqui uma sistematização polêmica para a geografia como disciplina, porque de alguma forma, em seus últimos escritos, ele deixou de considerar analiticamente relevante a distinção entre o conceito de território e o de território usado. Em uma das últimas entrevistas concedidas em vida, Santos foi categórico sobre este quesito:

Na verdade eu renunciei à busca dessa distinção entre espaço e território. Houve um tempo em que a gente discutia muito isso: “o espaço vem antes”, “não, o que vem antes é o território”. Eu acho que são filigranas que não são indispensáveis ao verdadeiro debate substantivo. Eu uso um ou outro, alternativamente, definindo antes o que eu quero dizer com cada um deles. Agora, **a retificação que ando fazendo é que não serve falar de território em si mesmo, mas de território usado, de modo a incluir todos os atores.** O importante é saber que a sociedade exerce permanentemente um diálogo com o território usado, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual (2000, p. 26, grifo nosso).

Se o espaço e o território seriam, em si mesmos, conceitos “puros” herdados da modernidade, os estudos contemporâneos deveriam atualizá-los, deformá-los, torná-los impuros ou híbridos, afirmando o caráter processual, histórico e contingente das nossas conceituações. Sendo assim, nesta leitura de Milton Santos, o território usado, habitado, humano se confunde com o espaço habitado, humano e vivido. No sistema de ideias deste autor, pelo menos nas suas obras mais recentes, a hierarquia vertical e as relações de rivalidade entre os conceitos de espaço e território deixam lugar a relações mais híbridas, contraditórias, horizontais e solidárias que buscam compreender melhor a realidade vivida e ampliar os diálogos com outras disciplinas humanas e sociais.

Podemos recuperar aqui o questionamento inicial de Haesbaert (2008) sobre o que pretendemos fazer com os conceitos que construímos. Nesse sentido, cabe perguntar-nos: qual seria a pretensão de Milton Santos nessa construção “híbrida” dos conceitos e de sua abordagem que, aliás, deixa de considerar relevante ou indispensável na atualidade a separação entre território e território usado? Talvez possamos encontrar algumas pistas na fundamentação filosófica destes conceitos (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2010); ou seja, na proposta epistemológica (e política) do autor para o estudo do território. Quer dizer, não

poderemos entender a abordagem territorial em Santos sem compreender, minimamente, a natureza do espaço geográfico na complexa teorização deste autor.

### 1.2.1 Por uma outra abordagem territorial interdisciplinar

Milton Santos se preocupou em deixar orientações e um método geográfico que pudesse contribuir para a produção de uma teoria social crítica (2012, p. 23). Uma boa descrição, segundo ele, inclui um sistema de interpretação que facilita a explicação de qualquer fenômeno atual (ibidem, p. 18). Para esse pesquisador baiano, a geografia como disciplina “sempre pretendeu construir-se como uma descrição da terra, de seus habitantes e das relações destes entre si e das obras resultantes, o que inclui toda ação humana no planeta” (p. 18). Ainda mais, ele foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a reconhecer a importância do debate filosófico e dos diálogos interdisciplinares para além da geografia. “Cada disciplina vê um recorte da totalidade, uma parcela autônoma do saber geral que não é independente da realidade nem do conjunto de disciplinas que a estudam” (p. 20).

O pesquisador afirma que existe uma preocupação excessiva dos geógrafos pela disciplina, no sentido corporativo, e não pelo objeto de estudo mais concreto. Em várias oportunidades, ele explica não estar interessado em discutir a geografia pela disciplina em si, mas em querer entender a realidade, o espaço que nós, seres humanos, habitamos. Sendo assim, Santos se interessa pelo diálogo com outras disciplinas e saberes para encontrar uma coerência interna e externa, uma meta-disciplina, um diálogo multi/inter/transdisciplinar que permita efetivamente o estudo de um fenômeno a partir de um conjunto indissociável de sistemas de conhecimento. O que falha na geografia não é a realidade, afirma Santos, é o pensamento e o modo geográfico de estudar essa realidade; ou seja, a epistemologia<sup>9</sup>. Vale à pena citar o raciocínio completo deste lúcido pensador latino-americano:

---

<sup>9</sup> Rodolfo Kusch ia em uma direção similar há algumas décadas atrás, quando escrevia “[...] el problema de la cultura argentina, no se concreta sólo a la recopilación de datos, sino que es ante todo un problema del pensamiento. **De nada vale recopilar datos si falla el esquema del pensamiento con el cual se los interpreta**” (2012b, p. 9, grifo nosso).

De um modo geral, **é por falta de uma epistemologia, claramente expressa, que a própria geografia tem dificuldade para participar em um debate filosófico e interdisciplinar.** A nosso ver, essa é a razão pela qual especialistas de outras disciplinas, não sabendo claramente o que fazem os geógrafos, renunciam a incluí-los nos seus próprios debates. **O que faz falta, aliás, seria uma metadisciplina da geografia, que se inspire na técnica: na técnica, isto é, no fenômeno técnico e não nas técnicas, na tecnologia.** O fato de que os geógrafos tenham com frequência desconsiderado a técnica em suas formulações metodológicas ou que a tenham considerado como um dado externo e não propriamente constitucional, em sua *démarche* teórico-empírica, vai ter implicações na maneira como outros especialistas tratam a questão do espaço (ibidem, p. 47, itálicas do autor, grifo nosso).

Sendo assim, qual seria a perspectiva geográfica que permitiria sustentar um olhar próprio e diferenciado de outras especialidades e que, ao mesmo tempo, possibilite um diálogo filosófico e interdisciplinar inspirado, de acordo com a proposta do autor, no fenômeno técnico? Problematizando a busca de um “objeto geográfico” por excelência, Milton Santos elabora o seguinte raciocínio:

**Será mesmo indispensável sair à procura de materialidades a que, com exclusividade, definiríamos como objetos geográficos, para bem circunscrever um objeto para a geografia?** A ser isso legítimo, haveria, então, forçosamente, que distinguir um objeto geográfico, um objeto etnográfico, um objeto antropológico, um objeto sociológico, um objeto econômico e, também, um objeto artístico, um objeto estético, um objeto religioso? **Ou poderíamos partir de um outro começo?** O que aqui estamos buscando não é propriamente uma estrutura mitológica dos objetos, mas **a construção epistemológica de um objeto de pensamento, a partir da província da experiência que nos interessa** (ibidem, p. 76, grifo nosso).

Citando Pierre Boudon, Santos lembra que uma coisa é a classificação dos objetos e outra é o estatuto epistemológico dos objetos estudados. A mesma realidade objetivada pode ter diversos estatutos epistemológicos, já que o processo social como um todo é indivisível (SCHUMPETER apud SANTOS, 2012, p. 76). É assim que os mesmos objetos podem dialogar com diversas disciplinas e, ainda mais: “De um ponto de vista epistemológico, as mesmas coisas seriam, de um lado, objetos sociais e, do outro, objetos geográficos” (ibidem, p.76). Desse modo, os objetos e ações estudados pela geografia não são única e exclusivamente “geográficos”. O que muda entre uma disciplina e outra não é a realidade empírica, mas o método, o ponto de vista, a construção intelectual que permite estudar os

fenômenos analiticamente. Ou seja, não é possível estabelecer que um dado é geográfico e outro não é. Ou, fazendo um raciocínio semelhante, que determinados objetos da realidade devem ser estudados somente pela geografia (ou por qualquer disciplina) de forma exclusiva e excludente. Sendo assim, o território como objeto de estudo não é uma realidade “geográfica” já dada, mas uma construção conceitual: “É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída [...] Parafraseando o que B. Stiegler (1994, p. 44) escreveu, a propósito da linguística, ‘aqui é o ponto de vista que cria o objeto’” (p.77).

A geografia, como “província de experiência”, não deveria estudar a construção territorial como se fosse separada do resto da realidade social. Na verdade, nenhuma disciplina (ou campo de estudos) deveria separar seu objeto de análise do processo social como um todo. Daí a necessidade de um enfoque sistêmico: “Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em sua interação” (p. 77). Destarte, na proposta do autor, tudo o que existe na superfície da terra interessa aos geógrafos; toda a história natural herdada e todo resultado da ação humana objetivada:

Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade. **Os objetos que constituem o espaço geográfico são obrigatoriamente contínuos e a população de objetos considerada pelo geógrafo não resulta de uma seleção, ainda que sábia e metódica, do pesquisador. O espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. Sem isso, aliás, cada objeto não faz sentido** (ibidem, p. 77, grifo nosso).

Estudar o processo social como um todo, embora bastante lógico, pode parecer uma experiência metodológica impossível. Portanto, nos interessa compreender um pouco mais sobre o sistema de conceitos construído por Milton Santos para estudar o território como objeto geográfico; ou seja, a sua particular proposta de abordagem territorial:

**O enfoque geográfico supõe a existência dos objetos como sistemas e não apenas como coleções:** sua utilidade atual, passada, ou futura vem, exatamente, do seu uso combinado pelos grupos humanos que os criaram ou que os herdaram das gerações anteriores. **Seu papel pode ser apenas simbólico, mas, geralmente, é também funcional** [...] Esses objetos e essas ações são reunidos numa lógica que é, ao mesmo tempo, a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes). Trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque

geográfico. **A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que, pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistemicamente interligados, eles desempenham no processo social** (ibidem, p. 73, 77).

A fundamentação filosófica do enfoque geográfico de Milton Santos é complexa, já que busca criar conceitos e categorias analíticas que nos permitam compreender “o todo como realidade e como processo, como uma situação e como movimento” (ibidem, p. 77). Sua abordagem tem vários elementos que, acreditamos, vão nos ajudar não só no estudo do território, mas na análise das políticas culturais também, já que os dois processos fazem parte da mesma realidade social indivisível. E para melhor entender o pensamento deste autor e sua metodologia de estudo mais empírica do território, vamos aprofundar agora na questão das relações entre espaço, técnica e configuração territorial no sistema de ideias que sustenta este enfoque geográfico interdisciplinar.

### **1.2.2 Espaço, técnica e configuração territorial**

A primeira parte do livro “*A Natureza do Espaço*” [1996] intitula-se “*Uma Ontologia do Espaço: Noções Fundadoras*” (p. 27-110). Nela, Milton Santos incorpora mais elementos na sua proposta de estudo em relação à conceituação sobre território apresentada anteriormente<sup>10</sup>: “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único onde a história se dá” (ibidem, p. 63). Mesmo falando em noções fundadoras, ontologia e natureza do espaço, a preocupação pela formação do território, sua construção e movimento, nos tira do risco mais essencialista implicado na pergunta sobre o que é o espaço e nos leva ao estudo mais dinâmico do território, sobre como ele *está sendo* usado – e, porque não, como ele está sendo disputado – na contemporaneidade<sup>11</sup>. Para

---

<sup>10</sup> Lembrando: “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255).

<sup>11</sup> Colocamos, propositalmente, esta síntese filosófica entre o ser e o estar, o *estar sendo*, por que é chave na perspectiva geocultural de Rodolfo Kusch, que veremos mais à frente.

compreender essa definição sintética e muito complexa, precisamos de uma categoria chave no sistema de ideias miltoniano, a qual analisaremos a seguir: a noção de técnica.

Santos afirma que a principal forma de relação entre seres humanos e o meio – mais ou menos “natural” – que o circunda é dada pela técnica: “As técnicas são um **conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço**” (ibidem, p. 29, grifo nosso). Meios instrumentais e sociais – aos quais nós acrescentamos o termo culturais – utilizados para viver, (re)produzir objetos e ações, ou seja, para (re)criar o espaço que habitamos. O autor está trabalhando a noção de técnica no seu sentido mais amplo, não restrito a aplicações mecânicas. Nessa visão abrangente, são incluídas técnicas sociais e comunitárias, técnicas de armazenamento e produção de energia, técnicas da produção e de transformação das matérias-primas, técnicas da conquista e de atuação no espaço e na vida; enfim, a noção de técnica “estende-se a tudo o que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana” (SORRE apud SANTOS, 2012, p. 35). Cabe destacar a distinção que o estudioso estabelece entre as técnicas particulares examinadas na sua singularidade, como as que enumeramos anteriormente, e a técnica vista como fenômeno técnico, como uma totalidade (p. 36).

Por que definir a técnica como um meio? Na sua proposta metodológica, Milton Santos se esforça em superar fragmentações clássicas e ambiguidades nas conceituações, com o intuito de compreender – da forma mais fidedigna possível – a realidade social estudada. Para ele, o mundo real não funciona de forma dicotômica e recortada; é uma totalidade carregada de particularidades que são indissociáveis, inseparáveis, a não ser para finalidades analíticas, descritivas, meramente formais. A técnica seria um meio que relaciona as culturas com seu entorno, mas também é um meio através do qual o território atua nas sociedades. O fenômeno técnico pode ser entendido como prática técnica, ação técnica, produção técnica e também como objeto técnico, com insumo para a produção de outro objeto ou meio para realizar determinada ação. Quando considerado o critério de uso possível, mesmo os objetos ditos “naturais” podem ser incluídos como objetos técnicos: “será objeto técnico todo objeto suscetível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos de uma atividade técnica” (SERIS apud SANTOS, 2012, p. 38).

Qual é a relação da técnica com o espaço? Muitas vezes a técnica é estudada como se fosse externa ao território, afirma Santos, quando na verdade é um elemento constitutivo e fundamental na transformação espacial. Se compreendermos o espaço geográfico nesta acepção que ultrapassa, por muito, a noção de entorno natural (BALANDIER apud SANTOS, 2012, p. 40), não é possível estudar os objetos técnicos fora do entorno onde estão localizados: “[...] cada novo objeto é apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente” (SANTOS, 2012, p. 40). A técnica, no seu sentido mais amplo, como totalidade, se estende a todos os domínios da atividade humana, permite que a vida seja possível neste planeta e é nossa principal ferramenta de ação e transformação do espaço. Porém, o fenômeno técnico não se manifesta como totalidade no mundo real, isto é uma abstração, uma representação conceitual que nos ajuda a organizar e sistematizar algumas ideias. São as técnicas particulares – sejam ações técnicas, objetos técnicos e/ou meios técnicos – as que se manifestam no tempo e nos territórios. A manifestação destas técnicas, o agir histórico e localizado, gera consequências recíprocas, solidárias e indissociáveis do entorno na medida em que o espaço “se apropria” das técnicas, criando uma “nova” configuração territorial. Em outros momentos desse capítulo, já havíamos mencionado esse último termo, mas não o analisamos em profundidade. Sendo assim, consideramos pertinente indagar um pouco mais a noção de configuração territorial no sistema de ideias de Milton Santos.

No começo da história humana, afirma o pesquisador, a configuração territorial era simplesmente “o conjunto dos complexos naturais” (ibidem, p. 62); ou seja, o que tradicionalmente chamamos de natureza. Contudo, à medida em que vamos produzindo a história, tendemos a uma “negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (p. 62). Neste sentido, cria-se uma configuração territorial carregada de objetos humanos, fabricados, técnicos, cibernéticos, não “naturais” e, neste sentido, artificiais e culturais: “estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc., verdadeiras próteses” (p. 62). Sendo assim, esta noção inclui “[...] o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (p. 103). Destarte, para este autor: “[a] configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (p. 62).

Qual é a relação entre a configuração territorial e espaço? Santos explica esta conexão de diversas formas. Por um lado:

A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. **A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais** (ibidem, p. 62, grifo nosso).

Por outro lado, buscando reforçar o seu argumento em autores clássicos das ciências sociais, o pesquisador constrói o seguinte raciocínio sobre o espaço e a configuração territorial, que vale a pena citar integralmente:

Em sua famosa definição dos fatos sociais, cuja existência se impõe à sociedade, e, independentemente deles, aos indivíduos, Émile Durkheim (1895, 1962, p. 12-13) distinguia entre meio de ação e meio de existência. Essa cristalização dos meios de ação segundo Durkheim pode ser considerada como equivalente ao “trabalho morto” da terminologia de Marx e seria mais bem representada, em nossos dias, pelo **conjunto de objetos culturais que, ao lado ou no lugar dos objetos “naturais”, cuja significação modificam, formam o que podemos chamar de configuração espacial, configuração territorial ou configuração geográfica [...]**. Ora, a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social (ibidem, p. 74-75, grifo nosso).

Em diversos momentos do livro, Milton Santos faz questão de frisar que estas noções não são sinônimas. Ele constrói cadeias de equivalentes – embora não como sinônimos – entre território e espaço e, por outro lado, termos análogos, como configuração territorial, espacial ou geográfica. Mas o território não se reduz à sua configuração territorial ou, se utilizarmos esse mesmo raciocínio, o espaço não se restringe à sua configuração espacial ou geográfica. Estaríamos com problemas se estudássemos única e exclusivamente a configuração territorial, dimensão físico-material e forma exterior do território, como se fosse a totalidade do espaço geográfico. Todavia, seria incompleta nossa abordagem territorial se não considerarmos, também, esta materialidade “natural” e cultural mais sedimentada, “objetivada” numa determinada configuração espacial e geográfica.

Acreditamos que essas diferenças são conceitualmente importantes, já que nos permitem estudar **a dimensão física e material do território, a “forma exterior do corpo” (ou seja, a configuração territorial) enquanto realidade social objetivada, sedimentada, misturada com o entorno “natural” mas não exterior à sociedade nem à história humana e suas práticas culturais.** Esse sistema físico-material de objetos cristalizados, aparentemente imutáveis, é resultado de ações técnicas, temporais e localizadas, que hoje participam da realidade social, como “história congelada”, através do espaço. Tanto os objetos não são dissociáveis das ações (culturais), como a materialidade física da configuração territorial não é desunida da imaterialidade interpretativa dos usos do território. Sendo assim, a dimensão simbólica do espaço geográfico – ou seja, a sua dimensão principalmente cultural –, além de definir os sentidos das nossas práticas, é a principal encarregada de (re)produzir os usos sobre o território, não só através das ações, mas nos próprios objetos técnico-culturais “naturalizados” na configuração espacial, no mesmo sistema físico-material sedimentado por séculos de técnicas culturais. Nas palavras do autor:

**Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo.** Isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. **A ação se dá sobre os objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes.** Esses objetos de ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados (ibidem, p. 109, grifo nosso).

Em cada momento, afirma Santos, a sociedade está agindo sobre ela própria, ou seja, sobre o espaço, e não sobre a materialidade exclusivamente. Neste sentido, a partir da perspectiva miltoniana, a dialética não se realiza entre a sociedade e a configuração físico-espacial, mas entre a sociedade e o território. E vice-versa (ibidem, p. 110). A seguir, elaboramos um quadro para explicar didaticamente a abordagem territorial no sistema de ideias de Milton Santos.

**Quadro 1-** A abordagem territorial no sistema de ideias miltoniano

<p style="text-align: center;">TERRITÓRIO Território usado Espaço habitado Espaço humano Espaço banal ESPAÇO</p>
--

**Fonte:** elaboração própria.

### 1.2.3 A natureza (cultural) do espaço

Relembrando, se o território inclui as técnicas, se é resultado da ação histórica e, ao mesmo tempo, é meio e agente de transformação, expressando as desigualdades e contradições da humanidade que o habita, podemos arriscar uma conceituação sobre os territórios contemporâneos como construções profundamente culturais, densas, complexas, mas também contingentes e abertas a modificações. Segundo Santos: “[é] o espaço que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde **a contiguidade obriga a agir em conjunto e solidariamente**” (p. 41, grifo nosso). Naturalizamos os objetos técnicos e culturalizamos a “natureza natural” em um processo constante de adaptação-concretização (SIMONDON apud SANTOS, 2012, p. 41). A singularidade hegemônica do espaço-temporal atual permite que, com os chamados “progressos” da ciência e da técnica, as possibilidades funcionais dos objetos estejam cada vez mais sobredeterminadas: “[...] esses objetos concretos tendem a alcançar uma especialização máxima e a obter uma intencionalidade extrema” (SANTOS, 2012, p. 39).

A difusão dos objetos técnicos não é uniforme, homogênea; estes se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço. Daí as desigualdades e contradições espaciais nas suas diversas escalas. A racionalidade do capitalismo “real”, atual neoliberalismo, fomentado pelo autoritarismo corporativo-empresarial transnacional, constrói técnicas com extrema intencionalidade e funcionalidade para os seus interesses de acumulação e de manutenção das desigualdades, gerando e reproduzindo, há séculos, uma lógica de espaço-mundo moderna que pouco tem a ver com os interesses de supervivência e

bom viver da maioria de nossos habitantes, especialmente no contexto latino-americano (mas não só nele). Milton Santos afirma que:

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas **não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos**: o espaço visto como um conjunto de objetos **organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica**. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura continuidade (ibidem, p. 40, itálica do autor, grifo nosso).

A história, onde a noção de tempo adquire centralidade, se torna um meio, um ambiente que dá como resultado uma síntese espacial “objetivada”, onde os usos e sentidos (significados) não estão preestabelecidos, nem “fixados” a essa contingência territorial. A cada momento se produz uma nova síntese e se cria uma nova unidade espacial (ibidem, p. 40). Assim sendo, se existe alguma possibilidade de transformação, se realmente outro mundo é possível, não poderá ser efetivado sem uma profunda transformação espacial (quiçá poderíamos chamá-la de “geocultural”) dos territórios que habitamos.

Para Santos, é pertinente não sobredeterminar o papel da técnica em si mesma na explicação da sociedade e dos territórios. Ela é importante, afirma o pesquisador da UFBA, mas sozinha não explica nada. Uma técnica terá valor explicativo dentro de um sistema de dados e referências elaborados para poder compreendê-la, mas não como dado isolado (p. 46). Quando o fenômeno técnico se incorpora ao espaço geográfico, não significa que fique estático, rígido, funcionando simplesmente como espaço-receptáculo. Nas palavras deste pensador:

Essa visão é inaceitável porque **o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente um conteúdo em tempo** – o tempo das coisas – sobre o qual vêm agir outras manifestações do tempo, por exemplo, o tempo como ação e o tempo como norma. Não é que esta suprima o espaço e o tempo, apenas os altera em sua textura, e pode também alterá-los em sua duração (ibidem, p. 46, grifo nosso).

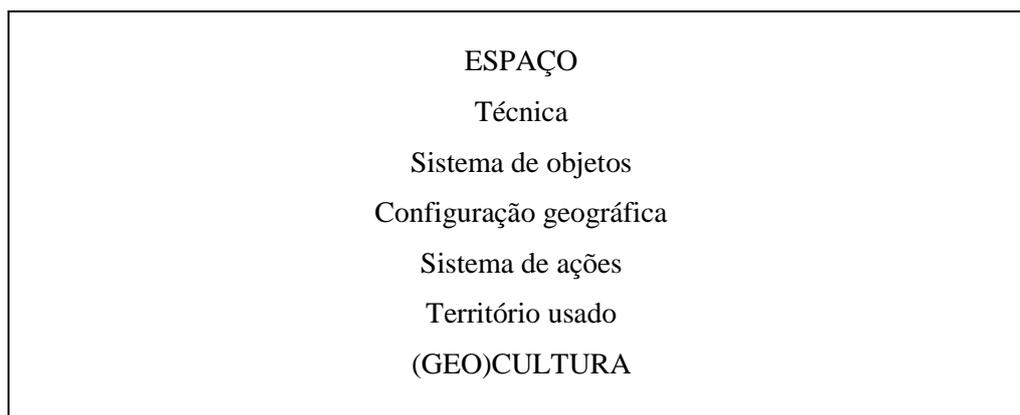
Como afirmamos anteriormente, a técnica se estende a todos os domínios da atividade humana, permite que a vida seja possível neste planeta e é nossa principal ferramenta de ação e transformação dos territórios. Se neste raciocínio trocarmos a palavra técnica pela palavra cultura, o argumento anterior continuaria sendo perfeitamente válido. Para Santos, a técnica permite a empirização e incorporação do tempo ao espaço, realizando uma união histórica e epistemológica (ibidem, p. 54). Neste sentido, técnica é território. Parafraseando esta argumentação, não podemos negar o caráter profundamente cultural da técnica, como também do tempo, do espaço e do mundo enquanto realidades históricas mutuamente conversíveis, razão pela qual técnica também é cultura. A técnica, enquanto fenômeno geral, e também as técnicas como tecnologias particulares são processos culturais, no seu sentido mais profundo. E não podemos isolar as técnicas culturais de uma sociedade do espaço habitado, dos usos sobre os territórios.

Consequentemente, Milton Santos não é somente um estudioso do espaço geográfico (e dos territórios), mas também um teórico da cultura (hegemônica) moderna, ocidental e urbana. Assim sendo, sua abordagem territorial interdisciplinar é profundamente (geo)cultural, sustentada numa preocupação maior pela realidade vivida dos habitantes de um lugar do que pela disciplina geográfica em si mesma. Ele nos convida a (re)pensar os estudos multidisciplinares em cultura nesta realidade complexa, construindo outras abordagens interdisciplinares e, porque não, geoculturais, a partir da técnica e do uso do território. Técnica no sentido mais amplo, enquanto fenômeno técnico, segundo a conceituação do autor – e como fenômeno cultural, poderíamos acrescentar.

Considerando essas conexões, podemos continuar esse debate filosófico e interdisciplinar inspirado na técnica, no fenômeno cultural, sobre o estudo do território, incorporando agora algumas reflexões do pensador argentino Rodolfo Kusch (1922-1979). Este pesquisador também tinha preocupações geográficas, no sentido de compreender o espaço habitado pelos seres humanos, as relações destes entre si e com as obras resultantes, porém o seu foco principal eram os habitantes do continente americano. Neste percurso, sua formação em filosofia e suas experiências em antropologia tornam difícil enquadrá-lo em apenas uma disciplina só (por isso poderíamos afirmar que ele teve uma formação transdisciplinar, utilizando um termo atual). Suas orientações e metodologias estavam centradas na produção de um pensamento social crítico da realidade latino-americana. Sendo

assim, apresentaremos a seguir alguns apontamentos realizados por Kusch, buscando contribuir para a construção de uma abordagem territorial que tenha maior ênfase na dimensão cultural, contudo sem deixar de dialogar com o enfoque geográfico miltoniano, conforme sistematizamos no quadro 2.

**Quadro 2-** A dimensão espacial no sistema de ideias miltoniano



Fonte: elaboração própria.

### 1.3 O estudo do território a partir de Rodolfo Kusch

Conforme discutimos brevemente na introdução deste capítulo, não foram somente os geógrafos os interessados em estudar o território nas últimas décadas. Filósofos e antropólogos, entre outros especialistas, também têm contribuído, e muito, para as atuais abordagens territoriais, cada vez mais afastadas do naturalismo ou dos estudos físico-geográficos mais tradicionais da modernidade<sup>12</sup>. Nesse sentido, um pesquisador latino-americano que muito se destaca é o argentino Rodolfo Kusch. Professor da Universidade Nacional de Buenos Aires (UBA) com formação em filosofia, Kusch foi invisibilizado pelos próprios colegas filósofos da região. Utilizou métodos antropológicos nas suas pesquisas de campo, entretanto, era bastante crítico dos antropólogos de sua época. Dialogava, sim, com

---

<sup>12</sup> Este diálogo interdisciplinar realizado em países como Itália, França, Alemanha e Grã Bretanha tem sido minuciosamente estudado por pesquisadores brasileiros como Haesbaert (2006, 2008, 2009) ou Saquet (2009, 2010).

geógrafos, especialmente do campo rural; porém nem as suas conceituações claramente ligadas a esta disciplina – como a noção de “geocultura” – conseguiram lugar destacado nas discussões geográficas do país ou do continente. Embora Kusch não tenha construído explicitamente uma abordagem territorial, acreditamos ser pertinente retomar algumas de suas reflexões sobre o solo, o *habitat*, o espaço habitado e a (geo)cultura, com o intuito de (re)pensar o estudo do território a partir destas inquietações mais filosóficas situadas no contexto americano.

Isto posto, realizaremos adiante uma breve apresentação de Rodolfo Kusch, da sua obra e suas principais preocupações acadêmicas. Guiados principalmente por suas reflexões sobre o que denomina a “geocultura do homem americano”, publicadas em 1976 no livro homônimo, buscaremos compreender as relações estabelecidas entre as conceituações de técnica, pensamento e geografia e também entre solo, cultura e horizonte simbólico.

### 1.3.1 Um “gringo” latino-americano em busca da América Profunda

Gunter Rodolfo Kusch, “*el gringo*”<sup>13</sup>, nasceu na cidade de Buenos Aires em 1922. Seus pais, de nacionalidade alemã, foram para Argentina fugindo da guerra na Europa. Seu pai, ex-combatente, morreu em um acidente quatro anos depois do nascimento de seu filho. Sua mãe, diante da situação da Alemanha e do contexto europeu de guerra, decidiu fixar residência definitiva na Argentina. Rodolfo Kusch nunca regressou à Alemanha, mas cultivou especial interesse por diversos pensadores germanos durante a sua formação acadêmica, como Husserl, Heidegger, Frobenius, Spengler e Spranger, entre outros.

Graduou-se em 1948 como professor de Filosofia na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA. Além do ensino em colégios secundários na cidade *porteña*<sup>14</sup>, desenvolveu atividades acadêmicas em escolas de belas artes e em universidades argentinas, bolivianas, peruanas e

---

<sup>13</sup> Nos países hispano-americanos, além de utilizar-se esta expressão para falar dos estrangeiros, se usa para designar às pessoas loiras, de olhos claros e pele branca, características de Rodolfo Kusch.

<sup>14</sup> Gentílico dos habitantes da cidade de Buenos Aires.

mexicanas. Também escreveu peças literárias, obras de teatro, fez programas de rádio e alguns trabalhos em formato audiovisual. Foi membro da Sociedade Argentina de Escritores (SADE) e integrou a comissão diretiva dessa instituição entre 1971 e 1973. Durante os anos 1970, participou ativamente de seminários sobre cultura nacional, meios de comunicação e cultura de fronteira, presididos ou organizados por ele e realizados nos pontos mais extremos do país, como nas localidades de Bariloche, Bahia Blanca e Salta.

Em 1976, lecionava na Universidade Nacional de Salta (UNSA), quando a ditadura militar argentina afastou-o de seu cargo de professor. Assim sendo, viveu seus últimos anos junto à esposa no extremo norte da Argentina, no povoado de Maimará, província de Jujuy, aos pés da Quebrada de Humahuaca (região declarada como patrimônio da humanidade pela UNESCO). Em 1979, aos 57 anos de idade, adoeceu e faleceu na cidade de Buenos Aires, onde tinha regressado para cuidar de sua saúde<sup>15</sup>.

Os títulos dos principais livros de referência publicados por Kusch servem para ilustrar, com bastante clareza, suas inquietações acadêmicas: “*La seducción de la Barbarie: análisis herético de un continente mestizo*” [1953]; “*América Profunda*” [1962]; “*De la mala vida porteña*” [1966]; “*Indios, porteños y dioses*” [1966]; “*El pensamiento indígena y popular en América*” [1970]; “*Geocultura del Hombre Americano*” [1975] e “*Esbozo de una antropología filosófica americana*” [1978]. Parte importante de sua produção intelectual foi publicada em 2000 pela Editorial *Fundación A. Ross*, em uma coletânea de quatro volumes denominada “*Obras Completas*” (mesmo que, segundo os estudiosos de sua obra, não sejam completas). A mesma editora reeditou, em 2012, várias de suas principais obras, em livros separados.

Rodolfo Kusch buscou compreender a enorme diversidade de expressões, pensamentos e manifestações culturais do continente, a partir da própria realidade americana, por isso era bastante crítico das técnicas de conhecimento acadêmico hegemônicas na sua época. Uma de suas insatisfações em relação à universidade argentina, especialmente no campo da filosofia, era a aparente falta de pensamento e capacidade de reflexão crítica na região, refletida na ausência total de bibliografia americana nas faculdades de arte, filosofia e humanidades onde

---

<sup>15</sup> Informações biográficas e bibliográficas extraídas do primeiro volume das obras completas de Rodolfo Kusch (2007, p. V-XXVII).

ele atuou como professor. Ademais, o autor se debruçou sobre as diferenças entre o pensamento “culto” acadêmico e o pensamento popular “não acadêmico”. Segundo ele, os círculos de pensamento “culto” acadêmico consideravam que América – especialmente os países abaixo dos Estados Unidos – era um continente sem capacidade filosófica, ou seja, incapaz de produzir pensamento crítico e autônomo, diferente das elites do continente europeu e dos países centrais que, conforme acreditavam os críticos, tinham o domínio desta técnica. Segundo Kusch, considerar como legítimo e igualmente válido o pensamento popular e indígena “não acadêmico” causava muita rejeição dos colegas filósofos da UBA:

**El estancamiento del filosofar entre nosotros**, la imposibilidad de adelantar, o emprender un filosofar, **se debe seguramente como suele decirse a una ausencia de técnica para ello**. En general la técnica para pensar viene al cabo del proceso y no al principio. **El filosofar mismo es, en cierta manera, independiente de la técnica para filosofar. ¿Pero por qué entonces el requerimiento de una técnica?** (2012a, p. 25, grifo nosso).

Kusch percebeu que as práticas intelectuais indígenas e populares “não acadêmicas”, pelo simples fato de viverem e agirem em uma determinada realidade, constroem técnicas de conhecimento, no mínimo, tão válidas quanto as construídas no ambiente acadêmico. Mas nessa época, a universidade não concedia nenhum “*status* epistemológico” ao conhecimento produzido fora da academia, ainda que fosse criado no mesmo território vivido pelos próprios acadêmicos. Para o pensador argentino, as elites locais universitárias só eram capazes de apreender técnicas de pensamento hegemônicas e reproduzir o que já tinha sido elaborado no velho continente. Kusch entendia como técnica hegemônica a execução do esperado, a reiteração do que já é sabido antes mesmo de obter o resultado. Por exemplo, na técnica de extração (exploração) de minerais se retira da natureza o mineral já conhecido e necessário para alguma coisa (2012a, p. 26-27)<sup>16</sup>. Neste sentido, a técnica se aplica sobre o que já foi explorado, conquistado, nada novo aparece. Se não fosse pelas técnicas hegemônicas, talvez o inesperado pudesse emergir. A aplicação acrítica destas técnicas filosóficas “alheias” aos problemas da América teria gerado uma atitude esterilizante no meio acadêmico e,

---

<sup>16</sup> “¿Pero qué entendemos por técnica? Aparte de lo que se suele decir al respecto, digamos, para lo que queremos expresar aquí, que **la técnica implica esencialmente una puesta en práctica de lo que espera**. Con la técnica se cierra un círculo. Se reitera lo sabido antes que lo dado. Se trata, por ejemplo, en una técnica de extracción de minerales que consiste en sacar a la naturaleza el mineral que ya conocemos y que necesitamos” (KUSCH, 2012a, pp. 26-27, grifo nosso).

consequentemente, no pensamento universitário. Daí o motivo das nossas limitações e infertilidades filosóficas, segundo Kusch. No caso americano acrescenta-se ainda:

**No se piensa, porque no se tiene una técnica, pero ante todo porque se tiene miedo.** El montaje de una nacionalidad como la argentina y como las otras de Latinoamérica, tiene que haberse montado sobre el miedo de que todo es falso en el fondo. **Por eso hay que sostenerlo, por eso hay que tener técnicas, y, si no se las tiene, no se piensa, y como no las tenemos entonces nuestro filosofar no es más que una reiteración de la filosofía misma** y nuestras estructuras son repetidas (ibidem, p. 27, grifo nosso).

O autor acredita que enfrentamos o caos através das técnicas para garantir o previsto e, com isto, matamos o tempo, perdemos a possibilidade da novidade, deixamos que o medo nos aprisione para que não apareça outra coisa que não seja a esperada: “De ahí nuestra educación. Se educa a los jóvenes para pre-ver, ver antes, saber ya lo que se da, y así detener el tiempo, evitar el engorro del sacrificio” (ibidem, p. 27).

Como poderíamos enfrentar este medo e começar a pensar de forma autônoma e situada no nosso contexto, incorporando elementos acadêmicos e não acadêmicos? Para Kusch, precisamos assumir a decisão cultural pela América Profunda e construir uma geocultura do pensamento.

Não é simples sintetizar e sistematizar as ponderações deste pesquisador. Contudo, considerando que essas ponderações foram realizadas quatro décadas atrás, surpreende a sua atualidade e a originalidade do método intercultural proposto. Por esse motivo, acreditamos que tais reflexões serão fundamentais para a construção de uma abordagem territorial que nos ajude a (re)pensar o estudo das políticas culturais na América Latina.

### **1.3.2 Esboço de uma geocultura do pensamento**

Kusch divide em quatro partes as reflexões do livro “Geocultura do Homem Americano” (2012a). A primeira parte, intitulada “O medo de ser(mos) nós mesmos”, fundamenta a breve introdução ao pensamento *kuscheano* que colocamos anteriormente. A

segunda, intitulada “Aproximación a una Geocultura”, se relaciona com o capítulo sobre a “Geocultura do pensamento”, que aparece em um livro posterior – “Esboço de una Antropología Filosófica Americana” (2012b) –, textos que analisaremos a seguir.

Após realizar diversas pesquisas de campo em comunidades do norte da Argentina e do sul da Bolívia, região conhecida culturalmente como andina, Kusch se debruçou sobre a importância que adquire o pensamento dos grupos culturais para compreender tudo o que se refere a eles mesmos. Segundo o autor, “[...] se trata de un **pensamiento condicionado por el lugar**, o sea que hace referencia a un contexto **firmemente estructurado mediante la intersección de lo geográfico con lo cultural**” (2012b, p. 75, grifo nosso). O que chamava a atenção do filósofo era a resistência cultural de distintas comunidades andinas às técnicas desenvolvimentistas e de “progresso econômico” oferecidas por agências governamentais e instituições da sociedade civil da época; propostas econômicas que, em diversas oportunidades, não conseguiam lidar com o fechamento cultural dos grupos “alvo”<sup>17</sup>. Metodologicamente, Kusch acreditava que caberia considerar o ponto de vista “geocultural”, já que existem unidades estruturantes que não dissociam o geográfico do cultural, constituindo uma totalidade difícil de penetrar, a não ser que a mesma unidade proporcione os meios para fazê-lo (ibidem, p. 75)<sup>18</sup>. A geografia faz o *habitat*, o espaço habitado, o viver cotidiano em comunidade e, neste sentido, não pode ser uma realidade externa ao pensamento e nem à cultura dos grupos andinos:

La ecología de un ámbito, así como el hábitat, son recubiertos siempre por el pensamiento del grupo, y éste se encarga de vestir con un paisaje cultural al hábitat en cuestión. En el fondo hay una captación del hábitat por el pensamiento del grupo, de tal modo que éste acentúa la rigidez cultural (ibidem, p. 75).

---

<sup>17</sup> “Por ejemplo desde este ángulo se explica toda clase de resistencias que el grupo ofrece a la interferencia del mundo exterior. **Una propuesta económica se estrella contra el cierre cultural del grupo**. Y la propia cultura de éste tiende a proporcionar elementos para resistir a cualquier modificación” (KUSCH, 2012b, p. 75, grifo nosso).

<sup>18</sup> “A nivel metodológico cabe considerar entonces desde un punto de vista geocultural **que existen unidades estructurales que apelmazan lo geográfico y lo cultural** constituyendo una totalidad difícil de penetrar, a no ser que la misma unidad proporcione los medios para hacerlo” (ibidem, p. 75, grifo nosso).

O estudo do pensamento grupal permitiria o acesso a essa totalidade geocultural. Contudo, a que se refere Kusch quando fala de pensamento? Para este intelectual latino-americano “[...] el pensamiento es siempre el **núcleo seminal que proporciona los contextos simbólicos** con que se visten la realidad y el quehacer cotidianos” (ibidem, p. 75-76, grifo nosso). O pensamento é histórico, situado, não desligado do entorno geográfico e cultural. Práticas e técnicas culturais cotidianas criam sentidos simbólicos e constroem o espaço geográfico, que, por sua vez, condiciona o pensamento dessa mesma cultura. Sendo assim, afirma o autor, a filosofia precisa assumir práticas arqueológicas e antropológicas que possam ir além da materialidade dos objetos e de inventários de classificação e rotulagem. O estudo destes núcleos seminais dos habitantes do continente americano (i)materiais e simbólicos precisaria de uma antropologia do pensamento: empírica, localizada, vivencial e, porque não, interdisciplinar e intercultural.

Ademais, para Kusch o conceito de unidade geocultural nos leva a questionar filosoficamente a possibilidade de um saber absoluto, como propõe o pensamento ocidental: “El saber absoluto de Hegel, es un saber condicionado por la cultura y las circunstancias políticas de la Alemania de su tiempo” (ibidem, p. 76). Sendo assim, o espaço geográfico construído pela sociedade alemã da época se manifesta no pensamento hegeliano da mesma forma que a geografia andina condiciona o núcleo simbólico das comunidades da região, e vice-versa. Contudo, enfatiza o autor, afirmar que a geografia condiciona o pensamento seria muito superficial e determinista. Para Kusch, algo mais profundo acontece. Existiria uma fundamentação filosófica que não se sabe exatamente o que seria, uma espécie de sustento “último” não racional de um grupo cultural, que ele caracteriza com o termo *suelo*<sup>19</sup>:

La idea de un pensamiento resultante de una intersección entre lo geográfico y lo cultural conduce al problema filosófico de la incidencia del suelo en el pensamiento y abre, por consiguiente, esta pregunta: **¿Todo pensamiento sufre la gravidez del suelo, o es posible lograr un pensamiento que escape a toda gravitación?** Esto lleva a una funcionalidad del pensar y ésta, por su parte, al encuentro del pensar con su suelo (ibidem, p. 76, grifo nosso).

---

<sup>19</sup> “Afirmer que la geografía condiciona el pensamiento sería muy superficial. Pero enunciemos siquiera a nivel hipotético que algo más profundo ocurre, y que no lo conocemos y que caracterizamos el problema con el término **suelo**” (ibidem, p. 78, grifo do autor).

Assim sendo, um pensamento gravitado pelo solo constitui um núcleo seminal de conteúdo simbólico, histórico e também material, que mantém uma relação indissociável com o espaço geográfico e que produz os símbolos culturais cotidianos que permitem a sobrevivência de uma comunidade humana determinada. Kusch enuncia aqui um paradoxo lógico quando questiona a universalidade do pensamento ocidental, afirmando a sua historicidade, localidade e contingência, mas asseverando, também, a “universalidade” da gravidade do solo que sustenta o pensamento. Porém, essa universalidade “deformada”, contingente, histórica, localizada, afetada pelo território e pela cultura local, gera diversos solos e, neste sentido, distintas formas de pensamento. Ou seja, a universalidade da condição humana se manifesta historicamente em todas as suas variantes, devido à união indissociável de culturas e territórios, pensamentos e solos. De acordo com o autor argentino:

Si se logra fundar la observación de que todo pensamiento es naturalmente grávido y tiene su suelo, **cabría ver en qué medida dicha gravidez crea distintas formas de pensamiento**. Quizá se podría ampliar entonces todo lo que se refiere a una antropología del pensamiento, en el sentido de no establecer *ad hoc* un pensamiento así llamado universal, sino de **descubrir en la gravidez del pensar, o sea en el suelo que lo sostiene, un cuadro real del mismo que abarque todas las variantes de su modo de ser universal**. Y esto simplemente **porque lo universal deformado, no es ni universal, ni deformado, sino que constituye la restitución de un modelo real** (ibidem, p. 76-77, itálica do autor, grifo nosso).

Como disciplina acadêmica e como fundamentação das ciências modernas, a filosofia pode ser considerada, também, como uma somatória de técnicas (culturais) de conhecimento, formas de pensamento particulares, históricas e contingentes que nos ajudam a refletir sobre os fundamentos da vida em sociedade e sobre a validade – mais ou menos universal – do próprio conhecimento (ibidem, p. 75)<sup>20</sup>. Conforme observamos, Kusch não questiona a universalidade humana, no sentido de que exista e possa ser conhecida uma condição que nos iguale enquanto seres vivos e habitantes deste planeta. A insatisfação do autor está na pretensão de universalidade de determinadas técnicas particulares de conhecimento que se impõem pela força, sem consenso nem consentimento, que invisibilizam a diferença, que não

---

<sup>20</sup> “Porque ¿qué es ciencia, sino una propuesta cultural más, proveniente de un Occidente que ordena la realidad según una determinada perspectiva?” (ibidem, p. 75, grifo nosso).

investem em diálogos interculturais com equidade e que não reconhecem as suas próprias limitações culturais.

Na sua visão, o paradoxo das técnicas ocidentais modernas de conhecimento que pretendem ser universais, ahistóricas e atemporais – hegemônicas na época –, é que não conseguem compreender a totalidade da condição humana na América, já que não dialogam com a enorme diversidade de tradições de pensamento, de outras técnicas (culturais) de conhecimento ainda vigentes neste continente. O diálogo interdisciplinar é um avanço, mas insuficiente se não for realizado, ao mesmo tempo, um esforço intercultural que abarque outros saberes, técnicas e formas de pensamento que possam ir além das limitações metodológicas e epistemológicas das práticas acadêmicas canônicas dos anos 1970.

O pensamento, enquanto núcleo seminal, dimensão simbólica que dá sentido aos sistemas de ações e objetos dos grupos culturais, adquire uma materialidade existencial indissociável do espaço geográfico. Ao mesmo tempo, a imaterialidade da cultura se sedimenta num solo que sustenta o modo particular de compreender os símbolos dos grupos culturais e que seria o objeto de estudo, por excelência, da filosofia americana:

**[...] la geografía hace al hábitat, y éste existencialmente al domicilio.** La geografía comprende las rugosidades reales, como los accidentes de la tierra. Por ese lado apunta a un modo de ser-ahí, al "para vivir", o sea al **hábitat**, al **molde simbólico en el cual se instala el ser**. Eso produce la cultura, como un modo peculiar de cultivo para hacer frente al contorno. **La cultura es entonces un molde simbólico para la instalación de una vida. Este molde simbólico constituye el así llamado suelo.** Pelo el suelo no tiene cabida, en filosofía al menos manifiesta, pero incide por su ausencia (ibidem, p. 78, grifo nosso).

Na citação acima, Kusch constrói uma conexão conceitual entre geografia, *hábitat* e domicílio (endereço) existencial e, também, uma cadeia de equivalentes entre *hábitat*, cultura e solo. Esse sistema de ideias encontra no solo seu fundamento conceitual. O solo representa o “molde simbólico” para a instalação do ser humano, ou seja, o modo particular de vida, local e existencial da condição humana que “deforma”, devido à sua “irracionalidade”, os princípios racionais e absolutos da filosofia ocidental clássica. Além disso, o solo seria o fundamento simbólico das ações humanas em um determinado lugar que, uma vez decifrado,

permitiria (re)conhecer uma outra “racionalidade” nas práticas observadas e vivenciadas. Para Kusch, o papel do filósofo na América relaciona-se muito mais com o conhecimento do deformante para chegar ao absoluto, do que o movimento inverso (ibidem, p. 79)<sup>21</sup> e esta compreensão das outras (i)racionalidades constitutivas do homem americano permitiria construir uma universalidade paradoxalmente própria:

La geocultura de un pensar filosófico lleva entonces a una estructura no racional, porque se sitúa más allá de la filosofía, donde se produce la fricción entre el así llamado espíritu y **el suelo que le sirve de sostén, en su doble faz como deformación, pero también como fundamentación** (ibidem, p. 79, grifo nosso).

Quando a filosofia assume o seu papel territorial, afirma Kusch, restitui o modelo real de vida, resgata-o através da deformação, descobre seu fundamento, seu *Grund* (em alemão), no sentido de sustento. A partir desta noção polissêmica da tradição do pensamento alemão (*grund*), que Kusch também conecta com o pensamento indígena e popular andino, ele relaciona: a) o fundamento da filosofia na América, b) o conceito de solo e, também, c) “o estar aí” em contraposição ao “ser universal” clássico da filosofia europeia:

La idea del fundamento en la filosofía es, en realidad, un derivado del concepto de suelo, en el sentido de "no caer más", de estar parado en el suelo, o de estar, como *stare* o estar de pie (*Stehen* en alemán). Y este **estar parado es un estar dispuesto ante la circunstancia a fin de poder instalar la existencia [...]** En cierto modo el suelo en su ausencia perceptible, pero también en su presencia impensable, es lo que deforma la intuición de lo absoluto, o sea el supuesto ámbito propio de la filosofía (ibidem, p. 79, itálico do autor, grifo nosso).

De alguma forma, Kusch pretendeu introduzir no espaço acadêmico uma proposta de estudo que, sem deixar de reconhecer a importância da tradição do pensamento europeu – especialmente da filosofia alemã –, pudesse dialogar com outras tradições de pensamentos, com outros solos, outras racionalidades e irracionalidades do continente americano. Ele questiona a superioridade do pensamento racional ocidental em relação a outras formas de

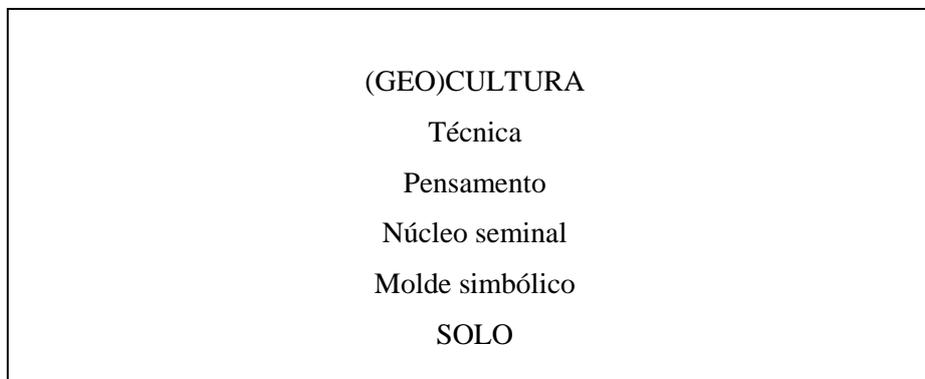
---

<sup>21</sup> “A la filosofía, al fin de cuentas, sólo le corresponde detectar el eje fundante o esencial en torno al cual tiende un margen de racionalidad, porque **si se limita totalmente a lo racionalizable no comprende todo el fenómeno**. Pero esto último ocurre siempre con un filosofar académico que, por ser colonial, no comprende **un filosofar propio que debe ir de lo deformante hacia lo absoluto**” (ibidem, p. 79, grifo nosso).

pensar e viver no mundo existentes na América. Todas as culturas constroem projetos políticos universais e particulares, a questão é não impor nenhum como universal a outras culturas, e sim investir em diálogos territoriais e deformantes, assumindo radicalmente a diferença<sup>22</sup> dentro do próprio ambiente acadêmico e científico. Nesse contexto, já não se trata de buscar um fundamento único universal, essencial, absoluto e racional. A proposta de abordagem geocultural *kuscheana* busca advertir que existem muitos absolutos – existenciais e contingentes – deformados por causa da gravidade territorial. Paradoxalmente, a gravidade do solo se torna essencial. E esta “imperfeição” do filosofar gravitado, histórico e localizado, faz a filosofia americana (ibidem, p. 79-80)<sup>23</sup>.

No quadro abaixo, expomos uma síntese didática da abordagem geocultural empregada por Kusch.

**Quadro 3-** A abordagem geocultural no sistema filosófico kuscheano



**Fonte:** elaboração própria.

<sup>22</sup> Conforme afirmava o pensador e ex-reitor da UFBA, Luiz Felipe Perret Serpa (1935-2003).

<sup>23</sup> “[...] así visto el problema, todo lo que hace a la esencia no pasa de ser un episodio menor dentro de pensar en general. Quizás lo propio de la filosofía entre nosotros ha de ser, ya no su enseñanza misma, sino advertir en qué medida se deforma a causa de la gravidez local. Y es esta gravidez la que se torna esencial. La misma imperfección del filosofar hace a la filosofía americana” (ibidem, p. 79-80).

Uma vez enunciadas as linhas básicas que fundamentam filosoficamente este ponto de vista geocultural, tentaremos, adiante, aprofundar a discussão sobre o conceito de solo a partir do sistema de ideias kusheano e como esta noção pode ajudar-nos a (re)pensar as abordagens territoriais atuais.

### 1.3.3 Cultura, solo e espaço habitado

Continuando com o percurso estabelecido por Kusch no livro sobre a geocultura do homem americano, acrescentaremos agora algumas reflexões presentes na terceira e quarta parte desse livro, intituladas “Ontologia cultural” e “A cultura em busca de sua geografia”, respectivamente.

Conforme vimos anteriormente, a noção de solo é chave na abordagem geocultural do autor e a conceituação deste termo está diretamente relacionada com a sua proposta de estudo das culturas americanas. Segundo Kusch, detrás de toda cultura está sempre o solo. Este não seria simplesmente uma rua de qualquer cidade latino-americana, ou uma configuração espacial determinada do Amazonas, da Patagônia, do altiplano andino, senão um lastro no sentido de ter os pés no solo, a modo de um ponto de apoio espiritual que nunca consegue fotografar-se, porque não se vê (2012a, p. 113)<sup>24</sup>. Para tentarmos compreender melhor essa noção, é pertinente conhecer, também, a sua conceituação de cultura e, desta forma, esboçar uma sistematização que conecte os diversos termos – técnica, pensamento, solo, habitat, (geo)cultura etc. – que constroem o paradoxal sistema de ideias desse estudioso latino-americano.

Para Kusch, o conceito de cultura compreende uma totalidade. Tudo é cultura no sentido de que o indivíduo não termina na sua pele, senão que se prolonga nos seus costumes, nas suas instituições, nos seus utensílios. O filósofo argentino exemplifica que um garfo e uma faca – como tecnologia aplicada – expressam, além de uma técnica particular, um modo

---

<sup>24</sup> “No se trata del suelo puesto así como la calle Potosí en Oruro, o Corrientes en Buenos Aires, o la pampa, o el altiplano, sino que **se trata de un lastre en el sentido de tener los pies en el suelo, a modo de un punto de apoyo espiritual, pero que nunca logra fotografiarse, porque no se lo ve**” (KUSCH, 2012a, p. 113, grifo nosso).

diferente de ser. Para Spranger, continua o autor, a cultura tem um sentido biológico e é uma entidade vital. Neste sentido, a cultura pode estar sendo entendida como uma complementação orgânica para o indivíduo (p. 167)<sup>25</sup>. Por sua vez, o modo de ser de uma cultura não se compreende totalmente a nível consciente, mas inclui uma margem de irracionalidade no modo de viver:

[...] ya que es ‘porque si’, porque seguramente ‘mis padres fueron así’ o, como dicen los campesinos en Bolivia, porque ‘es costumbre’. Se trata de lo opuesto a ser, o sea de un ‘estar aquí’ o como dice Canal Feijóo, ‘sólo hay seres-estado’. **De modo que la cultura implica por una parte la búsqueda de ser y por otra la resignación a estar.** Lo mismo dice Spranger, pero con otras palabras: "Toda cultura arraiga en el seno de la naturaleza y en el complejo vital condicionado a ella". Hace además una referencia directa al concepto de suelo como base de una cultura (ibidem, p. 167-168, grifo nosso).

Este solo como base de uma cultura não é uma “coisa” material, afirma o autor. Tampouco é um objeto exterior e fixo no espaço geográfico. O solo, como vimos no item anterior, é um molde simbólico; não se vê nem se toca diretamente, mas tem um peso, uma gravidade, que simboliza a margem de arraigo que toda cultura deve ter:

Es por eso que uno pertenece a una cultura y recurre a ella en los momentos críticos para arraigarse y sentir que está con una parte de su ser prendido al suelo. **No hay otra universalidad que esta condición de estar caído en el suelo**, aunque se trate del altiplano o de la selva. **De ahí el arraigo y, peor que eso, la necesidad de arraigo, porque, si no, no tiene sentido la vida** (ibidem, p. 113, grifo nosso).

Cabe perguntar-nos, então, por que detrás de toda cultura está sempre o solo? Lembremos que a proposta filosófica de Kusch luta contra o ser universal, absoluto, ahistórico, atemporal e, por que não, sem espaço geográfico, da filosofia clássica ocidental. O

---

<sup>25</sup> “El concepto de cultura comprende una totalidad. Todo es cultura en el sentido de que el individuo no termina con su piel, sino que se prolonga en sus costumbres, en sus instituciones, en sus utensilios. ‘Cultura es una entidad vital’ dice Spranger con referencia a Frobenius. La cultura tiene para Spranger sentido biológico. Entendemos esto como que ella constituye una complementación orgánica para el individuo. La aparición del tenedor, no es sólo la de un utensilio, como diría algún adepto positivista de Gordon Childe, sino que además es la consecuencia de ‘un modo de ser’ que se concreta como tenedor. En otra cultura, como la china, ese modo de ser se da como palillo. Entonces los palillos y el tenedor, además de ser utensilios son dos modos diferentes de ser” (ibidem, p. 167).

ideal moderno do ser ocidental não representa a totalidade da condição humana em todas as suas épocas e em qualquer território. Sendo assim, o estudo da existência humana não pode prescindir do tempo histórico e tampouco do contexto espacial. Todavia, o problema não é só incorporar mais elementos na análise da realidade – a exemplo de mais disciplinas acadêmicas – se não de reconhecer que a própria racionalidade científica hegemônica no campo acadêmico universitário é também um projeto cultural, histórico, contingente e limitado na sua fundamentação epistemológica. O autor acredita que o conhecimento gerado pela modernidade na América é válido, mas insuficiente. Cada cultura constrói a sua própria forma de acesso ao conhecimento, o seu próprio molde simbólico de entendimento e relacionamento com seu entorno mais ou menos “natural”. **Neste sentido, cada cultura tem seu próprio fundamento, seu próprio solo e, ainda mais, sua própria construção territorial.**

A Europa ocidental tem diversas culturas e distintos solos, fundamentos “últimos” de sua existência, que às vezes conseguem dialogar entre si e outras vezes entram em conflito. Na América, na visão de Kusch, ainda desconhecemos grande parte da condição territorial que se manifesta neste continente. O diálogo (com equidade) entre culturas<sup>26</sup> foi quase inexistente desde a colonização europeia. O reconhecimento de outros solos, de outros fundamentos para viver, de outras existências, de outras formas de pensar e agir com a cultura<sup>27</sup>, é o que motiva, em Kusch, este fundamento existencial ligado ao solo. Aliás, distintos pensadores europeus citados por ele também conseguiam enxergar este solo na sua própria cultura, especialmente na tradição filosófica alemã, seja como “complexo vital” (Spranger) ou também como “mundo vital”, na clássica definição de Heidegger, entre outros<sup>28</sup>. Esta visão, digamos, orgânica da cultura, diretamente relacionada com o espaço habitado, encontra no solo o seu fundamento existencial, seu molde simbólico, o sentido de suas práticas cotidianas. Vale a pena citar, por extenso, a problematização de Kusch sobre essa questão:

---

<sup>26</sup> A “interculturalidade com equidade” é uma conceituação do pesquisador da UNTREF/CONICET e consultor da UNESCO Daniel Mato. Mais informação disponível em: <[http://www.unesco.org.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=22&Itemid=405&lang=es](http://www.unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=22&Itemid=405&lang=es)> Acesso em: 01 de nov. 2017.

<sup>27</sup> Pensar e agir com a cultura é um projeto de formação em cultura do Observatório da Diversidade Cultural da PUC-MG, que inclui diversas publicações, entre elas, um livro organizado pelos pesquisadores José Marcio Barros e José Oliveira Junior (2011).

<sup>28</sup> Vale registrar que a noção de “espaço vital” de Ratzel não foi citada por Kusch.

**Cultura supone entonces un suelo en el que obligadamente se habita. Y habitar un lugar significa que no se puede ser indiferente ante lo que aquí ocurre. Entonces la consistencia de mi vida no radica sólo en la parte de mi entidad que emerge del suelo, y que se interna en lo universal, sino necesariamente también en lo que está sumergido en el suelo.** Uno es el ser de mi consciencia y otro es el estar de ella. ¿Y cuál de los dos sería prioritario, el estar emergido o sumergido? Si afirmo que lo es el primero será porque fugo de la realidad, y si afirmo lo segundo será porque la tolero pasivamente. **El problema cultural propiamente dicho consistiría en conciliar los dos aspectos, encontrar el símbolo que reúna los dos opuestos.** (ibidem, p. 168, grifo nosso).

A construção do conceito de cultura e sua conexão com a noção de solo em Kusch reflete bem a sua particular perspectiva interdisciplinar e intercultural. Observamos anteriormente como, na sua visão, é clara a relação entre um pensador alemão, como Eduard Spranger, os camponeses bolivianos e o filósofo argentino Bernardo Canal Feijóo<sup>29</sup>. Isso porque, como já mencionamos, Rodolfo Kusch não pretende desconhecer a importância do pensamento moderno europeu na compreensão da realidade americana, particularmente no estudo das cidades mais urbanizadas da região, como Buenos Aires. Ele reconhece (com bastante ironia, claro) a condição humana e a capacidade de pensamento existente na Europa.

Porém, o autor critica toda proposta cultural sustentada na racionalidade do ser absoluto, abstrato e universal, ou seja, todo tipo de fundamentalismo evolucionista, racionalista, industrialista e, porque não, desenvolvimentista moderno. Não foram poucos os intelectuais europeus que criticaram, também, esta racionalidade moderna ocidental. Kusch destaca três autores que, segundo ele, estão incluídos na tradição do romantismo alemão: Leo Frobenius (1873-1938), Oswald Spengler (1880-1936) e o já citado Eduard Spranger (1882-1963). Para o autor, os três consideravam a cultura como uma entidade orgânica e supraindividual, conceituação que a pesquisa moderna rejeitava. Na América, afirma Kusch, cabe restituir este conceito:

---

<sup>29</sup> Em outros momentos, suas fontes de pesquisa são ainda mais “extremas”, já que consegue conectar reflexões de pensadores europeus como Heidegger e Husserl, junto com textos americanos do século XVI, como os de Guaman Poma de Ayala ou do Inca Garcilaso de la Vega, incluindo, também, autores argentinos do século XIX, como José Hernandez, criador do clássico da literatura argentina “Martín Fierro”.

Y resulta eficaz porque ayuda a comprender de alguna forma, por ejemplo, la conducta específica del campesino del altiplano. Por eso, **si la cultura no se acepta como entidad biológica, habrá que tomarla, al menos, como un código que brinda al individuo una coherencia de sentidos en su existir.** (ibidem, p. 126, grifo nosso).

Por todas essas razões, não é possível estabelecer *a priori*, de forma isolada, o conteúdo simbólico e também físico-material das diversas culturas e territórios americanos. **O solo é o termo chave na conceituação de Kusch e que permite sustentar esta relação existencial entre território e cultura.**

No entanto, essa definição orgânica da cultura não teria alto risco de cair em um determinismo geográfico que engesse o movimento e a dinâmica cultural? Rodolfo Kusch é consciente das críticas feitas aos indigenistas como ele, chamados também de “telúricos”, tradicionalistas ou folclóricos, por conta desta defesa de uma indissociabilidade entre a geografia e a cultura. Ele se afirma sem problemas como um indigenista, mas não como um saudosista aprisionado no passado, já que a problemática indígena, camponesa e popular continua sendo uma realidade contemporânea em todos os países latino-americanos.

Por um lado, existiria o problema do determinismo geográfico quando se sustenta uma passividade total das culturas diante do meio ambiente “natural”, negando a possibilidade de mudança e de transformação cultural. Ainda assim, é pertinente considerar, também, o outro extremo: o problema do “possibilismo cultural”, por assim dizer, que muitas vezes sustenta uma oposição radical entre homem e natureza, onde o primeiro é convocado para transformar o meio ambiente para sua própria (e única?) sobrevivência. Aqui a natureza vira um inimigo do homem, indômita, selvagem, que ele precisa conquistar. O oposto desta perspectiva é o espaço geográfico como *habitat*, como lar e domicílio existencial<sup>30</sup>. Essas visões polarizadas se manifestam, muitas vezes, nos conflitos interculturais existentes neste continente.

---

<sup>30</sup> Durante muito tempo a geografia estudou dois de seus principais autores, Paul Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel, como os polos desta discutível disputa entre “possibilistas” e “deterministas ambientais”, respectivamente. Leituras contemporâneas destes clássicos são menos radicais e dicotômicas na interpretação de suas abordagens, a exemplo de Haesbaert (2002, 2006).

Kusch acredita que é possível encontrar um ponto intermediário, um equilíbrio, um “híbrido” nessas perspectivas. Por um lado, a própria ciência moderna já estabeleceu o quanto a transformação da natureza pelo homem é relativa: “Si hacemos estallar a la tierra con una bomba de hidrógeno, apenas si habremos transformado una milésima parte de la naturaleza” (ibidem, p. 122). Antropólogos modernos como Levi-Strauss (apud KUSCH, 2012a) também perceberam que “a natureza” não tem uma entidade ontológica fora dos símbolos de cada cultura e, neste sentido, existem diversas formas de lidar com esta relação, nem sempre oposta. Aliás, a própria noção de “natureza” separada do homem e sua cultura não é uma constante universal nas diversas línguas desse planeta. Ou seja, em muitas culturas do continente nem sequer existe essa palavra, na concepção moderna do termo. E se não existe nos códigos simbólicos, qual seria a sua existência “real”? Kusch retoma a fenomenologia de Husserl e expressa essa contradição da seguinte forma:

No podemos evitar el punto de vista fenomenológico en este terreno. La naturaleza, quiérase o no, sólo es un contenido de conciencia, de cuya realidad podría dudarse en última instancia [...] **sólo en tanto consideramos a la naturaleza como contenido de conciencia, habremos de comprender por qué el campesino "ve" de otra manera la naturaleza que nosotros [...].** (ibidem, p. 123, grifo nosso).

Se a natureza – enquanto conteúdo da consciência – é uma construção cultural, o solo, como molde simbólico, como espaço habitado, também participa desta condição, e daí sua multiplicidade e particularidade. Por outro lado, Kusch critica os antropólogos culturais que estudam a cultura como uma entidade estática ou objetiva. Para ele, a cultura é uma decisão, algo que está disponível e existe somente quando é utilizado. Por tanto, inferimos que o pensador argentino não está interessado na cultura “em si mesma”, e sim na “cultura usada”, gestada, em movimento:

Por ejemplo, **una cultura nacional nunca podrá ser vista como objeto, ya que difícilmente existe de esta manera.** La cultura nacional está en el gesto y en la decisión de manifestarnos. **Todo gesto es cultural, desde el insulto hasta el saludo.** Y en este sentido también escribir un libro entra en lo gestual. **Detrás está la decisión cultural, por la cual la cultura se constituye.** (ibidem, p. 179, grifo nosso).

Este entendimento da cultura como “ação”, presente no gesto simbólico e na decisão, na gestação cultural ou, nas palavras do autor, na gestão cultural, afasta qualquer perigo essencialista de fixação ou engessamento da cultura. Além disso, Kusch busca tomar cuidado também do outro risco, do possibilismo cultural, da negação da natureza, do meio ambiente, da condição geográfica de habitar neste mundo. Por isso, para ele a decisão cultural também tem limites: “[u]no inferior, que sería el suelo o hábitat, y el otro superior, o sea el horizonte simbólico. Entre ambos límites el sujeto cultural logra su totalización en tanto integra con su decisión a los mismos” (ibidem, p. 180). Os termos solo e habitat se confundem propositalmente nesta definição, insistindo na relação mais territorial da cultura.

O horizonte simbólico não deixa de participar, também, desta indissociabilidade com o espaço geográfico. Ele representa, de alguma forma, a memória simbólica dos costumes que sempre estiveram associados a uma cultura, o cotidiano manifestado no habitar concreto. Kusch expressa esta relação assim:

La gestión aparece cuando se toma en cuenta el problema existencial que subyace a la cultura. La vida es proyección que me alienta enfrentar un futuro, en cierto modo es adivinar el futuro. Y no vería concretado el futuro si no hubiera un horizonte de símbolos que facilitan mi proyecto. **La cultura cumple entonces con la función existencial de concretar mis proyectos, me hace ver el horizonte donde instalo mi existencia. Con ese horizonte simbólico concreto creo un mundo habitual, sin el cual no podría sostener mi existencia.** No sabría cómo vivir si no hubiera costumbres que son también mías, si no habláramos los mismos giros que yo también utilizo, si no pensáramos de nuestros proyectos de manera similar, como se acostumbra. **Cultura se concreta entonces al universo simbólico en que habito.** (ibidem, p. 175-176, grifo nosso).

Conforme citado acima, o horizonte simbólico não é uma camisa de força que impede a libertação da condição humana. Ele simplesmente representa o universo de possibilidades que um determinado contexto histórico, geográfico e cultural nos permite realizar. Se não se reconhece os diversos horizontes simbólicos existentes no continente americano, se não se percebe que cada cultura constrói a sua própria ideia de futuro (e presente, e passado) e seu

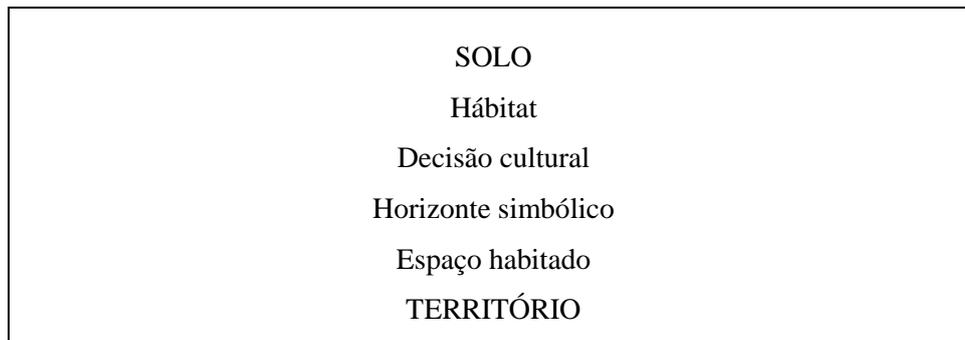
projeto particular de civilização (ou barbárie), estaríamos assumindo o risco de (re)produzir, nos territórios, projetos simbólicos (leia-se: políticas culturais) que negam a diferença, que assumem o monopólio da universalidade, da civilização, do progresso e do desenvolvimento cultural da humanidade às custas do extermínio, etnocídio e invisibilização dos outros saberes, dos outros solos, dos outros territórios. Quer dizer, seguindo a perspectiva kuschiana, cada grupo humano cria e gere a sua própria política cultural unida ao espaço habitado enquanto solo e horizonte simbólico cotidiano.

Assim sendo, podemos pensar o território, a partir de Rodolfo Kusch, como um solo obrigatoriamente habitado, vivido. Por trás de toda cultura está sempre o território, o *habitat*, o molde simbólico que permite a instalação de nossa existência em comunidade. Cultura e espaço geográfico constroem uma unidade estrutural difícil de decifrar, a não ser que o próprio grupo (geo)cultural nos proporcione os elementos para compreender tanto a materialidade físico-geográfica dessa cultura, quanto o núcleo simbólico que dá sentido às práticas (técnicas) nesse território. Não é possível pensar um indivíduo que não esteja gravitado pelo território, por algum núcleo simbólico, seja este mais ou menos coerente com o modo de vida que aquele pretende levar em sociedade.

As pessoas estão (sendo) limitadas pelo horizonte simbólico coletivo que constitui seu mundo habitual e pelo território que “deforma” sua condição universal humana. Isto permite que se manifestem através de gestos culturais cotidianos inteligíveis para seu entorno e que possam assumir (ou não) a decisão cultural de estar na América, de habitar um espaço banal (SANTOS, 2012, p. 321) milenar, de não ser indiferentes diante do que acontece ao redor. O *ser alguém* da modernidade, neste continente, está deformado pelo *estar aqui* americano. Esta contingência “híbrida” constitui o *estar sendo*, o ponto de equilíbrio entre o determinismo do estar e o possibilismo do ser, híbrido existencial de sociedades e territórios cobertos de símbolos culturais, de gestos e decisões, de objetos e ações, de avanços e contradições. E esta deformação da razão ocidental, paradoxo do estar sendo latino-americano, longe de ser um obstáculo ao nosso desenvolvimento territorial humano, pode significar a sua mais profunda possibilidade de transformação cultural, de construir nosso endereço existencial em uma outra

realidade territorial, mais orgânica, vital, afetiva, horizontal e intercultural. O quadro 4 nos mostra um esquema do estudo do território de acordo com a proposta geocultural empregada por Kusch.

**Quadro 4-** estudo do território a partir da proposta geocultural kuscheana



Fonte: elaboração própria.

#### 1.4 E se criarmos as abordagens territoriais de volta? Relações entre Rodolfo Kusch e Milton Santos

¿Y por qué no creamos el mundo de vuelta? He aquí la cobardía que tenemos los sudamericanos. Andamos siempre con armas para jugarnos la vida, pero somos cobardes para enfrentar nuestra misión creadora. Decimos en estos casos: “Pero no sé cómo hacerlo”. Es que esto no se enseña. Europa surgió de una voluntad cultural salvaje, sostenida por bárbaros analfabetos, precisamente cuando los medios económicos eran desastrosos. Jung dice que los alemanes son salvajes recién incorporados a la civilización. ¿Y cuándo asumimos nuestro propio salvajismo? (KUSCH, 2012a, p. 111).

No final deste capítulo assumimos o desafio de colocar em diálogo dois pensadores latino-americanos que nunca se conheceram em vida, mesmo sendo da mesma geração (1920) e formados no mesmo ano (1948) em universidades públicas de dois países vizinhos. Além destas casualidades, eles compartilhavam visões de mundo por vezes semelhantes e complementares, como tentaremos elencar a seguir, considerando os quesitos: a) indissociabilidade entre espaço físico-material e realidade simbólico-cultural; b) contribuições

teórico-metodológicas interdisciplinares e interculturais, a partir da província de experiência de cada autor; c) estudo do território como acontecimento e d) entendimento da realidade social como totalidade: críticas à racionalidade técnico-científica da modernidade.

Os dois pensadores trabalharam com marcos conceituais bem diferentes e, sem dúvidas, também existem singularidades marcantes entre eles. Contudo, pretendemos discutir como, apesar de matrizes, preocupações e objetivos distintos, ambos podem contribuir para (re)pensar o território nas abordagens contemporâneas, especialmente no contexto latino-americano.

#### 1.4.1 Indissociabilidade entre geografia e cultura

Os objetos que interessam à geografia não são apenas objetos móveis, mas imóveis, tal como uma cidade, uma barragem, uma estrada de rodagem, um porto, uma floresta, uma plantação, um lago, uma montanha. Tudo isso são objetos geográficos. Esses objetos geográficos são do domínio tanto do que se chama a geografia física como do domínio do que se chama a geografia humana e **através da história esses objetos, isto é, da forma como foram produzidos e mudam, essa geografia física e essa geografia humana se encontram.** (SANTOS, 2012, p. 72, grifo nosso).

Dissemos anteriormente que Milton Santos pode ser lido, no mínimo, tanto como um estudioso do espaço geográfico, como um teórico da cultura. E arriscamos uma relação constitutiva entre técnica e cultura, na definição que ele realiza sobre o fenômeno técnico enquanto totalidade. Lembrando que as técnicas, no sistema de ideias miltoniano, são um conjunto de meios instrumentais, sociais (e culturais) com os quais as pessoas realizam sua vida em comunidade, produzem e, ao mesmo tempo, criam os territórios. Elas representam empiricamente, na realidade concreta do espaço geográfico, a união indissolúvel dos sistemas de objetos e ações; são, segundo Santos, suas formas híbridas. A técnica é fundamental na abordagem territorial de Milton Santos, sendo um elemento chave para a compreensão do

espaço geográfico, já que ela “estende-se a tudo o que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana” (SORRE apud SANTOS, 2012, p. 35).

Definida desta forma, a técnica ganha centralidade no estudo do território e, ao mesmo tempo, faz uma ligação direta com a definição de cultura de Rodolfo Kusch, quando afirma que “todo es cultura en el sentido de que el individuo no termina con su piel, sino que se prolonga en sus costumbres, en sus instituciones, en sus utensílios” (2012a, p. 167). Esta definição da cultura no seu sentido mais amplo, também chamada de antropológica, é bastante comum no campo das políticas culturais atuais. Contudo, nem sempre o conceito de técnica aparece associado ao conceito de cultura, e tampouco é comum o estudo destes elementos/dimensões como centrais para o estudo do território. É neste sentido que a união das “geografias” física e humana, na proposta de Milton Santos, envolve a indissociabilidade entre o espaço físico-material e a realidade simbólico-cultural através da técnica. Ou seja, o que tradicionalmente chamamos de geografia e de cultura fazem parte da mesma realidade territorial que pretendemos estudar.

Além disso, Kusch também tinha preocupações geográficas, no sentido de compreender o espaço habitado pelos seres humanos, as relações destes entre si e das obras resultantes (SANTOS, 2012, p. 18), mas focando principalmente nos habitantes da América. A geografia em Kusch inclui as rugosidades, o *hábitat* e a paisagem carregada de símbolos e significados. Cultura e território são endereços existenciais indissociáveis, a tal ponto de que a materialidade “externa” da realidade físico-geográfica somente é decifrável a partir do molde simbólico – leia-se, solo – das culturas que habitam esses espaços. O solo kuscheano é fundamento e deformação; é molde (forma) e símbolo (conteúdo). Estas construções conceituais híbridas nos ajudam, novamente, a (re)pensar a materialidade da cultura e a imaterialidade dos territórios.

A separação clássica entre cultura e natureza, questionada por Santos, também é problematizada pelo pesquisador argentino, especialmente quando afirmam que o homem faz uso da natureza somente para satisfazer as suas necessidades. Kusch acredita que esta separação é um mito, um preconceito da cultura ocidental, já que não é possível estabelecer uma supremacia ontológica do homem sobre a natureza. Tampouco existe um chamado determinante para transformá-la, a não ser pelo impulso de um determinado modo de vida cultural. De fato, muitas culturas nativas não se identificam com este modelo cultural e poderíamos dizer que, em termos modernos, sustentam exatamente o contrário; isto é, a “supremacia ontológica” da chamada natureza. É por todas estas razões que existe uma relação indissociável entre o estudo da cultura e do território, gravitada pelo solo, pelo núcleo simbólico do espaço habitado.

#### 1.4.2 Contribuições teórico-metodológicas interdisciplinares (e interculturais)

**Un diálogo es ante todo un problema de interculturalidad.** Entre los interlocutores tiende a haber una diferencia de cultivo, pero no en el sentido del grado de culturalización logrado por cada uno, o sea de que uno sea más culto que otro, sino ante todo **en el estilo cultural, o más bien, en el modo cultural que se ha encarnado en cada uno.** Se trata entonces de una diferencia de perspectiva y de código que marcan notablemente el distanciamiento de los intervinientes en un diálogo y cuestionan la posibilidad de una comunicación real. En este sentido se diría que **todo diálogo participa de la problemática de una interculturalidad, ya que lo que se dice de un lado y de otro se enreda con residuos culturales** (KUSCH, 2012b, p. 73-74, grifo nosso).

Retomando a questão da centralidade da técnica, Milton Santos acredita na importância de inserir os estudiosos do território em um debate filosófico interdisciplinar inspirado na técnica enquanto totalidade, como fenômeno técnico – que nós consideramos parte da dimensão cultural – e não nas técnicas apropriadas, nas tecnologias. Assim sendo, como poderia acontecer este diálogo interdisciplinar incluindo agora as reflexões de Rodolfo Kusch sobre técnica e cultura? Segundo o pensador argentino, é impossível estudar a técnica e as

tecnologias sem considerá-los como apêndices da cultura. O “problema” estudado por ele em comunidades indígenas e camponesas que não aceitam as tecnologias modernas, é que estas técnicas particulares modificam não só os padrões culturais locais, mas o próprio espaço habitado, o território vivido por estas comunidades. As técnicas são constitutivas das culturas e dos territórios. Neste sentido, o seu estudo não poderia ser nunca objeto de somente uma disciplina, tampouco fruto de abordagens culturais unilaterais.

Portanto, a proposta interdisciplinar de estudo dos territórios a partir da técnica precisa complementar-se com metodologias interculturais de pesquisa, como as esboçadas por Kusch. Seguindo a antropologia filosófica kuschiana, a técnica enquanto totalidade não escapa à gravidade do solo. Ou seja, ela se deforma nos diversos solos culturais e daí a pertinência da interculturalidade. A (im)possibilidade paradoxal dos diálogos entre culturas, longe de ser um impedimento, multiplicam as potencialidades territoriais existentes no mesmo contexto ou realidade social, como seria o caso da América Latina.

### 1.4.3 O estudo do território como acontecimento

**Cultura no es una entidad estática u objetiva**, como se la plantea, por ejemplo, en antropología cultural, sino que es algo disponible, y que existe únicamente en cuanto un sujeto la utiliza. **Cultura es sobre todo decisión** (KUSCH, 2012a, p. 179, grifo nosso).

A realidade social – território e cultura incluídos – funciona, nas palavras de Milton Santos, como processo, situação e movimento (2012, p. 77). A ideia de território como processo social e acontecimento cultural, nos tira do risco de estudá-lo como algo fixo, rígido e externo à sociedade. A cada momento, e ao longo da história, a dialética entre território e sociedade produz uma síntese circunstancial que novamente é (re)criada no(s) tempo(s) e no(s) espaço(s). A rigidez do espaço geográfico (e também da cultura) é uma ilusão, uma circunstância passageira. Determinada área geográfica, delimitada e com fronteiras claras – como no caso do Estado-Nação, por exemplo – é uma situação espacial, uma circunstância

histórica, não um “dado” imutável, imóvel ou permanentemente estável. O movimento se dá no uso do território, na dinâmica cultural e nos processos técnicos e produtivos. E a dialética se visibiliza, também, na atuação não passiva destes territórios e na sua relação com a sociedade. O território entendido como realidade social.

Por sua vez, Kusch consegue escapar do determinismo biológico e geográfico quando afirma que a cultura não é um acervo, mas uma decisão. E, parafraseando o seu pensamento, por trás de toda cultura está o território. Mas se continuamos avançando nessa direção, o território não estaria sendo, também, um acontecimento, uma decisão cultural? A partir de Kusch, podemos pensar o território não como uma entidade estática ou objetiva, mas como algo disponível, que apenas existe na medida em que é utilizado, acionado (usado!) e, neste sentido, ele é também uma decisão profundamente cultural. Em síntese, o território não é rígido e nem externo à realidade social, mas tampouco é pura representação simbólica sem materialidade física. Portanto, de que forma podemos estudar essa realidade “híbrida”? No processo, no movimento, no acontecer da construção territorial e, também, na decisão cultural.

#### 1.4.4 Realidade social como totalidade: críticas à racionalidade moderna

Se o espaço é, como pretendemos, um resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações, **devemos causticar [...] o equívoco epistemológico, herdado da modernidade, de pretender trabalhar com conceitos puros.** [...] Já que a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, **devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundando em dois polos distintos.** No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social. De fato, **os objetos técnicos com que diariamente lidamos "não são carne nem peixe"**, eles são um ente intermediário em que se associam "homens, produtos, utensílios, máquinas, moedas..." (SANTOS, 2012, p. 100-101, grifo nosso).

Rodolfo Kusch constrói um conceito “orgânico” da cultura que compreende a totalidade da realidade social. Se, por um lado, a cultura não pode ser entendida em sentido restrito, por outro lado a perspectiva chamada de antropológica também é insuficiente, porque não abrange o território como extensão do modo de viver em comunidade. Santos complementa essa visão quando afirma que o estudo do território não deve estar separado do resto da realidade social.

O enfoque sistêmico permite o olhar abrangente da totalidade na sua interação com as partes. Porém, a lógica desta realidade sistêmica e total não é fixa, nem rígida e, assim sendo, os conceitos que estudam esta realidade tampouco podem ser rígidos, nem fixos. Milton Santos realiza uma crítica à herança epistemológica da modernidade no estudo do território e busca desafiar esta “moderna tradição” dos conceitos puros, rígidos e pré-determinados, (re)construindo conceitos híbridos, impuros e em movimento constante. Todavia, essa arguição contra a racionalidade moderna não se esgota na revisão dos conceitos acadêmicos. Santos buscava construir uma teoria social crítica que pudesse contribuir, com argumentos sólidos, para a luta dos territórios populares face ao sistema capitalista global; este último, fortalecido por um longo processo de radicalização da racionalidade técnico-científica moderna.

Kusch, por seu lado, observava nas suas pesquisas de campo – realizadas nos anos 1970 – que existiam lugares onde a resistência “irracional” ao processo de internacionalização dos mercados (e das culturas) era mais forte. Nesses territórios, as práticas de consumo capitalistas tinham dificuldade de penetrar, como no caso das regiões andinas indígenas e camponesas. Diferente era o caso das cidades maiores e “modernas” sul-americanas, a exemplo de Buenos Aires, ou dos espaços acadêmicos ditos “cultos” e mais “científicos”, como a UBA. Esses territórios mais “globalizados”, por assim dizer, menos afetados pelo solo e pelo “fedor” americano da cultura popular local, em termos kuschianos, estariam normatizados pelas técnicas hegemônicas de outros solos e por práticas culturais hegemônicas que pouco teriam a ver com a realidade social da maioria dos habitantes do continente americano.

Santos e Kusch, neste sentido, questionavam a racionalidade técnico-científica posta a serviço do mercado capitalista mundial e que sustenta o fundamentalismo do consumo, denominada por Milton Santos como “globalitarismo”. Dessa forma, o estudo da realidade social como totalidade não deveria incluir única e exclusivamente a lógica racional do espaço geográfico na sua forma hegemônica atual, mas as alternativas contrarracionais, irracionais ou sustentadas em outras racionalidades que possibilite a construção de um novo sentido existencial (SANTOS, 2012, p. 310), de um outro horizonte simbólico territorial (KUSCH, 2012a, p. 175-176). Logo, o problema não seria só a globalização do território “em si mesmo”, mas o “globalitarismo” que acontece no estudo do território.

Na contemporaneidade, as técnicas de pensamento e de (não) reflexão se assumem cada vez mais racionais, técnicas e científicas: homogêneas, globais, aplicáveis a nível massivo. Portanto, maior será seu grau de compromisso com a manutenção da ordem estabelecida, da naturalização das desigualdades e da negação das culturas populares (que são muito diferentes das culturas massivas). Nada mais absurdo do que um estudo do território totalmente “desterritorializado”, estranho à sociedade local e ao lugar cotidiano de vivência e, neste sentido, “desculturalizado” (SANTOS, 2012, p. 327-328)<sup>31</sup>. Esse seria o medo de sermos nós mesmos, relatado por Kusch, de assumir a gravidez (criativa, gestante) e, também, a gravidade do solo, e de como isso pode afetar e “de-formar” nossa capacidade reflexiva. Estas propostas não pretendem explicar o território “como ele é”, mas como poderia ser, ou, utilizando as noções destes pensadores, como ele está sendo acionado, disputado, usado.

Estamos cientes de que existem divergências e leituras críticas que podemos fazer a respeito de Milton Santos e Rodolfo Kusch. Na obra “A Natureza do Espaço”, Santos realiza uma abordagem sistêmica e mais estrutural do território. Contudo, a dimensão simbólica e afetiva do espaço geográfico pouco aparece em relação à dimensão físico-material e político-

---

<sup>31</sup> “Hoje, a mobilidade se tornou praticamente uma regra. O movimento se sobrepõe ao repouso. A circulação é mais criadora que a produção. Os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa. Daí a ideia de desterritorialização. Desterritorialização é, frequentemente, uma outra palavra para significar estranhamento, que é, também, desculturização” (SANTOS, 2012, p. 327-328).

econômica do território. Tal fato chama a atenção em virtude do subtítulo deste livro, que abarca quatro componentes: Técnica e Tempo; Razão e Emoção.

É importante frisar que nossa leitura, apesar de densa e incansável, ainda não abarca todas as nuances do pensamento miltoneano, considerando a enorme quantidade e diversidade de produção intelectual deste autor. A princípio, observamos que a relação entre emoção e afetividade estaria mais associada ao conceito de lugar e não necessariamente ao de território. A força do lugar, a sua relação com o cotidiano, a densidade comunicacional, a relação horizontal e do acontecer solidário na proximidade, dentre outras, são questões que estariam trabalhando mais de perto esta dimensão simbólica e afetiva. Mas qual a vinculação teórica do lugar com o território? E mais ainda, como trabalhar estas questões no contexto latino-americano? No resumo final do livro “A Natureza do Espaço, acreditamos encontrar uma pista para responder a essas indagações:

*O universal é o Mundo como norma, uma situação não espacial, mas que cria e recria espaços locais; o particular é dado pelo país, isto é, o território normatizado; e o individual é o lugar, o território como norma. A situação intermediária entre o mundo e o país é dada pelas regiões supranacionais, e a situação intermediária entre o país e o lugar são as regiões infranacionais, subespaços legais ou históricos [...]. A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a informação que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a comunicação (2012, p. 338-339, itálicas do autor).*

Por outro lado, Milton Santos não manifesta, pelo menos de forma explícita, o estudo da diversidade cultural nos territórios ou a possibilidade de relações interterritoriais, com distintos universos simbólicos em diálogos e conflitos. A interculturalidade não parece ter tido lugar de destaque nas reflexões deste autor, ao menos nas obras que consultamos para elaborar esse trabalho. Por exemplo, existe uma diferença fundamental entre domínio e apropriação de um território e o formar parte dele, de modo orgânico, constitutivo, visceral. Esta última perspectiva está mais explícita em Kusch do que em Santos, sem dúvidas pela influência da cosmovisão andina nas reflexões do pesquisador argentino.

A principal crítica que podemos fazer a Rodolfo Kusch, por sua vez, se refere aos momentos onde ele rejeita, genericamente, o pensamento acadêmico eurocentrado, correndo o risco de produzir novos estereótipos sobre a questão; ademais, criticamos também a enumeração das “bondades” do pensamento indígena e popular, pois ele não aborda os matizes, divergências e os conflitos existentes intra e interindígenas e intra e interpopulares. Tampouco estuda a realidade das culturas negras e afrodescendentes, com suas singularidades e relacionamentos interculturais. Ademais, ponderamos se ele não deveria ter questionado também a separação entre culturas acadêmicas, indígenas, populares e negras. Será que não podemos cair no risco de engessar as culturas, mesmo com as ressalvas teórico-metodológicas elencadas por Kusch e Santos? Essas e outras questões serão consideradas ao longo da tese, na busca de atualizarmos as reflexões destes autores para o estudo das políticas culturais na América Latina contemporânea.

Diante de todo o exposto, vimos que o território é trabalhado pelos autores a partir de distintas perspectivas, o que significa não somente uma observação mais aguçada da realidade social, como também uma decisão cultural profundamente política de defesa de uma perspectiva, de um significado, de uma proposta de abordagem territorial. No nosso caso, nos interessa menos definir *a priori* um conceito de território para o estudo das políticas culturais e mais a realização de um panorama destes significados existentes, dos diálogos e conflitos que acontecem no campo das políticas culturais ao redor do território e dos conceitos relacionados, como espaço, técnica, solo, *habitat*, lugar etc., em especial na região supranacional da América Latina. Ao final deste percurso, poderíamos estar em condições de visualizar quais são os interesses e propostas técnico-políticas mais profundas que estão em disputa dentro das abordagens territoriais atuais, e quais os desdobramentos que isso traduz no campo das políticas culturais contemporâneas.

No intuito de darmos mais um passo em direção a esse objetivo, no próximo capítulo analisaremos o estudo das políticas culturais na América Latina, especificamente a partir de Nestor García Canclini, buscando refletir sobre a contribuição desse proeminente pesquisador para esse campo de estudo.

## CAPÍTULO 2

### **O ESTUDO DAS POLÍTICAS CULTURAIS A PARTIR DE NÉSTOR GARCÍA CANCLINI: TEORIAS E CONCEITOS NO ESPAÇO LATINO-AMERICANO**

O início do século XXI tem sido muito frutífero para o estudo das políticas culturais na América Latina e no resto do mundo. Diálogos, debates, cursos com formação acadêmica específica, eventos e congressos periódicos, acordos e convênios internacionais, hierarquizações e aumento da capacidade institucional dos órgãos de cultura estatais, além do fortalecimento dos movimentos culturais e grupos comunitários, organizados a nível regional e transnacional, são alguns dos elementos que nos indicam o crescimento e consolidação deste campo de estudos e práticas, de agir e pensar com a cultura.

Neste capítulo, buscamos refletir sobre a importância das definições realizadas por Néstor García Canclini, bem como fazer um breve apanhado histórico sobre as construções teóricas e conceituais latino-americanas no campo das políticas culturais nos últimos 50 anos. Interessa-nos registrar alguns diálogos e discussões que aconteceram na região desde os estudos preliminares da UNESCO, em 1967, até os nossos dias. Não pretendemos realizar uma tarefa exaustiva e definitiva, apenas visibilizar contribuições e posições conceituais de diversos autores latino-americanos (não necessariamente latino-americanistas) que, em diferentes momentos e contextos territoriais, se dedicaram a refletir sobre a especificidade das políticas culturais e a sua centralidade para a região e o mundo contemporâneo.

Destacamos antecedentes similares realizados recentemente por diversos estudiosos das políticas culturais (MEJÍA ARANGO, 2009; BARBALHO, 2011; FELIX, 2011; RUBIM, 2012; LOGIODICE, 2012; CALABRE, 2013; LIMA, ORTELLADO e SOUZA, 2013; ROCHA, 2016). Pretendemos continuar com as buscas e ponderações destes autores, desta vez tentando compreender, adicionalmente, como a questão do território – isto é, a dimensão mais espacial de análise das políticas culturais – está presente, ou não, nas reflexões de pesquisadores da região.

## 2.1 Estudos preliminares em políticas culturais: o papel da UNESCO

Entre os dias 12 e 22 de dezembro de 1967, a UNESCO organizou uma mesa redonda em Mônaco para discutir o tema das políticas culturais, com o intuito de realizar uma série de estudos sobre esta temática nos países membros. Compareceram ao evento 32 participantes de 22 países, e estas discussões foram publicadas em 1969, sob o título “*Cultural policy: a preliminary study*”, texto que inicia uma série de estudos e documentos sobre o assunto, disponíveis na página oficial da UNESCO.

Além de multinacional, destacamos o caráter transdisciplinar dos participantes latino-americanos, como o pintor chileno Roberto Matta, o filósofo mexicano Silvio Zavala, o novelista cubano Alejo Carpentier e o cientista brasileiro Carlos Chagas (filho). Dos diálogos com outros continentes, registramos, especialmente, a participação de Richard Hoggart, fundador do famoso *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham, Grã Bretanha<sup>32</sup>. Alguns pesquisadores, como Barbalho (2005), Rubim (2012), Toledo (2015) e Rocha (2016), acreditam que foi nesse encontro onde se construíram as bases conceituais das políticas culturais desenvolvidas ao longo do século XX em todo o continente americano.

Uma primeira aproximação conceitual registrada no documento publicado pela UNESCO foi a seguinte: “a ‘política cultural’ é entendida como um corpo de princípios operacionais, de práticas e procedimentos administrativos e orçamentários que proporcionam as bases de uma ação cultural do Estado” (1969, parágrafo 2, tradução nossa)<sup>33</sup>. Para os expertos reunidos neste fórum, não existe um modelo “universal” de política cultural adequado para todos os países; cada Estado membro deverá executar a sua própria política cultural de acordo com os seus valores culturais, suas escolhas e objetivos estabelecidos por

---

<sup>32</sup> Vale a pena destacar que Hoggart posteriormente se tornou assistente do diretor geral da UNESCO, entre 1970 e 1975.

<sup>33</sup> “‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself” (UNESCO, 1969, parágrafo 2).

ele mesmo. De forma unânime, os participantes decidiram que não tentariam definir o que é cultura. Segundo foi registrado, entenderam que não cabe à UNESCO definir a política cultural dos Estados. Sendo assim, acordaram:

(a) que ‘política cultural’ deve entender-se como **a soma total dos usos conscientes e deliberados, ações ou falta de ações** em uma sociedade, apontadas a **satisfazer certas necessidades culturais** através da utilização otimizada de todos os recursos físicos e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado; (b) que precisa ser definido algum critério de **desenvolvimento cultural**, e que cultura deve estar conectada à realização pessoal e ao desenvolvimento social e econômico (UNESCO, 1969, p. 10, tradução e grifo nosso)<sup>34</sup>.

Neste sentido, os expertos destacam que política cultural não é só um conjunto de ações coordenadas, mas também a falta de medidas, a omissão deliberada de intervenção estatal no mercado e na sociedade. Aparece, ainda, a categoria de necessidades culturais – sempre difícil de avaliar e mensurar de forma objetiva – registrando, assim, demandas insatisfeitas da sociedade que são culturais, que não estariam reduzidas às necessidades econômicas e sociais mais tradicionais e que precisariam ser atendidas com políticas setoriais e específicas. Destacamos, igualmente, a questão de estabelecer parâmetros para definir o desenvolvimento cultural que, por sua vez, é indissociável do desenvolvimento econômico, social e individual em termos gerais. Surpreende a atualidade destes questionamentos e propósitos, ainda hoje válidos e não suficientemente esclarecidos.

Diante disso, questionamos: quais políticas culturais estatais são destacadas neste documento histórico da UNESCO? E quantos países latino-americanos são apontados nesse momento, finais dos anos 1960? Os estudiosos registram experiências em políticas culturais de todos os continentes: URSS, Estados Unidos, Polônia, Itália, Guiné, França, Egito

---

<sup>34</sup> “*The participants to the round-table meeting on cultural policies decided unanimously against embarking on an attempt to define culture; the representative of the Director-General had made a point of recalling that it was not the role of Unesco to define the cultural policy of States. It was considered preferable: (a) that ‘cultural policy’ should be taken to mean the sum total of the conscious and deliberate usages, action or lack of action in a society, aimed at meeting certain cultural needs through the optimum utilization of all the physical and human resources available to that society at a given time; (b) that certain criteria for cultural development should be defined, and that culture should be linked to the fulfilment of personality and to economic and social development*” (UNESCO, 1969, p. 10).

(República Árabe Unida até 1971), Checoslováquia, Iugoslávia, Japão, Suécia, Canadá, entre outros. Ainda assim, não são apresentadas muitas medidas culturais do nosso continente. Ações da Colômbia, Equador, México e Brasil são apenas sinalizadas de forma esporádica, sem entrar em detalhes. Contudo, o conjunto de intervenções que são destacadas em vários momentos deste estudo preliminar são as políticas culturais da Revolução Cubana, cujo governo estava vigente desde 1959. Não é por acaso que um dos capítulos iniciais desta série de estudos da UNESCO, o primeiro publicado em espanhol, seja precisamente sobre Cuba. Interessa-nos ressaltar nesta publicação a primeira definição sobre a qual temos notícia em língua espanhola, o que nos permite analisar com maior detalhe um país latino-americano paradigmático sobre este assunto.

### **2.1.1 O estudo das políticas culturais em Cuba**

Lisandro Otero – jornalista, diplomático cubano – foi o encarregado de registrar uma das primeiras análises realizadas na América Latina sobre políticas culturais. Otero era, naquele momento, vice-presidente do Conselho Nacional de Cultura de Cuba, organismo criado em 1961. Este estudo pioneiro, solicitado pela UNESCO, foi realizado pelo Conselho de Cultura deste país caribenho, com a assistência de Francisco Martínez Hinojosa, escritor e consultor cubano especializado em direitos autorais.

Essa coleção da UNESCO tinha como finalidade mostrar os processos de planejamento e execução de políticas culturais nos distintos Estados Membros, segundo é informado no prefácio desta publicação. Cada um deles tinha diferentes culturas e diversas formas de enfocar e gerir a sua política cultural e seus métodos de ação, “con arreglo a su propia concepción de la cultura, su sistema socioeconómico, su ideología política y su desarrollo tecnológico” (1971, parágrafo 2). Porém, os autores reconhecem alguns problemas comuns que as políticas culturais enfrentam: “son éstos, en general, de tipo institucional, administrativo y económico; de ahí que se insista cada vez más en la necesidad del intercambio de resultados de experiencias e informaciones al respecto” (1971, parágrafo 2).

Neste sentido, a coleção analisa, principalmente, os aspectos técnicos das políticas culturais, buscando um modelo uniforme a nível internacional que possa facilitar as comparações. Quais seriam, então, estes aspectos técnicos das políticas culturais?

Por lo general, los estudios versan sobre los principios y los métodos de acción de las políticas culturales, la evaluación de las necesidades culturales, las estructuras y la gestión administrativas, el planeamiento y el financiamiento, la organización de los recursos, la legislación, los presupuestos, las instituciones públicas y privadas, el contenido cultural de la educación, la autonomía y la descentralización cultural, la formación del personal, las infraestructuras institucionales destinadas a satisfacer las necesidades culturales, la conservación del patrimonio cultural, las instituciones de divulgación de las artes, la cooperación cultural internacional y otras cuestiones afines (1971, parágrafo 2).

Observamos que esta aproximação conceitual da UNESCO é mais descritiva, analítica e operativa do que as anteriores. Os autores registram a importância do planejamento em cultura e a possibilidade de uma legislação específica, assuntos que ainda são desafiadores na maior parte dos países da região. A cooperação internacional e o conteúdo cultural em educação são, também, componentes registrados nesta definição. Incluem-se questões de autonomia e descentralização cultural, ou seja, do que hoje poderia ser entendido como protagonismo local e territorialização da cultura<sup>35</sup>, somados à necessidade de formação e capacitação de pessoal a nível artístico e administrativo. Destacam, ainda, a importância da avaliação das necessidades culturais e a consequente elaboração de indicadores e sistemas de acompanhamento público. Desta forma, obtemos um quadro complexo, atual e desafiador sobre o estudo das políticas culturais estatais registrado há mais de 40 anos no nosso próprio continente.

---

<sup>35</sup> Embora não sejam sinônimos, descentralização e territorialização aparecem como fenômenos sociais indissociáveis. De qualquer forma, conforme defenderemos ao longo deste capítulo, os processos de internacionalização e integração regional também são formas de territorialização da cultura.

## 2.2 Anarquismo, socialismo e culturas populares em Martin Cezar Feijó e Néstor García Canclini

Dez anos depois, no Brasil – inícios dos anos 1980 – encontramos duas breves publicações em português que atualizam o panorama das políticas culturais e seu estudo no contexto latino-americano. Por um lado, Martin Cezar Feijó publica na Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, um pequeno livro intitulado “O que é política cultural?” [1983]. Em paralelo e no mesmo ano, a revista *Novos Estudos CEBRAP* traduz um artigo de Néstor García Canclini intitulado “Políticas Culturais na América Latina” (1983).

Conforme sinalizado, o historiador brasileiro Feijó (1986) se propôs a responder, de forma breve, simples e aberta, a seguinte pergunta: o que é política cultural? O autor também ensaia uma definição de cultura como “*toda produção ou manifestação voluntária, individual ou coletiva, que vise com sua comunicação à ampliação do conhecimento (racional e/ou sensível) através de uma elaboração artística, de um pensamento ou de uma pesquisa científica*” (p. 8, itálica no original).

Ao longo da sua exposição, Feijó argumenta que política e cultura são indissolúveis, pelo menos na história ocidental moderna. Neste sentido, nos países latino-americanos, onde esta relação prática aparece de forma mais explícita? Em Cuba que, juntamente com China e Rússia, tem sido protagonista de uma das grandes revoluções socialistas do século XX. Seguindo as ideias apresentadas pelo historiador, a revolução cubana pretendia criar condições materiais para a produção cultural, com ênfase no caráter educacional constante, assegurando a liberdade de expressão sem intervenção da administração nacional<sup>36</sup>, ademais de assegurar a representação de artistas, científicos e pensadores nos organismos culturais oficiais criados pelo governo. No plano conceitual, nos interessa destacar que a política é entendida como a organização consciente e deliberada de uma comunidade. Sendo assim,

---

<sup>36</sup> “Atenção: não quero com isto dizer que Cuba não teve problemas com intelectuais; o que quero dizer é que sua política cultural, interna e externa, tem [...] atraído a atenção respeitosa de intelectuais, artistas e cientistas (não apenas cubanos ou latino-americanos) [...] o objetivo principal e declarado de sua política cultural [...] é o de criar condições para a produção cultural e não administrá-la” (FEIJÓ, 1986, p. 46).

Feijó acredita que o perigo de toda política cultural é a censura, o dirigismo, especialmente o estatal, mas sem descartar os autoritarismos do mercado capitalista.

Sobre o Brasil, Feijó (atual professor da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP) destaca as figuras de Mário de Andrade (1893-1945) e Astrojildo Pereira (1890-1965), sendo este último menos conhecido entre os estudiosos contemporâneos das políticas culturais. Pereira, segundo o autor, se nutre do anarquismo libertário para fundamentar que a política cultural é a ampliação das possibilidades já existentes e a criação de condições para aprofundar essa tendência, “uma capacidade, pela *democratização da cultura*” (p. 90, itálico do original). Andrade, por sua vez, promove a valorização das práticas culturais nacionais, buscando nas culturas nativas e regionais dos territórios brasileiros a identidade cultural “profunda” do Brasil. Estes componentes também integram a proposta teórica e ideológica de Feijó para o campo das políticas culturais. O pesquisador visa transcender o meramente artístico ou partidário (e estatal, poderíamos agregar), buscando uma consciência profunda (talvez territorial?) da política cultural (p. 61). Para finalizar, o autor registra diversas indicações de leitura, incluindo o texto de Néstor García Canclini, que analisaremos a seguir.

Para García Canclini (1983), os projetos populares e socialistas dos países latino-americanos foram combatidos pelas ditaduras militares no Brasil (1964), Chile, Uruguai (1973) e Argentina (1976). Além disso, o capitalismo neoliberal estava cada vez mais fortalecido no continente e as alternativas de esquerda, nacionais e populares, sofriam diversas derrotas após a revolução cubana de 1959. Neste contexto, o pesquisador afirma que discutir políticas culturais é pensar na sociedade em que queremos viver. Sendo assim, a cultura transcende a visão elitista de “belas artes”: “Falamos de cultura, como o conjunto de fenômenos que contribuem, mediante a representação ou reelaboração simbólica das estruturas materiais, para compreender, reproduzir ou transformar o sistema social” (p. 40). Assim, busca problematizar, a partir das práticas culturais, a relação dos grandes temas da política com a vida cotidiana, estudando as conexões das transformações estruturais com os hábitos de pensamento e organização da população, nas condições concretas da existência diária.

O autor acredita que a construção de uma política popular na América Latina supõe um questionamento sobre as formas em que os partidos e os Estados concebem a identidade de um povo e como essas referências se alinham, destoam ou complementam as formas de viver e pensar dos setores populares. Embora García Canclini não estabeleça ainda uma conceitualização explícita sobre política cultural, observamos algumas definições teóricas e políticas que serão retomadas nas reflexões posteriores:

Qual seria então, o principal objetivo de uma política popular na cultura? A progressiva democratização dos meios, as instituições, as linguagens através das quais a comunicação social é realizada e a consciência do povo é cotidianamente estruturada. **Em outras palavras: reorganizar as relações entre significado e poder, com uma orientação socialista.** O ponto de partida desta política é saber que o significado da identidade não é dado por nada — nem pela raça, nem pelo Estado, nem pelo consumo — mas que se produz na história. O ponto de chegada é construir uma sociedade em **que o poder não seja algo que se conquiste ou se reverencie, mas a manifestação solidária da capacidade criadora do povo** (p. 51, grifo nosso).

Chama a atenção o fato de tanto G. Canclini como Feijó destacarem explicitamente as contribuições do socialismo latino-americano na elaboração e execução de políticas culturais. Sendo assim, pelo menos nas reflexões iniciais dos pensadores da região, as políticas culturais de orientação socialista têm sido muito mais significativas para a reflexão situada do que as posteriores escolas centrais de pensamento dos Estados Unidos ou da França<sup>37</sup>. De qualquer forma, o que estamos querendo visibilizar é uma tradição de pensamento latino-americano no campo das políticas culturais profundamente influenciada pela experiência cubana, que não parece ter tido um lugar de destaque nos estudos da região e no mundo.

---

<sup>37</sup> Teixeira Coelho (1986) registra em seu livro sobre os usos da cultura que o modelo cubano das casas populares de cultura, criadas em 1961 e organizadas em sistemas de cultura totalmente capilarizados nas centenas de municípios da ilha, deveria ser um exemplo a ser seguido pelo Estado de São Paulo na sua época. Em visita a esse país caribenho, em 1985, Coelho constatou que cada um dos municípios de Cuba tinha nove instituições culturais básicas: além das Casas de Cultura, o sistema de cultura completo incluía uma galeria de artes plásticas, uma biblioteca municipal, um cinema, um museu, uma loja de bens culturais, uma livraria, um coro de vozes, um teatro e uma orquestra musical. Nos anos 1980, era uma utopia pensar nessa quantidade de equipamentos culturais para cada uma das localidades paulistas. E passados 30 anos, qual é a realidade atual dos mais de 600 municípios do Estado de São Paulo neste quesito? Isso sem falar da ausência de equipamentos culturais básicos nas quase seis mil cidades brasileiras.

A partir deste momento, será difícil falar em políticas culturais no nosso campo de estudos sem considerar as reflexões de Néstor García Canclini. O pesquisador argentino elaborou uma definição nos anos 1980 que, trinta anos depois, se mantém atual e tem um grau de reconhecimento invejável no campo dos estudos da cultura. Embora nem todos os estudiosos contemporâneos das políticas culturais concordem totalmente com a definição cunhada por G. Canclini, é quase impossível que a desconheçam, uma vez que se trata de uma referência básica em qualquer curso de formação na área, não só nos países latino-americanos, como em outras partes do mundo. Nesse sentido, destacamos brevemente alguns aspectos biográficos<sup>38</sup> que serão marcantes na sua produção intelectual e que podem nos ajudar a compreender melhor o contexto territorial das suas reflexões.

O prof. Néstor García Canclini nasceu em La Plata, capital da província de Buenos Aires, Argentina, em 1939. Egressa como professor de Filosofia pela Faculdade de Humanidades da Universidad Nacional de La Plata (UNLP) em 1964. O seu primeiro livro publicado foi sobre o famoso escritor argentino Júlio Cortázar, intitulado “*Cortázar: una antropología poética*”, de 1968. Em agosto de 1976, um ano após finalizar o doutorado em Filosofia na UNLP, abandonou a Argentina, juntamente com outros intelectuais, devido à pressão do golpe cívico-militar liderado pelo ditador Rafael Videla, governo ilegítimo que se estendeu até 1983. Radicou-se no México e, dois anos depois, finalizou o doutorado também em Filosofia, na França, orientado por Paul Ricoeur, na Universidade de Paris X – Nanterre. Sua tese foi publicada posteriormente pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidad Nacional Autónoma de México, sob o título “*Epistemología e Historia. La dialéctica entre sujeto y estructuras en Merleau-Ponty*”.

Suas reflexões interdisciplinares foram publicadas em português desde 1979 com certa regularidade, a exemplo dos livros: “*A produção simbólica – teoria e método em sociologia da arte*”, editado pela Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, em 1979; “*Arte popular e*

---

<sup>38</sup> Informações biográficas e bibliográficas retiradas da sua página pessoal na internet: <<http://nestorgarciacanclini.net/index.php/curriculum-vitae-extenso>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

*sociedade em América Latina*”, lançado pela Editorial Cultrix, em São Paulo, 1980; e “*Culturas populares no capitalismo*” que foi publicado em 1983 pela Editora Brasiliense, São Paulo. Destacamos, também, os livros “*Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*” editado pela UFRJ em 1995, e um dos mais famosos (e polêmicos) até hoje, “*Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*”, publicado pela Editora da USP, em 1997<sup>39</sup>. Finalmente, registramos “*Desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*” (UFRJ, 2005) “*A globalização imaginada*” (Ed. Iluminárias, 2007) e “*Latino-americanos à procura de um lugar neste século*” (Iluminárias, 2008). Atualmente é Professor Distinguido na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), Departamento de Antropologia, na cidade de México e Investigador Emérito, designado pelo Sistema Nacional de Investigadores de México em 2007.

### **2.3 Políticas Culturais (e da Comunicação) na América Latina**

“*Políticas Culturales en América Latina*” é o nome da compilação publicada em espanhol, em 1987, organizada por García Canclini, na qual também participam o antropólogo mexicano Guillermo Bonfil, o sociólogo chileno José Joaquín Brunner, a escritora inglesa – radicada no México – Jean Franco, o politólogo argentino Oscar Landi e o sociólogo brasileiro Sérgio Miceli. Na introdução desta coletânea, G. Canclini realiza um balanço crítico sobre os estudos latino-americanos em políticas culturais desde finais dos anos 1960 e busca argumentar sobre a centralidade cada vez maior desse tipo de discussão e prática no final dos anos 1980, nos países do continente. Por um lado, afirma o autor, as ações estatais no campo da cultura ganham uma coerência similar à coordenação encontrada nas políticas setoriais de saúde, educação ou moradia. Isto pode ser observado nas medidas do governo cívico-militar do Brasil, como a criação do Conselho Federal de Cultura, em 1967, ou na formulação da Política Nacional de Cultura, 1973-1975. Também inclui o Plano Nacional de Cultura de 1984-1989 da Argentina, neste caso, no contexto de redemocratização do país. Experiências semelhantes de organização pública do campo da cultura se realizam, na mesma época, no

---

<sup>39</sup> Para exemplificar a enorme repercussão desse livro, foi traduzido e editado recentemente para o coreano por Greenbe Publishing Company em 2011.

México e na Colômbia<sup>40</sup>. Por sua vez, destaca o pesquisador, estudiosos das ciências sociais – em seu sentido mais amplo – e organizações internacionais como a UNESCO, se dedicam cada vez mais a trabalhar sobre temáticas culturais aplicando metodologias de pesquisa tão rigorosas quanto as que existem em outros campos do conhecimento social.

O professor da UAM registra, também, o papel crescente de atores não estatais na gestão das políticas culturais, sejam eles grandes corporações empresariais transnacionais ou outros fluxos do mercado capitalista mundial, bem como agrupamentos culturais de base territorial, movimentos indígenas, comunitários e populares, entre outros, invisibilizados pelo Estado e também pelas chamadas indústrias culturais. Neste contexto, surgem estudos que buscam compreender os fundamentos culturais dos movimentos revolucionários e das culturas populares da região, especialmente no núcleo de pensadores do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO<sup>41</sup>, menos preocupados com as análises políticas e econômicas tradicionais e mais interessados na redefinição e ampliação do conceito de cultura, que deixa de designar única e exclusivamente às linguagens artísticas da elite, as chamadas “belas artes”. Este núcleo de pesquisadores estuda, entre outras questões, a reprodução e transformação das operações simbólicas que sucedem no seio das comunidades, que se traduzem em diversos modelos de sociedade e que, por sua vez, estão sendo disputados por diversos grupos e interesses culturais (p. 25-26).

O autor lamenta que a conjuntura econômica das sociedades latino-americanas na época seja de crise, agravada pela implementação do modelo liberal neoconservador, que reduz os fundos públicos para a educação e a cultura, diminui salários e aumenta a precarização dos trabalhadores; enfim, que obstaculiza a construção de uma efetiva democracia cultural: “[...] en el momento en que comprendemos mejor el papel que la cultura puede cumplir en la democratización de la sociedad estamos en las peores condiciones para desarrollarla,

---

<sup>40</sup> A exemplo da criação do Fundo Nacional para o Fomento de Artesanato – Fonart no México e o Plano Nacional de Cultura da Colômbia, todas as duas iniciativas concretizadas em 1974.

<sup>41</sup> O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional não governamental, fundada em 1967, que mantém relações formais com a UNESCO. Através de diversas parecerias e atividades de ensino e pesquisa, busca contribuir a repensar, a partir de uma perspectiva crítica e pluralista, a problemática integral das sociedades da América Latina e Caribe. Informação disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/institucional/1a.php?idioma=port>> Acesso em: 01 nov. 2017.

redistribuí-la, fomentar la expresión y el avance de los sectores populares” (p. 26). Se o trabalho cultural é necessário para enfrentar democraticamente as contradições do desenvolvimento, afirma o autor, a crise da cultura deve tratar-se junto com as que se vivem na economia e na política. Sendo assim, não é suficiente a compreensão da política cultural como a rotina de administração do patrimônio histórico, ou como ordenamento burocrático e cronológico de ações do aparelho estatal dedicado à arte e à educação (p. 26).

A partir desta conjuntura e logo após esta sólida argumentação, G. Canclini realiza uma nova contribuição teórica e conceitual – hoje já clássica – para o nosso campo de estudos:

Entenderemos por políticas culturales al conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (1987, p. 26).

Nesta definição, fica claro que o Estado não é o único agente capaz de formular e executar políticas culturais, elas podem ser elaboradas por distintas instituições sociais e comunidades organizadas indígenas e afrodescendentes, entre outras. Ademais, os programas e ações que compõem uma política cultural procuram satisfazer as necessidades culturais da população, aqui repetindo a fórmula definida pela UNESCO. Finalmente, as políticas culturais são aplicadas para obter um determinado consenso, buscando manter uma ordem, cânone e sistema preestabelecido ou, inclusive, para construir vias alternativas que permitam uma transformação desse *status quo*.

Embora tanto o autor quanto esta particular definição sejam considerados basilares para os estudos em políticas culturais, é curioso que muitas reflexões conceituais posteriores – que analisaremos adiante – citem o autor, mas “esqueçam” este texto. De qualquer forma, todas as contribuições teóricas realizadas por pensadores latino-americanos nos ajudam a problematizar o que seria a natureza específica do nosso campo de atuação, e especialmente a sua abrangência, dimensões de análise e metodologias de estudo.

Neste sentido, salientamos que a definição de G. Canclini registrada anteriormente será nosso fio condutor ao longo deste capítulo. O desafio é tentar compreender as suas variações e complementações realizadas pelo próprio autor ao longo dos anos, bem como os debates e contribuições estabelecidos com colegas da região.

### **2.3.1 Cultura e Comunicação: mediações constitutivas em Jesús Martín-Barbero**

Os diálogos estabelecidos por García Canclini e Martín-Barbero são paradigmáticos pela influência recíproca na formação intelectual dos dois e pela repercussão e vigência das duas reflexões publicadas no mesmo ano. Embora o livro “*De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*” (1991), outro clássico dos estudos culturais e da comunicação, tenha sido finalizado em 1985, precedendo, portanto, o texto conceitual de G. Canclini, ambos já estavam realizando frutíferos diálogos e debates, registrados de forma explícita neste livro de Martín-Barbero publicado no México em 1987, com o prefácio de G. Canclini<sup>42</sup>. Os dois pensadores estavam preocupados em estreitar os vínculos entre comunicação e cultura no universo mais cotidiano e banal das chamadas culturas populares, tirando a coisificação e reificação vigente naquele momento. Além disso, existia uma preocupação de pensar os atores não estatais (especialmente dos setores populares menos privilegiados, considerados como “público de massa” e objetos de manipulação ideológica constante) como protagonistas políticos e não meros receptores passivos. Sendo assim, a proposta de “culturalizar” a comunicação, ou seja, pensar a comunicação como fenômeno cultural e vice-versa, se relaciona com a proposta de estudar as políticas de comunicação como profundas políticas culturais.

---

<sup>42</sup> O livro foi publicado posteriormente em inglês em 1993 sob o título “*Communication, Culture and Hegemony: From the Media to Mediations*” e em português em 1997, intitulado “*Dos Meios às Mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*”.

Martín-Barbero [1987] problematiza as relações entre comunicação, política, cultura e poder, afirmando ser comum associar política e poder, comunicação e persuasão, mas não cultura e poder, a não ser quando esta relação está institucionalizada em gestões burocráticas estatais (p. 227-228). Citando o estudioso chileno José Joaquín Brunner – que também participou da coletânea organizada por G. Canclini – Barbero afirma que existem três fatos significativos na América Latina que contribuiriam para a construção de uma visão diferente sobre o estudo das políticas culturais. Por um lado, a capacidade de resistência de diversos grupos e movimentos sociais frente aos governos autoritários, através de práticas artísticas e culturais não convencionais. Também o fato de que o autoritarismo na região não sustentou a sua hegemonia somente com a força estatal ou o capital empresarial, mas procurou "cambiar el sentido de la convivencia social modificando el imaginario y los sistemas de símbolos" (p. 228). Finalmente, registra que a cultura foi posta no centro do cenário político e social a partir das novas dinâmicas de escolarização e dos meios massivos de comunicação. Em síntese:

Se abre así el debate a un horizonte de problemas nuevo en el que lo redefinido es tanto el sentido de la cultura como el de la política, y en el que la problemática de la comunicación entra no solamente a título temático y cuantitativo — los enormes intereses económicos que mueven las empresas de comunicación —, sino cualitativo: en la redefinición de la cultura es clave *la comprensión de su naturaleza comunicativa*. Esto es, su carácter de **proceso productor de significaciones y no de mera circulación de informaciones** y por tanto, en el que **el receptor no es un mero decodificador** de lo que en el mensaje puso el emisor, sino un productor también (p. 228, itálico no original, grifo nosso).

Para o autor, as articulações e mediações da sociedade civil e o sentido social dos conflitos vão além das formas partidárias e das concepções substancialistas das classes sociais. Existem dimensões inéditas do conflito social que se vinculam à aparição de novos sujeitos – regionais, religiosos, sexuais, geracionais – e a novas formas de rebeldia e resistência. Neste sentido, para Martín-Barbero é insuficiente compreender o funcionamento do aparelho técnico-institucional das comunicações; é necessário entender as mudanças e reconversões na utilização social da cultura (p. 226-227). O autor completa o seu raciocínio da seguinte forma:

Pasa entonces más que por unas "políticas de comunicación" por una renovación de la cultura política capaz de asumir lo que hoy está en juego en las políticas culturales. En las que **no se trata tanto de administración de**

**unas instituciones o la distribución de bienes culturales**, sino “un principio de organización de la cultura, algo interno a la constitución de lo político, al espacio de producción de un sentido del orden en la sociedad, a los principios de reconocimiento mutuo” (aspas de LANDI apud MARTÍN-BARBERO, p. 227, grifo nosso).

Neste sentido, a cultura não pode ser cindida nem do poder e tampouco das massas, uma vez que não é mais possível separar, por um lado, as políticas de promoção e regulamentação da indústria das comunicações e, por outro lado, as políticas culturais de construção da cidadania e democracia nas nossas sociedades. Aqui cabe perguntar-nos, como desdobramentos destas reflexões sobre os “usos da cultura”, consumo, produção, distribuição, entre outros: até que ponto o indivíduo, enquanto cidadão e consumidor, é também protagonista na elaboração das políticas culturais, a partir do plano mais cotidiano e banal de atuação? As reflexões destes autores estão inseridas no final da guerra fria, no meio de processos de redemocratização dos países latino-americanos. Neste contexto, começa a se destacar esse plano mais cotidiano, local, familiar, próximo, que é tão político quanto os de maior envergadura e peso internacional<sup>43</sup>.

## **2.4 Ciência, culturas políticas e movimentos sociais nos estudos dos anos 1990**

Continuando esta breve exposição histórica sobre definições de políticas culturais na América Latina, destacamos dois textos da década de 1990 que nos ajudam a compreender a abrangência dos enfoques registrados no continente. Por um lado, José Teixeira Coelho estabelece uma definição ousada das políticas culturais como ciência das estruturas culturais, qualificada por vários autores como algo desproporcional e ambiciosa (BARBALHO, 2005; RUBIM, 2007). E por outro lado, três pesquisadores da região – Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar – publicaram, em inglês, uma crítica à visão restrita e setorial das

---

<sup>43</sup> As reflexões de Teixeira Coelho (1986) e Ander Egg (1987) também poderiam ser incluídas nessa perspectiva, especialmente na ênfase na dimensão municipal de atuação nas ações e políticas culturais.

políticas culturais, propondo uma visão mais ampla que, na perspectiva descrita pelos autores, não é majoritária no nosso campo de estudos.

No dicionário crítico de política cultural, publicado em 1997<sup>44</sup> e elaborado pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Teixeira Coelho, as ciências culturais são definidas como aquelas que têm por objeto de estudo fenômenos construídos pelo homem, cuja consciência mais significativa é que aquele que os observa, também participa ativamente (p. 90). Este conceito de cultura, que o autor atribui a Dilthey, tem uma extensão maior, mais ampla, que o que se atribui à política cultural:

Para esta, apresentada neste dicionário como ciência da organização das estruturas culturais, o termo cultura remete a produtos, bens ou eventos específicos, como os artísticos, folclóricos, etc. **A Política Cultural é, ela mesma, uma ciência cultural, como a sociologia ou a ciência política;** mas a sociologia e a ciência política não são objeto da Política Cultural (p. 90, grifo nosso).

O ex-curador do Museu de Arte de São Paulo (MASP) registra não apenas um novo estatuto epistemológico do campo de estudos das políticas culturais, mas propõe ainda um método de pesquisa que deveria ser análogo ao das ciências culturais esboçado por Dilthey. Na interpretação de T. Coelho, o filósofo alemão do século XIX considera que:

[...] o método próprio a estas ciências é o da compreensão simpatética (sentir com, participar internamente do processo) ou, em outras palavras, da captação intuitiva (compreensão por dentro, a partir do interior, cujos instrumentos são a intuição e o insight, geradores da abdução – a primeiridade, no sistema peirceano –, e não a dedução ou a indução). A este método outro se opôs, o chamado método da observação objetiva, distanciada (p. 90).

O autor analisa que o primeiro método pode fechar-se eventualmente em seus próprios caminhos, sinuosos e repetidos, descrevendo de forma insuficiente seu objeto. O segundo método pode mostrar-se insuficiente para detectar a natureza específica de alguns processos

---

<sup>44</sup> Esta primeira edição do livro foi publicada posteriormente em espanhol, no México, em 2000. Uma segunda edição, revisada e atualizada, foi publicada na Espanha em 2009, também em espanhol. Essa segunda edição foi publicada em português no Brasil, como dito, revisada e atualizada, em 2012.

culturais. Considerar os diversos métodos, de forma desigual e combinada, pode ser proveitoso para a pesquisa em políticas culturais e para o estudo das ciências culturais em geral, segundo a compreensão de T. Coelho.

Especificamente sobre a definição de política cultural, o professor registra os antecedentes de G. Canclini, Brunner, Sérgio Miceli e outros autores latino-americanos que participaram da coletânea organizada por G. Canclini, citada anteriormente. Sendo assim, ele registra a seguinte acepção:

Política Cultural: Constituindo, antes de mais nada, como neste dicionário se propõe, uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (p. 292).

O pesquisador afirma que se incluem nesta definição o conjunto de iniciativas tomadas pelos agentes com o objetivo de promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático responsável pela implementação destas políticas. Quando realizadas pelo Estado, estas intervenções são instrumentadas como normas jurídicas e procedimentos tipificados que regulam as relações entre os diversos objetos e sujeitos culturais. Existem também intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito, como a construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicos, entre outras. Em síntese, na visão de T. Coelho, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diversos modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam (p. 292).

O texto de T. Coelho é o primeiro e o último dos trabalhos conceituais que analisaremos neste capítulo que cita, explicitamente, a definição de G. Canclini de 1987. Esta ausência nos demais autores chama poderosamente a atenção e, de alguma forma, o exercício *post factum* que realizaremos a seguir é o de esboçar complementações, diferenças e desacordos em relação a esta paradigmática contribuição conceitual inicial, buscando visibilizar as diversas perspectivas em jogo no estudo das políticas culturais na América Latina.

Outra aproximação conceitual, apresentada um ano depois por Sonia E. Alvarez, Arturo Escobar e Evelina Dagnino foi publicada na coletânea “*Cultures of Politics – Politics of Cultures: Re-Visioning Latin American Social Movements*” (1998). Alguns anos mais tarde, o livro foi publicado, também, em português (2000) e espanhol (2001). Na introdução desse trabalho, os autores se debruçam sobre as mudanças nas condições sobre as quais a ação coletiva da sociedade civil pode acontecer dentro do neoliberalismo e da globalização vigente no final do século XX. Nesse sentido, a visão política apresentada é um pouco diferente das que analisamos até agora.

Os pesquisadores acreditam que na América Latina a expressão “política cultural” é utilizada de forma recorrente para designar ações do Estado ou de outras instituições (públicas?) no campo da cultura. Este campo é visto, por sua vez, como autônomo e separado da política, muito frequentemente reduzido à produção e consumo de bens culturais das linguagens artísticas. Contudo, a visão desses estudiosos é diferente, como demonstramos na citação a seguir:

Aqui, utilizamos "política cultural" para chamar a atenção para o laço constitutivo entre cultura e política, e a redefinição de política que essa visão implica. Esse laço constitutivo significa que a **cultura entendida como concepção do mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas**. Por outro lado, a compreensão da configuração dessas relações de poder não é possível sem o reconhecimento de seu caráter "cultural" ativo, na medida em que expressam, produzem e comunicam significados. **Com a expressão "política cultural" nos referimos então ao processo pelo qual o cultural se torna fato político** (2000, p. 17, grifo nosso).

Nesta acepção, observamos uma definição ampliada da cultura – hoje diríamos antropológica – e indissociável do caráter “político” das práticas sociais e dos significados que comunicam. E qual seria a especificidade, então, do “fato político” através do qual a cultura se torna “política cultural”? Para os autores, a disputa pela viabilidade de projetos alternativos de sociedade e de cidadania democrática realizados pelos movimentos sociais

organizados da região de forma mais ou menos coerente, e mais ou menos explícita, é uma das formas pelas quais estas práticas e manifestações culturais problematizam os limites do que se considera o espaço político. Ou seja, “que os movimentos sociais são uma arena crucial para a compreensão de como esse entrelaçamento, talvez precário, mas vital, do cultural e do político ocorre na prática” (p. 21). Isto significa tanto traduzir as demandas deles em políticas públicas, expandindo as fronteiras da política institucional, como também a disputa pela redefinição dos sentidos sobre o que entendemos por cidadania, representação política, desenvolvimento, participação e, neste sentido, da própria democracia (p. 16). Ainda mais, os pesquisadores afirmam que todos os movimentos sociais põem em prática uma política cultural, e não apenas aqueles mais vinculados a linguagens artísticas ou a perspectivas identitárias, étnicas ou de gênero. Em síntese, os autores estabelecem uma perspectiva mais radicalizada das políticas culturais, nutrindo-se dos estudos culturais para ampliar a zona de abrangência do nosso campo.

Observamos que todos os estudiosos que se debruçam sobre o campo conceitual das políticas culturais vão se referir, em maior ou menor medida, a Néstor García Canclini. Contudo, conforme antecipamos, chama a atenção que o texto paradigmático de 1987 não seja citado pela coautora e professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Evelina Dagnino, e nem pelos co-autores latino-americanos radicados nos Estados Unidos, Arturo Escobar (da Colômbia) e Sonia E. Alvarez (de Cuba). Neste texto, por exemplo, aparece citado um artigo de G. Canclini publicado em 1988 em inglês, intitulado “*Culture and Power: The State of Research*” para fundamentar as ampliações e reconceituações do político e do poder. Os autores asseveram que a política deve ser vista para além de um conjunto de atividades específicas que acontecem em uma área institucional delimitada, como parlamentos e partidos. A política inclui também “lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante” (p. 29). E citando de forma explícita outro texto de G. Canclini, o poder:

[...] não deve ser entendido como "blocos de estruturas institucionais, com tarefas pré-estabelecidas (dominar, manipular), ou como mecanismos para impor ordem de cima para baixo, mas antes como uma **relação social difusa por todos os espaços**" (García Canclini, 1988: 474). No entanto, uma **concepção descentrada do poder e da política** não deve desviar nossa atenção do modo como os movimentos sociais interagem com a sociedade

política e o Estado e "não deve nos levar a ignorar a maneira como o poder se sedimenta e se concentra em instituições e agentes sociais" (475). Desse modo, nossos autores dão a devida atenção às **relações dos movimentos com os poderes sedimentados de partidos, instituições e com o Estado**, ao mesmo tempo em que sugerem que o exame dessa relação "nunca é suficiente" para apreender o impacto político ou a significação dos movimentos sociais (p. 30, grifo nosso).

As reflexões de G. Canclini são tão ricas e abrangentes como as interpretações que se fazem dos seus textos. Seguindo a proposta destes autores, será que ele seria um teórico que defende uma perspectiva mais restrita ou ampliada das políticas culturais? Não é uma pergunta fácil, como tampouco é consensual os desdobramentos que se fazem sobre as ponderações deste autor. A seguir, registramos uma atualização conceitual realizada pelo próprio pesquisador argentino no começo dos anos 2000.

## 2.5 Definições em transição nos inícios do século XXI

O que mudou na conceituação de García Canclini sobre políticas culturais entre os textos de 1987 e 2001? A mudança espaço-temporal anterior à queda do muro de Berlim e no início do século XXI, antes do famoso atentado de 11 de setembro de 2001, deveria significar uma grande mudança<sup>45</sup>. Este artigo se intitula "*Definiciones en transición*". Nele, o autor afirma que, aparentemente, o único consenso que existe entre os estudiosos da cultura é que não há consenso sobre como defini-las<sup>46</sup>. Porém, enfatiza o pesquisador, é necessário construir definições operativas, ainda que sejam provisórias, inseguras e, nós acrescentamos,

---

<sup>45</sup> O livro organizado por Daniel Mato, com a participação de García Canclini, foi publicado em junho de 2001, portanto três meses antes do atentado às Torres Gêmeas.

<sup>46</sup> "Uno de los pocos consensos que existe hoy en los estudios sobre cultura es que no hay consenso. No tenemos un paradigma internacional e interdisciplinariamente aceptado, con un concepto eje y una mínima constelación de conceptos asociados, cuyas articulaciones puedan contrastarse con referentes empíricos en muchas sociedades. Hay diversas maneras de concebir los vínculos entre cultura y sociedad, realidad y representación, acciones y símbolos" (GARCÍA CANCLINI, 2001, p. 57).

intuitivas, para seguir pesquisando e fazendo políticas culturais<sup>47</sup>. Citamos, a seguir, o verbete correspondente à noção em discussão:

**Políticas Culturales:** Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (p. 65, grifado original).

Nesta conceituação de 2001, G. Canclini reproduz sua definição de 1987, acrescentando logo em seguida o caráter transnacional atual das trocas culturais, entre outras questões: “Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el **carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad**” (p. 65, grifo nosso). O que isso significa? Basicamente o reconhecimento do transbordamento dos espaços nacionais em função dos fluxos comunicacionais e dos reordenamentos econômicos:

No puede haber políticas sólo nacionales en un tiempo donde las mayores inversiones en cultura y los flujos comunicacionales más influyentes, o sea **las industrias culturales, atraviesan fronteras, nos agrupan y conectan en forma globalizada, o al menos por regiones geoculturales o lingüísticas**. Esta transnacionalización crece también, año tras año, con las migraciones internacionales que plantean desafíos inéditos a la gestión de la interculturalidad más allá de las fronteras de cada país (p. 65, grifo nosso).

Em relação ao contexto do artigo anterior, será que podemos pensar que, no século XX, as indústrias culturais dos anos 1970 e 1980 – e as políticas culturais estatais – não conseguiam atravessar fronteiras para nos agrupar e nos conectar de forma globalizada ou, ao menos, como esclarece o autor, por regiões geoculturais e linguísticas? Segundo o professor, no início do século XXI os intercâmbios culturais mais inovadores e influentes têm sido realizados por atores aos quais ninguém encarregou de fazer política cultural: a televisão, com

---

<sup>47</sup> “Necesitamos, sin embargo, algunas definiciones operativas, aunque sean provisionales e inseguras, para seguir investigando y hacer políticas culturales. Todos arbitramos de algún modo en conflictos entre tendencias epistemológicas cuando elegimos nuestro objeto de estudio, ponemos en relación un conjunto de comportamientos con un repertorio de símbolos, y seguimos una ruta para buscar los datos, ordenarlos y justificarlos” (ibidem, p. 57).

destaque para as redes mexicanas, brasileiras e dos Estados Unidos, e também os enormes contingentes de migrantes e exilados que têm criado circuitos de comunicação informal muito significativos entre seus países de origem e destino (p. 66).

Contudo, **para G. Canclini, as questões apontadas não foram assumidas pelas agendas nacionais, pelos organismos internacionais e por nenhuma política de integração regional.** A cooperação intergovernamental tem sido insuficiente no horizonte supranacional das políticas culturais. Para o autor, são necessárias políticas de regulamentação e mobilização de recursos em escala internacional, de reconstrução da esfera pública no âmbito transnacional. A revitalização do espaço público, a busca do sentido social de âmbitos e circuitos culturais afetados pelos processos de privatização dentro de cada país, precisam combinar-se com a reformulação do papel de organismos internacionais e de outros atores públicos no meio dos acordos de integração entre as economias latino-americanas entre si e com as norte-americanas e europeias (p. 65). Sendo assim, um dos desafios mais urgentes na América Latina é a construção de novas instâncias de circulação de bens e serviços culturais, liberalizar as tarifas e taxas na difusão de livros, multiplicar as coproduções musicais e cinematográficas, além de atingir investimentos conjuntos para gerar produtos representativos de vários países (p. 66). O autor finalmente destaca que:

**Las políticas culturales pueden ser un tipo de operación que asuma esa densidad y complejidad** a fin de replantear los problemas identitarios como oportunidades y peligros de la convivencia en la heterogeneidad. En esta perspectiva, **la función principal de la política cultural** no es afirmar identidades o dar elementos a los miembros de una cultura para que la idealicen, sino para que sean capaces de **aprovechar la heterogeneidad y la variedad de mensajes disponibles y convivir con los otros** (p. 65, grifo nosso).

Em síntese, ao considerar o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da contemporaneidade, entre outras questões, García Canclini incorpora vários elementos que não se mostravam presentes em 1987, quando da primeira aproximação com o conceito de políticas culturais.

### 2.5.1 As dimensões da cultura na perspectiva da gestão pública

Isaura Botelho publicou, em 2001, uma reflexão que teve bastante influência no nosso campo de estudos, intitulada “*Dimensões da cultura e das políticas públicas*”. Não sabemos se por escolha ou desconhecimento da autora, aqui também notamos a ausência da citação do texto de 1987, onde G. Canclini registra o seu conceito de políticas culturais. A principal preocupação da pesquisadora era identificar de que maneira o conceito de cultura, considerado privilegiado pelos gestores, se transforma em intervenções concretas. Para ela, do ponto de vista da política pública, é diferente trabalhar com cultura, no sentido mais amplo da sociedade, do que com o circuito organizado das artes e da produção cultural mais específica. A partir das categorias analíticas propostas pelo sociólogo chileno José Joaquín Brunner [1993] (apud BOTELHO, 2001), a estudiosa propõe trabalhar com duas dimensões da cultura: a antropológica e a sociológica. Sendo assim:

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade (p. 74).

Nesta perspectiva, se incluem significados e práticas vinculadas às origens regionais, interesses profissionais ou econômicos, esportivos ou culturais, de sexo, origens étnicas, geração, etc. A forma como as políticas culturais poderiam atingir esta dimensão antropológica é a partir de uma reorganização das estruturas sociais e de uma profunda distribuição dos recursos econômicos (p. 74). Para Botelho, é preciso uma mudança radical de médio e longo prazo que possa interferir em hábitos e costumes arraigados, nas formas de trabalho, no uso do tempo livre, enfim, nas relações de vizinhança e sociabilidade em sentido amplo.

Por outro lado, a dimensão sociológica compreende um âmbito especializado de atuação com uma intencionalidade explícita, meios de produção, públicos e canais determinados:

[...] a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso (p. 74).

Trata-se de um sistema socialmente organizado muito mais visível, que inclui uma formação e aperfeiçoamento específico, equipamentos, programas e agências de financiamento com critérios e fronteiras mais ou menos determinadas. Enfim, se concretiza em um circuito organizacional que fomenta a “produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” e inclui às expressões artísticas em sentido estrito (p. 74). Devido a estas características, a pesquisadora afirma que esta dimensão termina sendo privilegiada pelas ações do governo, deixando o plano antropológico para discursos sem efetividade prática. Para atingir esta outra dimensão mais ampla, é necessário um esforço coordenado e articulado do Estado, especialmente a nível municipal, âmbito apontado pela autora como plano privilegiado de atuação e de produção de sentidos cotidianos.

Aproveitamos para fazer um breve parêntese para a reflexão, embora na continuação deste apanhado histórico sobre o estudo das políticas culturais possamos voltar a este ponto. A proposta metodológica de Botelho é sedutora e recorrentemente utilizada para falar dessa diferença fundamental entre o âmbito mais restrito e o mais amplo da cultura. Mas considerando que o foco está na elaboração das políticas públicas, não seria pertinente pensar também numa dimensão geográfica da cultura? Existem trabalhos que vão nesta linha, como as reflexões de Serpa (2011) e Serpa et al (2015) sobre o papel da geografia para as políticas públicas no contexto brasileiro e baiano. Contudo, também é pertinente pensar em termos da geopolítica do conhecimento, ou seja, nas condições geoculturais de elaboração das políticas públicas e de realização de estudos e pesquisas nessa área, condições de produção, institucionais, pessoais e sociais cotidianas do meio a partir das quais elaboramos as teorias e metodologias em políticas culturais (OCHOA, 2002).

O artigo da pesquisadora mexicana Ana María Ochoa Gautier, intitulado “*Políticas culturales, academia y sociedad*”, parece ir nesta linha ao contextualizar as reflexões em políticas culturais nos países latino-americanos, situação muito diferente às que enfrentam pesquisadores na Europa ou nos Estados Unidos. O desafio é ainda maior na tentativa de traduzir estas investigações em políticas concretas na esfera pública. Desta forma, a tensão em articular o campo da reflexão com a prática e a disputa territorial pela própria definição conceitual do termo políticas culturais podem ser considerados também elementos válidos nesta dimensão geográfica ou perspectiva geocultural das políticas públicas.

### **2.5.2 A cultura como recurso latino-americano**

Vamos registrar aqui algumas reflexões de George Yúdice. Embora ele tenha nascido em Nova York, nos ajuda a pensar como o espaço latino-americano é mais complexo e amplo do que tradicionalmente fica reduzido na discussão e no senso comum, especialmente entre os acadêmicos brasileiros. De forma sucinta, incorporamos George Yúdice porque ele é filho de imigrantes de El Salvador, casado com a centro-americana Silvie Durán – atriz, pesquisadora e atual Ministra de Cultura e Juventude de Costa Rica – e porque, segundo ele mesmo afirma, desde 1987 realiza visitas e mantém vínculos e estudos no Brasil e no resto dos países da região. Além disso, também estabelece diálogos constantes com G. Canclini desde 1994 e um dos seus livros de maior repercussão foi editado pelo próprio pesquisador argentino, conforme veremos adiante.

Em 2002, juntamente com o pesquisador anglo-saxão Toby Miller, Yúdice publicou em inglês o livro “*Cultural Policy*”, (o livro será traduzido e publicado em espanhol dois anos depois) e um dos objetivos dessa publicação é historiar as reflexões sobre políticas culturais realizadas em língua inglesa. Para isso, dividem as reflexões entre aquelas mais funcionalistas, vinculadas às abordagens clássicas do governo “de cima para baixo” e as perspectivas mais recentes que os autores inserem dentro dos chamados estudos culturais, escola que propõe uma interferência e transformação da realidade social dos setores tradicionalmente oprimidos pelo sistema vigente. Miller e Yúdice partem da seguinte definição:

**La política cultural se refiere a los soportes institucionales** que canalizan tanto la creatividad estética como los estilos colectivos de vida: es un puente entre los dos registros. La política cultural se encarna en **guías para la acción sistemáticas y regulatorias que adoptan las instituciones a fin de alcanzar sus metas**. En suma, **es más burocrática que creativa u orgánica**: las instituciones solicitan, instruyen, distribuyen, financian, describen y rechazan a los actores y actividades que se hallan bajo el signo del artista o de la obra de arte mediante la implementación de políticas. Los gobiernos, sindicatos, universidades, movimientos sociales, grupos comunitarios, fundaciones y empresas ayudan, financian, controlan, promueven, enseñan y evalúan a las personas creativas: de hecho, deciden e instrumentan a menudo los mismos criterios que hacen posible el uso del vocablo “creativo” (2004, p. 11, grifo nosso).

Embora os autores não explorem o que seria essa perspectiva criativa ou orgânica das políticas culturais, restringem esta noção, pelo menos nos territórios de língua inglesa, a uma visão mais racional, sistêmica e positivista da intervenção no campo da cultura.

Também em 2002, desta vez sozinho e com apoio editorial de Néstor García Canclini, Yúdice publica “*El recurso de la cultura: usos de la cultura en la era global*”, traduzido e publicado um ano depois em inglês sob o título “*The expediency of culture: the uses of culture in the global era*” e também traduzido e publicado em português em 2004 sob o título “*A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*”. Ainda que não seja um livro específico de reflexão conceitual sobre políticas culturais, é pertinente registrar dois movimentos teóricos e metodológicos que serão importantes nas reflexões posteriores de outros autores. Por um lado, o pesquisador registra que a cultura no mundo contemporâneo é utilizada como um recurso, seja para fins econômicos, quanto para fins sociais, questionando os paradigmas focados na cultura como um fim em si mesma. A perspectiva de Yúdice não estabelece uma hierarquia entre as dimensões sociais, econômicas e culturais. Entendemos que ele afirma que a cultura e as práticas artísticas no mundo contemporâneo não aparecem nunca isoladas dos seus efeitos políticos, econômicos e sociais. E aqui incorpora um segundo elemento metodológico, que é o foco nas micropolíticas de cultura, presentes em qualquer evento artístico ou obra cultural de forma mais ou menos consciente.

Os diálogos com G. Canclini são explícitos em ambos os livros, no entanto, o artigo conceitual do cientista argentino, de 1987, não aparece em nenhum momento. Essa ausência pode ser compreensível no primeiro livro, focado nas fontes de língua inglesa, mas no segundo livro chama a atenção. Essa lacuna também aparece nas reflexões de pesquisadores contemporâneos do Brasil, começando por Isaura Botelho, como vimos, mas também este texto está ausente em Barbalho (2005, 2013), Rubim (2007, 2011) e Barros (2009).

### **2.5.3 Contraponto conceitual entre políticas culturais e políticas públicas de cultura**

Para Alexandre Barbalho (2005), embora exista abundante bibliografia sobre o tema<sup>48</sup>, não são comuns os trabalhos acadêmicos que se debruçam sobre o que é política cultural. Destaca os antecedentes de reflexões da UNESCO desde o final dos anos 1960, além da série de estudos, conferências internacionais, seminários e eventos sobre políticas culturais organizadas por esta agência das Nações Unidas, com relativa frequência, desde 1970. No Brasil, registra o evento organizado pela UNESCO e o então Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 1976, cujo objetivo era discutir os problemas relevantes da cultura e o papel do Estado nesse campo.

Sobre o conceito, Barbalho retoma a definição de Teixeira Coelho de 1997 que vimos anteriormente, sinalizando uma discordância sobre a real necessidade de propor uma nova área científica para o estudo da política cultural. Segundo o pesquisador, as intervenções práticas e discursivas do campo da cultura não são científicas, na medida em que política e cultura não são sinônimos e nem se confundem com ciência<sup>49</sup>. Embora as lógicas sociais que buscam

---

<sup>48</sup> Este texto faz parte do livro que inaugura a coleção Sala de Aula da EDUFBA e que se tornou, também, referência didática para a formação em produção cultural.

<sup>49</sup> Chama a atenção que exista a Ciência Política, mas Barbalho não critica que haja um campo do conhecimento específico para a política ou a economia. De fato, T. Coelho esclareceu publicamente, embora não em nenhum documento escrito, que a sua proposta de trabalhar as políticas culturais como ciência é para que o campo tenha mais recursos e possibilidades de financiamento nos âmbitos acadêmicos, porque o estatuto “científico” das

guiar as políticas culturais possam ser estudadas de forma disciplinar ou transdisciplinar, para o autor não se justifica a afirmação de um campo específico de saber ou de uma ciência exclusiva (p. 35-36).

O historiador da Universidade Estadual do Ceará (UECE) questiona, também, a ideia de organização de estruturas culturais registrada na definição de T. Coelho. Segundo Barbalho, a ideia de organização parece identificar política com gestão cultural. A primeira trata (ou deveria tratar) dos princípios, meios e fins norteadores de uma ação, enquanto a segunda versa sobre a organização e gestão dos meios disponíveis para executar esses princípios e fins. A gestão, neste sentido, está dentro da política cultural, forma parte do seu processo (p. 36). Sendo assim, Barbalho sinaliza o risco de que o termo “estrutura” situe a política cultural no âmbito objetivista da cultura, se limitando a estudar apenas a cultura organizada ou instituída. Nesse caso, argumenta o professor cearense, não estaria sendo contemplado o fluxo de significados e símbolos que não se materializam em programas, instituições ou ações concretas no campo cultural. A preocupação do autor é não reduzir a atuação das políticas culturais a uma simples tarefa administrativa, pois o conflito de ideias, disputas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos também estão incluídos nesse campo. Considerando essas ressalvas, Barbalho realiza a seguinte reflexão, a partir das ideias de T. Coelho:

[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas (apud BARBALHO, 2005, p. 37).

Complementando esta conceitualização, Barbalho registra que as necessidades culturais da população não são fixas, neutras ou preestabelecidas, mas estão em permanente negociação e conflito de interesses. O resultado deste “recorte” conceitual que o autor toma de T. Coelho é similar à definição de G. Canclini de 1987 e que Barbalho não cita. Repetimos, para fins de comparação, a clássica conceituação:

---

disciplinas é muito arbitrário e político, ideológico, por exemplo, na suposta “rigoriedade acadêmica” da política ou da economia como ciência.

[...] conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (1987, p. 26).

Embora o último objetivo registrado por G. Canclini não apareça de forma explícita no recorte de Barbalho, o estudioso brasileiro parece discordar desse último ponto quando afirma que as intervenções não se dão de forma consensual, mas como resultado de uma relação de forças culturais e políticas conjunturais. Finalmente, Barbalho complementa a definição citando novamente a T. Coelho destacando o programa de intervenções culturais como “conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (apud BARBALHO, 2005, p. 38).

Em 2013, o professor da UECE atualiza a sua definição de política cultural em uma cartilha de difusão realizada pela SECULT-BA, definindo-a da seguinte forma:

Uma política cultural é um conjunto mais ou menos coerente de princípios (conceitos e diretrizes), objetivos (onde se quer chegar), estratégias (como alcançar os objetivos projetados), os meios necessários e as ações a serem realizadas (os programas e projetos concretos). Importante frisar que deve haver uma lógica entre as partes do conjunto – é esta lógica que dá sentido a uma política cultural (BARBALHO, p. 8).

Neste breve texto, ele cita a definição atualizada de G. Canclini de 2001 e questiona como se definem – e por quem – as necessidades da população. Concordando com o pesquisador mexicano Eduardo Nivón Bolán (que, por sua vez, foi orientado na sua tese por G. Canclini), registra a importância de considerar os interesses e tensões existentes entre o poder público com o campo da cultura e das artes. Sendo assim, a política cultural é o resultado das disputas e do jogo político no âmbito da cultura:

A definição do “quê”, “quem”, “como” e “para quê” de uma política cultural **depende das estruturas de poder e das relações sociais que vigoram em determinado momento em um espaço específico**, seja um município, seja um estado, seja uma nação (p. 9, grifo nosso).

Dessa forma, o autor destaca a importância dos agentes das políticas culturais, estatais e não estatais, junto com a relação estabelecida entre eles. Afinal, para se efetivar como política pública, novamente citando a Bolán, “a política cultural deve ser o ‘resultado de um conjunto de acordos sociais e políticos sobre os objetivos e necessidades que deve atender’” (apud BARBALHO, p. 10).

Uma abordagem diferenciada é a do professor da UFBA Albino Rubim (2007), que pretende esboçar um modelo analítico que circunscreva rigorosamente o espaço de pertença e abrangência do campo das políticas culturais. O decálogo elaborado pelo pesquisador baiano compreende:

- 1) Definição e determinação da noção de política acionada pela própria política cultural.
- 2) Definição e abrangência da noção de cultura inscrita nas políticas culturais.
- 3) Análise do conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implantadas pela política cultural (planos, projetos, programas, etc.).
- 4) Estudo dos objetivos e metas das políticas, procurando explicitar as concepções de mundo que orientam as ações e programas culturais.
- 5) Delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais.
- 6) Determinação dos públicos visados e das modalidades de fruição e de consumo ativados pelas políticas culturais.
- 7) Estudo e análise dos instrumentos, meios e recursos acionados pelas políticas culturais, sejam eles humanos, legais, materiais (instalações, equipamentos, etc.), financeiros, entre outros<sup>50</sup>.
- 8) Investigação dos diversos momentos ligados ao sistema cultural: I. Criação, invenção e inovação; II. Difusão, divulgação e transmissão; III. Circulação, intercâmbios, trocas e cooperação; IV. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa

---

<sup>50</sup> Nestes dispositivos se incluem: a) orçamentos e formas de financiamento da cultura previstos e realizados; b) pessoal envolvido tanto na formulação, gestão e produção da cultura como nas modalidades de capacitação desse pessoal em funcionamento ou previstas; c) espaços, geográficos e eletrônicos, e equipamentos existentes, sua localização, funcionamento, suas condições, etc. e; d) meios legais e legislações disponíveis e a serem criados para organizar e estimular a cultura (RUBIM, 2007).

e reflexão; V. Fruição, consumo e públicos; VI. Conservação e preservação; VII. Organização, legislação, gestão e produção da cultura.

9) Pesquisa sobre as transversalidades e interfaces da cultura, pretendidas e acionadas pelas políticas.

10) Análise das articulações, compatibilidade e consistência dos componentes expostos anteriormente, que estabelecem o grau de sistematicidade existente nas políticas culturais.

Por outro lado, na explicação de alguns desses itens, Rubim expõe suas considerações sobre as relações entre políticas culturais e política pública. O autor entende esta última de uma forma completamente diferente das definições tradicionais da administração pública ou dos estudos jurídicos:

Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura. Tal negociação, entretanto, é sempre bom lembrar, acontece entre atores que detêm poderes desiguais e encontram-se instalados de modo diferenciado no campo de forças que é a sociedade capitalista contemporânea (p. 151-152).

Neste sentido, afirma que não somente as políticas culturais, mas também as políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por distintos atores além do Estado, sempre e quando estejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, como debates e crivos públicos. Esta definição, ainda que desafiadora e muito instigante, pode trazer também algumas complicações analíticas, a exemplo de quando Rubim tenta explicar as diferenças entre as políticas estatais e as políticas públicas:

Cabe assinalar a distinção fundamental entre políticas estatais e políticas públicas. Enquanto as primeiras dependem apenas da atuação do Estado, as políticas públicas para se realizarem têm que, necessariamente, submeter suas proposições ao debate público e, mais que isto, ser capaz de incorporar proposições e críticas oriundas da sociedade, nascidas no âmbito da discussão pública. Dessa maneira, a expressão “políticas públicas de cultura” requer, para ser utilizada de modo rigoroso, que tais políticas contemplem duas dimensões ativas do público, como sujeito atuante no debate democrático e como participante no processo deliberativo das políticas (RUBIM, 2011, p. 48).

Nesta definição, o pesquisador baiano questiona não somente as políticas de governo, mas as políticas de Estado, abrindo uma interpretação que nega o caráter público das ações e programas executados “apenas” por instituições estatais. É completamente factível pensar em políticas estatais que não sejam democráticas; porém, é possível imaginar políticas estatais que não sejam públicas? Nessa perspectiva, o autor estaria propondo uma nova forma de conceber o espaço social contemporâneo, onde existiria uma dimensão privada, outra pública e uma terceira, que seria a estatal, distinta das anteriores? Estas diferenças aparecem com maior nitidez quando se analisam os atores das políticas culturais. O pesquisador explica que não é possível, na atualidade, tomar as políticas públicas como idênticas ou redutíveis às políticas estatais. O Estado não é um ator monolítico; existem governos supranacionais e infranacionais e “as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não estatais” (RUBIM, 2007, p. 150).

Neste sentido, acreditamos que o autor não está negando que as políticas estatais possam ser entendidas, também, como políticas públicas. A questão é que os modos contemporâneos de elaboração, gestão e manutenção das políticas culturais nos fazem pensar em formas de governança que vão além do território estatal tradicional e que incluam agentes dos setores privados e comunitários nesse processo de gestão e legitimação das intervenções públicas. Em síntese, na gestão das políticas públicas de cultura não podemos considerar única e exclusivamente o Estado e, muito menos, imaginar uma atuação coerente e unívoca das suas diversas agências estatais. Precisamos compreender também, e isso é nossa contribuição, como a política cultural se constrói territorialmente a partir das intervenções de agentes não estatais que são, nesse sentido, também protagonistas destas iniciativas públicas.

Finalizando este breve panorama de reflexões conceituais contemporâneas sobre políticas culturais no Brasil, destacamos as ponderações do professor José Márcio Barros (2009), no texto “*Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural*”, especialmente porque sinaliza alguns elementos territoriais na própria definição do campo, que é algo que nos interessa aprofundar posteriormente.

Começamos pelo que o estudioso registra como não sendo uma efetiva política pública de cultura. Em primeiro lugar, o autor afirma que uma política pública consequente não se confunde com ocorrências aleatórias, esporádicas, motivadas por pressões específicas ou conjunturais. Tampouco inclui ações isoladas, mesmo bem intencionadas, que não têm continuidade precisamente por não serem pensadas no contexto dos elos da cadeia de criação, formação, difusão e consumo cultural. Finalmente, uma política pública na área da cultura não surge apenas como um corretivo pontual diante de problemas detectados em diagnósticos setoriais. Ela exige dos seus gestores a capacidade de antecipar problemas e cenários para prever mecanismos de solução, além de se propor a visibilizar novas realidades ainda em construção (p. 65).

O pesquisador da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) afirma que a política cultural se constitui, em um primeiro momento, a partir da articulação entre conceito, estratégia e ação e, neste sentido, na forma como princípios e atitudes se relacionam. A efetividade de uma medida requer que o conjunto de ideias, operacionalizadas em conceitos e sedimentadas por uma visão de mundo concreta, se solidifique em um plano de intervenção, resultando em ações visíveis de proteção e transformação da realidade (p. 64). Sendo assim, uma política cultural se materializa na articulação entre as noções de territorialidade e setorialidade, procurando um equilíbrio entre a dimensão mais ampla da cultura e a dimensão sociológica mais específica, conforme detalhadas por Botelho (2001). Nas palavras do autor:

**A abrangência territorial e a análise de suas características e especificidades são imprescindíveis na construção de uma política cultural**, nos níveis local, regional e nacional. Mais que isso, importa, além de reunir dados, articular o máximo de vozes, conhecer as urgências e as potencialidades de cada elemento da cultura para elaborar planos e ferramentas de proteção e promoção às mais diversas expressões culturais. Para tanto, **conhecer as diversas temporalidades da cultura, suas realidades imediatas, mediatas e permanentes é de substancial importância para evitar fragilidades no processo de implementação da política cultural**. Isso porque a cultura tanto é um campo dinâmico, ou seja, está em constante produção, transformação, resignificação, quanto se mostra perene, posto que dela provêm os recursos simbólicos que tornam a vida coletiva possível e estável (p. 64, grifo nosso).

Portanto, segundo Barros, a política cultural precisa investir na sua capilaridade, formando circuitos, sistemas e setores que articulam realidades, demandas e possibilidades. Aqui se incluem tanto eventos esporádicos, como serviços culturais permanentes, além do apoio à criação e manutenção de espaços culturais em equilíbrio com a qualidade da oferta e dos canais de veiculação. Em relação à promoção da memória e do patrimônio cultural, daquilo que permanece, por ser atual, e aquilo que emerge, por ser desconhecido, as políticas culturais precisam articular os polos complementares da experiência cultural “como produção e difusão de bens culturais, formação artística e formação de expertises culturais, proteção de identidades, e a realização de intercâmbio e trocas culturais” (p. 64).

Outro componente central de uma política cultural é o pressuposto de participação e controle social:

**As políticas públicas decorrem de necessidades sociais** e, portanto, carecem de atenção, colaboração, acompanhamento e intervenção da sociedade civil ao longo de todo o processo. Entretanto, tal participação, quando desprovida da capacidade de conhecer as realidades, interpretá-las e, assim, propor modos de intervir, acompanhar e avaliar e se institucionalizar, permanece no limite de uma participação formal, na qual os meios acabam por substituir os fins (p. 64-65, grifo nosso).

A integração das intervenções no campo da cultura no conjunto das políticas públicas e a geração de informações e indicadores de desenvolvimento cultural complementam o rol das dimensões de uma efetiva política cultural (MATA MACHADO apud BARROS, 2009). Portanto, Barros acredita que uma política cultural em perspectiva pública supõe um conjunto de escolhas e esquecimentos, isto é, tanto pela eleição do que nela se afirma e se faz deliberadamente, quanto pelas ausências, os não feitos, aquilo que é esquecido, seja de forma proposital ou não.

Chegados neste momento, nos chama a atenção precisamente este esquecimento ou falta de reflexão mais densa sobre a dimensão espacial das políticas culturais, vinculada a um olhar geográfico, mas que não pode ficar restrito a esta disciplina. Sendo assim, a seguir vamos problematizar a noção de “geocultura”, para tentarmos aprofundar neste debate sobre as perspectivas territoriais no nosso campo de estudos no contexto latino-americano.

## 2.6 Geocultura e a dimensão espacial das políticas culturais na América Latina

Retomemos a clássica definição de García Canclini (2001) para falarmos sobre regiões geoculturais, elemento que consideramos que poderia estar implícito na proposta do autor de 1987, quando contextualiza a sua reflexão “na” América Latina. A presença desta categoria, da opção pelo “geo” cultural, é incomum nos estudos da cultura e nas políticas culturais. Desde quando o elemento geográfico importa na compreensão deste fenômeno? Quer dizer, a ideia de América Latina foi estudada como proposta política, econômica e cultural nas últimas décadas, mas não como região geocultural. Aliás, o que significa geocultural? Qual é a relação entre geografia, território e cultura? Já vimos algumas destas conexões no capítulo anterior. Todavia, estas questões aparecem juntas, também, no livro intitulado “*El Espacio Cultural Latinoamericano*” (2003), em que García Canclini participa junto com reconhecidos pesquisadores como Martín-Barbero, o politólogo argentino Marcelo Cavarozzi, o indigenista alemão radicado no México, Rodolfo Stavenhagen e a politóloga espanhola e ex-parlamentária europeia, Guadalupe Ruiz-Giménez. Essa obra foi coordenada pelo sociólogo chileno Manuel Garretón e editada pelo Convênio Andrés Bello. A tese principal do livro está fundamentada na seguinte afirmação:

El mundo en este siglo se constituirá no en torno a lo geopolítico ni a lo geoeconómico, sino principalmente en torno a lo geocultural: será apropiado, construido, distribuido entre diferentes espacios culturales, y América Latina debe ser uno de ellos (p. 7).

Nesse trabalho coletivo, os autores acreditam na existência de uma imagem da América Latina, fruto da geografia, da cultura, do idioma, da história, da política e de um estilo de vida que, conjugado com outros numerosos elementos, definem certa singularidade do latino-americano. Porém, a integração deste espaço cultural é frágil, mesmo com mais de duzentos anos de trajetória compartilhada. O conhecimento deste espaço, afirmam os pesquisadores, não faz parte da cultura comum dos latino-americanos no século XXI. E isto gera um

problema, porque é indispensável o reconhecimento do espaço onde se vive, a história comum e a consciência de que todos formamos parte de um projeto cultural, isto é, de uma cultura e de uma sociedade maior do que projetos nacionais, por mais diversos que estes sejam (p. 47).

O texto coletivo apresenta, também, uma definição operativa sobre a noção de espaço cultural:

El espacio cultural es un concepto complejo y puede significar varias cosas. **La noción de espacio sugiere territorios geográficamente delimitados, visibles, identificables, pero hay también espacios que no son territorialmente ubicables, o que lo son sólo parcialmente.** Hay espacios y circuitos culturales que no se reducen a una distribución, lugares o límites geográficos, que trascienden las naciones e incluso el marco de un conjunto de naciones-Estados. [...] **El espacio cultural, en su concepto más amplio, es aquel que incluye lo físico territorial y lo no territorial incluyendo lo comunicacional y lo virtual [...] Es decir, el espacio cultural es un espacio de espacios** (p. 34-35, grifo nosso).

Para os autores, o espaço cultural é múltiplo porque inclui diversos espaços territoriais, distintos campos ou âmbitos e também muitos circuitos. Quando se fala em campos ou âmbitos, o documento se refere a questões como educação, ciências, patrimônio, etc. Enquanto circuitos, são as interações internas nestes âmbitos, como aquelas que acontecem entre os campos (p. 35). Além disso, quando o espaço cultural se refere a uma determinada coletividade – que pode ser uma comunidade, um país ou um conjunto de países –, abrange as instituições e manifestações culturais, o simbólico, o conhecimento, a criatividade para produzir bens materiais e resolver conflitos de poder, além de valores e orientações culturais, formas de comportamento, tradições e memórias históricas (p. 34).

Em um mundo contemporâneo organizado em blocos geoculturais (um dos quais seria o espaço cultural latino-americano), os limites nacionais são insuficientes para o estudo das políticas culturais. O caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais atuais devem ser considerados enquanto um espaço cultural comum maior, supranacional, que inclui – segundo os autores – dimensões físico-territoriais e “não territoriais”, como circuitos comunicacionais e virtuais. Podemos questionar se esta separação proposta pelos autores entre espaço cultural “territorial” – que seria a dimensão físico-material do continente, a chamada área geográfica dos Estados Nacionais – e o espaço cultural “não territorial” – que incluiria

redes comunicacionais e virtuais “desterritorializadas” – é adequada. Autores como Mato (2007) e Haesbaert (2008), entre outros, defendem a ideia de novas territorialidades no mundo globalizado – como a noção de territórios-rede –, mas não concordam que existam espaços culturais “não territoriais” ou “desterritorializados”, conforme analisamos no capítulo anterior. O que muda no século XXI não seria apenas o estudo das políticas culturais, já que a execução, também, deveria ser diferente:

[...] **las condiciones en que se pueden hacer políticas culturales son distintas a cuando se hablaba sólo de espacios territoriales**, cuando la cultura coincidía mucho más con los territorios habitados por una población, que se creía que era homogénea. Cuando existen circuitos, también hay que tener una política para éstos, pero tiene que ser otro tipo de política. **Es evidente que hay una enorme fluidez entre territorio y circuito**. Pero aún dentro de los países más definidamente capitalistas y globalizados, **la lucha por las excepciones culturales y contra la oligopolización en algunos campos son afirmaciones de territorialidad y de control social de esa territorialidad** (GARRETÓN, 2003, p. 35, grifo nosso).

Prosseguindo com a argumentação dos autores, eles afirmam que hoje não existem mais espaços territoriais onde a cultura coincida com os territórios habitados pela população que, por sua vez, se pretende homogênea. Contudo, quando isso existiu realmente? Acaso foi assim na construção dos estados nacionais latino-americanos? A conclusão que deduzimos a partir da arguição destes autores seria que os territórios são espaços fixos, homogêneos e com fronteiras claramente delimitadas – basicamente pelos Estados –, enquanto os espaços culturais são realidades contemporâneas mais difusas, vinculadas aos circuitos, não homogêneos e sem fronteiras ou, pelo menos, com fronteiras apenas parcialmente fechadas. Sendo assim, nos orientam, a política cultural não pode ficar nas fronteiras territoriais e precisa abrir-se para considerar os espaços culturais suprarregionais. Como modelo teórico de interpretação é interessante, já que a dimensão cultural está presente tanto na lógica territorial, quanto na lógica de construção espacial. O espaço cultural estaria mais vinculado a circuitos capitalistas globalizados “não territoriais”, e os territórios a “manifestações culturais de exceção” e ao controle social dessa territorialidade estatal. No entanto, os autores trabalham com uma perspectiva reducionista e materialista da geografia e do território que, na nossa avaliação, não permite uma análise mais complexa da nova realidade que estamos vivenciando, no século XXI, no campo das políticas culturais. Na nossa perspectiva, o geocultural não se reduz a uma apropriação, construção e distribuição do mundo em espaços

culturais mas, retomando Kusch, a uma proposta de visões de vida e de mundo mais profundas. A geocultura não só como modo de vida, mas particularmente no mundo acadêmico, como proposta metodológica de estudo da realidade.

Desta forma, temos um panorama relativamente amplo sobre o estudo das políticas culturais na América Latina, especialmente de reflexões teóricas e conceituais que arriscaram diversas definições sobre o nosso campo de estudos. Contudo, a virada “geocultural” na reflexão de G. Canclini – e outros autores – não parece ter gerado um aprofundamento teórico e metodológico no sentido de analisar os desdobramentos desta “nova” realidade apontada. E colocamos “nova” entre aspas porque, conforme registramos no capítulo anterior, as reflexões sobre a noção de geocultura não são novidades no nosso continente, mas poderíamos afirmar que são mais recentes entre os estudiosos das políticas culturais.

Nos próximos capítulos, buscamos operacionalizar este raciocínio teórico em categorias operativas para o estudo de uma política cultural concreta: o Programa “*Puntos de Cultura*” na Argentina. Metodologicamente, analisaremos esta iniciativa através das dimensões econômica, política e simbólica – mais comuns na nossa área – e incorporamos também uma dimensão espacial, no intuito de complementar as outras visões.

### CAPÍTULO 3

#### **DIMENSÕES DE UMA POLÍTICA CULTURAL TRANSNACIONAL: ANÁLISE INSTITUCIONAL DO PROGRAMA ARGENTINO *PUNTOS DE CULTURA***

Conforme registramos nos capítulos anteriores, defendemos a existência de uma relação intrínseca entre cultura, espaço geográfico e território e, neste sentido, uma construção territorial indissociável nas políticas culturais. Porém, assumimos que é desafiador transformar essa perspectiva teórica em uma metodologia de estudo operacional, que abarque essa dimensão espacial no estudo de uma política cultural concreta. Nesse sentido, são fundamentais os questionamentos: a partir do momento que incorporamos a relação indissociável entre políticas culturais e território como uma premissa válida, o que muda no estudo do conjunto de intervenções vinculados ao campo cultural? Como podemos saber se um estudo ou pesquisa de campo considera, ou não, a dimensão geográfica espacial e, particularmente, a construção territorial das políticas culturais?

No intuito de responder a essas indagações, ou ao menos tentarmos, buscamos incorporar nos últimos capítulos dessa tese algumas reflexões metodológicas sobre políticas culturais e território a partir do Programa *Puntos de Cultura*, desenvolvido na Argentina, e dos vínculos das organizações sociais participantes desta iniciativa com o movimento da Cultura Viva Comunitária na América Latina. É importante mencionar que o programa Pontos de Cultura, política cultural paradigmática desenvolvida no Brasil, foi replicado e territorializado em diversos países do continente, como Peru, Paraguai, Chile, Colômbia, El Salvador, Costa Rica, Argentina e, muito recentemente, no Uruguai.

Para descrever e analisar a implementação desta iniciativa na Argentina, trabalhamos prioritariamente com três publicações recentes sobre o tema: *"El programa Puntos de Cultura de Secretaria de Cultura de Presidencia de la Nación: Una propuesta de mejoramiento de sus resultados"* (FUENTES FIRMANI, 2013), *"Puntos de Cultura: Una política transformadora. Relevamiento y análisis del impacto territorial"* (ARGENTINA, 2015) e *"Desenvolvimento e Políticas Culturais de Base Comunitária na América do Sul: Estudio Comparado Brasil-Argentina"* (MELO, 2016). Além de conhecer o programa a partir de documentos e da avaliação oficial feita pelo recém-criado Ministério de Cultura argentino, e por duas pesquisas acadêmicas – um trabalho de finalização de curso de graduação e uma dissertação de mestrado – buscamos compreender como a questão territorial aparece, de forma explícita ou implícita, nessas análises.

### 3.1 Contexto das políticas culturais estatais na Argentina no início do século XXI

Em 2004, quando começou a ser implementado no Brasil o Programa Cultura Viva e a iniciativa dos Pontos de Cultura<sup>51</sup>, a Argentina estava no segundo ano de mandato do presidente Néstor Kirchner. Em 2003, ele foi eleito com menos de 25% dos votos válidos<sup>52</sup> e tinha o desafio de superar a maior crise econômica, política e institucional da história argentina. Colapso que, inclusive, forçou a saída de um presidente da Casa Rosada de helicóptero, literalmente<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> "El Programa Cultura Viva fue creado en 2004, por la Portaria n. 156, del 6 de julio de 2004, bajo la coordinación de la actual Secretaría de Ciudadanía y Diversidad Cultural (SCDC), del Ministerio de Cultura (MinC), con la finalidad de fomentar y valorar circuitos culturales ya existentes por medio de acciones de articulación, y de transferencia de recursos para organizaciones de la sociedad civil con acciones culturales, denominadas por el programa como Puntos de Cultura. Expresiones de la metáfora tropicalista del 'Do-in Antropológico', los Puntos de Cultura irían a masajear puntos vitales del cuerpo cultural del país" (SANTINI, 2015, s.p.).

<sup>52</sup> No segundo turno, o ex-presidente Carlos Menem (1989-1999) não quis participar do *ballotage*, sendo eleito, dessa forma, o segundo candidato mais votado no primeiro turno, Néstor Kirchner.

<sup>53</sup> No dia 20 de dezembro de 2001, o ex-presidente Fernando de la Rúa renunciou ao cargo e teve que sair de helicóptero da Casa Rosada, devido ao aumento da pressão social e dos famosos painéis que aconteceram nessa época. A grande crise político-econômica e insatisfação social levou a Argentina a ter cinco presidentes em dez dias, até que, finalmente, o Parlamento escolheu, de forma indireta, o ex vice-presidente e ex governador da província de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, que ocupou o cargo até maio de 2003.

Nesse contexto, quem assumiu a Secretaria de Cultura da Nação (SCN), em 2004, foi o reconhecido intelectual e sociólogo José “Pepe” Nun, que ocupou a direção da pasta até 2009. Posteriormente, o cineasta Jorge Coscia, que esteve à frente do Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA) entre 2002 e 2005, foi nomeado Secretário de Cultura, responsabilidade que assumiu até 2014, quando a SCN foi transformada em Ministério e a gestão passou para a cantora popular Teresa Parodi. Em resumo, nos 12 anos de presidência do matrimônio Kirchner - Néstor Kirchner (de 2003 até 2007) e sua esposa Cristina Fernández de Kirchner (de 2007 até 2015) – dois gestores de cultura estiveram no cargo ao longo de dez anos: o sociólogo Nun, de 2004 até 2009, e o cineasta Coscia, de 2009 até 2014. Na tabela 1, podemos visualizar os programas vinculados diretamente à SCN entre 2008 e 2013, no contexto de implementação da iniciativa dos pontos de cultura.

**Tabela 1** – Gastos vinculados à Secretaria de Cultura da Nação Argentina\*

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Actividades Centrales	\$ 50,08	\$ 55,67	\$ 115,14	\$ 180,94	\$ 250,33	\$ 516,54
36 - Difusión de la Música y Danza	\$ 49,96	\$ 52,35	\$ 66,05	\$ 94,80	\$ 148,35	\$ 179,33
37 - Preservación y Exhibición Artística - Cultural	\$ 30,05	\$ 34,93	\$ 45,29	\$ 50,14	\$ 98,00	\$ 101,78
38 - Desarrollo y Promoción Cultural	\$ 7,07	\$ 6,77	\$ 39,19	\$ 14,75	\$ 20,14	\$ 47,12
40 - Fomento y Apoyo Económico a Bibliotecas Populares	\$ 21,37	\$ 21,85	\$ 30,80	\$ 34,94	\$ 53,36	\$ 77,27
41 - Estudios e Investigaciones Históricas sobre Juan Domingo Perón	\$ 1,89	\$ 1,38	\$ 2,09	\$ 2,97	\$ 3,69	\$ 5,24
42 - Difusión, Concientización y Protección del Patrimonio Cultural del Museo de Bellas Artes		\$ 6,32	\$ 7,72	\$ 8,85	\$ 16,33	\$ 28,26
43 - Promoción de Políticas Culturales y Cooperación Internacional				\$ 1,49	\$ 3,19	\$ 10,11
44 - Acciones Inherentes al Revisionismo Histórico Argentino e Iberoamericano						\$ 8,46
<b>TOTAL DEVENGADO</b>	<b>\$ 160,43</b>	<b>\$ 179,27</b>	<b>\$ 306,27</b>	<b>\$ 388,89</b>	<b>\$ 593,40</b>	<b>\$ 974,11</b>

\* Valores expressos em milhões de pesos argentinos.

**Fonte:** Adaptação feita a partir dos dados da *eSidif* (Sistema de Administração Financeira da Argentina) - <https://dgsiaf.mecon.gov.ar/esidif/>.

Uma informação importante para compreender os aumentos reais (ou não) no orçamento público da Secretaria de Cultura argentina foram os índices constantes de inflação (e de manipulação ou, no mínimo, falta de confiança nos indicadores oficiais), que desde 2007 ultrapassavam dois dígitos. Além disso, foram criadas restrições burocráticas para a compra de dólares estadunidenses a partir de 2011, situação que gerou um mercado paralelo e ilegal, chamado na época de “dólar *blue*” (a diferença entre o dólar oficial e o ilegal chegou a quase o dobro, em 2014). De qualquer forma, observamos claramente na Tabela 1 o aumento substancial de gastos no primeiro item, "Atividades Centrais", que basicamente incluía os salários dos funcionários da pasta de cultura. A proporção era de pouco menos de 1/3, em 2008, e passou para mais da metade em 2013. Sem entrar no mérito ou juízo de valor em relação à incorporação de tantos funcionários na Secretaria de Cultura, o fato é que uma parte importante dos recursos ficou comprometida diretamente com o pagamento de salários, deixando uma margem bastante menor de atuação para a criação de um programa novo, por mínima que pudesse parecer a quantia de recursos destinada a novas iniciativas. Dessa forma, o orçamento da SCN, que já era bastante reduzido, ficou ainda menor com o aumento dos gastos fixos destinados ao o próprio funcionamento da estrutura.

Ainda mais, as ações da SCN, na época, não representaram a totalidade dos gastos públicos culturais. Na Argentina, a maior parte dos recursos estatais para a cultura não estiveram vinculados à Secretaria de Cultura, conforme podemos ver claramente na Tabela 2. Neste sentido, fica mais difícil afirmar que era o Secretário de Cultura quem operava a política cultural do Estado ou quem podia efetivamente coordenar todas as ações a ela relacionadas. De alguma forma, na prática, o “verdadeiro” Secretário de Cultura era o próprio Presidente da Nação, se considerarmos a quantidade de ministérios e dependências públicas que estavam envolvidas na gestão destes recursos.

Com isso, pretendemos sinalizar a importância de uma análise acerca dos programas culturais em seu contexto de possibilidades e restrições institucionais e orçamentárias, porque, de outra forma, podemos perder de vista a complexidade da máquina estatal e as particularidades na distribuição de recursos, especialmente quando se trata da criação de um novo programa.

**Tabela 2** – Gastos Totais em Cultura realizados pelo Estado Argentino\*

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Secretaria de Cultura da Nação	\$ 160,43	\$ 179,27	\$ 306,27	\$ 388,89	\$ 593,40	\$ 974,11
Gastos Públicos em Cultura	\$ 815,02	\$ 1.102,56	\$ 1.634,86	\$ 2.583,78	\$ 3.330,43	\$ 5.010,18
Gasto Cultural/Gasto Total (%)	0,42 %	0,44 %	0,50 %	0,57 %	0,59 %	0,67 %

\* Valores expressos em milhões de pesos argentina.

**Fonte:** Adaptação feita a partir dos dados do SinCA - <http://www.sinca.gob.ar/>.

É válido pontuar que, mesmo considerando a inflação e a alta do dólar no período ora tratado, houve um aumento real do orçamento público para a cultura, ampliando as capacidades institucionais de intervenção da Secretaria e do Estado como um todo. Embora uma boa parte do orçamento específico da SCN estivesse comprometida com os gastos fixos de manutenção da sua própria estrutura, foi possível organizar as aplicações de recursos para a criação deste programa, garantindo uma certa continuidade entre as gestões de Nun e Coscia. A iniciativa dos Pontos de Cultura foi territorializada na Argentina, do ponto de vista estatal-institucional, a partir de distintos programas culturais anteriores que sedimentaram esta implementação no âmbito nacional, conforme detalharemos adiante.

### **3.2 Antecedentes e apresentação do programa argentino *Puntos de Cultura***

Em 2005, durante a gestão de José Nun (também advogado e pesquisador principal do CONICET), foi criada a Unidade de Programas e Projetos Especiais (UPPE) no âmbito da SCN. A proposta desta nova área era promover a democratização da produção e o acesso à oferta cultural no país. Desta forma, se buscava impulsionar a inclusão social, através da participação coletiva, e a valorização das práticas culturais (F. FIRMANI, 2013).

Conforme sinalizam tanto F. Firmani quanto Melo (2016), a gestão nacional pretendia incluir a cultura numa visão mais ampla, seguindo os lineamentos da dimensão antropológica, não se limitando a considerá-la, tão somente, como patrimônio ou “belas artes”. A cultura era

concebida pelo próprio Secretário Nun como uma “segunda natureza”, com práticas, costumes, comportamentos e tradições das mais diversas (apud FIRMANI, p. 29). Além disso, a construção da cidadania e a inclusão social foram dois objetivos explícitos dessa gestão da SCN (JOSÉ NUN, 2005).

As ações vinculadas à UPPE buscaram fortalecer atores sociais em diversos graus de vulnerabilidade social, invisibilidade cultural e escassa valorização, repercussão e difusão das suas produções. Neste sentido, foram desenvolvidos trabalhos em seis linhas de ação: bairros, juventude, coletividades, povos originários, movimento operário e direitos humanos. O Programa Cultural de Desenvolvimento Comunitário (PCDC) foi a principal ação registrada durante essa gestão da SCN, entregando subsídios a organizações sociais que desenvolviam projetos culturais. Foram realizadas quatro convocatórias, entre 2005 e 2008, entregando mais de 3 milhões de pesos argentinos em subsídios (aproximadamente 1 milhão de dólares ou 2 milhões de reais, em 2008) para quase 300 organizações com personalidade jurídica (F. FIRMANI, 2013).

O PCDC ofereceu apoio econômico de \$10.000,00 a \$15.000,00 pesos argentinos (o equivalente a quase US\$ 3.300,00 e US\$ 5.000,00 dólares, respectivamente, ou R\$6.600,00 e R\$10.000,00 reais, em 2008) para empreendimentos comunitários e/ou associativos, empreendimentos para jovens e idosos, além de empreendimentos culturais produtivos. Buscava-se, em cada uma das linhas, garantir apoio à população considerada em situação de vulnerabilidade social. Ao longo de todos os anos de implementação, este programa não sofreu modificação nas suas linhas de atuação, categorias e montantes máximos, com exceção da linha de subsídios para comunidades indígenas criada em 2006. F. Firmani registra uma importante modificação burocrática, realizada em 2008, a partir da Resolução SCN 2329/08 que permitiu a participação de organizações sem personalidade jurídica, além de aceitar, como contrapartida, recursos tecnológicos, insumos, infraestrutura e participação dos profissionais e/ou especialistas do próprio grupo cultural<sup>54</sup>. Este tipo de projeto podia receber

---

<sup>54</sup> Esta contraparte foi estabelecida em 2005 pela Lei Complementaria de Orçamento N° 11.672, Título I, Capítulo I, Artigo 1°: “Ningún subsidio del presupuesto, será pagado a la institución beneficiaria sin establecer previamente su existencia y funcionamiento regular y si no se comprueba contribuir con el VEINTICINCO POR CIENTO (25%) por lo menos de recursos propios, ajenos al subsidio del ESTADO FEDERAL a la atención de sus gastos” (ARGENTINA, 2005).

um subsídio de até 5.000,00 pesos argentinos (o equivalente a quase US\$ 1.600,00 dólares ou R\$ 3.200,00 reais, em 2008) e criou, já em 2010 e em outro programa, uma linha específica para as chamadas “organizações de base”.

Em junho de 2010, foi criado o Programa de Subsídios para o Desenvolvimento Sociocomunitário (PSDSC), durante a gestão do cineasta Jorge Coscia como Secretário de Cultura da Argentina. Este programa atualizou as categorias e os recursos máximos que cada projeto podia receber. Foram duas linhas de financiamento – desenvolvimento comunitário e organizações indígenas – para instituições com personalidade jurídica que podiam receber até \$ 25.000,00 pesos argentinos (o equivalente a quase US\$ 6.000,00 dólares ou R\$ 12.000,00 reais, em 2010) e uma específica que, conforme sinalizamos, estava orientada para grupos culturais sem estrutura jurídica – a linha de base.

Na resolução oficial que instituiu este programa (Res.1652/2010 da SCN), foi definido claramente o público-alvo pretendido, os beneficiários: as chamadas organizações sociais, com ou sem personalidade jurídica. O documento oficial registrou que esses atores se destacavam na implementação de projetos sociais, devido à sua capacidade de inserção territorial, flexibilidade no planejamento e execução e, principalmente, pela sua lógica de ação centrada na solidariedade, equidade e justiça social, completamente alinhadas aos objetivos de uma iniciativa com estas características. Além disso, o decreto destacou que as organizações inseridas em zonas de alta vulnerabilidade social eram as que mais precisavam do apoio do estado para funcionar e as que maior dificuldade de acesso costumavam ter para este tipo de convocatória, seja pela falta de personalidade jurídica, de capacidade técnica ou ausência de oportunidades para chegar aos recursos públicos (ARGENTINA, 2010).

Esse programa teve apenas uma convocatória, realizada em 2010, com um investimento de quase 1,5 milhões de pesos argentinos (o que equivalia, na época, aproximadamente US\$ 350.000,00 dólares ou R\$ 700.000,00 reais). Foram recebidos mais de 500 projetos, dois quais 172 foram apresentados por 165 diferentes organizações de base sem personalidade jurídica. Foram selecionados 40 projetos de desenvolvimento comunitário, 5 projetos de comunidades indígenas e 28 iniciativas de apoio a organizações de base (F. FIRMANI, 2013).

Segundo o balanço oficial da SCN, realizado em 2011, no total, os programas e projetos especiais vinculados à UPPE receberam mais de 3000 iniciativas de organizações sociais e comunidades indígenas. 450 foram aprovados e receberam cerca de 6 milhões de pesos argentinos (o equivalente a US\$ 2 milhões de dólares ou R\$ 4 milhões de reais em 2008), nos 24 distritos do país, em quase 200 localidades e para mais de 100 mil participantes (ARGENTINA, 2011).

### **3.2.1 Componentes institucionais presentes na origem do programa**

Em junho de 2011, a partir da Resolução Nº 2641 do Secretário de Cultura da Nação, foi criado oficialmente o Programa Pontos de Cultura. Os fundamentos da resolução foram praticamente os mesmos dos programas que vimos anteriormente (PCDC e PSDSC). Na sua origem, esta iniciativa estatal visou aprofundar o apoio para as organizações da sociedade civil e das comunidades indígenas, contribuindo para a democratização do acesso e produção de bens culturais. Nesse sentido, tinha como objetivos propor distintas estratégias de apoio financeiro a projetos culturais integrais e específicos; facilitar o acesso a equipamentos multimídia e materiais de comunicação institucional; realizar sistematizações de experiências de trabalho cultural comunitário; dar assistência técnica e capacitação a entidades; formar uma rede de intercâmbio e cooperação entre experiências de desenvolvimento comunitário de todo o país; montar uma programação de atividades da Secretaria de Cultura nas organizações e estabelecer a criação de um Conselho Consultivo para os Pontos de Cultura.

Na resolução oficial de 2011, o Programa estabeleceu cinco categorias para tentar atingir o cumprimento dos seus objetivos: a) linha de subsídios, b) linha materiais de produção e comunicação, c) linha de formação, capacitação e assistência técnica, d) Ponte Cultura Nação, e) Conselho dos Pontos de Cultura. Explicaremos cada uma delas mais detalhadamente.

*a) Linha de subsídios*

As convocatórias públicas realizadas tiveram distintos montantes e requisitos, segundo as características e as necessidades das organizações sociais e comunidades indígenas participantes. A seleção se realizou mediante apresentação de projetos. As linhas de subsídios oferecidas foram as seguintes:

- Puntos de Cultura Projetos Integrais

Os projetos selecionados receberam um apoio econômico no valor de \$40.000,00 pesos argentinos (o equivalente a US\$ 8.000,00 dólares ou R\$ 16.000,00 reais, em 2012) para realização do projeto de forma integral durante o período de 1 ano, com possibilidades de renovar o subsídio por 2 anos mais, a partir do cumprimento efetivo dos objetivos assumidos no convênio. Os projetos deveriam ter foco no fortalecimento do trabalho comunitário e possibilitar a reconstrução do tecido social, recriando a identidade coletiva a partir do reconhecimento das próprias capacidades. Além disso, os projetos deveriam buscar modificar as condições materiais para a produção cultural comunitária, detalhando o modo de circulação dos bens culturais produzidos e a forma como esses bens seriam acessados por aqueles que integravam o território de influência definido (bairros/s, comunas/s, área natural, localidade, etc.).

Neste sentido, um fator relevante para a seleção desses projetos seria o potencial da organização de articular distintos atores sociais e trabalhar em rede. Para isso, as organizações participantes deveriam demonstrar, ao menos, dois anos de trabalho em território e ter uma sede física para a realização das suas atividades, uma vez que a prioridade para o desenvolvimento desta linha era reconhecer atores que já desenvolviam projetos do território há um certo tempo. Os destinatários foram: organizações sociais com personalidade jurídica outorgada pela Inspeção Geral de Justiça ou Direções Provinciais de Pessoa Jurídica correspondentes (para associações civis e fundações) ou pelo Instituto Nacional de

Associativismo e Economia Social (INAES) do Ministério de Desenvolvimento Social (para cooperativas e *asociaciones mutuais*<sup>55</sup>).

- Puntos de Cultura Projetos Específicos

As iniciativas selecionadas receberam um apoio econômico no valor de \$20.000,00 pesos argentinos (equivalente a US\$ 4.000,00 dólares ou US\$ 8.000,00 reais, em 2012) para a execução do projeto durante um período máximo de seis meses. Buscava-se apoiar empreendimentos vinculados ao acesso e produção de bens artísticos, como oficinas de arte, programas de espetáculos, ciclos de cinema, entre outros; empreendimentos orientados à capacitação e aquisição de novos recursos e conhecimentos dos participantes, como intercâmbio de experiências, encontros, jornadas, seminários. Também foram apoiados empreendimentos de caráter audiovisual, destinados a incentivar o pleno exercício da liberdade de expressão e a superação das desigualdades informativas, através da produção e difusão de informação sobre temas e atores sociais com escasso tratamento público, sobre os quais se propunha uma perspectiva diversa ou que se difundia em setores marginados dos circuitos convencionais (a exemplo de rádios, curtas, documentais, agências de notícias). Assim como na linha Puntos de Cultura Projetos Integrais, os destinatários eram organizações sociais com personalidade jurídica.

- Puntos de Cultura Indígena

Com um valor de \$20.000,00 pesos argentinos para a execução do projeto durante um período máximo de 1 ano (equivalente a US\$ 4.000,00 dólares ou R\$ 8.000,00 reais, em 2012) esta linha apoiou iniciativas produzidas por comunidades indígenas que fomentavam a diversidade cultural, difundindo, resgatando, mantendo e valorizando as tradições, costumes, línguas, artes, crenças e formas de organização dos distintos povos indígenas do país. Além disso, foram apoiadas também iniciativas que promoviam a formação para o desenvolvimento, capacitando os membros das comunidades indígenas em artes, ofícios e

---

<sup>55</sup> “As Asociaciones Mutuales (associações mutualistas – ou mutuais) [...] funcionam como cooperativas/associações de ajuda mútua, inspiradas na solidariedade, com o objetivo de viabilizar ajuda recíproca frente a riscos eventuais ou de promover o bem estar material e espiritual. Atuam mediante uma contribuição periódica e baseiam-se no mutualismo enquanto doutrina e prática de vida” (MELO, 2016, p. 79). Mais informações disponíveis no site da Confederación Argentina de Mutualidades: <<http://www.camargentina.org.ar/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ciências que pudessem contribuir para o desenvolvimento da comunidade. Os destinatários dessa linha eram comunidades indígenas com personalidade jurídica nacional ou provincial e comunidades indígenas com personalidade jurídica inscritas em organismos provinciais pertinentes, como associações civis.

- Puntos de Cultura de Base

Os projetos submetidos a essa linha receberam \$7.000,00 pesos argentinos para a execução do projeto durante um período máximo de 1 ano (o equivalente a US\$ 1.400,00 dólares ou R\$ 2.800,00 reais, em 2012). Buscou-se apoiar empreendimentos produzidos por pequenas organizações que residiam em territórios de alta vulnerabilidade social (*villas/favelas*, assentamentos, bairros operários, zonas rurais) e que necessitavam de equipamentos e insumos para realizarem projetos socioculturais, produzindo de forma autônoma os bens demandados pela comunidade da qual faziam parte. Os destinatários, neste caso, eram organizações sociais sem personalidade jurídica e que comprovaram ter, ao menos, dois anos de trabalho territorial.

*b) Linhas de materiais de produção e comunicação*

De acordo com esse segundo componente estabelecido na criação do Programa, uma das principais desigualdades sociais na atualidade reside na brecha existente entre aqueles que contam com o equipamento e a formação necessária para o uso das tecnologias da informação e da comunicação e aqueles que não têm esse tipo de ferramenta. Conforme explicado nos documentos oficiais, essa situação afeta a comunicação entre as organizações e, também, restringe a produção de conteúdos e materiais próprios por parte dos setores populares. Sendo assim, a entrega de equipamentos multimídia pelo projeto procurou democratizar a produção, a circulação e o consumo de bens culturais através de ferramentas tecnológicas que pudessem melhorar as condições para a produção local, bem como a difusão e circulação de distintas expressões que buscassem recuperar os saberes locais frente a um mundo globalizado que se sustenta no consumo das produções simbólicas do “centro”. Respeitando o federalismo e propiciando o intercâmbio de bens culturais entre as distintas regiões, se pretendeu criar uma rede, potenciada por uma política de inclusão sociocultural de fortalecimento das experiências comunitárias, com um Estado presente que acompanha e promove o seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o programa previu as seguintes ferramentas multimídia e materiais de comunicação:

- Equipamento Multimídia

As organizações selecionadas como Pontos de Cultura Projeto Integral receberam computador, placa de áudio, câmara de vídeo e software livre para a edição de áudio e produção de materiais audiovisuais. De acordo com informações oficiais, essas ferramentas permitiriam gerar conteúdo com uma estética de qualidade prontas para circularem nos meios massivos de comunicação e, teoricamente, em igualdade de condições com as produções realizadas pelos atores sociais privados (!). Por outra parte, os Pontos de Cultura Projetos Específicos, de Base e Indígena, receberiam um notebook para se conectar à internet, ter acesso à informação e integrar a rede em movimento.

- Comunicação Institucional

Com o objetivo de fortalecer a identidade e pertencimento à rede de Pontos de Cultura, as organizações sociais participantes do Programa receberam materiais de comunicação institucional como *banners*, camisas, cartazes, *pins*, adesivos, bandeiras, selos, *stencil* e pinturas em aerossol.

- Portal Pontos de Cultura

O programa previu a criação de uma página web como canal de comunicação interno e externo. Nele, os Pontos de Cultura poderiam divulgar as suas produções, as atividades programadas e integrar a rede. O portal incluía um mapa dos pontos de cultura, uma ficha de cada projeto selecionado, um calendário de atividades mensais e um espaço para postagem de documentos, comentários e realização de debates. O site funcionou até 2015 e, com a mudança de gestão de governo, saiu do ar.

- Produção audiovisual

Uma das propostas do Programa era realizar uma produção audiovisual do tipo documental e uma série de capítulos que relatassem a experiência de distintas organizações

sociais que faziam parte da Rede de Pontos de Cultura. Porém, tal proposta não foi efetivada ou, ao menos, não foi disponibilizada para acesso público e difusão aberta.

- Edição do anuário

A proposta desta publicação era realizar uma mostra do trabalho e dos processos desenvolvidos pelos Pontos de Cultura em Andamento. Teve duas edições, uma em 2011 e outra em 2012.

### *c) Formação, capacitação e assistência técnica*

De acordo com a resolução oficial, era prevista a implementação de uma linha de formação e capacitação para todas as organizações sociais participantes. As capacitações teriam como foco o uso de novas tecnologias em comunicação comunitária e em outras estratégias para o desenvolvimento cultural comunitário. Também foi proposto a realização de capacitações para a equipe gestora do programa, em diálogo com a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Brasil, incluindo visitas aos pontos de cultura em território brasileiro. Ainda no ano de 2011, foi assinado um “memorando de entendimento” entre as pastas de cultura do Brasil e da Argentina para a colaboração e promoção de ações conjuntas destinadas ao fortalecimento dos Programas e intercâmbio dos Pontos de Cultura de ambos os países.

Além disso, foi estabelecida a realização de seminários e encontros regionais e nacionais para o intercâmbio de experiências entre os Pontos de Cultura. Finalmente, foi proposta a realização de convênios com as Universidades Nacionais para a assistência técnica na apresentação de projetos e formulação das capacitações e acompanhamento dos Pontos de Cultura selecionados. Este trabalho seria coordenado em encontros anuais pelos representantes das Secretarias de Extensão Universitária. Foram assinados convênios com 15 universidades públicas, mas a estruturação foi morosa e, por isso, a primeira convocação aconteceu apenas em 2012 (F. FIRMANI, 2013).

#### *d) Ponte Cultura Nação*

Uma vez assinado o convênio, os Pontos de Cultura poderiam ser utilizados para a realização de outros programas da SCN, em uma espécie de ponte entre as propostas do governo executivo nacional com a comunidade. Algumas iniciativas sinalizadas na resolução oficial foram o Café Cultura Nação, Chocolate Cultura Nação e funções do Cinema Inflável, entre outras. Até 2013, foram realizados 20 encontros de Café Cultura, 18 apresentações de Chocolate Cultura, três oficinas de desenhos animados e três mostras de cartazes sobre Direitos Humanos (F. FIRMANI, 2013).

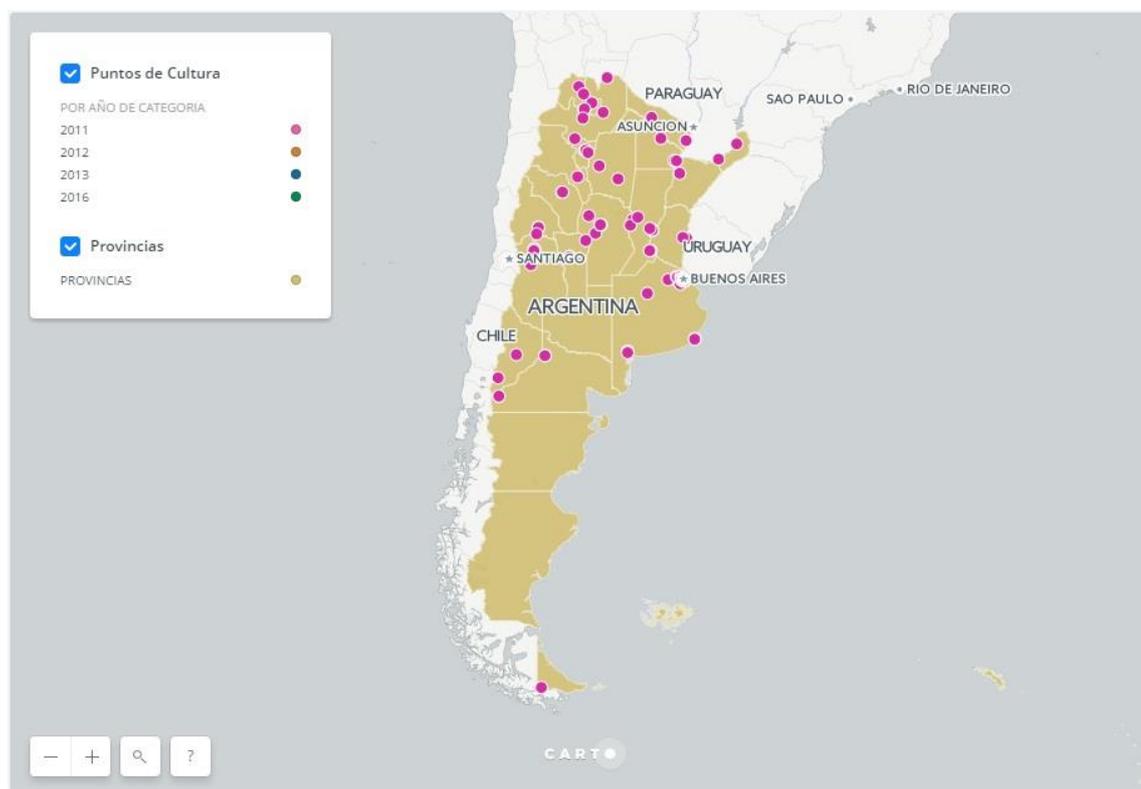
#### *e) Conselho Pontos de Cultura*

O quinto e último componente previsto na resolução oficial foi a criação de Conselhos Consultivos para contribuir com os processos de avaliação e seleção das convocatórias regionais. Integrariam esse Conselho um representante da SCN, um representante da unidade avaliadora (Universidade), um representante regional do Conselho Federal de Cultura e um integrante dos Pontos de Cultura, escolhidos pelas organizações sociais nos encontros anuais. Até 2015 este componente não foi institucionalizado.

### **3.2.2 Convocatórias, distribuição espacial e requerimentos dos Pontos**

A primeira chamada pública foi oficializada na resolução 3385/11 da SCN e destinava um orçamento de 2 milhões de pesos argentinos (correspondente a US\$ 400.000,00 dólares ou R\$ 800.000,00 reais, em 2012). Além disso, o programa destinou ainda 1 milhão de pesos para a compra de equipamentos e mais 1 milhão para a realização de capacitações e formações.

**Figura 1** – Distribuição espacial dos Pontos de Cultura na Edição 2011

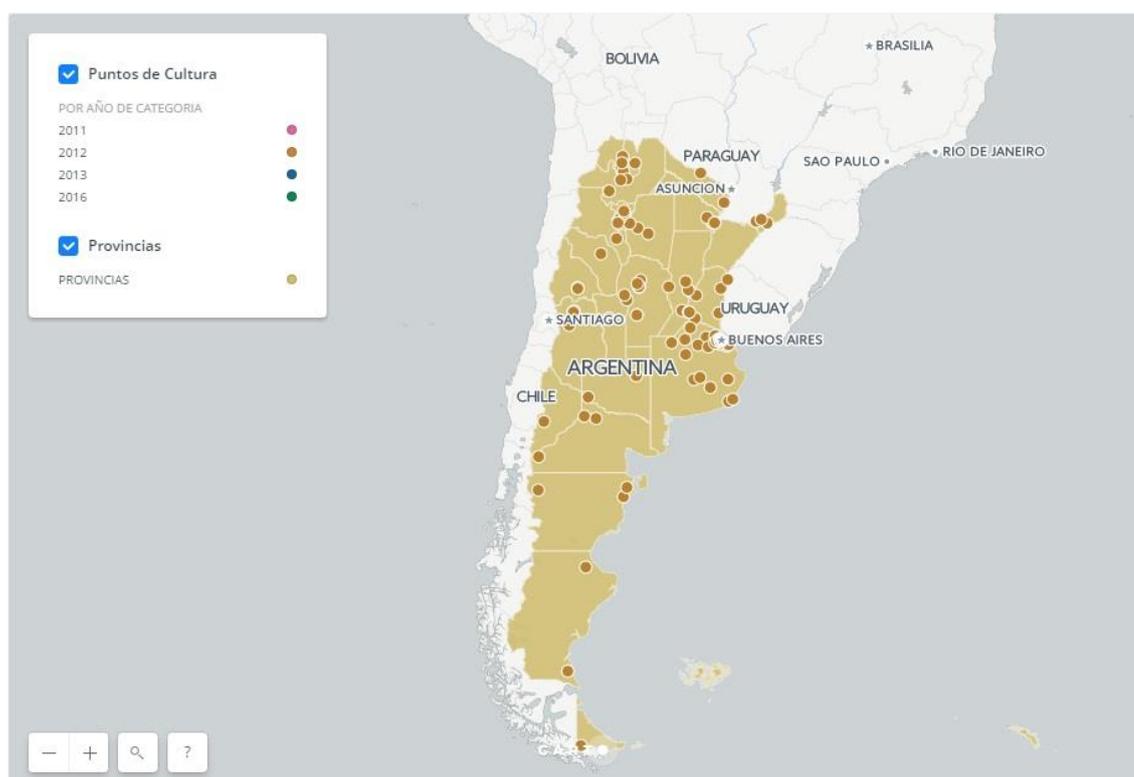


**Fonte:** Adaptação realizada a partir dos mapas e dados oficiais, disponível em: [http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional\\_p4](http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional_p4).

As organizações constituídas como pessoas jurídicas tinham que entregar a mesma documentação exigida nos programas anteriores da UPPE, com a facilidade burocrática de poderem justificar a contrapartida estabelecida na lei (25% do investimento próprio) através dos materiais, recursos humanos e trabalho interno dedicado ao projeto. Nessa oportunidade, a chamada ficou aberta durante 30 dias e recebeu pouco mais de 600 propostas. Desse total, foram selecionadas 98 iniciativas, conforme observamos na Figura 1. No mesmo ano, em novembro, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Pontos de Cultura, onde participaram as organizações selecionadas e também foram convidadas as instituições que tinham recebido apoio do Programa de Subsídios ao Desenvolvimento Sociocultural (FIMANI, 2013).

Em julho de 2012, através da resolução da SCN 3149/12, foi lançada a segunda convocatória de projetos, com um orçamento total de 5 milhões de pesos argentinos (1 milhão de dólares ou 2 milhões de reais, em 2012); 3 milhões para os projetos e mais 2 milhões para a compra de equipamentos e formação. Foram registrados quase 700 projetos, dos quais foram selecionadas 139 organizações (ver Figura 2). Nesta edição, um dos pré-requisitos obrigatórios para a participação na convocatória era a inscrição no Registro Nacional de Pontos de Cultura. Em dezembro de 2012, eram mais de 1000 as iniciativas inscritas neste registro (F. FIMANI, 2013).

**Figura 2** – Distribuição espacial dos Pontos de Cultura na Edição 2012

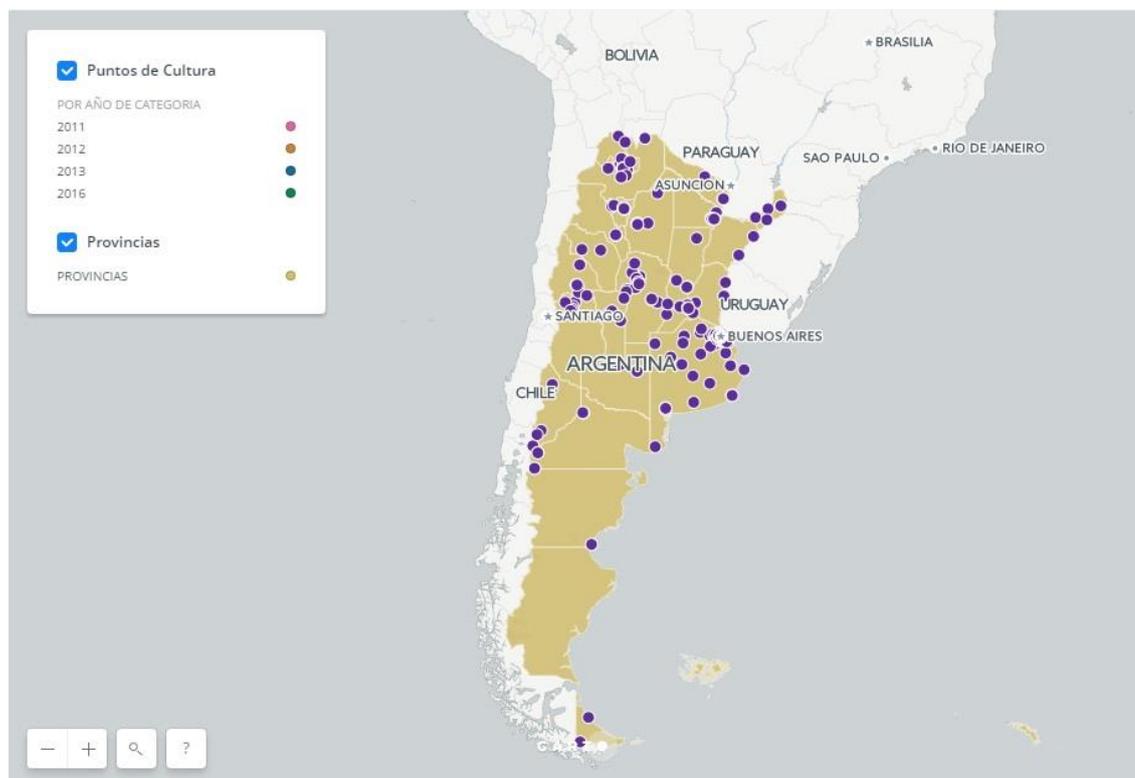


**Fonte:** Adaptação realizada a partir dos mapas e dados oficiais, disponível em: <[http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional\\_p4](http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional_p4)>.

Também em 2012, foi lançada uma linha especial de financiamento, em conjunto com o Programa Igualdade Cultural, do Ministério de Planejamento Federal e Serviços Públicos da Argentina. Essa linha específica, denominada de *Círculos de Cultura*, financiou melhoras estruturais e o fortalecimento de sete equipamentos culturais com um apoio de \$ 300.000,00 pesos argentinos (US\$ 60.000,00 dólares ou R\$ 120.000,00 reais em 2012). Além de serem especializadas em uma ou mais disciplinas, como teatro comunitário, circo social, produção fonográfica ou audiovisual, entre outras, as entidades contempladas nesta modalidade devem dispor de especialistas e professores para capacitação continuada (MELO, 2016).

A terceira e última convocatória feita na gestão de Coscia e do governo de Cristina Fernandez de Kirchner foi lançada em outubro de 2013, através da resolução N° 7495/13 da SCN. Estabeleceu-se um orçamento total de 8 milhões de pesos argentinos (correspondente a US\$ 1,6 milhões de dólares ou R\$ 3,2 milhões de reais em 2012), sendo 5 milhões para os projetos selecionados e 3 milhões para capacitação e compra de equipamentos. Contabilizaram-se 915 candidaturas para esta edição e foram selecionados 205 projetos (ver Figura 3), dos quais 87 eram na linha Pontos de Base (MELO, 2016). Por sua vez, as iniciativas inscritas no Registro Nacional de Pontos de Cultura nesse ano ficaram acima dos 2000 projetos.

**Figura 3** – Distribuição espacial dos Pontos de Cultura na Edição 2013



**Fonte:** Adaptação realizada a partir dos mapas e dados oficiais, disponível em: [http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional\\_p4](http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional_p4).

Em síntese, os números oficiais do Programa Pontos de Cultura registrados até 2015 são os seguintes:

- 3500 organizações sociais e comunidades indígenas no Registro Nacional do Programa;
- 2 encontros nacionais e 13 encontros regionais realizados;
- 20 capacitações, 20 jornadas de difusão e 2 publicações;
- 200 atividades no projeto Ponte Cultura Nação (ações: “Café Cultura”, “Chocolate Cultura”, mostras de direitos humanos, oficinas de cinema de animação, apresentações artísticas etc.).

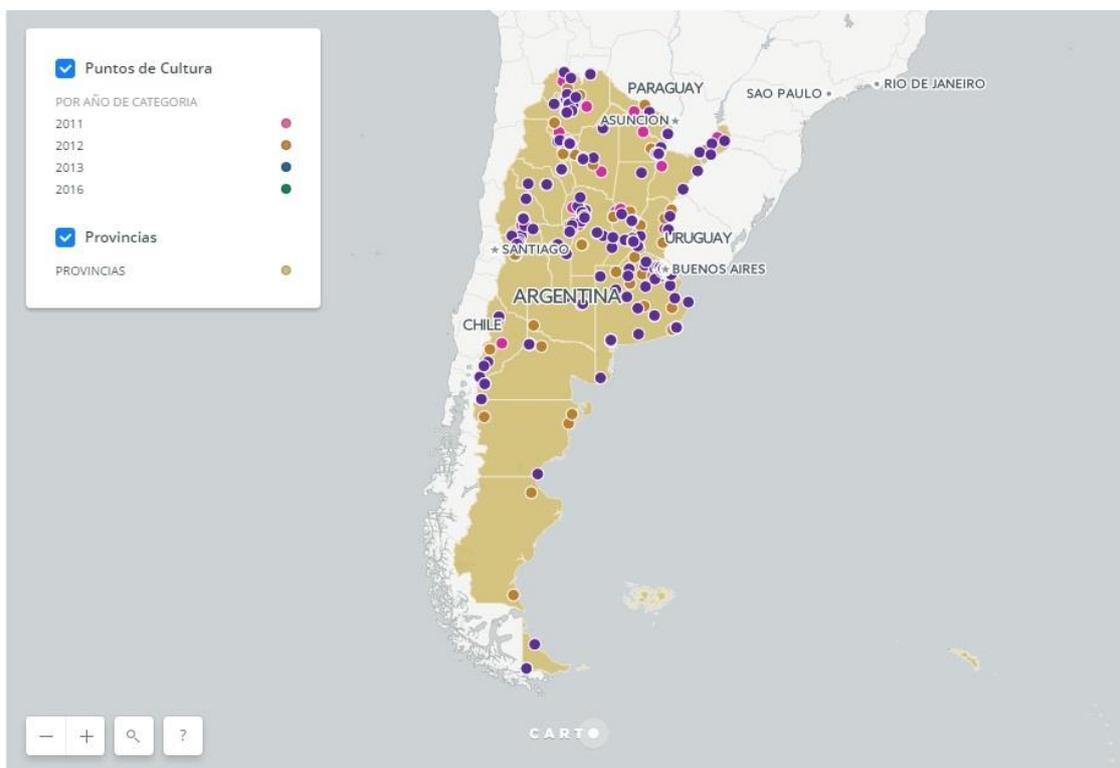
Além disso, os 449 Pontos de Cultura selecionados até 2015, como podemos observar na Figura 4, se distribuíaam proporcionalmente da seguinte forma:

- Ponto de Cultura de Base (40,5%);
- Ponto de Cultura Integral (33,2%);
- Ponto de Cultura Específico (18,3%);
- Ponto de Cultura Indígena (6,5%);
- Círculos de Cultura (1,5%).

Finalmente, o resumo de convocatórias públicas realizadas até 2015 é o seguinte:

- 1a convocatória (2011): 98 Puntos contemplados; total \$4.000.000
- 2a convocatória (2012): 139 Puntos contemplados; total \$6.000.000
- Círculos de Cultura (2012): 7 entidades contempladas; total \$2.000.000
- 3a convocatória (2013): 205 Puntos contemplados; total \$8.000.000.

**Figura 4** – Distribuição espacial dos Pontos de Cultura na Edições 2011, 2012 e 2013



**Fonte:** Adaptação realizada a partir dos mapas e dados oficiais, disponível em: [http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional\\_p4](http://convocatorias.cultura.gob.ar/pdc/registro-nacional_p4).

### 3.3 Dimensões para a análise institucional dos pontos de cultura

Na perspectiva econômica, o programa Pontos de Cultura é relativamente pequeno quando comparado com outros investimentos do governo argentino em cultura. Em três convocatórias públicas, realizadas em 2011, 2012 e 2013, foram destinados aproximadamente 4 milhões de dólares (correspondente a 20 milhões de pesos argentinos ou cerca de 8 milhões de reais, em 2012) para 449 pontos de cultura. A mesma quantidade de dinheiro investida, por exemplo, no equipamento cultural Casa de la Cultura Villa 21 Barracas (atual Casa de la Cultura Popular), inaugurado em 2013.

Uma quantia muito superior foi aplicada no Centro Cultural Kirchner, apresentado como o maior equipamento cultural da América Latina: foram aproximadamente 140 milhões de dólares (quase 300 milhões de reais, em 2012), também anunciado como o maior investimento em um equipamento cultural na história do país. Esse dinheiro representou, em 2012, 0,1% do orçamento nacional argentino, e simbolizou também a pretensão orçamentária de uma das propostas alternativas mais ambiciosas registradas no parlamento da Argentina, vinculada ao coletivo *Pueblo Hace Cultura*<sup>56</sup>. Esta iniciativa, intitulada “*Proyecto de Ley de Apoyo a la Cultura Comunitaria, Autogestiva e Independiente ‘Puntos de Cultura’*”, pretendia criar o Fundo Nacional de Apoio à Cultura Comunitária, Autogestiva e Independente, que seria constituído por uma cifra equivalente a uma porcentagem não inferior ao 0,1% do Orçamento Total Nacional, conforme registramos anteriormente. Em moeda local, isso teria significado na época mais de 600 milhões de pesos argentinos. Quase o mesmo orçamento outorgado à Secretaria de Cultura nesse ano. Dessa forma, a proposta, além de ambiciosa, parecia inviável, porque não deixaria nenhum recurso para a própria Secretaria. Contudo, segundo dados oficiais do Sistema de Informação Cultural da Argentina (SinCA), o gasto público em cultura naquele ano foi superior a 3 bilhões de pesos (600 milhões de dólares ou 1,2 bilhões de reais em 2012), incluindo as despesas da pasta nacional, os organismos culturais e descentralizados conexos e outros programas culturais do governo:

**Tabela 2 – Investimento Público em Cultura na Argentina em 2012\***

<b>Instituições públicas estatais</b>	<b>2012</b>	<b>Gasto (%)</b>
Secretaria de Cultura da Nação	\$ 593.401.647,81	18%
Organismos culturais	\$ 629.903.629,51	19%
Programas culturais	\$ 926.724.754,39	28%
Organismos descentralizados	\$ 1.180.399.823,64	35%
<b>TOTAL</b>	<b>\$ 3.330.429.855,35</b>	<b>100%</b>

\* Valores expressos em milhões de pesos argentina.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos dados do SinCA - <http://www.sinca.gob.ar/>.

<sup>56</sup> Os projetos mais ambiciosos, contudo, demandaram um mínimo de 0,2% do orçamento nacional destinado para a Cultura Viva Comunitária, conforme analisaremos posteriormente.

Em outras palavras, era possível pensar nesse investimento em cultura naquele ano, mas estava em disputa a distribuição dos recursos, a forma de execução e a autonomia relativa na gestão do Programa Pontos de Cultura.

Pensemos, agora, na dimensão política de tal medida. Objetivamente, o nascimento do programa foi uma resolução oficial do então Secretário Coscia e, portanto, a criação do Programa Pontos de Cultura, em 2011, foi uma determinação dessa gestão, em particular. Contudo, até que ponto o próprio Secretário pôde definir, de forma autônoma, a criação de uma medida como essa? Segundo os antecedentes pesquisados (FUENTES FIRMANI, 2013; MELO, 2016), o ano de maior visibilidade desta iniciativa para todos os países da região foi 2009. Caso enxerguemos apenas a participação dos Estados e, particularmente, dos governos, poderíamos registrar a sintonia ideológica de centro-esquerda na região, especialmente naquele momento. Seguindo este raciocínio, poderíamos observar que um desdobramento desse alinhamento teria sido a declaração do parlamento do Mercosul, por unanimidade, para instituir o programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco. Essa declaração de apoio foi registrada em dezembro de 2009 e o Secretário Coscia havia assumido o cargo em julho. Se este dirigente em particular fosse o articulador desta iniciativa, por que esperou dois anos para implementá-la?

Poderíamos, então, pensar em uma outra hipótese, onde a influência maior poderia ser do próprio Mercosul. Será que a criação do programa na Argentina realmente foi uma definição do organismo supranacional intergovernamental? Existem elementos para desconfiar de qualquer afirmação taxativa, de causa e efeito, que explique de forma isolada a aparição desta política no cenário argentino e regional. Dos quatro países fundadores do Mercosul, Argentina foi efetivamente o primeiro a implementá-lo a nível nacional. Paraguai o fez por pouco tempo, devido a problemas institucionais (o presidente Lugo foi deposto de forma não democrática em 2012) e Uruguai optou por não implementar uma política homônima, mas sim em fazer convênios específicos e trocas de experiências, através do projeto *Usinas Culturales*<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Isso mudou muito recentemente, em maio de 2017, com a abertura do registro de Pontos de Cultura no Uruguai. Disponível em: <<http://cultura.mec.gub.uy/innovaportal/v/103013/8/mecweb/puntos-de-cultura?parentid=98185>>. Acesso em: 01. nov. 2017.

Antes da Argentina, contudo, foi o município de Medellín, um governo local colombiano, que implementou os pontos de cultura, em 2010. Qual a influência do Mercosul nesse município? Formalmente, nenhuma. Por outro lado, Chile é membro associado do Mercosul e implementou a mesma política. Peru, Costa Rica e El Salvador, que tampouco formam parte do bloco regional sul-americano, são outros países do continente que tiveram experiências na mesma linha, com o mesmo nome, mas com diferentes formas de territorialização. Com isso, queremos registrar como é difícil determinar os fatores específicos que poderiam explicar a decisão de incorporar esta política na Argentina, assim como não é possível afirmar, de forma taxativa, que o surgimento dessa política foi devido às condições unicamente internas, motivadas pelos agentes estatais.

Seguimos problematizando a dimensão política, abrindo o panorama para diversos atores, estatais e não estatais. Lembremos que, em 2009, foi aprovada a declaração de apoio no parlamento do Mercosul. Se fosse pelo alinhamento ideológico entre as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e do Frente para la Victoria (FV) na Argentina, esses dois espaços partidários deveriam ter sido protagonistas desta resolução neste espaço legislativo intergovernamental. Todavia, quem apresentou essa iniciativa foi uma legisladora de um partido de oposição ao PT, a deputada Marisa Serrano (PSDB/MS). Isto é interessante em termos de apoio e legitimidade, lembrando que foi aprovado por unanimidade nesse fórum regional. Contudo, tampouco podemos ser ingênuos e imaginar que a construção desta política cultural não sucinta disputas de interesses corporativos e partidárias. No caso argentino, isto fica bastante explícito nos projetos de lei apresentados a partir desta declaração e, especialmente, nos fundamentos legais.

Antes que o programa fosse implementado na Argentina pela Secretaria de Cultura, legisladores da oposição apresentaram um anteprojeto, em 2010, intitulado “*Creación del programa nacional de apoyo a la cultura comunitaria y autogestiva*” e chegaram a propor um piso de apoio ainda maior (o dobro) ao solicitado posteriormente pelas organizações culturais. Nesse momento, diversos legisladores da oposição, vinculados aos partidos Coalizão Cívica (CC), Partido Socialista (PS) e até ao partido Proposta Republicana (PRO) – este último estava no governo da cidade de Buenos Aires – também se apropriaram e começaram a disputar a execução do programa.

Em 2012 foram apresentados dois novos projetos alternativos, com agentes e processos de elaboração muito distintos entre si. Por um lado, o projeto do coletivo Pueblo Hace Cultura (PHC), também proposto por legisladores de oposição, mas que estavam dentro do arco “progressista” não kirchnerista. Por outro lado, o projeto apresentado pela União Cívica Radical (UCR) – histórico partido de oposição, mas na época muito dividido e fragmentado – intitulado "*Programa nacional de puntos de cultura para el desarrollo local y regional*" que, curiosamente, estabelecia mais orçamento do que o estipulado pelas organizações culturais (o que, como vimos anteriormente, já era bastante ambicioso). Além disso, como registrado nos seus fundamentos, a UCR observou e denunciou que no programa implementado pela SCN, vários centros partidários afins ao governo estavam sendo apoiados pela medida. Finalizando este breve panorama legislativo, em 2014 o bloco da União Popular (UP) registrou novamente o projeto que havia sido apresentado em 2012, do coletivo Pueblo Hace Cultura, e em 2015 o partido Coalizão Cívica reapresentou o projeto de 2010, na Câmara de Deputados e também no Senado.

Embora essa breve descrição e detalhamento tenham sido focados, principalmente, nas instituições estatais e político-partidárias, o que estamos registrando é a complexidade do aparelho do Estado e a dificuldade de afirmar, de forma unívoca, quais são os limites para o estudo de uma política cultural. Deveria ser apenas o programa? Somente a atuação do ministério? Simplesmente o poder executivo? Ou o poder legislativo? E os organismos governamentais supranacionais? E os governos provinciais e municipais? Até que ponto nos permitimos, por exemplo, problematizar a separação entre sociedade civil e Estado? Novamente, esta política nos serve de pano de fundo para discutirmos tais questões, quando observamos as relações, digamos, “carnais” que existem entre determinadas organizações e partidos políticos de todos os bandos e espectros ideológicos. No caso específico do coletivo “da sociedade civil” PHC, por exemplo, foram as brigas internas entre os diversos setores político-partidários as que terminaram diluindo a proposta. Este frente incluía organizações culturais a favor do governo peronista-kirchnerista, vinculadas aos partidos da base aliada; organizações de oposição “centro-progressistas”, também com militância em partidos de oposição tanto do FPV quanto do PRO, e instituições culturais com relações muito próximas com o governo neoliberal do PRO, na época na gestão da CABA e atualmente no governo nacional, provincial e da Capital Federal.

Seguindo com os exemplos, em 2012, um ano após a implementação dos pontos de cultura pelo governo nacional, a Secretaria de Habitat e Inclusão da CABA (gestão PRO) implementou a política da Cultura Viva Comunitária, junto com a fundação da sociedade civil *Crear Vale la Pena*, e lançou uma série de ações e linha de subsídios e, dentre delas, a linha Pontos de Cultura que continuam vigentes até hoje. Inclusive, a participação da instituição *Crear Vale la Pena* em todos os coletivos e movimentos a favor dos pontos de cultura, seja no âmbito metropolitano, nacional e continental, também permite compreender um certo paradoxo que registramos a seguir.

Nos últimos dois anos do governo Kirchner (2014 e 2015), o Programa Pontos de Cultura não teve convocatórias, mesmo com a pasta hierarquizada em Ministério. Contudo, o primeiro ano de gestão do governo do PRO, liderado por Mauricio Macri, não somente deu continuidade a essa política e à hierarquia do Ministério, como lançou uma nova convocatória com a mesma equipe de coordenação do governo anterior e que se mantém desde 2009. Ou seja, este programa obteve uma façanha para nossa área: embora frágil, conseguiu superar não só uma gestão, mas uma política de governo, inclusive uma política de Estado, e se perfila para ser considerado como uma política pública de cultura, mesmo sem estar garantido por nenhuma lei específica. Só que isto, longe de “resolver” o problema ou significar um espaço de convivência, paz e harmonia, é a materialização territorial de um campo de disputas, cujo único e principal acordo é a manutenção desta política, mesmo que no patamar mínimo. E a luta se dá pela sua ampliação, pelo conteúdo e também pela gestão desta iniciativa.

Voltado às dimensões para o estudo desta iniciativa, embora possa nos ajudar no raciocínio e na apresentação do Programa, a separação entre dimensão econômica e política não é rígida. Muito menos quando incorporamos a dimensão simbólica, que em muitos estudos da área (BOTELHO, 2001; BARROS 2009, entre outros) aparece como aquela mais especificamente cultural. Consideramos que a disputa pelo conteúdo cultural desta iniciativa, pelos usos simbólicos dos termos guarda-chuvas “pontos de cultura” ou “cultura viva comunitária”, é também um confronto econômico e político. Vale a pena lembrar aqui a clássica reflexão de G. Canclini [1987], quando afirma que as políticas culturais visam orientar o desenvolvimento simbólico de uma sociedade. Embora o autor não tenha operacionalizado metodologicamente esta dimensão simbólica do desenvolvimento, em outros

momentos da sua reflexão afirma que as intervenções no campo da cultura não se reduzem às artes ou a gestão de museus, mas principalmente à construção de sentidos; os modos de viver, pensar, comer, imaginar e fazer política de uma população determinada. Isto é, formas e práticas que distinguem um povo e lhes dão identidade (Idem, 1983).

Sendo assim, o Programa Puntos de Cultura, na perspectiva do governo Kirchner e na gestão Coscia, se origina basicamente como uma política de subsídios socioculturais que continuava a iniciativa idealizada pelo sociólogo Nun. Além disso, o conjunto de intervenções culturais dessa gestão priorizou sempre, em termos políticos, econômicos e simbólicos, a construção de equipamentos culturais e a promoção de produtos e serviços audiovisuais. Ademais, em nenhum dos projetos de institucionalização da cultura apresentados, naquele momento, no parlamento argentino pelos legisladores da base aliada do governo Kirchner (a exemplo da Lei Federal das Culturas, Lei de Comunicações, Lei da Música, da Dança, do Teatro, do Audiovisual, etc.) a questão dos pontos de cultura ou da cultura viva comunitária foi incluída.

### **3.4 A perspectiva territorial no discurso oficial do órgão de cultura estatal**

O Programa Puntos de Cultura, além de se configurar como uma política de subsídios, considerando os investimentos culturais no seu conjunto realizados durante a gestão Kirchner, assumiu vários outros sentidos, particularmente no discurso oficial, que podem nos ajudar a compreender porque ela resulta tão atrativa para praticamente todos os setores ideológicos, partidários e comunitários da região.

Nos documentos oficiais do Programa, o território aparece de forma explícita como indissociável da cultura e da organização popular (ARGENTINA, 2011). A medida se insere, nesta narrativa institucional, na proposta geral de mudança e transformação social do governo dos Kirchner, particularmente de Cristina, que assume o seu segundo mandato em 2011 com 54% dos votos válidos. O discurso político mais explícito no campo da cultura e da comunicação no governo da mandatária se registra como “a batalha cultural”. Nesse contexto, se propõe combater uma hegemonia cultural, reforçada pelo discurso único do neoliberalismo,

que afirmava que o único horizonte possível e desejável para a cultura argentina estava na Europa, nos Estados Unidos e nos chamados países de primeiro mundo (ibidem, p. 8). Sendo assim, o país estaria inserido agora na “Pátria Grande” latino-americana, lutando por um outro modelo de desenvolvimento cultural:

Vivimos un proceso de cambio cultural (*la batalla*). Y sabemos que **es en la esfera territorial donde se generan las tensiones concretas de los modelos en pugna**, es decir, donde se produce el entrecruzamiento de todas las acciones, las representaciones y los valores. Por eso **apostamos a fortalecer los espacios de las organizaciones sociales que vienen impulsando distintas estrategias culturales** que tienen en las expresiones populares su germen y razón (ibidem, p. 8, itálica no original, grifo nosso).

Na fundamentação desse Programa, consta a afirmação de que a cultura popular manifesta claramente uma confrontação política contrária à cultura da desigualdade promovida pelos governos neoliberais anteriores. Sendo assim, essa iniciativa buscou impulsionar, a partir de uma perspectiva produtiva, os diversos atores sociais do território:

En ese sentido, los **Puntos de Cultura son espacios propicios para canalizar los esfuerzos populares de manera creativa**. Y es nuestra función, desde la Secretaría de Cultura de la Nación, **agrupar las experiencias y revalorizarlas**, respetando la diversidad y otorgando herramientas para mejorar las capacidades colectivas. Diría que este es el fin último del programa Puntos de Cultura: el **fortalecimiento de la organización popular** para seguir profundizando la mejora de las condiciones sociales en los territorios, con la cultura como eje central de la transformación (ibidem, p. 9, grifo do autor).

Assim, o território aparece como indissolúvel da cultura e ainda como local de atuação. Além disso, a construção territorial é registrada, ao longo dos documentos oficiais, como qualidade – trabalho territorial, necessidades e características territoriais –, expansão – inserção territorial –, forma de partilhamento – redistribuir territorialmente recursos –, diversidade e área de influência – âmbito e proximidade territorial, cada um dos territórios – e ainda como cartografia cultural chamada de “mapeio territorial”. As referências são constantes nas diversas publicações institucionais, incluindo as ambições desta medida enquanto paradigma e política continental:

Se han constituido en espacios de participación popular con un anclaje territorial que permite construir proyectos desde la geografía que se habita y con las potencialidades de sus actores. Con el programa Puntos de Cultura estamos acompañando este proceso: **fortalecemos la organización popular en territorio otorgando herramientas para la producción cultural comunitaria y el fomento de las diversas expresiones populares**. En dos años ya hemos apoyado 250 puntos de cultura. Como en otros países de América Latina, estos puntos se están multiplicando, generando un entramado social de una riqueza cultural heterogénea que demuestra que este es un **proyecto político amplio, democrático e inclusivo** (2012, p. 7, grifo do autor).

Além disso, um dos últimos documentos oficiais do programa durante a gestão Kirchner foi uma pesquisa e análise de impacto territorial, intitulada “*Puntos de Cultura: una política transformadora*” (2015), que registra, também de forma explícita, a importância de analisar o impacto desta política territorial (p. 7). Neste documento, foram acrescentados mais “usos do território”, como nos seguintes exemplos: organizações de base territorial, atores territoriais, redes territoriais, projetos territoriais, localização geográfica e territorial, articulação territorial, integração territorial, afastados territorialmente, enfoques territoriais, práticas territoriais, ancoragem territorial, distâncias territoriais, desenvolvimento territorial e, finalmente, relevamento territorial.

Particularmente, o estudo do “impacto territorial” oficial, feito por este programa, foi realizado entre 2013 e 2014 por uma rede de 13 universidades nacionais (distribuídas pelas seis regiões do país<sup>58</sup>) que participaram do Programa de Capacitação, Formação e Assistência Técnica para os Pontos de Cultura. Os organismos acadêmicos convocados foram áreas de extensão universitária, bem-estar estudantil, centros culturais das universidades e as chamadas secretarias de trabalho territorial. O ponto de partida metodológico foi um Guia de Pesquisa e Análise de Impacto dos Pontos de Cultura, organizado pela UNTREF. Já o fechamento e sistematização foram realizados por uma equipe da Universidade Nacional de San Martín (UNSAM). A análise sobre a experiência e impacto deste programa se deu, principalmente, a partir de entrevistas, informes trimestrais dos próprios pontos e observações de campo realizadas pelos agentes acadêmicos. O escopo de pesquisa foram 34 organizações selecionadas de todo o país.

---

<sup>58</sup> Noroeste (NOA), Noreste (NEA), Centro, Cuyo, Patagonia e Provincia de Buenos Aires junto à Cidade de Buenos Aires.

Neste sentido, o “desenvolvimento territorial” foi avaliado basicamente em termos qualitativos, guiados por questionamentos, como o impacto simbólico da implementação deste programa, a produção de subjetividades nos participantes do projeto e o modo de construção de sentido a nível comunitário. Portanto, o esforço de sistematização e operacionalização metodológica da questão territorial precisou desta dimensão simbólica, subjetiva e de proximidade para que a avaliação do impacto pudesse ser feita. É significativo que a presença territorial do Ministério de Cultura seja considerada pelas organizações sociais como o efetivo aprofundamento das relações humanas, evitando lógicas burocráticas desumanizantes e baseando-se em valores, como compreensão, apoio, interesse, compromisso e o “estar presentes” (ibidem, p. 98). O que quase equivale ao *estar sendo*, empregado por Kusch.

Finalmente, registramos um detalhe não menos importante. Para submeter um projeto cultural ao edital do Programa Puntos de Cultura, é solicitado que os postulantes descrevam a sua área geográfica de influência. Nela, devem incluir as características socioculturais da população da região (nível socioeconômico, escolaridade, atendimento em saúde, índice de violência, condições das moradias, ou qualquer elemento que possa facilitar a caracterização da área); a definição e descrição do âmbito territorial onde se desempenha a organização (bairro, comuna, localidade, região, zona etc.), sinalizando as características da mesma – urbana, semiurbana, rural –; as condições geográficas; vinculação com outras regiões e, finalmente, o registro das instituições culturais e a oferta de atividades existentes no território, como centros culturais e comunitários, universidades, cinemas, teatros, escolas, oficinas de arte, entre outros (ARGENTINA, 2011, p. 55). Sendo assim, é demandado dos participantes uma perspectiva geográfica como a que propõe Milton Santos, no sentido de descrever os objetos culturais pelo fato de estarem em contiguidade, formando uma extensão contínua, e sistematicamente interligados, a partir da função que eles desempenham no processo social (2012, p. 73,77).

### 3.5 Desafios no estudo da dimensão espacial das políticas culturais institucionais

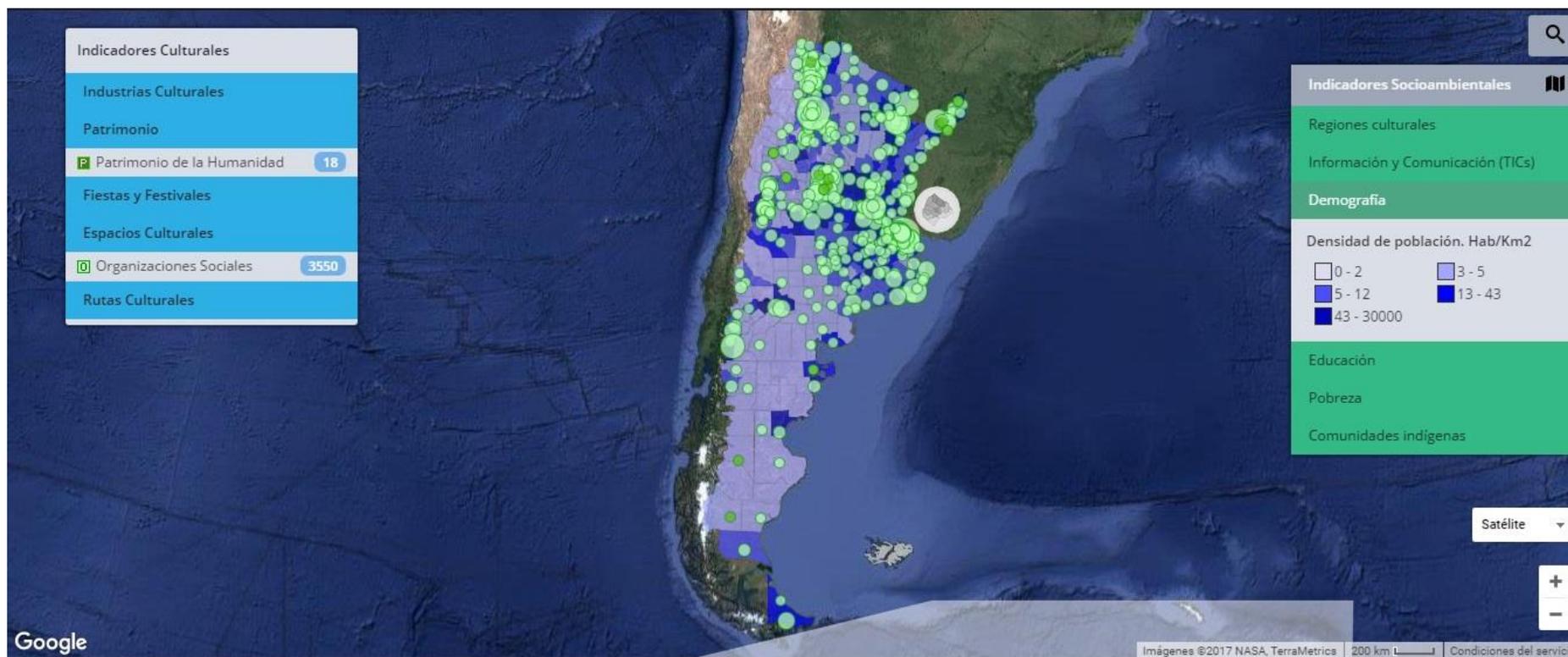
Até agora, trabalhamos as dimensões política, econômica e cultural desta iniciativa pública, basicamente na perspectiva do órgão gestor de cultura e do Estado, em seu conjunto. Relatamos as condições e capacidades institucionais que possibilitaram o surgimento do Programa no seio da Secretaria de Cultura, as lutas políticas no parlamento, visíveis através dos projetos de lei, os recursos econômicos pretendidos e destinados a esta iniciativa, no conjunto do orçamento público disponível para o campo da cultura e, além disso, analisamos a intencionalidade simbólica dos atores e protagonistas desta política cultural, aquela que mais claramente costumamos identificar como a dimensão cultural, seja na perspectiva sociológica como na antropológica. Neste sentido, como incorporamos metodologicamente a questão territorial? Como perspectiva dentro da dimensão cultural? Ou como outra dimensão, espacial e geográfica?

Tradicionalmente, o território ficou restrito ao espaço nacional de um Estado. Neste sentido, a dimensão espacial do Programa poderia ser facilmente percebida nos mapas e cartografias oficiais, como as que registramos nas Figuras de 1 a 4. Todavia, propositalmente denominamos essa capilaridade dos pontos de cultura como uma distribuição espacial e não como construção territorial. Porque fazemos esta diferença? A partir de Milton Santos, percebemos que a localização dos pontos no espaço nacional estatal nos fala muito pouco sobre o território, em seu sentido mais profundo. Observamos que as iniciativas apoiadas estão espalhadas por todas as províncias argentinas, mas não conseguimos enxergar, nesses mapas iniciais, os movimentos e trocas entre essas propostas, os investimentos públicos efetivamente realizados em cada um desses projetos (que vão desde 5.000,00 até 300.000,00 pesos argentinos), as linguagens artísticas e frequência de realização das atividades, as condições sociais e peculiaridades locais, entre outras questões. Portanto, o mapa da Argentina nos permite ter um panorama superficial de atuação deste programa no espaço geográfico. Contudo, parece que a construção territorial dos Pontos de Cultura precisa ser observada mais de perto e/ou com maiores informações, seja a partir de outras camadas que

complementem a informação sobre a localização dos pontos, um *zoom* no mapa ou também por meio de visitas presenciais e pessoais nos pontos de cultura (processo que, de fato, realizamos e que vamos apresentar no próximo capítulo).

Para tentarmos ser mais explícitos sobre este quesito metodológico, ilustraremos com a Figura 5, extraída do Mapa Cultural do Sistema de Informação Cultural da Argentina (SinCA) vinculado ao atual Ministério de Cultura. Estas cartografias interativas podem nos ajudar a refletir sobre a proposta de operacionalização metodológica do território, na sua relação com o espaço geográfico e a dimensão simbólica nas políticas culturais.

**Figura 5** – Organizações Sociais cadastradas no Registro dos PdC e Patrimônio da Humanidade



Fonte: Adaptação realizada a partir dos dados do SinCA, <http://www.sinca.gob.ar/>

Nesta figura, observamos os usos do território que a população tem feito no espaço geográfico argentino. Por um lado, o indicador socioambiental "demografia" registra a densidade populacional no país. Na cor azul mais forte, estão as zonas com maior quantidade de habitantes por quilometro quadrado (Hab/Km<sup>2</sup>), e as áreas menos habitadas estão destacadas na cor cinza claro. Por outro lado, na categoria de "espaços culturais" se destaca, com círculos verdes mais claros, as organizações sociais inscritas no Registro Nacional dos Pontos de Cultura até 2015; no total, foram 3550 projetos culturais cadastrados. Quanto maior a quantidade de iniciativas inscritas nessa localidade, o tamanho dos círculos se amplia. Quando combinadas essas variáveis, compreendemos melhor a distribuição dos pontos de cultura ao longo do país; as áreas com círculos de maior tamanho estão diretamente relacionadas à quantidade de habitantes nessa região em particular. O espaço nacional "vazio", sem cadastro de organizações sociais, corresponde às áreas de menor densidade populacional. Este exemplo relativamente simples pode ser um ponto de partida para a compreensão do espaço geográfico enquanto totalidade (parcial, neste caso, restrito ao Estado Nacional Argentino) e os usos do território registrados pelas fontes oficiais, seja pela quantidade de habitantes por áreas ou nos formulários de inscrição recebidos pelo registro estatal dos pontos de cultura.

Finalmente, de forma proposital, destacamos também nesta figura, na cor verde mais escura, os 18 Patrimônios da Humanidade reconhecidos pela UNESCO na Argentina. Por um lado, porque nos ajuda a compreender algumas hierarquias que se realizam no campo das políticas culturais já que se definem explicitamente "âmbitos ou zonas de importância excepcional para a herança comum da humanidade" (p. 7, manual SinCA, ARGENTINA, 2015b), definidas verticalmente por uma organização governamental internacional. Por outro lado, porque põe em evidência que para as organizações sociais existem milhares de espaços culturais que são tão importantes quanto aqueles definidos pela UNESCO.

Diante do exposto, o que tentamos sinalizar neste momento é que os Sistemas de Informação Geográfica – SIG utilizados no mapeamento destas iniciativas culturais são de muita utilidade para a compreensão do espaço geográfico de atuação dos programas culturais e, quando utilizamos as capas de indicadores socioambientais, podemos observar algum movimento nos usos do território realizado pela população. Contudo, ainda sentimos a necessidade de chegar mais perto da realidade cotidiana dos pontos de cultura para compreender melhor a construção territorial das políticas culturais no nosso continente.

Sendo assim, no próximo capítulo aprofundaremos um dos projetos culturais de referência tanto na consolidação desta iniciativa na Argentina, quanto na articulação do movimento da Cultura Viva Comunitária da América Latina: o Culebrón Timbal. Escolhemos essa organização como objeto de estudo na pesquisa de campo porque, além de ser Ponto de Cultura desde o início do programa na Argentina, as suas lideranças são protagonistas a nível regional, nacional e continental desta iniciativa supraestatal. Ademais, a questão do território é fundamental na proposta política de construção democrática que o Culebrón Timbal propõe, conforme registraremos no capítulo final da tese.

## CAPÍTULO 4

### **PERSPECTIVA GEOCULTURAL DO *CULEBRÓN TIMBAL* NA AMÉRICA PROFUNDA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS SOBRE TERRITÓRIO E POLÍTICAS CULTURAIS**

Em 2015, realizamos uma pesquisa de campo exploratória no chamado *conurbano* bonaerense, área metropolitana da Cidade Autônoma de Buenos Aires, que possui quase 15 milhões de habitantes e agrupa um terço da população argentina. A partir dessa experiência, buscamos refletir, neste capítulo final, sobre as relações complexas e contraditórias – de disputa, cooperação e conflito – observadas na construção territorial de políticas culturais dos Estados (em suas diferentes esferas de atuação), empresas privadas, instituições sociais e grupos artísticos que atuam no dia a dia dos bairros do conurbano. Com o apoio do professor Daniel Mato da UNTREF, dialogamos com diversos atores, pesquisadores e organizações culturais da região que vêm participando, desde 2009, da construção do projeto *Puntos de Cultura* na Argentina e, ao mesmo tempo, da plataforma / movimento *Cultura Viva Comunitária* na América Latina.

O foco principal desta pesquisa recaiu sobre uma organização comunitária chamada *Culebrón Timbal*, localizada no *partido* (região administrativa) de Moreno. Este município está entre os distritos com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de todos os 135 que conformam a província de Buenos Aires, e, além disso, é o mais pobre dos 24 que fazem parte do conurbano bonaerense (BUENOS AIRES PROVINCIA, 2005; BALDI, 2011). Buscamos, assim, estudar a construção territorial de uma política cultural “de baixo para cima”, em uma região profundamente desigual e, ao mesmo tempo, riquíssima em diversidade cultural, conforme detalharemos ao longo do capítulo.

Almejamos, ainda, contribuir para a construção de um arcabouço metodológico de pesquisa centrado na construção territorial das políticas culturais. Para tanto, levaremos em conta visões culturais e práticas artísticas das próprias organizações e de suas lideranças e ativistas políticos, em diálogo com as referências teóricas e acadêmicas discutidas ao longo dos capítulos anteriores.

#### **4.1 O território visto de cá para lá: um percurso pelas desigualdades sociais de Buenos Aires**

A experiência de realizar o percurso e visitar os territórios de atuação do Culebrón Timbal, no conurbano bonaerense, partindo da reitoria da UNTREF, local onde desenvolvemos algumas atividades de pesquisa básica, agregou conhecimento bastante significativo em relação às profundas desigualdades territoriais existentes na Argentina. A sede da reitoria da mencionada instituição pública da província de Buenos Aires fica, paradoxalmente, no exclusivo bairro de Recoleta, zona norte da Capital Federal. Nesta região, são milhares os atrativos turísticos, artísticos e culturais, especialmente para consumidores de alto poder aquisitivo. Porém, a localização dificulta alternativas de almoço e lanches para os trabalhadores da universidade com salários médios e baixos, que são maioria na instituição. Esta segmentação econômica e social se traduz, também, em uma enorme barreira social que impede que qualquer morador das áreas suburbanas da metrópole, como é o caso da localidade de Cuartel V, em Moreno, tenha acesso a esta grande quantidade de ofertas artísticas e culturais nos bairros da chamada “cidade mais europeia da América Latina”.

E como faria um habitante da nobre Recoleta para ir ao Culebrón Timbal, em Cuartel V, e prestigiar um espetáculo comunitário local? A melhor alternativa é pegar o metrô e ir até a estação Constituição. O problema é que, como bem lembra Milton Santos (2000), os bairros das grandes metrópoles estão carregados de ideologia<sup>59</sup>. Sendo assim, a ideia de ir da zona

---

<sup>59</sup> “O nosso meio ambiente nos é entregue como ideologia: ‘o bairro perigoso’, a ‘favela assassina’, o ‘bairro residencial’. O discurso da chamada realidade já é ideológico. [...] Um dos dados essenciais de nossa época é que

norte para a zona sul e, especialmente, descer na estação de serviços públicos multimodal de Constituição, é o suficiente para dissuadir os moradores da zona nobre a se dirigir para um local “perigoso”, repleto de “bolivianos e paraguaios” ou, ainda, lotado de “negros” argentinos.

Mas caso o cidadão não desista da experiência, pode fazer uma conexão e ir até Retiro, outro terminal que, além de conectar metrô a linhas de ônibus, inclui o serviço de trem metropolitano para o conurbano. Cada um destes trajetos de metrô demora cerca de 15 minutos, aproximadamente. A linha do metrô que conecta os bairros da zona norte está equipada com ar condicionado e bancos de plástico de duvidoso conforto. Por outro lado, a linha que faz o percurso de Constituição até Retiro, a mais utilizada pelo “povão”, ainda não dispõe de ar condicionado, mas os assentos, quando não há superlotação, costumam ser um pouco mais agradáveis, ainda que pouco higienizados pela empresa terceirizada prestadora do serviço.

Já em Retiro, é preciso pegar um trem até a estação de José C. Paz. São 50 minutos de trajeto em modernos vagões chineses zero quilômetro adquiridos durante o governo de Cristina Kirchner, investimento que melhorou substancialmente a qualidade da viagem para o conurbano. O problema é que, mesmo sendo novos, os vagões costumam apresentar falhas durante as horas de “pico”. Nestes momentos, a “barbárie” se apodera dos passageiros, que empurram uns aos outros na disputa por vagas ínfimas, pouco importando se entre eles existam mulheres ou crianças. Tumultos como estes geram a intervenção da *Gendarmeria*, força policial do governo nacional, uma das mais respeitadas e (ao que parece) menos corrompidas do Estado Nacional.

O município de Moreno está localizado no chamado terceiro cordão do conurbano bonaerense. Para chegar a esse destino, é necessário pegar um ônibus na estação do município vizinho de José C. Paz, o 365 Stefani ou Lujan. Quando tivemos a oportunidade de realizar esse trajeto, por mero desconhecimento, esperamos mais de 50 minutos pelo ônibus, até que percebemos que a linha *Sancho* – que saía com maior frequência – também nos levava para o prédio *La Huella*, onde se encontra o atual ponto de cultura do Culebrón Timbal.

Todo este percurso foi realizado para chegarmos, naquela sexta-feira, 18 de dezembro de 2015, à entrega dos prêmios "*Cultura y Democracia Participativa*". Tal premiação, que ocorre desde 2007, consiste numa distinção que, segundo os seus organizadores, se outorga a grupos, organizações e instituições que promovem dia a dia uma democracia mais ampla, comunitária e popular, a partir da arte, da cultura e da comunicação. A noite estava um pouco fria. Compareceram cerca de trinta pessoas, menos do que o esperado pelos anfitriões. À medida que iam recebendo os prêmios, os convidados especiais iam saindo, regressando para as suas casas, porque voltar de noite nesse território é considerado, mais uma vez, perigoso e, no mínimo, arriscado, por ser pouco transitado, com escassa luminosidade e mal sinalizado. As apresentações artísticas da noite foram uma *comparsa* juvenil da zona (espécie de pequeno bloco de samba), o circo de rua "Lona Preta", vindos de Brasil em turnê pela Argentina, e o baile final ficou por conta de um grupo local de *cumbia* que não chegou a tocar devido a problemas técnicos e, também, por falta de público.

Essa vivência do "*Hedor de América*" (fedor, cheiro fétido) relatado por Rodolfo Kusch há mais de cinco décadas [1961] pode ser muito desestimulante para aqueles que não conhecem o projeto e valorizam uma experiência mais tradicional de consumo cultural de entretenimento e distração. A sensação é de angústia, longe do conforto do mercado capitalista e da impossibilidade de se queixar contra o poder público. Contudo, uma vez que assumimos o fedor americano e o sentimento de desamparo é enfrentado, lembrando as reflexões de Kusch<sup>60</sup>, torna-se perceptível uma construção autônoma e alternativa de ofertas culturais e artísticas, com outra lógica de funcionamento e fruição. São práticas micro e pontuais, mas que se articulam entre si e, apesar de invisíveis para a grande mídia, são importantes para a comunidade local, mesmo que esta possua apenas algumas dezenas ou centenas de moradores. Neste território, não existem muitas alternativas culturais e artísticas. Sendo assim, é diária a luta que este tipo de oferta e dinâmicas artísticas enfrentam para disputar com o narcotráfico os lugares e atenção das pessoas. Isso porque o narcotráfico continua conquistando amplo espaço, subsidiado por meio de grandes investimentos de

---

<sup>60</sup> "El hedor es tremendo porque revive un mundo superado. Implica el miedo al desamparo, algo así como se abandonara el hogar para exponerse a la lluvia y al viento. [...] Es un miedo antiguo como la especie que los pulcros remediaron con el progreso y la técnica [...]. No estamos muy seguros de lo que hemos logrado y el hedor nos recuerda esa inseguridad" (KUSCH, 2013, p. 35-36).

empresários da região que buscam um retorno econômico a partir dos negócios mais lucrativos do capitalismo contemporâneo.

Na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA) existem, naturalmente, diversos interesses culturais, políticos e econômicos em jogo, e que nem sempre são convergentes. Contudo, acreditamos que nessas localidades suburbanas as disputas territoriais são mais explícitas do que, por exemplo, na Capital Federal. Isto sucede, possivelmente, em virtude da capacidade territorial de atuação do Estado ainda ser precária nestas regiões. Sendo assim, observamos territórios estatais e não estatais em construção, permanentemente ativados, negociados e contestados em alianças complexas e contraditórias. Os atores destes projetos políticos de disputa territorial são organismos governamentais de distintos níveis de gestão (município, província ou nação), empresas privadas capitalistas, além de grupos culturais e comunitários organizados a partir de demandas mais ou menos sedimentadas de setores completamente heterogêneos.

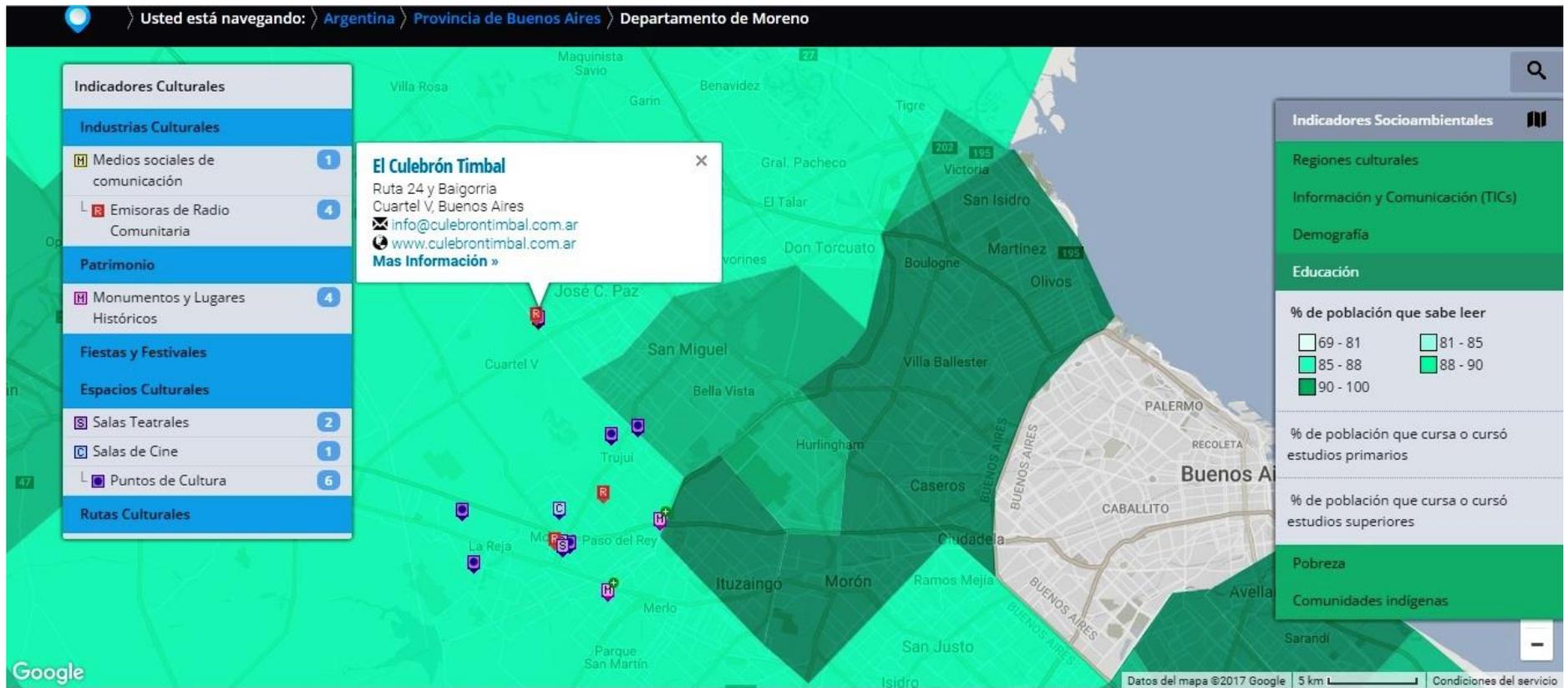
Além disso, no conurbano bonaerense é impossível falar em gestão e políticas públicas sem falar em território. Contudo, não é o território associado tradicionalmente ao Estado, mas à construção territorial, que se realiza nas práticas políticas cotidianas, no dia a dia das organizações sociais, comunitárias e culturais. De alguma forma, a capacidade territorial das lideranças e instituições políticas do conurbano – sejam estatais ou não – está diretamente relacionada com o enfrentamento das necessidades e problemáticas da comunidade. Além disso, o poder territorial se traduz na habilidade para realizar tarefas de sensibilização e mobilização das pessoas e/ou, também, de contê-las para tentar evitar conflitos e protestos políticos, a depender do caso.

Descrever o contexto geográfico e territorial de um município é ir além da sua realidade físico-material, das obras de infraestrutura ou dos serviços de logística e transporte. Uma perspectiva territorial profunda e comprometida, como a que propõe Milton Santos, nos obriga a pensar as conexões que existem entre os diversos sistemas humanos da localidade, nas interações e contradições internas e externas que existem nos distintos segmentos, além da indissociabilidade entre o sentido simbólico e cultural das ações junto à materialidade dos objetos que lhe servem de suporte.

#### **4.1.1 Mapas das desigualdades territoriais e do acesso à cultura no conurbano bonaerense**

Vamos aproveitar novamente os mapas interativos do SinCA para descrever graficamente esta realidade territorial cotidiana do Culebrón Timbal na localidade de Cuartel V, departamento de Moreno, Província de Buenos Aires. Observamos na figura 6 a localização desta organização social junto com alguns dos equipamentos culturais disponíveis neste distrito de mais de 500.000 habitantes: uma sala de cinema, duas salas de teatro, quatro monumentos e lugares históricos, quatro emissoras de rádio comunitária e um meio social de comunicação. Também são registrados seis pontos de cultura neste departamento em particular. Na localidade de Cuartel V, perto do município de José C. Paz, todos os equipamentos culturais disponíveis estão no prédio La Huella, onde também se encontra o Culebrón Timbal: uma rádio comunitária, um ponto de cultura e o único meio social de comunicação do departamento. Além disso, destacamos na imagem que, nesta região, quase 20% da população não sabe ler, diferente das localidades vizinhas nas quais os índices de educação formal são muito mais elevados.

**Figura 6** – Pontos de Cultura e Equipamentos Culturais do Departamento Moreno

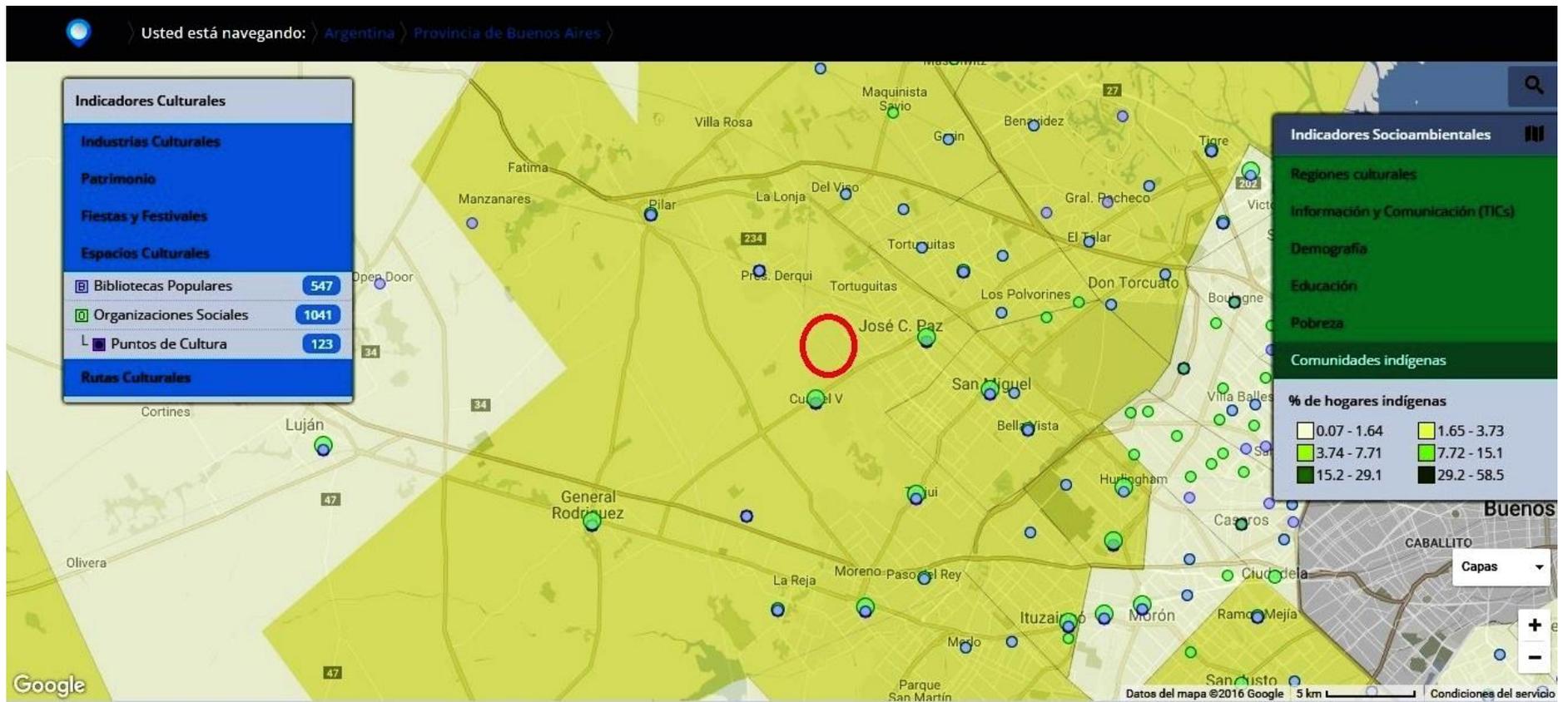


Fonte: Adaptação feita a partir dos dados do SinCA, <http://www.sinca.gob.ar/>.

Por sua vez, a figura 7 registra a localização dos pontos de cultura, as bibliotecas populares e as organizações sociais junto a indicadores de porcentagem de comunidades indígenas vivendo nessa região da área metropolitana de Buenos Aires. Podemos observar uma boa capilaridade do Programa Puntos de Cultura, seja pelas organizações sociais cadastradas no registro – na cor verde –, seja pelos projetos apoiados como pontos nas edições 2011, 2012 e 2013. Além disso, em todo o conurbano existem moradias que se reconhecem como populações indígenas, conforme também podemos observar no mapa.

Dentro desse caldeirão de diversidade, destacamos o projeto político-cultural do Culebrón Timbal. Escolhemos essa organização como objeto de estudo na pesquisa de campo porque, além de ser Ponto de Cultura desde o início do programa na Argentina, as suas lideranças são protagonistas a nível regional, nacional e continental desta iniciativa supraestatal. Ademais, a questão do território é fundamental na proposta política de construção democrática que o Culebrón Timbal propõe, conforme registraremos adiante.

**Figura 7 – Pontos de Cultura e Bibliotecas Populares no Conurbano Bonaerense**



Fonte: Adaptação feita a partir dos dados do SinCA, <http://www.sinca.gob.ar/>

## 4.2 Política cultural nas fronteiras metropolitanas de Buenos Aires: a construção territorial profunda do Culebrón Timbal

"*Territorio*" é o segundo trabalho de estudo da banda de rock bonaerense Culebrón Timbal, gravado e lançado em 1999. O grupo musical, formado em 1996, buscava introduzir no cenário metropolitano uma estética cultural latino-americana vivenciada por eles todos os dias na geografia do conurbano, no espaço vivido. Estética, porém, que não tinha lugar na mídia e nem na agenda sociocultural da época, segundo relata Eduardo Balán<sup>61</sup>, um dos fundadores e líderes deste projeto. Inspirado no profundo e complexo "*Manifiesto del Arte Territorial*", escrito em 1954 por Jeri Bulkás (ANEXO A), o grupo Culebrón Timbal gravou um disco com letras, músicas e ritmos de diferentes latitudes, além de incorporar produções artísticas de várias linguagens, como *comic-book* (livro em quadrinhos), vídeo musical "Filo" e um "anti-jogo" interativo para computadores intitulado, também, Território.

As inquietações artísticas e a fundamentação político-cultural deste coletivo fogem bastante do padrão de "banda musical" dos anos 1990, década de auge do neoliberalismo na Argentina e na região. Os relatos registrados nas letras deste disco anunciavam, de alguma forma, o "início do fim" de uma grande farsa, como foi a construção de uma imagem de país como modelo de desenvolvimento econômico para o continente. Construção essa gerada pelos grandes centros de poder financeiro internacional.

Em outra entrevista realizada em 2001 e publicada em 2011, Balán afirma que o Culebrón Timbal é um projeto cultural alternativo que inclui, além dos espetáculos e apresentações artísticas, oficinas, espaços de trabalho e de produção, trocas e intercâmbios variados: "Sus integrantes no sólo tocan en una banda sino que escriben guiones, hacen historietas, trajes, y hasta plomería" (s.p.). Inclusive, o pior colapso ocorrido na história argentina, em dezembro de 2001, não somente foi anunciado no disco Território, como também era uma vivência social ativa no dia-a-dia dos integrantes do coletivo. Em meio à crise, a banda arriscou uma turnê pela América Profunda em um ônibus adquirido para

---

<sup>61</sup> Informação obtida por meio de conversa pessoal, ocorrida em 25 de novembro de 2015.

diminuir os custos, que os levou para diversas províncias da Argentina e vários países latino-americanos. Esta aventura terminou produzindo, segundo eles mesmos definem, uma viagem “iniciática” que consolida a escolha pela América Latina como projeto político e cultural a ser defendido e amplamente desenvolvido nos territórios do conurbano bonaerense.

Conforme explica Ricardo Esquivel<sup>62</sup>, “Os políticos falam que vão trazer a cultura para o nosso bairro, mas nós já temos cultura! O que precisamos é do apoio público para continuar fazendo o nosso trabalho territorial nas comunidades”. *Richard*, como é conhecido no bairro, é o atual presidente da instituição *Culebrón Timbal*, que desde 2003 está localizada no prédio *La Huella*, junto com outras organizações comunitárias. Nascido e criado no bairro, Richard não integra a banda de rock, mas outras ações que compõem o projeto, desde 2004: uma produtora cultural e a escola de arte comunitária, além de uma rádio e uma espécie de cooperativa de serviços culturais que permite publicações em papel de jornal, edição de livros, entre outros produtos associados.

Além disso, a produtora cultural comunitária *Culebrón Timbal* é atualmente um dos 442 pontos de cultura reconhecidos pelo Ministério de Cultura da Nação (MCN), na Argentina. Também é um dos 123 pontos de cultura da Província de Buenos Aires<sup>63</sup> e um dos seis localizados no Partido de Moreno. O único que existe na localidade semirural (ou semiurbana) de Cuartel V. Sendo assim, o projeto musical itinerante, nascido na Capital Federal – embora tenha mantido as suas ações vinculadas à região metropolitana –, foi acolhido por um dos territórios mais pobres, desiguais e ricos em diversidade da província de Buenos Aires.

#### **4.2.1 O Estado é o nosso inimigo? Rock e neoliberalismo na Argentina nos anos 1990**

Qual a conexão existente entre a banda de rock e a instituição cultural *Culebrón Timbal*? A ausência do Estado, fruto de uma decisão político-ideológica do governo neoliberal argentino nos anos 1990, terminou estimulando, em diversas experiências culturais

---

<sup>62</sup> Informação obtida por meio de conversa pessoal, ocorrida em 04 de outubro de 2015.

<sup>63</sup> Na província de Buenos Aires, existe aproximadamente um ponto de cultura por distrito.

comunitárias, uma forte autonomia na construção territorial e na busca de satisfação das necessidades básicas não atendidas nem pelo Estado, nem pelo mercado capitalista. Não se trata apenas de uma escolha da arte enquanto ferramenta de transformação social, mas, principalmente, da cultura como ferramenta básica de sobrevivência. Assim, a arte territorial que fundamenta esta iniciativa cultural pública não estatal estimula e se alimenta de uma série de ações e práticas comunitárias que não podem ficar na chamada “arte pela arte”.

Neste sentido, a época mais pulcra da Argentina – em termos kuscheanos –, de neoliberalismo explícito, foi paradoxalmente uma das mais ricas em termos de resistência diante da chamada “ausência” do Estado e aumento radical da perversa territorialização do capitalismo globalizado, parafraseando Milton Santos. Acontecimentos como as práticas de corte de rodovias e estradas por parte dos *piqueteros*, especialmente na patagônia, devido às demissões dos petroleiros durante a privatização da empresa estatal de petróleo “*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*” (YPF); as ocupações de imóveis, fábricas e hotéis abandonados como ZANON e BAUEN, recuperadas por seus trabalhadores e, posteriormente, os painéis, mais vinculados aos setores urbanos e das classes médias, em particular dos moradores da cidade de Buenos Aires. É neste contexto que as propostas culturais vinculadas à arte e transformação social são articuladas no contexto argentino.

Assim sendo, as práticas de sobrevivência deste projeto cultural não são anarquistas e nem liberais, no sentido de oposição ao Estado Nacional e à interferência no campo da arte e da cultura, como poderia ser observado em determinadas linguagens artísticas mais vinculadas ao mercado. De fato, registram uma oposição maior à mercantilização da cultura, daí o lema criado para o coletivo Pueblo Hace Cultura “o mercado faz produtos, e o povo faz cultura”. Isso explicaria, de alguma maneira, a forma através da qual esta organização se relaciona com os programas estatais.

Segundo Richard, uma das razões pelas quais o Estado tinha atrasado o envio das parcelas de um recurso ganho pelo Culebrón Timbal em uma das convocatórias dos Pontos de Cultura, foi porque o próprio organismo estatal tinha perdido a prestação de contas realizada anteriormente. Contudo, Richard sinalizou que a instituição não fez uma queixa ou reclamação formal porque, por um lado, não acreditava e nem pensa que o Estado seja o inimigo e, portanto, não queriam dar visibilidade a este equívoco. Por outro, porque temiam algum tipo de represália por parte da administração pública em futuras convocatórias.

Desta forma, observamos como as relações entre Estado e sociedade civil, em particular com as organizações comunitárias, é contraditória e paradoxal. A confluência perversa registrada por Dagnino (2004) sobre o aumento da participação social devido à “ausência” do Estado nos anos 1990, auge do neoliberalismo, também pode ser complementada com as intervenções positivas e bem intencionadas, como pode ser o caso do Culebrón Timbal, que convive com outras práticas institucionais do Estado completamente vinculado ao mercado capitalista que estas organizações tanto criticam. Ou seja, reclamam do Estado outra territorialização no campo das políticas socioculturais.

Para continuar refletindo sobre essas contradições e paradoxos na construção territorial do estado, do mercado e das próprias organizações, discorreremos adiante um pouco mais sobre o contexto histórico e geográfico de atuação do Culebrón Timbal.

#### **4.2.2 Políticas culturais em disputa: atores, conflitos e práticas territoriais em Cuartel V**

Quais os embates que existem atualmente nos territórios bonaerenses? Com relação a esse aspecto, é interessante observar o distrito de Cuartel V, onde as negociações e conflitos aparecem de forma bastante explícita. Os primeiros assentamentos de *criollos*, como são chamados os primeiros habitantes do bairro, têm pouco mais de 50 anos. Conforme aconteceu historicamente em várias metrópoles do continente, o processo de industrialização incipiente dos anos 1950 e 1960 atraiu diversos contingentes populacionais do Norte e Nordeste da Argentina. Famílias rurais, indígenas e camponeses se deslocaram para a urbe em crescimento: a cidade de Buenos Aires. Sem encontrar moradia permanente na capital, essas famílias acabaram optando por locais mais afastados – as zonas rurais da província de Buenos Aires –, ao invés de morar em instalações precárias na metrópole, denominadas de *villa miseria* do Distrito Federal.

Richard, por exemplo, é filho das primeiras gerações de *criollos* “nativos”. Ele lembra que a construção das casas, o saneamento básico e as primeiras ruas do bairro foram realizados de forma cooperativa e solidária pelos vizinhos, com apoio de ativistas religiosos católicos – a exemplo dos sacerdotes para o terceiro mundo, vinculados à teologia da

libertação – e militantes de partidos políticos, majoritariamente peronistas. Em outras palavras, não era o Estado nacional e/ou provincial, muito menos o municipal, quem oferecia os serviços básicos e, neste sentido, a garantia dos direitos, mas a atuação organizada das comunidades, mesmo que de forma amadora e mais ou menos precária, incluindo a segurança local.

No processo de construção territorial comunitária, não estatal, um dos principais espaços culturais de fruição e entretenimento das crianças era o lixão. Sem nenhum tipo de regulamentação ambiental, muito menos fitossanitária, o lixo marcou a vida de várias gerações que cresceram no bairro, como Richard. Muitas vezes, o famoso derrame neoliberal chegava aos moradores de Cuartel V através do lixo. Grandes quantidades de cosméticos fora do prazo da validade, jogados no lixão, eram a festa dos vizinhos, escancarando uma das mais perversas formas de redistribuição não equitativa que o sistema capitalista de produção oferecia para estas populações.

A memória que as lideranças do bairro têm sobre a chegada das empresas privadas e do Estado foi que, a princípio, estas instituições da modernidade buscavam legitimar dois grandes negócios: o do transporte público e do tráfico de drogas. Os moradores lembram até hoje que o primeiro sistema de transporte do bairro foi comunitário. A cooperativa *La Colmena* oferecia, por um preço acessível, traslado e certo conforto, além de renda para os vizinhos que trabalhavam como motoristas. Contudo, o município de Moreno acabou realizando uma licitação que terminou tirando o transporte da cooperativa e passando para uma empresa privada de maior porte, com preços mais caros, menor frequência e percurso reduzido, fato que até hoje afeta notoriamente os moradores, especialmente quando chove, já que as ruas ficam intransitáveis para os ônibus. Dessa forma, as crianças e demais pessoas são obrigadas a atravessar a lama, pois precisam chegar à escola e aos postos de trabalho todos os dias.

Por outro lado, a territorialização do mercado ilegal de drogas foi institucionalizado e coordenado pela “Maldita” Polícia Bonaerense, como é chamada pelos moradores da região essa polícia (não militar) provincial, que associou sua capilaridade territorial à economia de escala regional de interesses empresariais capitalistas, facilitado pela corrupção sistêmica da política de financiamento de campanhas dos mandatários públicos, sejam de governos militares ou democráticos que, por ação ou omissão, nunca conseguiram conter o avanço do narcotráfico, especialmente no conurbano bonaerense. O sistema foi se aperfeiçoando nos anos 1980 e 1990, durante a democracia e no auge do neoliberalismo, coincidindo também

com a chegada de novas gerações de imigrantes de países limítrofes ao território de Cuartel V; em especial, vindos do Paraguai, Bolívia e Peru. Reforçou-se, assim, a estigmatização dessas pessoas, já que o aumento do tráfico de drogas, das redes de prostituição e da maior insegurança no bairro coincidiu com a chegada dos novos contingentes populacionais sul-americanos. Contudo, os moradores estão cientes de que a esmagadora maioria destas famílias de imigrantes são trabalhadores que podem até se dedicar a atividades informais, mas não ao tráfico, seja de drogas, armas ou de seres humanos. Este tipo de negócio ilegal, como ocorre em toda sociedade capitalista do continente, deveria ser estudado como uma política pública de cultura de omissão deliberada por parte dos Estados Municipal, Provincial e Nacional apoiado pelos interesses privados dos principais empresários de cada país.

De qualquer forma, a multiplicidade de agrupamentos humanos muito diversos culturalmente gera apropriações e disputas territoriais diferentes; interculturais, entre o Estado e também com o Mercado. Os bairros de bolivianos diferem dos paraguaios e estes, por sua vez, dos bairros dos *criollos* nativos. Richard explica que as famílias bolivianas não costumam se preocupar com a estrutura edilícia das casas e sim em deixar o terreno fértil para plantar frutas e hortaliças para vender dentro e fora do bairro. Os paraguaios, vinculados principalmente ao setor da construção, tem um cuidado maior com as suas moradias, que são grandes, bem pintadas e com fachadas esteticamente modernas. A título de curiosidade, ao invés de futebol, os homens do Paraguai preferem vôlei, e é comum observar quadras esportivas muito bem equipadas nos bairros onde moram. Já os moradores nativos são menos preocupados com as fachadas e com os cuidados estéticos das construções familiares. São casas simples, mais antigas e, neste sentido, visivelmente deterioradas. Sem dúvidas, existem matizes e situações híbridas, mas o ponto que queremos destacar é que nada disso foi planejado pelo Estado ou pelo Mercado, mas por negociações, disputas e consensos interculturais dos próprios vizinhos e moradores.

As iniciativas públicas do Estado que existem atualmente no território são ainda esporádicas e isoladas: uma escola provincial no meio de um bairro sem asfalto, sem calçadas e sem saneamento básico; ou uma praça municipal inaugurada pelo prefeito que foi, na verdade, construída com trabalho voluntário e financiada por projetos elaborados pela comunidade. Da mesma forma, a igreja, neste caso católica e uma das mais antigas do bairro, é mantida pelos crentes e vizinhos do lugar. Enfim, os investimentos são majoritariamente comunitários e, com isso, a apropriação e disputa territorial pelo uso e fruição das artes e da

cultura – e, neste sentido, pelos usos do território – se acentuam com a chegada das políticas econômicas privadas e das políticas culturais estatais.

Vale a pena frisar que esta descrição da realidade do bairro é uma das várias que existem no território. O nosso propósito não é construir uma visão idealizada da comunidade, mesmo que tenhamos, sem dúvida, afinidade política e ideológica com a proposta da Cultura Viva Comunitária. Sabemos que existem investimentos comunitários e setoriais que promovem práticas culturais polêmicas e controversas, como as casas de exploração sexual que existem no bairro dos paraguaios. Este equipamento cultural, localizado um pouco mais afastado das casas de família e de difícil acesso, é o local onde os homens da região, especialmente à noite, consomem bens e serviços culturais ilegais e desumanos, associados ao tráfico de drogas e exploração sexual de pessoas.

Quais os conflitos culturais que existem nesses territórios? Poderíamos afirmar que os conflitos não são apenas simbólicos e imateriais, mas principalmente territoriais, de disputa pelo poder de atuação (e fruição) nos territórios. Contudo, se afirmamos ao longo da tese que as práticas culturais são indissolúveis das práticas territoriais, todas as culturas constroem territórios mais ou menos sedimentados. Em conversa com os moradores observamos, cronologicamente, que primeiro existe uma disputa pela terra, pela posse do terreno. Em um segundo momento, pela atuação territorial associada a determinadas práticas socioculturais. Enquanto essas disputas vão sendo travadas, se manifestam outras intervenções territoriais do mercado capitalista e do Estado, mas que ainda não conseguem uma sedimentação tão forte quanto as práticas comunitárias preexistentes. Dessa forma, é possível ressaltar que os territórios culturais são preexistentes à chegada do mercado e do Estado e que os conflitos culturais são, ao mesmo tempo, disputas territoriais, que incluem alianças e interesses complexos estatais e não estatais, a depender da circunstância.

#### **4.3 Notas sobre a abordagem geocultural das políticas públicas no *solo* bonaerense**

Um ponto que nos chamou bastante a atenção durante a pesquisa de campo foi o reconhecimento da indiscutível capacidade territorial do Culebrón Timbal perante as organizações, lideranças e coletivos culturais da região metropolitana de Buenos Aires. Que

características tão expressivas são reconhecidas como territoriais? Esboçamos algumas interpretações possíveis a partir de nossa vivência e pesquisa junto a eles. A hipótese que nos guia é que esta construção territorial não é única e exclusiva desta organização, mas inclui, em maior ou menor medida, a todos os coletivos organizados e experiências artísticas e culturais locais.

Um primeiro elemento fundamental na construção territorial é a capacidade de sobrevivência e adaptação às circunstâncias do contexto local. Não é comum conhecer um projeto coletivo artístico e cultural que tenha sobrevivido a mais de três décadas. E o que chama a atenção para além do tempo de existência dessa iniciativa é a forma como consegue se manter e agir em contextos adversos e, por vezes, diretamente hostis. O projeto começou como uma banda musical, sem apoio da indústria cultural comercial e, escolhendo alternativas autogestionárias, passou a realizar as suas produções culturais de forma autônoma através de canais solidários e sem fins lucrativos. Em cada equipamento cultural que consegue articular para desenvolver as suas atividades, o Culebrón Timbal se vincula diretamente com os vizinhos e realiza trabalhos artísticos e culturais comunitários. E não se trata de uma instrumentalização da cultura, conforme apontado por Yúdice (2002) ou Ochoa (2002), mas de uma utilização consciente do potencial político das práticas artísticas, mais vinculados a tradições anarquistas e socialistas, comunitárias ou, no mínimo, não capitalistas.

Uma vez instalados no conurbano bonaerense, em uma área semirrural menos favorecida da região, o projeto se fortaleceu mais uma vez a partir de laços solidários e cooperativos com organizações, cuja finalidade não era estritamente “cultural”. As articulações com cooperativas de trabalho, entidades religiosas, partidos políticos vinculados ao campo popular, clubes esportivos amadores, entre outros, são indispensáveis para a sobrevivência mútua. Trata-se, portanto, de uma organização que parece aproveitar ao máximo os recursos endógenos e comunitários, além de usufruir, claro, dos eventuais apoios político partidários, estatais ou até empresariais que possam circunstancialmente aparecer, mas sem depender exclusivamente de nenhum deles. E aí radica a sua fortaleza territorial, pois se trata da sedimentação, articulação e consciência coletiva da capacidade de sobrevivência do projeto que, embora possa parecer frágil diante da enorme dificuldade de obtenção de recursos econômicos para sustentação do crescente equipamento cultural coletivo, demonstrou possuir uma grande capacidade de manutenção e até expansão de atividades ao longo dos anos. Não é qualquer instituição que consegue se manter nessa

localidade de forma autônoma e colaborativa, com fortes laços cooperativos, familiares e comunitários.

Outra forma de compreender a atuação territorial do Culebrón Timbal é por meio da sua capacidade de mobilização. Várias das suas lideranças são integrantes orgânicos de estruturas partidárias e é uma prática tradicional nos partidos políticos a realização de mobilizações para visibilizar e ocupar as ruas, o que acontece com bastante expertise e capacidade de convocatória. Sem entrar na questão ético-ideológico que possa estar presente nesse tipo de manifestação, o concreto é que não são muitos os coletivos da região que conseguem fazer articulações semelhantes nas ruas de Buenos Aires.

Observamos outro tipo de indicador territorial na habilidade de incorporar moradores e habitantes da região nas atividades organizadas pelo coletivo, incluindo lideranças e coordenadores de cargos dirigentes, como é o caso do Richard, atual coordenador do coletivo. Além da quantidade de pessoas que participam das atividades, um ponto importante a ser enfatizado é que a oferta cultural e artística desta instituição só faz sentido se ela realmente for aproveitada pelos moradores e vizinhos da zona. Esta proposta de participação territorial também faz parte de outros coletivos, notadamente no teatro e rádios comunitárias: a participação e envolvimento dos moradores locais é fundamental para dotar de sentido às práticas destas instituições de base.

Embora a banda musical ou os integrantes da instituição possam viajar e fazer intervenções em diversas localidades, o principal indicador de “sucesso” territorial está na participação efetiva dos moradores nas atividades propostas. Ou seja, os integrantes do coletivo Culebrón Timbal são uma espécie de “profetas na sua própria terra”. E isto requer um esforço de adaptação permanente e de sedução, especialmente dos jovens diante de outras possibilidades de fruição que oferece o mercado capitalista, como o consumo de drogas, o tráfico de armas e de pessoas, bem como a oferta de manifestações culturais mais lucrativas.

Em síntese, é uma luta pelo uso do tempo livre, pelos usos da cultura que são, ao mesmo tempo, usos do território pelos moradores da região. E é uma disputa com desdobramentos políticos e materiais concretos que, de forma desigual e combinada, se manifestam nesta localidade de maneira mais explícita no seu componente territorial do que em outras localidades urbanas e acadêmicas, onde esse elo territorial está tão desgastado a

ponto de parecer ter sido “desterritorializado”, conforme registram Santos e Haesbaerth de forma mais explícita, e Kusch de maneira implícita na sua crítica à construção geocultural das cidades, especialmente de Buenos Aires, no século XX.

A questão territorial aparece explicitamente, também, em vários documentos que tem o Culebrón Timbal como protagonista. Por exemplo, o livro “*La democracia que queremos es posible: el Movimiento por la Carta Popular*” (2011) registra o território como germe de uma nova política em construção. Fundamentado em uma pesquisa realizada pela Universidad Nacional de General Sarmiento – UNGS, o livro destaca que mais de 50% das instituições sociais da região nordeste da província de Buenos Aires (neste caso, estão incluídos os partidos de Moreno, José C. Paz, Malvinas Argentinas e San Miguel) são organizações territoriais de base, enquanto apenas 13% são ONGs. Tal informação evidencia o grau de associativismo dos setores populares: “El territorio y las organizaciones sociales de base aparecen así como espacios de integración, como espacio de construcción identitario y como fuente de subsistencia económica” (BALDONI, 2011, p. 65).

O documento afirma, ainda, que a nível territorial primeiro se discute os problemas do bairro, logo os da região e finalmente os temas mais gerais. Sendo assim, os principais atores desse contexto não são os partidos políticos, mas organizações sociais comunitárias, instituições intermediárias e associações de vizinhos e vizinhas vinculados a problemáticas territoriais. Busca-se, desta forma, manter as tradições de **organização e participação** como práticas políticas que o modelo liberal tenta permanentemente enfraquecer. Ou seja, **o território se materializa em práticas concretas** e as políticas culturais que este coletivo impulsiona promovem a articulação de organizações sociais, meios de comunicação comunitários e artistas locais para tentar resolver problemáticas territoriais mais amplas. A democracia participativa, com protagonismo popular, é territorial na medida em que combina organização com participação efetiva dos setores populares da região, os que estão sendo e sobrevivendo à condição existencial da indigência, conforme vislumbrava Kusch há mais de quatro décadas atrás. O território é o solo, segundo Kusch, na medida em que é a capa fértil do espaço geográfico. Nesse sentido, é ação material, decisão de enfrentar um contexto adverso e manter-se vivo. Ainda mais, a luta política é pelo estar sendo, pela construção territorial e democrática como utopia, como possibilidade, conforme registra esta organização no próprio título e lema “a democracia que queremos é possível”.

#### **4.4 Por uma outra construção territorial: o papel do Culebrón Timbal nas redes metropolitanas e continentais da Cultura Viva Comunitária**

Por que essa organização territorial de base – como se autocalifica – se distingue na construção dos Pontos de Cultura da Argentina e nas articulações da rede Cultura Viva Comunitária na América Latina? Expliquemos. Dez anos depois do lançamento do disco Território, Eduardo Balán – vocalista da Banda e um dos intelectuais orgânicos do projeto – participou de diversos eventos no Brasil: em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial (FSM) em Belém do Pará; em setembro do mesmo ano, no Seminário Cultura e Protagonismo Social em Brasília, com a presença de parlamentares do Mercosul que, posteriormente em dezembro aprovaram o projeto para incorporar o Programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco econômico regional. Balán participou da mesa do FSM, o que contribuiu para impulsionar a “territorialização” do Programa Pontos de Cultura na Argentina. Sob o título “Políticas culturais e construção de cidadania”, participaram Célio Turino (então Secretário de Cidadania Cultural do Ministério de Cultura do Brasil e idealizador do Programa Cultura Viva), Eduardo Balán (enquanto referente da “Plataforma Puente - Cultura Viva Comunitaria”), Emiliano Fuentes Firmani (assessor da ex Secretária de Cultura da Nação da Argentina), Adriano Paes Mauris e Marcelo Palmares (representantes de Pontos de Cultura no Brasil e do Grupo de Teatro Comunitário de São Paulo “Pombas Urbanas”).

Posicionados no contexto histórico e regional, o ano de 2009 refletiu uma circunstância excepcional de vínculos fortes entre movimentos sociais e culturais de base territorial e os governos populares do Mercosul, com vários presidentes também presentes no FSM, como Fernando Lugo, do Paraguai; Evo Morales, da Bolívia; Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Rafael Correa, do Equador e o mandatário da Venezuela, Hugo Chávez. Embora não tenham participado do FSM Michelle Bachelet, do Chile, Tabaré Vázquez, do Uruguai e Cristina Fernández de Kirchner, da Argentina, eles completavam o panorama de governos de centro-esquerda no poder naquele ano. Essa circunstância de relações “carnais” entre o Estado e os movimentos sociais e comunitários se traduziu, também, no protagonismo destas lideranças territoriais na elaboração de políticas culturais. Foi essa articulação e pressão cidadã que permitiu, até o final de 2009, que o momento explícito de sintonia entre governos e grupos

culturais organizados nos territórios se transformasse numa declaração do PARLASUR, que promoveu a implantação do Programa Pontos de Cultura em todos os países do bloco.

Na volta ao território, Balán, no movimento Cultura Viva Comunitária (CVC), e F. Firmani, na Secretaria de Cultura da Nação, junto com outros dirigentes culturais, começaram a redigir iniciativas que foram a semente do Programa Pontos de Cultura, finalmente aprovado e implementado pelo governo argentino em 2011. Porém, o projeto aprovado em forma de decreto, e não de lei, pelo governo de Cristina Kirchner não foi o elaborado diretamente pelas organizações vinculadas ao movimento da Cultura Viva Comunitária. O principal entrave foi o fato de o projeto de lei apresentado pelas organizações culturais ter fixado um percentual do orçamento nacional em 0,1% para a criação de um fundo de cultura que apoiasse as iniciativas comunitárias. Além disso, as conexões das lideranças do movimento CVC com partidos políticos que estavam, nesse momento, ou no governo ou na oposição, terminaram gerando disputas e acusações de “aparelhamento” de cada um dos setores, enfraquecendo o movimento e desarticulando muitas demandas e iniciativas registradas até aquele momento.

Por outro lado, a primeira convocatória de projetos dos pontos de cultura oficializada no dia 16 de agosto de 2011 pelo Secretário de Cultura da Nação, Jorge Coscia, foi realizada na associação de teatro comunitário Grupo Catalinas Sur, localizado no bairro de La Boca, Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA). Este ato relativamente pequeno não deixa de ser altamente significativo em relação à abrangência das políticas culturais e deste programa em particular. Por um lado, porque se escolheu um equipamento cultural não oficial, localizado no sul da CABA, onde as desigualdades sociais e as necessidades básicas são muito maiores do que nos bairros do norte do distrito federal. Além disso, porque este grupo faz parte da Aliança Metropolitana de Transformação Social, confluência de quatro grandes associações civis da região metropolitana de Buenos Aires, juntas desde 2003: Culebrón Timbal e Crear Vale la Pena, da província de Buenos Aires; Circuito Cultural Barracas e o próprio Catalinas Sur da CABA. Dessa forma, a proposta da Secretaria era trabalhar desde o início junto às organizações sociais da forma mais horizontal possível, embora nas visitas que realizamos a este equipamento cultural em particular, durante a pesquisa de campo, os integrantes relataram ter se sentido usados pela SCN para obter uma maior legitimidade e crédito político desta iniciativa.

De qualquer forma, o que nos interessa visibilizar são os vínculos entre estas organizações em forma de rede desde 2003. Ainda mais, conforme registrado por Bittner e Faisal (2007, p. 40) todas elas começaram a aprofundar estes vínculos no seio da Rede Latino-americana de Arte e Transformação Social. Financiados pela Fundação AVINA, os coletivos realizam “viagens sinérgicas” pelo Brasil, Chile e Peru entre 2003 e 2005. No Chile, por exemplo, foi publicado o manifesto Arte Transformador, que foi utilizado para nomear a página web deste projeto em particular, atualmente desativada. Segue o texto do manifesto:

---

### **Manifiesto Arte Transformador**

Soñamos el sueño colectivo de una América Transformada desde el corazón creativo.

Un desafío desmesurado en la lucha por dignidad y equidad: ¡La felicidad es posible!  
Creemos en la fuerza que genera la comunidad humana como una corriente luminosa de  
fraternidad universal.

Sentimos esa energía por el corazón, la vemos con nuestros ojos, con la mano la vamos  
trabajando, con la unión la vamos rescatando y enriquecemos.

Ella trasforma el mundo, y se expresa especialmente a través del poder del Arte.

Esa energía creadora que va trasformando día a día nuestro continente.

Podemos irradiar posibilidades de desarrollo de nuestras comunidades en una explosión  
creativa y con diversidad de miradas, para re significar Latinoamérica y trasformar el mañana  
en hoy.

¡Acción ya!

Hagamos juntos la cultura de una Nueva Sociedad, cada vez más democrática y justa.

Más allá del tiempo que nos lleve y de todo el amor que nos lleve, este camino no tiene  
retorno, es el camino de la libertad. Hagamos una fiesta latinoamericana de justicia y equidad  
con la fuerza que llega de nuestras prácticas y nuestros sueños compartidos.

Una revolución que late a través de la verdad humana de un ARTE TRASFORMADOR.

Organicemos nuestras fragilidades en nuevas fortalezas.

¡¡Belleza siempre!!

---

### **POR EL ARTE Y LA CULTURA!!!**

**Fonte:** Rede Latino-americana de Arte e Transformação Social do Peru, disponível em:  
<<https://rlatsperu.wordpress.com/manifiesto/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

A rede foi se ampliando a nível latino-americano, incorporando até 2007 organizações artísticas de Bolívia, Uruguai, Guatemala, Costa Rica, Honduras Colômbia e México. Em 2010, conforme relatado por Alexandre Santini (2015), foi realizado na cidade de Medellín um encontro com mais de 100 organizações culturais comunitárias da América Latina, incluindo o Culebrón Timbal, que se articularam na rede continental “Plataforma Puente Cultura Viva Comunitaria”. Finalmente, em maio de 2013, foi essa rede que organizou o I Congresso da

Cultura Viva Comunitária, realizado em La Paz, na Bolívia, com cerca de 1200 participantes de 17 países americanos. Ou seja, muito antes de conhecer objetivamente a iniciativa dos pontos de cultura, estes projetos culturais já estavam realizando trocas, movimentos e construções territoriais pelo continente, e esse intercâmbio foi o sedimento das articulações dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária na América Latina, culminando no I Congresso da Cultura Viva Comunitária.

Interessa-nos registrar que da mesma forma que a construção territorial das políticas culturais no conurbano inclui conflitos e disputas, a territorialização transnacional do programa pontos de cultura também habilitou projetos políticos em disputa. Mas isto não acontece só nas políticas públicas estatais. A construção do movimento transnacional não estatal da CVC também tem projetos políticos em disputa e, neste sentido, territórios em conflito. A diferença está na existência de certa equidade na diversidade das organizações comunitárias que participam deste movimento. Não é esse o caso nas políticas e programas estatais, ou mesmo de organismos internacionais governamentais como o Mercosul, onde os diversos poderes, alianças no governo de turno e articulações partidárias dificultam a consolidação destes projetos advindos dos setores comunitários.

Diante do exposto, este relato que realizamos sobre os projetos políticos em disputa no programa Pontos de Cultura da Argentina no contexto de atuação do Culebrón Timbal buscou dar visibilidades a estes atores não estatais com grande capacidade de atuação territorial. Capacidade essa que não pode ser negligenciada nas análises contemporâneas de estudo das políticas culturais na América Latina.

#### **4.5 Reflexões metodológicas no estudo dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária na América Latina**

Para finalizar este capítulo, buscamos operacionalizar metodologicamente as reflexões teóricas anteriores sobre território e políticas culturais, esboçando alguns desafios de pesquisa a partir dos elementos registrados na descrição do Programa Pontos de Cultura na Argentina, na pesquisa de campo no conurbano bonaerense e nas conexões com o movimento da Cultura Viva Comunitária na América Latina.

Considerando a empiria em diálogo com a teoria e os conceitos vistos até agora, questionamos: qual seria a natureza do espaço cultural latino-americano onde o Programa Pontos de Cultura, o Movimento Cultura Viva e nós, enquanto pesquisadores em políticas culturais, afirmamos estar inseridos? E qual é a relação entre espaço geográfico e espaço cultural? Se pensarmos no espaço geográfico como abordagem e como totalidade, o espaço cultural poderia ser tanto um subespaço quanto uma outra abordagem do mesmo fenômeno, do mesmo objeto que é, ao mesmo tempo, geográfico e cultural, embora seja difícil pensar, na perspectiva miltoniana, em um espaço cultural como totalidade. A cultura como totalidade aparece em Kusch, mas não como espaço. Nesse sentido, indagamos se o espaço cultural latino-americano não seria também, um espaço geográfico. Se este último representa a totalidade da realidade, a partir das reflexões metodológicas de Milton Santos, não há nada que não seja espaço geográfico e, nesse sentido, a América Latina também é um espaço geográfico ou, pelo menos, um subespaço geográfico. Ainda mais, será que os estados nacionais territoriais não seriam, também, espaços geográficos? Não estamos querendo dizer que ambos são sinônimos, mas procuramos seguir uma sequência lógica de que são parte da totalidade, tanto os estados nacionais territoriais do século XIX, como os chamados espaços culturais supranacionais do século XXI. Entendemos esse esforço totalizante de Milton Santos como uma proposta para que os geógrafos não estudem a realidade de forma parcial e, tampouco, “fiquem no gueto”. Parafraseando o raciocínio de Mato (2008), não existe realidade que não seja geográfica, ou seja, que não possa e deva ser objeto de estudo dos geógrafos. Eles não estudam (ou não deveriam estudar) uma parcela da realidade, mas todos os fenômenos que acontecem nela a partir de uma província de experiência disciplinar concreta, que é a geografia.

Mato realiza um raciocínio similar, embora não trate a cultura como totalidade (forma de abordagem, como dito, própria de Kusch em relação à cultura, ao falar de forma mais antropológica). Inclusive, a argumentação de Mato se inicia pela negação: não existem espaços culturais que sejam exclusivamente culturais. Todos os espaços sociais são culturais, na medida em que a dimensão cultural é constitutiva de todas as formas espaciais existentes. Em outras palavras, embora não esteja partindo da unidade, mas da multiplicidade, o resultado é similar ao raciocínio proposto por Santos: toda realidade é espacial e cultural, na medida em que todo fenômeno existente pode ser abordado pelos geógrafos e pelos estudos culturais. Porém, isso não resolve completamente o problema, pois uma vez que aceitamos o

desafio de estudar, a partir da nossa particular província da experiência, a realidade social como um todo e, neste caso, o chamado espaço cultural latino-americano, qual seria a especificidade, no sentido metodológico, da perspectiva cultural e do olhar geográfico?

Milton Santos, como vimos, avançou muito e em profundidade na busca pela natureza da dimensão geográfica, da sua especificidade e do papel dos geógrafos na compreensão da realidade. A proposta principal desse autor, a nosso ver, está no olhar geográfico sobre a contiguidade, que o obriga a agir em conjunto e de forma solidária. O espaço tem uma lógica de instalação das coisas, de realização das ações e, neste sentido, do uso do território. Pegando diretamente os pontos de cultura e as organizações sociais que motorizam esta iniciativa, eles não são apenas coleções de objetos ou inventários arqueológicos (conforme também criticava Kusch), mas sistemas, com papéis simbólicos e normas funcionais. Estas organizações territoriais se relacionam com toda a realidade social, no sentido antropológico e geográfico, não apenas com a dimensão sociológica da cultura, pelo fato de estarem em contiguidade, isto é, formando uma extensão contínua nos seus lugares de atuação, estando sistematicamente interligados, conforme trabalhado por Santos. Ou seja, os pontos de cultura e as organizações sociais são também objetos geográficos, no sentido miltoniano.

Nessa perspectiva, não seria uma contradição nossa e do movimento da cultura viva comunitária, tentarmos estudar a realidade social como totalidade e, paralelamente, afirmarmos a existência do espaço cultural latino-americano? Não estaríamos parcelando, fragmentando a produção de conhecimento acadêmico e as próprias lutas territoriais no processo de elaboração de políticas culturais? Sabemos do risco de sermos interpretados desta forma, mas não é essa a nossa intenção. Afirmarmos enquanto pesquisadores latino-americanos implica explicitarmos a nossa posição ideológica e o nosso compromisso com o projeto político de integração continental transnacional e, além disso, reconhecer qual é o nosso endereço existencial neste planeta. Acreditamos, pelo exposto nos últimos capítulos, que este mesmo esforço é realizado pelas organizações e movimentos que fazem parte do Cultura Viva Comunitária. Para embasar ainda mais essa posição sobre a América Latina, vamos nos utilizar novamente das ideias de Daniel Mato, pesquisador e professor argentino.

Mato, compilador do livro *“Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización”* (CLACSO, 2001) discorre, na introdução dessa obra, sobre o sentido de qualificar um conjunto de estudos e práticas como “latino-americanos”. O ex-professor da Universidade Central de Venezuela e atual pesquisador do CONICET/UNTREF na Argentina, afirma que se esse mesmo livro tivesse sido produzido nos Estados Unidos ou na Europa Central não teria, seguramente, uma referência tão explícita ao contexto social/institucional onde foi produzido. Essa tendência de ignorar o lugar de fala dos pesquisadores, que ele observa especialmente nos espaços centrais de produção acadêmica, costuma assumir a visão de mundo do pesquisador como universal, ahistórica e, porque não, “desterritorializada”.

Ao declarar um conjunto de práticas, ensaios e reflexões como “latino-americanos”, Mato assume que nessa região existem diversas formas de estudar o mundo, mas que formam parte do mesmo lugar, no sentido de que estes estudos estão inseridos em contextos sociais (e culturais) com semelhanças e conexões históricas e contemporâneas. Vínculos que são, inclusive, anteriores à própria ideia de “América Latina”, a exemplo dos movimentos anticoloniais do século XIX. Os traços históricos característicos desta região nos diferenciam de outros espaços do globo: territórios que ocupam uma posição determinada pelos sistemas de divisão do trabalho internacional e pelas relações de poder; lugares que sofreram políticas ditatoriais e neoliberais de ajuste estrutural, com formas de exclusão social no mesmo tempo e espaço e que, recentemente, experimentaram processos de democratização popular que ainda lutam contra “modernas tradições” autoritárias e profundamente inseridas no seio da sociedade civil organizada, entre vários acontecimentos comuns experimentados ao longo de séculos (MATO, 2001, p. 15).

Sendo assim, América Latina não representa um espaço geocultural fechado, homogêneo e claramente delimitado. Pelo contrário, assume sua radical diferença e diversidade, em constante transformação e sem fronteiras precisas, onde não se pretende atingir um pensamento único e comum, mas o respeito a outros olhares sobre a realidade cotidiana, situado(s) no(s) tempo(s) e no(s) espaço(s) contemporâneo(s). Estudos, pensamentos e práticas produzidas no contexto latino-americano estão marcadas de forma consciente por esta região, fazendo uma escolha político-cultural pela diferença, onde a ideia de América latina é uma simples convenção que inclui suas contradições, já que nela habitam

numerosos e significativos povos (e culturas) que nada tem a ver com esta “latinidade”, a exemplo dos povos indígenas e afrodescendentes, além de migrantes não latinos de outros continentes, como Ásia e Oriente Médio (p. 14).

Em síntese, a escolha pela América Latina significa uma decisão político-cultural que busca valorizar as marcas de uma produção acadêmica e de práticas políticas geradas em contextos não centrais (questionando, também, o poder de vários pontos de produção de conhecimento “centrais” do próprio continente americano), especialmente aquela que pretende dialogar com os setores populares, promovendo (inter)territórios de encontros, disputas, conflitos e interculturalidade. E se toda política cultural está diretamente vinculada a uma dimensão espacial, temos como resultado que os Pontos de Cultura e o Movimento Cultura Viva Comunitária estão realizando uma profunda política territorial na construção desse espaço transnacional latino-americano. Da totalidade ao lugar, a constante pode ser observada no caráter constitutivo do espaço geográfico e na construção territorial indissociável em toda política cultural.

Frisamos de forma insistente essa indissociabilidade entre espaço geográfico, produção acadêmica e práticas culturais territoriais na construção da perspectiva geocultural do conhecimento, esboçada por Kusch há décadas, mas acionada também por outros pesquisadores da região. No nosso entendimento, a proposta dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária também se insere neste contexto de produção situada, gravitada do pensamento. Ou seja, a produção de conhecimento aplicado especialmente na elaboração de políticas públicas de cultura relaciona a estas organizações sociais com o estudo geocultural do espaço habitado.

Avançando na argumentação, como se relaciona esta proposta de abordagem geocultural com o estudo das políticas culturais? Vimos que a noção de geocultura conecta pensadores que, a princípio, não teriam relação entre si, como García Canclini e Kusch. Contudo, considerando que este termo raramente foi utilizado nas reflexões conceituais históricas do nosso campo de estudos, chama fortemente a atenção a sua utilização por estes autores. Os dois empregam o termo de forma diferenciada. Em Kusch, a relação entre cultura e geografia (aliás, solo, segundo a terminologia utilizada pelo autor) é constitutiva desde o início das suas reflexões nos anos 1950. García Canclini, e posteriormente outros autores, utilizam essa relação para falar de um espaço cultural supranacional, sem “territórios

geográficos” claramente delimitados. As fronteiras seriam, no máximo, linguísticas. É curioso o fato de ambos os autores transitarem pela filosofia e antropologia nas suas formações acadêmicas, e que o enfrentamento da “questão indígena” tenha marcado a trajetória intelectual dos dois, mesmo que de formas muito diferentes.

G. Canclini somente se debruça sobre as práticas artísticas e culturais indígenas no México durante o exílio, a partir de 1976. Por sua vez, Kusch se interessa pelas culturas originárias da Argentina a partir dos anos 1950. E é nesse contexto que os dois se defrontam com a dimensão espacial das políticas culturais que, ainda assim, no caso de G. Canclini, não será aprofundada. Em praticamente nenhum momento, pelo menos de forma explícita, G. Canclini relaciona a dimensão simbólica com a questão espacial, enquanto essa relação é registrada de forma explícita em Kusch. A aproximação entre os dois se dá a partir da perspectiva geocultural kuschiana, ou seja, nas reflexões sobre o pensamento situado, embora G. Canclini não o registre desta forma. Ambos se situam espacial e temporalmente de forma clara: na América, Kusch; na América Latina, G. Canclini<sup>64</sup>. Ainda mais, tanto em Kusch, durante a década de 1970, como em G. Canclini dos anos 1980, existe uma intencionalidade política e ideológica nas suas reflexões acadêmicas, socialistas, populares e anti-imperialistas (G.Canclini) e peronistas, populares e anti-colonialistas (Kusch).

Neste sentido, por exemplo, Kusch realizou formulações explícitas de política cultural a partir da sua abordagem geocultural, com o intuito interferir nas vias institucionais do Estado Argentino entre 1971 e 1979, como membro da SADE (ANEXO B). Contudo, esses anos são de enormes mudanças, especialmente autoritárias, na vida argentina. Por esta razão, as suas reflexões ficaram quase esquecidas durante décadas, especialmente no campo das orientações em políticas culturais. Uma realidade diferente é a que viveu Milton Santos na volta do seu exílio, pelo menos nos primeiros momentos, e que conseguiu plasmar no livro “O espaço do cidadão”, de 1988. Este é o livro onde mais explicitamente aparece a relação entre cultura e território enquanto projeto cívico e nacional de um país. E existe também uma bela manifestação pública de 1980, registrada e publicada recentemente (SANTOS, 2011) sobre o uso do território no sentido geopolítico. Contudo, podemos afirmar que Kusch, nos anos

---

<sup>64</sup> Existem referências situadas explicitamente no espaço latino-americano também em Milton Santos (1999, 2011), com destaque para a conferência de abertura do V Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) ocorrido em Cuba, de 31 de julho a 5 de agosto de 1995. Disponível em: <[https://youtu.be/6g8Fqu\\_Xitg](https://youtu.be/6g8Fqu_Xitg)>. Acesso em: 09 jun. 2017.

1970, e Milton Santos, junto com o García Canclini de 1980, ainda registravam o Estado Nação e, neste sentido, o território nacional como elemento fundamental para a construção de políticas culturais. Esta realidade muda nos anos 1990, e aqui as reflexões de Santos e G. Canclini tampouco são explícitas e, de fato, este último quase nunca fala da noção de território e muito menos da dimensão espacial ou físico-material das políticas culturais. Em Santos, por outro lado, a relação entre cultura e território começa a se delinear de forma cada vez mais indissociável, embora não afirme explicitamente uma separação do Estado nesse processo<sup>65</sup>. Em síntese, o primeiro G. Canclini, Kusch e Santos consideram prioritariamente o Estado e o espaço geográfico nacional como contexto e agente fundamental da execução de políticas culturais.

Assim sendo, como interpretamos estas iniciativas de políticas culturais transnacionais a partir das reflexões teóricas mais densas já trabalhadas em capítulos anteriores? Retomemos a tese do estudo da América Latina como espaço geográfico ou, pelo menos, como subespaço geográfico para não perder de vista a ideia de totalidade, seja cultural-antropológica ou espacial-geográfica. Como formação espacial sociocultural, América Latina é um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações. Ela não se reduz à soma das suas partes, mas tampouco pode apreciar-se na sua totalidade, a não ser de forma analítica, em Santos, ou universalmente deformada pela gravidade do solo, em Kusch. Ou seja, quando enxergamos este particular processo político-cultural de perto, o da integração latino-americana, o que observamos é um conjunto de intervenções territoriais, parafraseando a definição de García Canclini, permanente, insociável das práticas artísticas e culturais de milhares de indivíduos, organizações sociais e grupos comunitários organizados que atuam para o seu fortalecimento e capilaridade no contexto de Estados Nacionais e de uma lógica capitalista de mercado, territorializadas por diversos gestores culturais e sedimentadas em objetos geográficos. Situados como pesquisadores neste contexto americano, que não é o melhor dos mundos, mas que precisamos assumir de forma solidária e consciente, registramos nas iniciativas de organizações e Pontos de Cultura da Argentina uma demonstração clara da impossibilidade de explicar e descrever essa política cultural particular apenas considerando o contexto nacional, o tradicional “território estatizado”.

---

<sup>65</sup> No máximo, Milton Santos insinua em determinados momentos da sua reflexão (1994, 1999, 2000, 2010), considerado por alguns estudiosos como reflexões “fora da curva”, que na contemporaneidade o território ultrapassou as fronteiras do Estado.

Se estas organizações territoriais de base, como se autodenominam, não estão situadas apenas no contexto espacial argentino, em que dimensão geográfica estão paradas? Se a política cultural é abertamente transnacional, não estaria sendo construída, precisamente, uma articulação territorial supranacional equivalente? O Estado, o Mercado e até a Sociedade Civil, enquanto categorias analíticas modernas da realidade social, não explicam estas práticas na sua totalidade. Assim sendo, que atores são os que efetivamente estão elaborando, executando e disputando simbólica e materialmente, ou seja, territorialmente, esta iniciativa pública? Acontece que esta construção territorial é diferente da deformação espacial realizada pelos estados modernos no século XIX e pelos agentes do mercado capitalista mundial atual. Embora tenha diferenças, não é tão desigual e violenta como a realizada pelos Estados, nem radicalmente autoritária e vertical como a realizada pelo mercado capitalista.

Nesse sentido, nossa orientação explícita sobre a noção de cultura acionada enquanto pesquisadores e estudiosos da área, fundamentada principalmente a partir das reflexões de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini, é de que existe uma dimensão espacial nas políticas culturais, no sentido amplo, e uma indissociabilidade entre cultura e território que supõe uma redefinição em termos de visões, teorias, metodologias e formas de avaliação e acompanhamento e estudo das políticas culturais na América Latina. Isto se materializa em práticas políticas concretas, em estudos acadêmicos, em teorias e posturas metodológicas, especialmente no campo das políticas culturais, mas não exclusivamente, além de manifestar-se em programas públicos estatais e nos movimentos sociais e comunitários. Em outras palavras, o espaço geocultural latino-americano está sendo construído territorialmente há décadas, até séculos, e continua sendo sedimentado e disputado.

O solo latino-americano, utilizando os termos de Kusch, enquanto molde simbólico onde instalamos a nossa existência, é uma deformação permanente do espaço geográfico miltoniano, da totalidade universalizante. O espaço latino-americano está sendo, portanto, constantemente territorializado, acionado em políticas culturais e através dos movimentos estudados nesta tese, nos lugares cotidianos de ação e reflexão com a cultura.

## CONCLUSÃO

Realizamos nesta tese uma reflexão teórico-conceitual e metodológica que pretendeu fundamentar a relação indissolúvel entre cultura e espaço geográfico e, nesse sentido, afirmar a vinculação constitutiva entre políticas culturais e território. Entendemos o território como a manifestação mais explícita da nossa universalidade situada, do nosso endereço existencial no planeta.

Enquanto fenômeno social, o território é indissociável da cultura. Contudo, para fins teóricos e metodológicos, consideramos a construção territorial da cultura como aquela mais vinculada à proximidade, contiguidade e materialidade cotidiana. Por outro lado, entendemos que a dimensão cultural do espaço geográfico se manifesta principalmente nos usos simbólicos e na construção de sentidos cotidianos, nas práticas sedimentadas em um contexto determinado.

Isto posto, problematizamos a definição de Néstor García Canclini sobre políticas culturais, segundo a qual o objetivo dessas políticas seria estritamente o desenvolvimento simbólico, quando na verdade inclui o desenvolvimento cultural em todas as suas dimensões: sociológica e antropológica, geográfica e orgânica. Neste sentido, quando incorporamos a formação sócio-espacial da cultura, atrelamos também a materialidade das práticas, equipamentos e circuitos territoriais do espaço geográfico. Foi esse entendimento que nos deu subsídio para afirmarmos que toda política cultural é, também, uma política territorial.

Conforme registramos no momento inicial desta tese, não faz sentido pensar em um conceito fechado e rígido do território, pois a realidade social muda rapidamente, tanto quanto as suas técnicas de conhecimento e estudo. Além disso, a colaboração na construção consensual de um significado acadêmico é tão frequente quanto a contenda entre pesquisadores com interesses divergentes. Ou seja, os autores trabalhados ao longo da tese nos alertam que o território é uma realidade disputada na sua dimensão físico-material e no campo simbólico-cultural – indissociáveis, aliás – e isto inclui o seu estudo nos espaços de poder acadêmicos universitários. As abordagens territoriais analisadas discutem não só a compreensão da realidade “geocultural” atual, mas a depender da concepção técnica e política do pesquisador, concorrem pela manutenção da ordem estabelecida ou pela sua transformação.

Assim sendo, indagamos: existe uma abordagem territorial em Milton Santos? Entendemos que, pelo exposto em diversos momentos da nossa arguição, existe sim uma proposta densa e coerente de estudo sobre o território enquanto fenômeno complexo. No entanto, essa proposta conceitual híbrida, sistêmica, não rígida, parece estar mais preocupada com a dinâmica da realidade territorial “como ela é” – ou, para sermos mais precisos, como ela está sendo – do que com a busca de um conceito puro e distinto, que sirva única e exclusivamente para fins didáticos disciplinares. De que maneira, a não ser no campo puramente formal, seria possível separar, de forma rígida, ahistórica e atemporal, os conceitos de espaço geográfico, território e cultura? Nesse sentido, não existe realidade social que não seja, ao mesmo tempo, espaço geográfico. Este não é um fragmento da sociedade ou, muito menos, uma realidade alheia e “não social”. O espaço geográfico é parte constitutiva da totalidade social.

Eis a pertinência de estudar Milton Santos como um teórico da cultura, da realidade social em seu contexto empírico, híbrido, local e global, popular e capitalista, tudo junto e misturado. A sua abordagem territorial interdisciplinar inspirada na técnica, no fenômeno técnico enquanto totalidade – que é uma outra forma de falar de cultura e do fenômeno cultural na sua universalidade deformada, utilizando os termos de Rodolfo Kusch – é um guia metodológico indispensável para o estudo do território, enquanto fenômeno complexo, no contexto latino-americano.

E será que nas provocações de Rodolfo Kusch, existe uma proposta de estudo do território? Neste caso, resulta mais evidente que a preocupação principal do autor não é a construção de uma abordagem territorial, nos termos sistêmicos que Milton Santos e outros estudiosos do território o fizeram. Contudo, entendemos que suas reflexões filosóficas e propostas metodológicas “pouco ortodoxas”, por assim chamá-las, contribuem substantivamente para a construção de uma outra abordagem territorial interdisciplinar e intercultural, que dialogue com a proposta trabalhada por Santos e que esteja pensada para interagir com o campo das políticas culturais.

Vimos que os conceitos não são trabalhados de forma isolada, mas sim em conjunto, de forma sistêmica, na proposta miltoniana. Dessa forma, a ideia de solo em Rodolfo Kusch, como indissociável do espaço habitado, do *habitat* e do pensamento – enquanto molde simbólico de uma comunidade – incorpora uma abordagem orgânica do território (e da cultura), que muitas vezes tinha sido desprezada pela comunidade acadêmica da época. As rejeições a essa proposta se davam, principalmente, pelos seguintes motivos: aparente visão

telúrica da realidade social, devido à sua relação com as “raízes” da terra; viés autoritário, devido à noção de espaço vital, muito vinculado – de forma reducionista – à Alemanha nazista e aos governos militares latino-americanos; pela visão indigenista e, neste sentido, não aplicável à sociedade urbana, moderna e ocidental, dentre outras arguições. Contudo, a perspectiva kusheana retorna com força nas últimas décadas, à luz da decadência da modernidade enquanto projeto civilizatório universal, e dá cada vez mais visibilidade aos movimentos nativos, populares e comunitários do continente, silenciados por séculos, que buscam outra forma de relação entre a sociedade e o espaço habitado e, neste sentido, outro significado e relação sistêmica entre estes termos.

Considerando tais elementos, o que podemos/prendemos fazer com o conceito de território no campo das políticas culturais? Concordamos com Haesbaert, quando afirma que esta formulação faz mais sentido do que nos perguntar sobre “o que é” o território, como se fosse possível defini-lo e delimitá-lo de uma vez e para sempre. Em diversas oportunidades, ao longo do texto, frisamos que os conceitos são construídos com a honestidade do trabalho acadêmico mais “técnico”, que busca o conhecimento fidedigno da realidade social, na medida do possível, e também incluímos os interesses políticos do pesquisador ou do setor/segmento da população que busca representar e/ou beneficiar. Afinal, todo pesquisador é também cidadão, pertence à sociedade que estuda e ao espaço geográfico que habita e está afetado, de forma mais ou menos intensa, pelas diversas necessidades e interesses culturais que dialogam e entram em conflito em qualquer sociedade humana. Aqui se intensifica a noção de decisão cultural esboçada por Rodolfo Kusch. A escolha de um termo, de uma ideia, de um conceito é uma decisão cultural que depende do contexto e da circunstância que está sendo vivida (e dos interesses que buscam ser defendidos). Sendo assim, da mesma forma que existe uma perspectiva antropológica e uma sociológica da cultura, estamos frisando a existência de uma perspectiva geográfica da cultura, que complementa às outras duas e que se caracteriza pela ênfase na dimensão espacial onde se realizam as práticas artísticas e culturais e, também, pela deformação que provoca nas outras perspectivas quando pensamos na visão geocultural de Kusch.

Em um segundo momento, buscamos operacionalizar este raciocínio teórico em categorias operativas e metodológicas para o estudo de uma política cultural concreta: os Pontos de Cultura na Argentina e a articulação do movimento da Cultura Viva Comunitária na América Latina. Assim sendo, no capítulo três esboçamos uma descrição institucional mais clássica desta política cultural, na perspectiva estatal, tentando problematizar até que ponto o

Secretário de Cultura da Nação seria o principal protagonista desta iniciativa, descrevendo as contradições e conflitos entre poderes estatais e movimentos sociais. Além disso, procuramos refletir sobre a construção territorial deste programa a partir dos antecedentes acadêmicos realizados até agora e dos documentos oficiais disponíveis. Incorporamos, também, uma ferramenta de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para cartografias culturais realizada pelo Sistema de Informação Cultural da Argentina (SinCA) para explicitar graficamente a distribuição espacial dos pontos e refletir sobre a perspectiva sistêmica e territorial nas políticas culturais.

Finalmente, o último capítulo continuou na busca da operacionalização metodológica da dimensão geográfica da cultura e, neste sentido, da construção territorial das políticas culturais, a partir de uma experiência de campo no Culebrón Timbal. Escolhemos essa organização como objeto de estudo porque, além de ser Ponto de Cultura desde o início do programa na Argentina, as suas lideranças são protagonistas a nível regional, nacional e continental desta iniciativa supraestatal. Ademais, a questão do território é fundamental na proposta política de construção democrática que o Culebrón Timbal propõe.

Colocando a teoria à luz da empiria estudada, observamos que o que capitaliza e sedimenta efetivamente uma política cultural é a construção territorial. Esse movimento é um fluxo constante de embates entre diversas construções territoriais eventualmente complementárias e/ou contraditórias, como as que registramos na territorialização estatal ou do mercado capitalista no conurbano bonaerense destacando, também, as conexões existentes com as próprias construções territoriais das organizações sociais deste movimento continental.

O processo de territorialização de uma política cultural é um processo de ocupação do espaço geográfico. Porém, essa territorialização não é unívoca e depende da perspectiva geocultural do agrupamento e/ou atores protagonistas dessa construção. Em termos gerais, o processo de territorialização do Estado moderno supõe um determinado tipo de ocupação a partir, teoricamente, do monopólio legítimo estatal no exercício da força física. O processo de territorialização do mercado capitalista se realiza a partir de uma ocupação patrimonialista do espaço geográfico, apoiado – de forma explícita ou implícita, por ação ou omissão – pelo Estado moderno. Não existe possibilidade alguma, pelo menos no contexto latino-americano, da manutenção das relações capitalistas de produção sem intervenção deliberada, seja ativa ou omissa, do Estado. Por isso, muitas vezes, a territorialização estatal é confundida com a construção territorial do mercado capitalista, como observamos na pesquisa exploratória realizada na área metropolitana de Buenos Aires.

Assim sendo, o processo de territorialização não estatal e não capitalista realizado por estes agrupamentos humanos, pelas organizações sociais, tem diferenças, principalmente em relação ao caráter horizontal das suas relações. Além disso, esta política cultural se propõe, de forma orgânica e instintiva, a partir da carência constitutiva – em termos de Kusch – e da necessidade cultural, na sua acepção mais profunda, a dotar de sentido as nossas práticas e construir o nosso endereço existencial no planeta de forma autônoma e participativa. Isto não significa que não existam verticalidades, tentativas de apropriações privadas e de exclusão e/ou conflito entre os agrupamentos culturais. Contudo, nada parecido ao tipo de apropriação autoritária e vertical realizada pelo Estado moderno e pelo mercado capitalista na sua confluência perversa, parafraseando a tese de Evelina Dagnino que também vimos na arguição precedente.

A essa altura, é fundamental um questionamento: como é possível que um programa associado diretamente a governos de centro-esquerda, como Lula e Dilma, no Brasil, e Néstor e Cristina, na Argentina, continue existindo no governo neoliberal de Macri? Na chamada “ciência” política, uma iniciativa desta natureza, que consegue se manter em duas gestões, aparentemente “opostas”, seria denominada como Política de Estado. Contudo, arriscaríamos afirmar que esse programa se mantém precisamente pelo fato de não ser uma política do Estado, ou seja, por não ser sustentada prioritariamente pela máquina estatal, tampouco governamental, muito menos pela gestão circunstancial que o implementou, e sim pelos grupos comunitários organizados que o lideram e que constantemente buscam aprimorá-lo. Ou seja, uma efetiva política pública de cultura transnacional.

Existe um processo de ocupação do espaço geográfico, de construção territorial milenar no contexto latino-americano, que não é de apropriação exclusiva e excludente, conforme mandato da política cultural moderna eurocentrada, e sim de incorporação no território, de *fazer parte de, formar parte dele* e, neste sentido, de pensar o território como sujeito coletivo, questão que a ciência moderna rejeita por tachar de “primitiva”, “animista”, “telúrica” ou diretamente não acadêmica. Contudo, estamos falando de uma construção cultural milenar profunda, que não pode ser fotografada, mas que está aí, como núcleo seminal e fundamento de milhares de experiências artísticas e culturais do continente. E que temos enormes dificuldades de abranger metodologicamente, explorar academicamente sem deturpá-la, mas que assumimos o risco de deformá-la e de deformar-nos nessa busca pelo acerto fundante que nos ajude a encontrar, enquanto sujeitos e pesquisadores, a nossa cultura e endereço existencial no planeta.

Em síntese, a perspectiva geocultural que registramos a partir de Rodolfo Kusch, Milton Santos e Néstor García Canclini – entre outros pesquisadores da região – é indispensável para avançar na construção de metodologias complexas e explicativas desta dimensão espacial. Finalmente, a inovação tecnológica dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) pode ser utilizada para atingir maior capilaridade, sedimentação e conexão com as informações culturais profundas nos territórios que pretendemos estudar e das populações que buscamos beneficiar diretamente nas políticas públicas de cultura. Este tipo de ferramentas de mapeamento e de realização de cartografias facilita a análise sistêmica por terem a capacidade de amplificar os detalhes e incorporar dados específicos de cada elemento em particular (ponto de cultura, localidade, município) e no conjunto (estado/província, país, região supranacional), sem perder coerência, consistência e visão dos aspectos e temas de estudo.

Destarte, assumimos o desafio de operacionalizar metodologicamente a construção territorial no estudo das políticas culturais contemporâneas, apontando alguns elementos teóricos, empíricos e reflexivos que vão nessa direção, especialmente no estudo da iniciativa transnacional profundamente latino-americana dos Pontos de Cultura e da Cultura Viva Comunitária.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Ed.). **Cultures of Politics, Politics of Cultures: Re-visioning Latin American Social Movements**. Boulder: Westview Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: Novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. **Política cultural y cultura política: una nueva mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos**. Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Bogotá: Taurus, 2001.

ANDER-EGG, E. **La política cultural a nivel municipal**. Buenos Aires: Hvmánitas, 1987.

\_\_\_\_\_. **La política cultural a nivel municipal**. Buenos Aires: Lumen-Hvmánitas, 2005. Edição revisada e ampliada.

ARGENTINA. PEN. LEY N° 11.672 Complementaria Permanente de Presupuesto (t.o.2005). Aprobada por el Decreto N° 1110/05. Disponível em: <<http://www.mecon.gov.ar/digesto/leyes/ley11672.htm>> Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Congreso. Honorable Cámara de Diputados de la Nación. PROYECTO DE LEY. Expediente 6609-D-2010. Sumario: CREACION DEL PROGRAMA NACIONAL DE APOYO A LA CULTURA COMUNITARIA Y AUTOGESTIVA, EN EL AMBITO DE LA SECRETARIA DE CULTURA DE LA NACION. Data: 08/09/2010. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.ar/proyectos/proyectoTP.jsp?exp=6609-D-2010>> Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Congreso. Honorable Cámara de Diputados de la Nación. PROYECTO DE LEY. Expediente 4772-D-2012. Sumario: "PROGRAMA NACIONAL DE PUNTOS DE CULTURA PARA EL DESARROLLO LOCAL Y REGIONAL": CREACION. Data: 11/07/2012. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.ar/proyectos/proyectoTP.jsp?exp=4772-D-2012>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Congreso. Honorable Cámara de Diputados de la Nación. PROYECTO DE LEY. Expediente 9268-D-2014. Sumario: APOYO A LA CULTURA COMUNITARIA, AUTOGESTIVA E INDEPENDIENTE. REGIMEN. Data: 20/11/2014. Disponível em: <<http://www.diputados.gob.ar/proyectos/proyectoTP.jsp?exp=9268-D-2014>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Cultura. Presidencia de La Nación. **Puntos de Cultura - Una política transformadora: Relevamiento y análisis del impacto territorial**. Buenos Aires: Ministerio de Cultura, Presidencia de La Nación, 2015a. 120 p.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Cultura. **Mapa Cultural – Metadata**. Buenos Aires: Ministerio de Cultura, Presidencia de La Nación, 2015b.

\_\_\_\_\_. Secretaría de Cultura. Resolución 1652/2010. Créase el Programa de Subsidios para el Desarrollo Sociocultural. 2010. Disponível em: <<http://www.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/165000-169999/168128/norma.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaría de Cultura. Resolución N° 2641/2011. Créase el PROGRAMA PUNTOS DE CULTURA. 2011a. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/180000-184999/183988/norma.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaría de Cultura. Presidencia de La Nación. **Puntos de Cultura 2011**. Buenos Aires: Secretaría de Cultura - Presidencia de La Nación, 2011b. 63 p. Primeira publicação do programa, abordando seus fundamentos, componentes e resultados da primeira convocatória.

\_\_\_\_\_. Secretaría de Cultura. Presidencia de La Nación. **Puntos de Cultura 2012**. Buenos Aires: Secretaría de Cultura - Presidencia de La Nación, 2012. 111 p. Segunda publicação do programa, com resultados da segunda convocatória e dos 7 Círculos de Cultura incorporados à Rede Nacional de Puntos de Cultura.

ASTELARRA, T. **Culebrón Timbal**: Una serpiente que cambia de piel. Entrevista publicada em blog. 2011. Disponível em: <<http://astelarra.blogspot.com.br/2012/09/culebron-timbal-una-serpiente-que.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

BALDONI, C. (Comp.). **La democracia que queremos es posible**: el movimiento por la Carta Popular. Buenos Aires: CTA Ediciones, 2011.

BARBALHO, A. Política Cultural. In: RUBIM, L. (Org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005, p. 33-52. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/146>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Políticas e indústrias culturais na América Latina. In: **Revista Contemporânea**, Ed. 17, Vol. 9, N° 1, Rio de Janeiro: UERJ, Jan/Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.contemporanea.uerj.br/anteriores/index17.html>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Política Cultural**. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: P55 Edições / Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013.

BARROS, J. M. Processos (trans)formativos e a gestão da diversidade cultural. In: CALABRE, L. **Políticas culturais**: reflexões sobre gestão, processos participativos e Desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. p. 62-72.

BARROS, J. M.; OLIVEIRA Jr., J. (org.) **Pensar e agir com cultura**: desafios da gestão cultural. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural, 2011.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo: Abr-Jun, Vol. 15, N° 2, p. 73-83, 2001.

BUENOS AIRES PROVINCIA. **Informe sobre Desarrollo Humano en la Provincia de Buenos Aires 2004-2005**: “Integración social de los jóvenes”. La Plata: Fundación Banco de la Provincia de Buenos Aires, 2005.

BUENOS AIRES CIUDAD. Secretaría de Hábitat e Inclusión - Ministerio de Desarrollo Económico. **Cultura Viva Comunitaria**. Mar. 2016. Disponível em: <[https://issuu.com/sechabitat/docs/brochure\\_cvc](https://issuu.com/sechabitat/docs/brochure_cvc)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CALABRE, L. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. In: **ESCRITOS**: revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Ano 7, Nº 7, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em:

<<http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero07/sumario07.php>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CULEBRON TIMBAL. El cuenco de las ciudades mestizas. In: CULEBRON TIMBAL. El cuenco de las ciudades mestizas. Ed. Independente, 2008, 1 CD. Faixa 8.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.

FEIJÓ, M. C. **O que é política cultural**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 [1983].

FELIX, P. Discutindo o conceito de políticas culturais. In: **Anais do VII ENECULT**, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT, Salvador: 2011. Disponível em: <[http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page\\_id=998](http://www.cult.ufba.br/wordpress/?page_id=998)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território [2008] In: FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência). Presidente Prudente: UNESP, 2013, p. 190-220.

FUENTES FIRMANI, E. **El programa Puntos de Cultura de Secretaria de Cultura de Presidencia de la Nación**: Una propuesta de mejoramiento de sus resultados. Monografía. Caseros: UNTREF, 2013. 55 p. Disponível em: <<https://cpa-untref.academia.edu/EmilianoFuentesFirmani>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

GARCÍA CANCLINI, N. Políticas culturais na América Latina. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 39-51, jul. 1983. Trad. Wanda Caldeira Brant.

\_\_\_\_\_. Introducción. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: GARCÍA CANCLINI, N. (ed.). **Políticas Culturales en América Latina**. México: Grijalbo, 1990 [1987].

\_\_\_\_\_. Definiciones en transición. In: Mato D. (Comp). **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

\_\_\_\_\_. **Culturas Híbridas**: Estrategias para entrar y salir de la modernidad. 1ª ed., [actualizada]. Buenos Aires: Paidós, 2010 [2001].

GARRETÓN, M. A. (Coord.). **El Espacio Cultural Latinoamericano**. Santiago: CFE/CAB, 2003.

HAESBAERT, R. La Blache, Ratzel e a "Geografia Política". **GEOgraphia** (UFF), Niterói, v. 4, nº 7, 2002. pp. 81-83. Disponível em:

<<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/80/78>> Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização**: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [2004].

\_\_\_\_\_. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A. (org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 393-419.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular/UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p. 95-120.

\_\_\_\_\_. **El mito de la desterritorialización**: del “fin de los territorios” a la multiterritorialidad. México: Siglo XXI, 2011.

JOSÉ NUN: "Hay que construir ciudadanía". **Diario La Nación**, online, Buenos Aires, 16 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/671468-jose-nun-hay-que-construir-ciudadania>> Acesso em: 01 nov. 2017.

KUSCH, R. El Hedor de América. In: TASAT, J.; PEREZ, P. (coord.). **El Hedor de América**: Reflexiones interdisciplinarias a 50 años de la América Profunda de Rodolfo Kusch. 2013, p. 35-36. [1961]

\_\_\_\_\_. **América Profunda**. Buenos Aires: Biblos, 1999 [1962].

\_\_\_\_\_. **Geocultura del Hombre Americano**. Rosario: Fund. Ross, 2012a [1975].

\_\_\_\_\_. **Esbozo de una antropología filosófica americana**. Rosario: Fund. Ross, 2012b [1978].

\_\_\_\_\_. **Obras Completas – Volumen I a IV**. 1ª Ed. 1ª reimp. Rosario: Fundación A. Ross. 2007 [2000].

LANGÓN, M. Geocultura. In: SALAS ASTRAIN, R. (dir.). **Pensamiento Crítico Latinoamericano**: Conceptos Fundamentales. Santiago de Chile: U. Católica Silva Henríquez, 2005, v. II.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. In: **Anais do IV Seminário Internacional de Políticas Culturais**, Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro: 2013. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/2013/11/01/comunicacoes-do-iv-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

LOGIÓDICE, M. J. Políticas culturales, la conformación de un campo disciplinar. Sentidos y prácticas en las opciones de políticas. In: **Doc. aportes adm. pública gest. estatal**, año 12, N° 18. Santa Fe: UNL, jun. 2012. p. 59-87. Disponible em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-37272012000100003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-37272012000100003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MARTÍN-BARBERO, J. **De los medios a las mediaciones**: comunicación, cultura y hegemonía. 2ª ed. México: G Gili, 1991 [1987].

\_\_\_\_\_. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015 [1997].

MATO, D. (Comp). Introducción: Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización. In: **Estudios Latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 13-29.

\_\_\_\_\_. Importancia de los referentes territoriales en procesos transnacionales. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara: São Paulo, v.12, n.23, 2007. p. 35-63. Disponible em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/499>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Los “Estudios de Cultura” pueden y deben salir del ghetto. In: **Políticas Culturais em Revista**, v.1, n.1, 2008. p. 129-151. Disponible em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/3195>> Acesso em: 01 nov. 2017.

MEJÍA ARANGO, J. L. Apuntes sobre las políticas culturales en América Latina, 1987-2009. In: **Revista Pensamiento Iberoamericano**, N° 4, 2ª Época, Fundación Carolina, Madrid: 2009.1. p. 105-130. Disponible em: <<https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2014/07/PensamientoIbero4.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MELO, B. H. R. **Desenvolvimento e Políticas Culturais de base comunitária na América do Sul**: Estudo Comparado Brasil-Argentina. Dissertação. Brasília: UNB, 2016. 152 p. Disponible em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20771>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MERCOSUR. Parlamento. ANTE PROYECTO DE NORMA – PUNTOS DE CULTURA DEL MERCOSUR. MERCOSUR/PM/SO/APN. 02/2009. Data: 01/11/2009. Disponible em: <[http://www4.hcdn.gob.ar/diputadosmercosur/parlamento/actos\\_aprobados/anteproyectos\\_de\\_norma/Anteproyecto\\_de\\_Norma\\_02\\_2009.pdf](http://www4.hcdn.gob.ar/diputadosmercosur/parlamento/actos_aprobados/anteproyectos_de_norma/Anteproyecto_de_Norma_02_2009.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MILLER, T.; YÚDICE, G. **Cultural policy**. London: Sage, 2002.

\_\_\_\_\_. **Política cultural**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2004.

MORAES, A. C. R. **Território na geografia de Milton Santos**. São Paulo: Annablume, 2013.

OCHOA, A. M. Políticas culturales, academia y sociedad. In: MATO, D. (coord.): **Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder**. Caracas: Consejo

Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela. p. 213-224.

PUEBLO HACE CULTURA. **Proyecto de Ley de Apoyo a la Cultura Comunitaria, Autogestiva e Independiente “Puntos de Cultura”**. Síntesis final del proceso participativo de la elaboración de la ley 2009-2012. Buenos Aires, 2012. Disponível em: <<https://es.scribd.com/document/89320847/Documento-Ley>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ROCHA, R. Políticas Culturais na América Latina: Uma abordagem conceitual. In: **Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais**, Fundação Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/publicacoes/anais-do-vii-seminario-internacional-de-politicas-culturais/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.

\_\_\_\_\_. **As políticas culturais e o Governo Lula**. Coleção Brasil em Debate – Volume 5. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

\_\_\_\_\_. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, A. A. C.; ROCHA, R. (Org.). **Políticas Culturais**. Coleção Sala de Aula Nº 8. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7660/1/Políticas\\_artigo1.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7660/1/Políticas_artigo1.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 [2007].

\_\_\_\_\_.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SANTINI, A. Cultura Viva y la construcción de un repertorio común para las políticas culturales en América Latina. **Programa Iberculturaviva da OEI**. Brasília, 21 set. 2015. Disponível em: <<http://iberculturaviva.org/cultura-viva-e-a-construcao-de-um-repertorio-comum-para-as-politicas-culturais-na-america-latina/?lang=es>> Acesso em: 01 nov. 2017.

SANTOS, M. Geografia e Planejamento: o uso do território – Geopolítica. In: **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, v.2, n.2, 2011 [1980]. p. 1-49. Disponível em: <<http://www.periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/19419>> Acesso em: 01 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014 [1987].

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6 no. 16 (jun.2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005 [1994]. p. 251-261.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. 7ª reimp. São Paulo: Edusp, 2012 [1996].

\_\_\_\_\_. El territorio: un agregado de espacios banales. In: MOYA, M.P.; ABELLÁN, F. C. **América Latina: lógicas locales, lógicas globales**. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, 1999. p. 31-39.

\_\_\_\_\_. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010 [2000].

\_\_\_\_\_. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2014 [2005].

\_\_\_\_\_.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2011 [2001].

SANTOS Jr., W. **Milton Santos**: reflexões póstumas de um livre pensador. (Coleção Gente da Bahia, v. 17). Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2012.

SERPA, A. Políticas Públicas e o Papel da Geografia. **Revista da Anpege**, v. 7, n.I, p. 37-47, out. 2011.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Territórios da Bahia**: regionalização, cultura e identidade. Salvador: EDUFBA, 2015.

SILVA, G. T. UNESCO and the coining of cultural policy. In: **Anais 10th International Conference in Interpretive Policy Analysis**, Lille (France): Jul. 2015. Disponível em: <[https://ipa2015.sciencesconf.org/conference/ipa2015/pages/ToledoSilva\\_UNESCO\\_and\\_the\\_coining\\_of\\_cultural\\_policy\\_envioV3.pdf](https://ipa2015.sciencesconf.org/conference/ipa2015/pages/ToledoSilva_UNESCO_and_the_coining_of_cultural_policy_envioV3.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

TEIXEIRA COELHO. **Usos da Cultura**: Políticas de Ação Cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: Cultura e Imaginário. São Paulo: Iluminuras, 1997.

\_\_\_\_\_. **Diccionario crítico de política cultural**: cultura e imaginario. Ed. revisada y ampliada. Barcelona: GEDISA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: Cultura e Imaginário. 2ª ed., [rev. e ampl.]. São Paulo: Iluminuras, 2012.

UNESCO. **Cultural policy**: a preliminary study. Paris: UNESCO, 1969.

\_\_\_\_\_. **Política cultural de Cuba**. Por Lisandro Otero. Paris: UNESCO, 1971.

YÚDICE, G. **El recurso de la cultura**: Usos de la cultura en la era global. Barcelona: Gedisa, 2002.

\_\_\_\_\_. **The Expediency of Culture**: Uses of Culture in the Global Era. Durham: Duke University Press, 2003.

\_\_\_\_\_. **A conveniência da cultura:** usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

## ANEXO A

## MANIFIESTO DEL ARTE TERRITORIAL [1954]

de Jeri Bulkás<sup>66</sup>

## CULEBRON TIMBAL (primera parte)

El juego es anterior a la muerte  
 El encuentro es anterior al gesto  
 El vacío es anterior al golpe  
 Y las miradas son anteriores al vacío  
 Antes está el círculo que la recta  
 Y el calor es anterior a la llama  
 Primero viene lo anterior  
 Y luego comienza lo primero  
 El deseo es previo al movimiento.

Las cosas no empiezan donde el Poder dice que empiezan  
 Por eso pueden terminar donde el Poder no quiere que terminen.

Si pudiera reducirse a una sola batalla la inmensa malla de conflictos creativos que protagonizan los organismos humanos en su camino por el universo, seguramente sería una de carácter pedorro.

Se trata de la sorda guerra entre nuestra tendencia a situarnos sobre el placer de vivir y el irrefrenable impulso, también nuestro, de abrazarnos a la angustia de la vida y el engaño del tiempo.

No hay, para nuestra desilusión, más pelea que ésa. Ningún dispositivo de la muerte y la opresión tiene en su pulpa otra glándula que no sea la de la angustia. Y nada hay hermoso en una vereda que no haya crecido sobre la fuerza del placer de vivir.

Esta simplificación abstrusa tiene, mis amigos, un sentido didáctico. Es menester ubicar el juego del poder sobre ese mapa, y es nuestra tarea descubrir al arte como una posible trampa libertaria a urdir juntos desde hoy. Para eso hemos venido hoy a descorchar este tintillo; para ver de qué modo una sutil gambeta estética puede alterar el curso de esta guerra diríamos eterna e instantánea.

El Poder, de su hormiguero de axiomas y mandatos, debe extraer divisas y señales para explicar a todos y a cada uno que nuestro deseo de competir con el otro debe matar a nuestra tendencia a cooperar con él. ¡Tarea aciaga si las hay! No hay ningún objeto complejo en este salón que pueda fabricarse sin que dos seres humanos cooperen. Y ninguna cosa de este salón necesitó ineludiblemente para existir que dos personas compitan entre sí. Este micromundo real que compartimos aquí, existe primeramente sobre los comportamientos cooperativos.

---

<sup>66</sup> Publicado na página de Facebook do Culebrón Timbal em fev. 2012 como notas, em três partes. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pg/ElCulebronTimbal/notes/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

¡Qué gigantesco esfuerzo de adoctrinamiento exige el convencernos de que debemos competir entre nosotros hasta morir! ¡Cuánta invención de razones! ¡Qué titánica creación de pelotudeces y estafas filosóficas! No debe engañarnos el hecho de que la convicción de la preeminencia de la competencia por sobre la cooperación sea común y corriente al punto de que no reparamos en el portentoso esfuerzo formador que el Poder despliega sobre nosotros cada mañana. Posado desde el alba en nuestra angustia de vivir y en el engaño del tiempo, el Poder suda sangre para distraernos y dirigirnos.

Imagínense; debe convencernos de que tenemos que adoptar, para orientar nuestras vidas, un principio generador, una fuerza, que, objetivamente, ningún rincón del universo necesita ni pide. Feo trabajo. Una misión que se ejecuta por enfermedad, por mucho dinero o por auténtica boludez consolidada.

Sin embargo, esta introducción no va a lograr esquivar un dato de acero: la realidad de que el Poder logra gran parte de su cometido.

La angustia es poderosa. Cada sueño, cada dolor, cada noche, es un chicotazo con el que la muerte nos provoca. El paso del tiempo, la enfermedad, el miedo mismo al abandono propio y al de los que nos quieren y la aspereza de las órdenes genéticas tejen un pantano en nuestro interior, en nuestro vacío, de una magnitud tal que, en la desesperación, la muerte misma aparece como una salida. Sobre esa pesadilla trabaja el Poder, acicateando la irracionalidad humana, llevándola a la masacre histórica de sí misma y del holocausto del territorio en el que vive, plantando siempre tótems semióticos en la cima de todos esos sacrificios heroicos.

Distintos rostros en esos tótems, claro. Opuestos. El semblante divino del Poder eclesial, monárquico y feudal en la Edad Media, y el gesto Laico de la Ciencia, del Progreso y del Parlamentarismo de Mercado en la Edad Moderna. Ambas unicidades exigiendo muerte, dolor y disciplina y, además (y aquí viene el tema que nos ocupa), diseñando los andariveles de toda la múltiple acción humana, sobre todo la que lleva componentes de resistencia, de contestación, de combate.

Así como el teocentrismo feudal de antaño programó un arte pío, sacralizado y catequístico, también el individualismo y la serialización capitalista urdieron el esqueleto de un tipo concreto de argumentación y sentido del hecho artístico.

La creación es casi siempre un gesto libertario, claro. Echar mano de nuestra capacidad de juego con las representaciones, y diseñar una nueva unidad-en relación- estética con el mundo es un rasgo de indisciplina. Por eso el poder es especialmente cuidadoso en el procesamiento y la dirección de esa energía. Y, mis amigos, para ver con claridad las estrategias del Poder sobre nosotros hay un movimiento casi infalible, que es la observación de nuestras tristezas.

Tres erupciones de dolor, tres placas de parálisis veo yo hoy sobre los tendones del arte y los artistas: las he llamado "el ojo que se atraviesa a sí mismo", "el laberinto en forma de cono" y "la guarida-cobijo que nos mastica". (CONTINUARA)

## MANIFIESTO DEL ARTE TERRITORIAL - EL CULEBRON TIMBAL (2a parte)

La primera parte del Manifiesto del Arte Territorial culminaba diciendo:

La creación es casi siempre un gesto libertario, claro. Echar mano de nuestra capacidad de juego con las representaciones, y diseñar una nueva unidad-en relación- estética con el mundo es un rasgo de indisciplina. Por eso el poder es especialmente cuidadoso en el procesamiento y la dirección de esa energía. Y, mis amigos, para ver con claridad las estrategias del Poder sobre nosotros hay un movimiento casi infalible, que es la observación de nuestras tristezas.

Tres erupciones de dolor, tres placas de parálisis veo yo hoy sobre los tendones del arte y los artistas: las he llamado "el ojo que se atraviesa a sí mismo", "el laberinto en forma de cono" y "la guarida-cobijo que nos mastica".

### CONTINUACION!!!

#### El ojo que se atraviesa a sí mismo

Vaya a saber si por una liviana interpretación de la primitiva identificación del arte con las tareas demiurgas, o por la relación que puede entablarse con el ilusionismo, lo cierto es que algún fétido espolón envenenado de individualismo hiere a la aventura creativa mientras avanza por la ruta.

No hay que hacer un gran esfuerzo para encontrar el dispositivo jugando. Basta escucharnos hablar después de unos copetines a los artistas para ver con qué facilidad encendemos una suerte de carrousel destartado repitiendo mecánicamente sentencias en torno a la supremacía esencial del hecho estético por sobre el resto de la creación humana.

Claro, al peregrino desprevenido, el descubrimiento del poder del juego consciente con las representaciones le abre en el tablero una suerte de grieta colorida que provoca un deslumbramiento engeuedor. Es comprensible. Lo que sucede es que, a poco de rodar (no sé si se trata, en mi caso, de un activo de la vejez), ese juego se ubica en un escenario cada vez más múltiple, integrado autónomamente en una constelación de juegos creativos, también incorporando representaciones simbólicas, también alterando la comprensión del mundo, también introduciendo rupturas en las prácticas y despertando emociones.

Las estrategias de los ladrones, los manuales de mecánicos, los rituales de santeros, los cantos de la tribuna, las pasadas del formón sobre la viga, las caricias eróticas, los chistes de loros, los buñuelos, las muescas en el mango de un cuchillo, el tirón del alambre en los postes, y miles de movimientos y acciones humanas más, importan una ingeniería cultural y una bravura de invención imposible de diseccionar estáticamente y, lo que es mejor, imposible de disciplinar.

Quizá sea ésa la galaxia madre, la patria itinerante y silvestre de la que surge el arte. La amenaza más honda que la humanidad guarda en su alma cada día para enfrentar el proyecto de la muerte. En este sentido, la tarea de los artistas ocupa en ese universo el lugar correspondiente a las operaciones sobre los símbolos, hermoso trabajo si los hay, pero apenas una fase, un capítulo, un circuito del delta pantanoso de la creación humana.

El Poder impone la supremacía del "arte" por sobre el resto de la acción humana para no tener que reconocer a la lógica de la invención simbólica, creativa e indisciplinada en el trabajo y en la organización de la toma de decisiones colectivas.

El esencialismo individual en torno a la naturaleza del arte es el dispositivo que desactiva, o por lo menos acota y desvía su potencial de transformación. Y para hacerlo cuenta con la angustia de vivir y el engaño del tiempo que los artistas alojamos en nuestros corazones, y que nos lleva a abrazar esta vocación como forma de identidad en la separación con respecto al "mundo cotidiano", de instalación en el panteón de los notables, el éter de los consagrados, en el podio de los mejores.

El mundo bulle de creación indisciplinada, gregaria y cooperativa, y las lógicas del Poder ubican a todas de manera en que compitan entre sí, se odien y diseñen las arterias de alimentación de animales fofos y gigantescos que proyectan a la muerte todo el día en nuestros ojos.

La actividad artística no escapa a esta jugada, con algunas especificidades inherentes a su campo de trabajo. No se trata aquí de igualar indiscriminadamente acciones distintas o de trazar un simplismo demagógico en torno a la tarea artística, pero es indispensable extirparle al arte cualquier cucarda intravenosa con que el Poder lo haya distinguido para legalizar su potencia creativa en desmedro de cualquier otra esfera de la acción humana.

Este mamarracho conceptual incuba una larga serie de desaciertos, como la visión incompleta del hecho artístico que prescinde de sus condiciones sociales de generación, acceso colectivo y procesamiento, la definición brutal del artista como iniciador de ese circuito y el concepto de autoría como aspecto fundante del mismo.

Semejante fanfarria en torno del arte y los artistas ha provocado, con la complicidad de éstos últimos, que se les haya anquilosado su capacidad de ubicarse y ubicar su trabajo con eficacia en las claves filosóficas y sociales de su época. Al contrario, toda su reflexión en ese campo parece limitarse al hallazgo o al diseño de una estrategia de crecimiento del prestigio personal y de la obra, utilizando con picardía los elementos del laberinto coyuntural que se les ofrece.

Cualquier otro intento de una relación más integral y transformadora con el conflicto social parece un exotismo militante, ya que, supuestamente, el arte funciona con una lógica autónoma ligada al "inconsciente colectivo", cuyas leyes son inteligibles sólo para las misteriosas fuerzas de la consagración y la popularidad.

El artista se autopercibe como el depositario de un bien de cualidades mágicas, situado en un plano diferente de la realidad y ligado a lo metafórico y lo poético. Ese dispositivo lo lleva a regurgitar durante toda su vida una pelea procesual con su autoafirmación y su manejo de la desmesura, ubicando a todo "el afuera" como una escenografía hostil a la que debe vencer sobre los carriles de su jerarquización como artista. Amigos, esta conducta expresa el respeto y la obediencia a los más puros mandamientos de este Poder entristecedor que nos jode cotidianamente.

El arte encuentra su función en el circuito de la indisciplina creativa y solidaria que circula por las calles; debe buscar su sitio en la enorme fiesta que se desarrolla entre nosotros y que el Poder oculta: la celebración del conflicto múltiple, el viaje a la invención libertaria y el placer de la amistad y la creación colectiva.

Arte líquido y sólido buscando las correntadas que señales en el territorio nuevas arterias, que alimenten el crecimiento de órganos más felices.

No es el arte el inicio del arte. Como se sabe, las cosas no empiezan donde el Poder dice que empiezan, por eso es que pueden terminar donde el Poder no quiere que terminen. La verdadera llamarada se inicia en la indisciplina social, creativa y solidaria, y no hay arte más fecundo que el que se ubica en ese acorde para proponer historias, simbologías y estéticas. Ninguna escuela artística, ninguna tendencia, ningún nuevo pensamiento brotó positivamente de los laboratorios metafóricos de las academias ni de las cuevas de la bohemia, sino de la cruce entre estos relatos y el choque furiosos de las fuerzas microscópicas o portentosas del conflicto social dado en un territorio. Ese es el acicate que interpela al pensamiento estético, a la creación simbólica.

Ustedes podrían preguntarse si las infinitas bellezas artísticas producidas por burgueses, indiferentes o fascistas deben ser separadas del patrimonio cultural humano, por reaccionarias o mediocres. Y a eso yo contestaría con un par de ideas, precedidas por un largo trago del tintillo.

La primera es que no vamos a andar hablando del arte territorial para trazar otra frontera imbécil en el universo, sino para ubicar a nuestras creaciones en el juego más inquietante que nos ofrece esta era de la humanidad.

La segunda es que las explicaciones son una maravilla humana, que reordena la realidad y le programa nuevas fisuras de avance, aún cuando mientan un poco. En esa clave, yo me permito asegurar que tras toda invención artística hay un impulso de ruptura iniciado en el juego de la realidad (una indisciplina), que necesita de la acción de otros para su procesamiento (indisciplina social, solidaria), cifrada en la creación de una nueva unidad estética-en-relación (indisciplina social, creativa y solidaria).

La traición a este impulso fundante se empieza a perpetrar cuando por la angustia de vivir o por causa del engaño del tiempo, los artistas, burócratas y sargentos varios ubicamos a este movimiento en andariveles reglamentaristas, pasivos, buscadores de la consagración, circuitos ajenos a los de la indisciplina social, creativa y solidaria.

Con esta traslación, con este cambio de manos, con este truco fatal, el Poder altera la potencia del hecho artístico y lo encorseta en las arterias del consumo y la obediencia, aunque la unidad creada contenga la energía de un choque de montañas. Intenta y logra que la indisciplina cifrada en el arte llegue a ser objeto de consumo y, con ello, garantía de obediencia, mientras exhibe al impulso de rebelión como inherente y privativo de minorías y vanguardias, de locos, estetas y mercachifles de novedades, y no como una clave viva en los adoquines, guardapolvos, estatutos, cigarrillos y boletos de la vida cotidiana.

La trampa primera, amigos, hay que buscarla al comienzo, en ese arrullo motivador y desafiante que es la mentira del artista como iniciador, como demiurgo, como autor autárquico de unidades estéticas completas y cerradas, circulando por la realidad cotidiana.

No. Hay que sacar al artista del comienzo del arte. Y luego, sacar al arte de los canales del arte.

CONTINUARA...

## MANIFIESTO DEL ARTE TERRITORIAL - EL CULEBRON TIMBAL (última parte)

La segunda parte del Manifiesto del Arte Territorial culminaba diciendo:

La trampa primera, amigos, hay que buscarla al comienzo, en ese arrullo motivador y desafiante que es la mentira del artista como iniciador, como demiurgo, como autor autárquico de unidades estéticas completas y cerradas, circulando por la realidad cotidiana.

No. Hay que sacar al artista del comienzo del arte. Y luego, sacar al arte de los canales del arte.

### CONTINUACION:

El laberinto en forma de cono

Lo que entroniza a la perversión en un organismo es un foco de absorción de energía que no genera más vida. Una mala ilusión, un sol estéril, es la maldición de los fluidos y de las formas de existencia vital.

Así funciona la segunda de las paparruchadas que nos debilita: la desesperación por el reconocimiento público y la aceptación velada o explícita del circuito de jerarquización empresaria del arte, presente en las academias, institutos, jurados, torneos, archivos y panteones de la belleza y la verdad.

La producción compulsiva de estímulos es inherente a la tarea de disciplinar. Y es más efectiva en tanto se ubica en dispositivos organizados en el espacio y el tiempo en forma de estrategia.

A este islote nos va llevando nuestra angustia de vivir y el engaño del tiempo. A buscar como cascarudos una lámpara en la que freír nuestras tripas de insecto. A nadie se le escapa que la producción artística de la humanidad no tiene nada que ver con el paquetito de figuritas que se trafica en las ventanillas de los órganos evaluadores del Poder.

No quieren procesar la producción, pero tampoco podrían. No hay silogismo matemático ni geopolítico que legitime la pertinencia del premio de ninguna academia de mierda. Absolutamente cualquier honor está viciado de nulidad si decora el régimen de exclusión y sometimiento de las mayorías del planeta. Esta realidad debería ser suficiente para que dejemos las fanfarrias en la otra cuadra y busquemos satisfacciones más cancheras. Pero no es así.

Y no es así porque detrás de la atracción que ejerce sobre nosotros el reconocimiento erudito, está una visión reduccionista del concepto de eficacia en el hecho artístico, dado por el impacto en la percepción de espectadores. La adopción de esta categoría (“espectador”) como el único rol constituible por la existencia de una obra de arte revela un profundo complejo de invisibilidad. Quien necesita espectadores, quiere aplausos, quiere premios, quiere reconocimiento, quiere un perdón. Digámoslo con crudeza: el que necesita público, es una víctima. Y una víctima recurre a todas las artimañas posibles para sobrevivir; diseña y sostiene el lugar del Poder, condecora al amo y cava, siempre, su propia fosa.

Este movimiento genera la cadena de idioteces que culmina en la aceptación de los circuitos de jerarquización artística: los institucionales y los abiertamente comerciales.

Dirán: “el pelotudo nos quiere hacer creer que no necesita el reconocimiento de los otros”, a lo que yo responderé “el pelotudo dice que no considera suficientemente ambicioso circunscribir al impacto en la percepción de espectadores el mecanismo que hace efectiva a una obra de arte, sino a su ubicación en el juego de la indisciplina social, a su poder de multiplicación simbólica”. Esta clave reconoce al producto “obra de arte” y a su necesaria relación con interlocutores, pero no concibe al momento del descubrimiento como la escena principal y determinante del proceso, sino como un círculo más en el tejido de percepciones activas que forman el hecho global del Arte Territorial.

A todos nos gustan los aplausos, pero pensar el arte en un movimiento cíclico en torno a ellos, nos deja una suerte de cuadro formado por un ojo que se atraviesa a sí mismo circulando por un laberinto en forma de cono, en cuyo extremo hay un espejo enmohecido y muerto; todo pende en un mundo de imágenes, sin tendones, ni secreciones, ni fluidos. Las transformaciones necesitan no sólo de la energía perceptiva, sino de la mecánica, no sólo de símbolos, sino de músculos.

La dependencia con respecto a la mirada de los otros, del reconocimiento, del aval de los circuitos de jerarquización empresaria del arte, produce otra serie de atrofiaciones en la tensión creativa, como la incapacidad de construir corredores y circuitos ligados a la rebelión cotidiana, la falta de elementos para construir “programas” artísticos territoriales, en desmedro de la sobreabundancia de recursos para producir estas pseudo-obras rengas, enclenques y mendicantes.

Así se va completando el circuito de nuestra tristeza. Aceptamos que somos el inicio del arte, como dice el Poder, e inmediatamente debemos aceptar a los canales y las jerarquías del arte, también diseñadas por él.

No. Hay que sacar al artista del inicio del arte, sacar al arte de los canales del arte y perder algunos planes entre los planes que buscan la bahía.

La guarida-cobijo que nos mastica

El camino bocetado desde la angustia de vivir y el engaño del tiempo va recorriendo el desafío del reconocimiento y las señales de jerarquización del Poder con suerte dispar. Si los movimientos nos acompañan con buen tiempo, iremos llegando a los sitios de la certeza invulnerable, el recuerdo de “nuestra gente”, el “amor popular”, los panteones de la paz final.

De no ser así, los artistas debemos construirnos un círculo estético y conceptual, un gueto más o menos correcto, políticamente hablando, en el que, con suficiente documentación y folklore, celebremos la derrota con hidalguía y explicaciones.

Ambos escenarios nos brindan el mismo cálido efecto: la certeza de haber circulado por el mundo hacia un digno encuentro con nuestro propio miedo. La trinchera final que nos mastica.

Amigos, los círculos de seguridad del arte son, a mi entender, el tiro de gracia que el Poder nos propone. Una suerte de auto rebaño de ovejas idénticas a mí, protegido de unos lobos que tienen nuestro rostro, pero desdibujado entre otros millones. El final patético e inexorable que tanta estafa le preparó a lo que puedo ser una leyenda libertaria.

El eco de nuestros trazos, el silencio posterior, el quinto reflejo de nuestros gestos, debe formar parte de otra constelación para convertirse en un hecho multiplicador.

Unos colores que muten en madera y metal, en rudimentos de costura, en caminatas errantes y gozosas, llenas de nuevos sonidos.

El final que podemos urdir es éste, y no el que el Poder necesita. Un arte imaginado para disolverse en un plan es invencible, y nos deja la satisfacción de haber sorteado el engaño del tiempo con una sonrisa, con la pesadilla de la muerte a cuestas, pero sin disfrazar al miedo con la esterilidad de la protección individual.

El espectáculo vivo de los círculos de autoayuda de artistas e intelectuales constituye una enorme señal de debilidad, proyectada por el Poder al resto de nuestros vecinos; una sofisticada maqueta de formación cívica a través de la cual, la voz transparente explica: “Toda invención libertaria es una excusa para la búsqueda de cobijo”.

Amigos, debiéramos templar nuestras almas en un sendero que nos deje agarrotados de esfuerzo, difusos en una nueva máquina humana, desafiante de los circuitos nomenclados, las secuencias, las series previsibles.

Porque se pueden desdibujar esos finales, y un par de casilleros antes de los finales del juego, cambiar alegremente de tableros. A los islotes siempre los trae el río, despedazados de barro y de mestizajes, y son basura flotante antes de ser estructura y sustento. No hay que buscar ahí el dibujo de la bahía. En los estanques no puede verse la arquitectura del futuro; mejor buscar en los riachos, en la crecida, en el líquido que circula y se pierde, con millones de planes adentro.

Pero, para eso, hay que dedicarle nuestras horas a la invención de un mundo, y no sólo de una obra. El despliegue de esa ingeniería en el vacío es la pesadilla gozosa que vivimos los enloquecidos por la artes territoriales.

#### Recogiendo la mercadería

Hagamos una síntesis doctrinaria de toda esta mentira: no podemos ver al artista y su mundo interior como inicio del hecho artístico. El verdadero origen son las relaciones de indisciplina social creativa y solidaria, cuya expresión en el trabajo simbólico ejercen los estetas con sus oficios y sus artes. A partir de esta aseveración es que se constata que el movimiento ejercido por el Poder sobre la creación artística se basa, principalmente en la ubicación de la obra como producto a consumir. De esa forma puede aceptar los “contenidos” discursivos de transgresión, pero nunca la alteración de los circuitos de socialización de una obra.

Esta realidad puede haber sido obviada en otras edades de la historia, como un elemento aleatorio a la verdadera potencia de la creación. Hoy, la opereta global en curso y la escandalosa auto-exclusión suicida a la que el Poder nos fuerza, revelan el enorme protagonismo conceptual del cuerpo circulatorio del hecho artístico, su importancia a la hora de inventar la integración en las dinámicas creativas de otros mundos.

El mejor arte que podemos inventar puede ser uno territorializado, abierto, cuya materia de trabajo sea una obra, concebida desde su funcionamiento y sus relaciones con las prácticas de emancipación.

Un arte nuevo debe buscar su lugar en los recorridos de la indisciplina social, creativa y solidaria. Esta apuesta, calificable y con razón, de arbitraria y voluntarista, altera la noción de obra, el concepto de hecho artístico y la imagen de relación con interlocutores y “público”.

- El Arte Territorial existe concretamente en una zona geográfica y cultural. Al concebir al hecho artístico como un conjunto de mecánicas de creación y procesamiento simbólicos, ligados al impulso de invención social, la aceptación de un territorio se vuelve condición de fecundidad, garantía del estudio de los amores y las picardías zonales, la demarcación de un juego histórico entre calles concretas.

- El Arte Territorial opera entre las fisuras y las zonas de vacío que se despejan ante nuevas realidades; esos conflictos y corrimientos revelan las fallas de los sistemas en torsión y abren el escenario para la experiencia estética. De esta manera, la traza geográfica se aleja del culto de los pintoresquismos locales y establece zonas de intervención metafórica en las rupturas, en lo que aún no existe ahí donde estamos.

- El Arte Territorial genera obras y productos en relación, que circulan entre interlocutores a través de una serie de círculos, en un tejido de percepciones activas cuyos extremos son, por un lado, el territorio y el conflicto social, y, por el otro, un plan de crecimiento en la invención política de emancipación.

- El Arte Territorial no excluye del tejido de percepciones activas con que circula entre sus interlocutores a los circuitos del “mercado”, pero centra su trabajo en la creación de corredores y espacios de encuentro entre las arterias y capilaridades de la organización comunitaria ligada a las luchas sociales. Este esqueleto central permite compartir la “obra” desde otros puntos de interlocución y sumar a las zonas abiertas por el mercado y el fin de lucro en un proceso de signo múltiple e imposible de ser dirigido unilateralmente.

- El Arte Territorial no genera “obras” unitarias y estáticas, sino programas de trabajo simbólico que integran a las creaciones artísticas, a los actores comprometidos en nuevos circuitos de comunicación y a las organizaciones y grupos que disputan frente a las fuerzas del mercado la direccionalidad del conflicto social en territorios delimitados y específicos. En este sentido, para el Arte Territorial, la construcción de estos tejidos y programas son parte central de “la obra”.

- El Arte Territorial procesa sus creaciones en el marco de una estrategia y un plan ligado a los actores y a las organizaciones y grupos con los que se comparte el trabajo. Por eso sus “obras” no pueden agotar su eficacia en el impacto en la percepción de espectadores, sino en su capacidad de generar interlocuciones y condiciones de acción dentro de proyectos de emancipación compartidos.

Hay una relación de parentesco entre las modalidades artísticas de pantalla y de exposición y las conductas de obediencia o de consumo. Las lógicas presentes en el Poder sitúan ahí los límites del hecho artístico, aunque lo adornen cínicamente con los datos de un contexto social dinámico. Pero tenemos resto para plantearnos cuánto puede avanzarse en el trabajo sobre el conjunto de relaciones que se abren en el proceso creativo, ubicando a los productos del mismo dentro de un plan múltiple, que transforme una zona concreta desde el conflicto social.

No hacemos otra cosa al propugnar esta impertinencia del “arte territorial”. No decimos inventar ninguna escuela estética novedosa, ni hace un aporte especial en el campo de las vanguardias simbólicas, ni mucho menos cultivar el pintoresquismo suburbano y melancólico que tantas arcadas nos provoca.

Decimos que si nos acompaña una era del mundo en donde la pulsión por concentrar, excluir y reprimir ha llegado a su cúspide peor imaginada, oculta tras una opereta global en ciernes, sólo nos cabe hacer un arte “de emboquillada”, que circule por todas las avenidas que ha diseñado el Poder en su afán de no morir, pero para terminar cayendo en el barrio, en el guiso mismo de la injusticia y la esperanza cotidianas, entre la carne y los sudores de nuestros vecinos. Nada habrá realmente hermoso si no se vuelca en capilaridades nuevas que acaricien los puntos de energía que rodean al conflicto social y a la organización popular. Decimos que está viciado de vulgaridad lo que se cae de la boca de esa Rana Fluorescente que se posará en los vientres de las futuras generaciones.

Decimos que hacer “arte territorial” no implica de por sí concretar algo bello, sino intentar una invención soportable a la mirada de los parroquianos. Aseguramos que no quedan podios apetecibles y que es mejor abrazar otra divisa que diga “Artista, pinta tu aldea, que ni siquiera pintarás tu aldea”.

Jeri Bulkás. Charla pronunciada en 1954, en el Parador “El Entrerriano”.

**Jeri Bulkás** nació en 1892 en la localidad de Sarandí, Avellaneda, provincia de Buenos Aires. Proveniente de una humilde familia sureña del Conurbano (su padre trabajaba cueros y correajes en las Talabarterías Oxendorm y su madre entró ilegalmente al país con un contingente de gitanas de Polonia), a los quince años se incorporó como aprendiz en las imprentas del Diario “Agitación y Propaganda”, dirigido por Anastasio Stellezzani, publicación de tendencia anarquista.

El contacto con el vértigo periodístico y su voracidad intelectual lo acercaron al grupo teatral “La Guadaña”, en el conventillo zefaradí del Barrio de Barracas, donde conoció a Eustaquio López Pidal, al Gaucho Mc Furlan, y a Jojena y las seis del Noreste, cuya compañía permitió que el joven Bulkás comenzara a arriesgar en comilonas y campeonatos de tute sus primeros escritos en forma de cuentos cortos, ensayos o diletancias del alcoholismo.

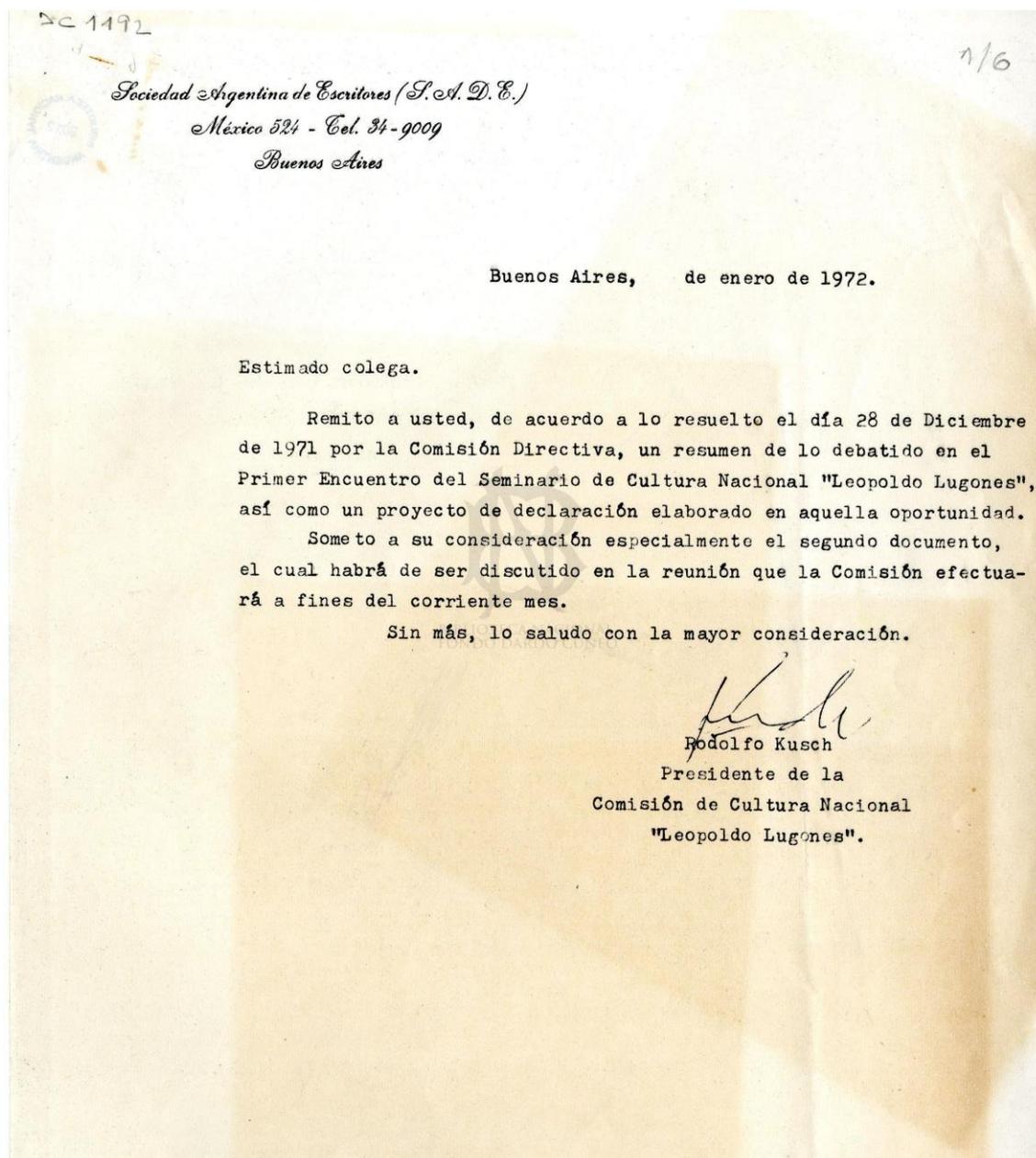
Su colaboración en distintos periódicos porteños le valieron el reconocimiento de un importante número de artistas e intelectuales, nucleados en esos años en el llamado “Movimiento del Río”, una suerte de réplica local del translingüismo francés (Gouché, Lilian Dichon, Bervedere, etc.). En forma paralela a su desempeño como periodista y crítico literario, Bulkás desarrolló una obra notable por su prosa ágil y contundente, su proverbial manejo del absurdo y una poesía heredera de la letrística gitana tan popular en Avellaneda durante la primera década de este siglo. También escultor y apasionado militante, en 1947 inauguró una muestra titulada “Pesadilla Neuronal Obrera”, en una instalación que significó una suerte de adelanto de su postrer conceptualización del Arte Territorial.

Sus esculturas, empotradas en las paredes de las cervecerías Bemberg en Lanús, sostenían composiciones gráfico-pictóricas diseñadas a partir de las actas de las asambleas de delegados, un retrato gigantesco de Filomeno Solari, el sereno de la sección tres del establecimiento, tres canzonetas ejecutadas por la orquesta de los hermanos Silvani en el depósito y una pequeña libreta con escritos del propio Bulkás, que se entregaba al público a la salida del circuito, en la Plaza del Barrio Ferroviario.

En 1949 y en 1952 realizó otras dos muestras tituladas “Alborozo” y “La Cuchilla Americana”, en donde profundizó y perfeccionó sus tesis en torno a la estética urbana y al arte territorial, que expuso en su ensayo “La Vida como Administración Fecunda de la Locura” (1954). En esos años también protagonizó una serie de incidentes en los que se lo vinculaba con el consumo de drogas ilegales, situaciones sobre las que se expidió en la abundante correspondencia epistolar que mantenía con la Principessa del Cruce de Castelar.

Bulkás estaba escribiendo en 1956 una novela policial (“El Cuenco”), cuando desapareció misteriosamente durante los días de los fusilamientos de José León Suárez. Su cuerpo sin vida fue encontrado meses después en una hondonada del Arroyo Independencia, con seis impactos de bala en el pecho, los hombros y el cuello, sin que ninguna autoridad diera explicaciones en torno a su deceso. Tenía en esos momentos 64 años.

## ANEXO B

CARTA DE RODOLFO KUSCH SEMINÁRIO CULTURA [1972]<sup>67</sup>

<sup>67</sup> Carta enviada por Rodolfo Kusch a Dardo Cúneo, então presidente da Sociedade Argentina de Escritores (1971-73). Disponível em: <<http://trapalanda.bn.gov.ar/jspui/handle/123456789/4513>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

- 1192

2/6 1

*Sociedad Argentina de Escritores (S. A. D. E.)*  
*México 524 - Tel. 34-9009*  
*Buenos Aires*

SEMINARIO DE CULTURA NACIONAL.

Conclusiones del Primer Encuentro del Seminario, efectuado en Samay Huasi (La Rioja), entre los días 18 y 22 de diciembre de 1971.

Intervinieron María Esther de Miguel, Abraham Haber, Rodolfo Kusch, Juan Antonio Serna, Anastasio Quiroga y Graciela Caputo (secretaria). Con anterioridad se habían efectuado varias reuniones en Buenos Aires con la intervención de Ricardo Mosquera, Dardo Cúneo, Juan Pinto, Bernardo Canal Feijoo, Gregorio Weinberg, Leda Valladares, Marcela Ciruzzi y el grupo arriba mencionado.

Los debates de este Primer Encuentro (que están grabados en 5 cassettes C-120), han servido para aclarar el significado de determinados términos, explorar nuevos métodos, establecer las derivaciones interdisciplinarias, y ante todo concretar un cuadro básico del problema de la cultura nacional y recomendar una política cultural a seguir.

Entre otras cosas se aclaró el concepto de cultura, se lo tomó en su acepción etimológica, como cultivo del hombre. También se utilizó la frase de Sebag aplicada a los símbolos, y se definió la cultura como un modo de ser. Un hombre es a través de su cultura, con su idioma, sus costumbres, sus valores y sus posibilidades de advenir. Estos últimos tienen que ser modelos culturales propios. Si en Buenos Aires se habla rioplatense o lunfardo, se usa un modelo propio. El castellano de la educación secundaria es un modelo ajeno.

Esto lleva a otro problema. Para que haya modelos propios tiene que haber instituciones creadas por la misma cultura, que facilitan su gestación. Si, como en el caso argentino, a partir de la organización nacional se instalan instituciones educacionales que inculcan modelos ajenos, se llega a la crisis de hoy en día, con una cultura híbrida e indefinida que no logra concretar totalmente nuestro modo de ser.

Dicha crisis se concreta por ejemplo en que las reformas educacionales no siguen un ethos nacional, sino que -por razones de prestigio- imitan modelos extranjeros; la universidad forma profesionales individualistas para una sociedad que perdió su estructura liberal; la industria editorial crece hacia el mercado internacional sin proponerse el punto de partida prioritario fundado en la promoción de la comunidad; la sociedad de consumo tiende a distorsionar mediante la propaganda los valores espirituales, y, finalmente, los medios de comunicación masiva son instrumentos de una creciente colonización. Esto incide en la creación literaria y artística. Se crea y se piensa a partir de modelos ajenos ~~por falta~~ de una conciencia centrada de la nacionalidad y faltan los canales que lleven a que la producción sea reabsorbida por la comunidad.

Razones históricas y económicas hacen que la cultura argentina actual esté desarraigada. La afecta la escisión entre la minoría dirigente y el pueblo. Y esa misma minoría en razón de su desarraigo facilita la colonización del país en lo cultural y en lo económico, y el pueblo tiende a retraerse. La única solución es entonces asumir una tradición nacional a través de los gestores populares.

El aporte popular a una cultura nacional abre un campo inexplorado. Ante todo habrá que entender que nuestro pueblo manifiesta una voluntad cultural.

Sociedad Argentina de Escritores (S. A. D. E.)

México 524 - Col. 34-9009

Buenos Aires

3/6

2

Las coplas cantadas por un puneño, no son simple folklore, sino que son un instrumento de comunicación \* y responden a una voluntad cultural manifiesta. El verdadero sentido del folklore en América, no consiste en formas estereotipadas, sino que sirve para expresar dicha voluntad no resuelta aun. En el mismo sentido habrá que entender otros fenómenos como, por ejemplo, el peronismo en su primera etapa. Lo netamente popular no da productos culturales habituales, sino formas reactivas y aparentemente negativas para nuestro sentir de la cultura.

Anastasio Quiroga dio algunos elementos para caracterizar el sentir popular frente a la cultura. Para haber cultura tiene que asumirse comunidad y fe. Existe además una pesada superestructura cultural que carece de arraigo. Las instituciones educacionales, por ejemplo, no deberían segregar ni incorporar al pueblo, sino formar a éste dentro de su propia índole. Además, un sentir popular de la cultura forzosamente trasciende las fronteras. Si a lo dicho por Quiroga se agrega que comunidad implica una mayor coherencia en los estratos sociales, y que la fe supone una escala de valores nacionales, se entiende porqué existe una crisis cultural argentina.

Se impone entonces una política cultural que apunte a una movilización de la voluntad cultural popular hacia su expresión, y además a que el trabajador de la cultura asuma su comunidad y su fe. El progreso, la tecnología, la libertad no son entidades abstractas que puedan moverse arbitrariamente. Ellas necesitan una escala de valores, una imagen concreta y local del hombre para operar, y esto sólo puede brindarlo una cultura nacional.

Finalmente, la autenticidad de una cultura depende primordialmente de la autenticidad de sus gestores. Un creador que toma en profundidad su gestión, necesariamente servirá a la comunidad.

Por todo esto, el Primer Encuentro del Seminario recomienda el siguiente plan:

1) Nuestra cultura actual no es propia sino que es producto de un intenso proceso de colonización. Por ello es necesario emprender una política cultural que apunte a descolonizar el país, a fin de constituir una cultura nacional a partir de sus gestores populares. Esto implica ante todo asumir valores propios porque sólo así el país podrá hacer frente a los cambios tecnológicos del siglo XX. De otra manera seguiremos en la condición de colonizados.

2) Le cabe a la S.A.D.E. la iniciativa en este sentido, por la índole del trabajador cultural que agrupa. La palabra es el instrumento de cohesión más importante en una cultura.

3) Constituir una federación de entidades que agrupan a trabajadores de la cultura, a fin de coordinar esta política cultural.

4) Empreder una movilización cultural que consista en fomentar la constitución de grupos de rebelión cultural a quienes: a) se les facilitará la creación cultural mediante el desbloqueo de prejuicios educacionales y culturales; b) se les fomentará una conciencia crítica frente a las instituciones culturales colonizadoras; c) se procurará que asuman un horizonte cultural propio, y d) se les brindará medios para que puedan elaborar y expresar sus puntos de vista.

4/6<sup>3</sup>

*Sociedad Argentina de Escritores (S.A.D.E.)*

*México 524 - Tel. 34-9009*

*Buenos Aires*

5) Tomar en cuenta que una descolonización cultural tiene que derivar en un cambio de estructuras. La propaganda, por ejemplo, en tanto es usada en forma indiscriminada suele ser un instrumento de agresión económica y cultural. Y esto último requiere una transformación radical.

6) La atención de los gestores culturales populares se apareja a la asimilación de las peculiaridades de cada zona del país. Entra entonces en la estrategia de la descolonización la consideración de la república a través de sus zonas constitutivas. En este sentido es de suma importancia la regionalización de Buenos Aires como única forma de lograr una cultura nacional.

7) Orientar a los Seminarios de Cultura de Frontera según las presentes pautas.

8) Realizar en forma inmediata las siguientes investigaciones:

a) Estudiar la estructura cultural de cinco o más zonas, a nivel de muestreo, desde dos perspectivas: una vertical a fin de localizar el tipo de cultura medio y alto, en oposición al bajo; y otra horizontal con vistas a determinar las peculiaridades zonales. Se trata de efectuar un relevamiento cultural en función de la economía, el nivel social, la ubicación geográfica y la potencialidad cultural.

b) Analizar la incidencia de la propaganda como factor de alienación cultural, especialmente en las grandes urbes, y su cotejo con lo que ocurre en otras zonas pobladas.

c) Trazar un mapa de la pluriculturalidad argentina con sus características.

d) Organizar un fichero de datos y de bibliografía sobre el tema.

e) Publicar folletos monográficos que apunten a consolidar la doctrina cultural de la S.A.D.E.

9) A los efectos de poner en acción la política cultural aquí esbozada debatir el siguiente documento elaborado en La Rioja.

*Sociedad Argentina de Escritores (S. A. D. E.)*

*México 524 - Col. 34-9009*

*Buenos Aires*

5/6<sup>4</sup>

DECLARACION

- 1.- Los criterios predominantes en la actual cultura argentina no son nacionales, por lo tanto ella debe ser revisada. Entre nosotros la cultura es entendida como modelo ajeno, y esto debilita individual y colectivamente nuestra verdadera posibilidad de ser.
- 2.- Nuestra cultura actual no cumple con su mecanismo básico que consiste en canalizar la posibilidad de ser de sus integrantes, a fin de que éstos alcancen modelos propios. Los modelos culturales propios realizarán nuestra vida, los ajenos la obstaculizarán.
- 3.- Una cultura nacional sólo surgirá mediante la incorporación del potencial cultural de sus gestores populares.
- 4.- Existe una evidente correlación entre el colonialismo económico y nuestra cultura actual, porque ésta genera las categorías, las formas mentales y la debilidad moral que fomentan la colonización.
- 5.- Los cambios tecnológicos del siglo XX, sólo pueden ser eficientes si son asimilados por una cultura auténtica. En caso contrario el colonialismo cultural facilita todo tipo de colonización.
- 6.- La presión de modelos ajenos impide la integración de nuestra autenticidad, porque no sólo da un falso rostro a la nacionalidad, sino que además frustra la expresión de una pluralidad de voluntades culturales, ya sea de extensas áreas del interior del país, ya de diferentes capas de población.
- 7.- Las instituciones de enseñanza y de fomento cultural que deben canalizar la posibilidad de ser hacia modelos propios, obran en sentido contrario, porque introducen coactivamente modelos ajenos y fomentan la alienación cultural.
- 8.- El colonialismo cultural fue el causante de que nuestra nacionalidad no pudiera constituirse orgánicamente, ya que se funda sobre sucesivos etnocidios, como lo es el exterminio del indígena que culmina con la conquista del desierto, el del criollo que se consume con la organización nacional, o la constante lucha generacional, que no es provocada por profundas disidencias culturales, sino simplemente por modelos ajenos.
- 9.- Se impone entonces una acción de descolonización cultural que restituya la valentía moral, examine la eficiencia de instituciones y modelos y asuma el itinerario orgánico que concrete nuestra autenticidad nacional.
- 10.- La descolonización tiene que examinar y justificar el hondo compromiso que la Argentina tiene con América a través de sus fronteras, no sólo por la constitución étnica del pueblo, sino también porque así logrará la fuerza y la seguridad necesarias para vigorizar la cultura nacional.
- 11.- Esto no implica un cambio de actitud para el trabajador de la

*Sociedad Argentina de Escritores, (A. D. E.)*

*México 524 - Tel. 34-9009*

*Buenos Aires*

5  
6/6

cultura, sino que significa asumir la autenticidad existencial.

12.- Para conquistar nuestra verdad nacional no existe otra salida que una movilización cultural que cuestione los aspectos rígidos de la cultura actual, ponga en evidencia la tradición más honda de la pluralidad de áreas e incite a asumir la libertad para lograr modelos propios.

13.- No se resolverán las rencillas menores del quehacer político, si no se asume una política mayor que apunte a constituir una cultura nacional.